



DIÁRIO

OFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXXVI — 49ª DA REPÚBLICA — N. 199

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 1937

Expediente

EXERCÍCIO DE 1937

Por conveniência, não sómente dos senhores subscritores, como da imprensa, a partir de 1º de janeiro de 1937, não se farão inscrições de assinantes além pelo prazo de um ano.

— As assinaturas começarão em 1º de janeiro, para terminar em 31 de dezembro, ou em 1º de julho, para terminar em 30 de junho do ano seguinte.

Ainda para facilidade e pontualidade na remessa, as inscrições de assinantes só serão aceitas quando realizadas até o último dia do mês anterior àquele em que começa a assinatura, isto é, até 31 de dezembro ou até 30 de junho.

Pede-se às repartições arrecadoras que não aceitem pedidos de assinatura, ainda dentro dessas condições quer para particulares, quer para funcionários.

Preços de assinaturas anuais do "Diário Oficial", "Diário do Poder Legislativo", "Diário da Justiça" e "Boletim Eleitoral":

Repartições públicas ou assinantes	No interior	70\$000
particulares	No exterior	110\$000
Funcionários públicos	No interior	50\$000
	No exterior	80\$000

Numero avulso do dia, 400 réis, até o limite de dez cadernos com quarenta folhas e mais 100 réis pelos seguintes cadernos de quatro folhas (seis) ou fração.

Por ano decorrido, mais 500 réis sobre o preço do dia.
O preço do numero de hoje está fixado na ultima página

OBSERVAÇÕES

Dentro do ano não se aceitam pedidos de assinaturas.

— A Redação não fornecerá gratuitamente aos assinantes numeros extraviosados, extraviados ou anteriores à data da assinatura.

— Convém, por isso, que os interessados renovem as suas assinaturas com a antecedência conveniente, a fim de não ficarem com as suas coleções esfaceladas.

— As assinaturas para funcionários públicos que descontem em folha de pagamento devem ser anualmente requisitadas pelas respectivas repartições pagadoras.

— Os preços fixados para os funcionários públicos são extensivos aos estaduais e municipais, desde que, provada a qualidade, façam o pagamento adiantadamente.

— Os conhecimentos das assinaturas tomadas por intermédio das colônias federais, mesas de rendas e alfândegas, poderão ser encaminhadas diretamente à Imprensa Nacional sem interferência das delegacias fiscais.

— As assinaturas não pagas ou cujas consignações não forem comunicadas pelas repartições pagadoras dentro dos primeiros 15 dias do novo ano, serão canceladas e procedida a cobrança do respectivo preço.

— Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, do Supremo Tribunal Militar, da Corte de Apelação do Distrito Federal, em fascículos apensos ao "Diário da Justiça", nos dias 10 e 25 de cada mês.

N. da R. — Para boa ordem dos serviços da Redação, e no interesse do público, fica estabelecido que os pedidos para reprodução de matéria paga constarão pelos interessados a existência de erros ou omissões devem ser feitos das 16 às 19 horas e, no máximo até 48 horas após a saída dos órgãos oficiais.

A Redação previne, a quem interessar, que não atenderá pedidos acompanhados de numerário veiculado clandestinamente por via postal, e que remeterá tais pedidos à Direção Geral dos Correios e Telégrafos, para os fins legais.

SUMARIO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO:

Lei n. 485, de 25 de agosto de 1937.

Lei n. 488, de 26 de agosto de 1937.

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagens.

Ministério da Educação e Saúde — Decretos de 25 do corrente.

Ministério da Fazenda — Decretos de 25 do corrente.

Ministério da Marinha — Decretos de 26 do corrente.

Ministério da Guerra — Decretos de 26 do corrente.

Ministério da Viação e Obras Públicas — Decretos de 26 do corrente.

Conselho Federal do Serviço Público Civil.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Portarias — Expediente das Diretorias da Justiça e do Interior e da Imprensa Nacional.

Ministério da Educação e Saúde — Expediente da Diretoria de Contabilidade, da Divisão do Ensino Comercial e do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal.

Ministério da Fazenda — Circulares — Expediente das Diretorias do Expediente e do Pessoal do Tesouro Nacional, das Rendas Internas, das Rendas Aduaneiras e da Despesa Pública, da Câmara de Reajustamento Econômico, do Segundo Conselho de Contribuintes, da Diretoria do Imposto de Renda e da Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante.

Ministério da Marinha — Portarias — Expediente da Secretaria.

Ministério da Guerra — Apostilas — Portarias — Expediente do Sr. ministro.

Ministério da Viação e Obras Públicas — Expediente do Sr. ministro e dos Departamentos dos Correios e Telégrafos e de Aeronáutica Civil.

Ministério da Agricultura — Expediente do Departamento Nacional da Produção Animal e da Diretoria do Expediente e Contabilidade.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Expediente da Diretoria Geral de Expediente, dos Departamentos Nacionais do Trabalho, da Propriedade Industrial e do Povoamento, dos Conselhos Nacional do Trabalho e Regional de Engenharia e Arquitetura e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Noticiário — Parte comercial — Rendas públicas — Editais e avisos — Sociedades anônimas — Sociedades civis — Anúncios.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N. 485 — DE 25 DE AGOSTO DE 1937

Autoriza a abertura de um credito especial de 7.333:336\$800 pelo Ministerio da Fazenda, para pagamento de encomenda de 47.450.000 notas de papel-moeda.

O Presidente da Republica:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de sete mil trezentos e trinta e tres contos, trezentos e trinta e seis mil e oitocentos réis (7.333:336\$800), para attender ao pagamento da encomenda de 47.450.000 notas de papel-moeda, destinadas á Caixa de Amortização, fornecidas, mediante contracto, pelos fabricantes "American Bank Note Company" e Waterlow & Sons Limited, credores, respectivamente, das importancias de 5.664:600\$000 e 1.668:736\$800.

Art. 2º. Outrossim, fica o Poder Executivo autorizado a fazer as necessarias operações para abertura do respectivo credito.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1937; 116º da Independencia e 49º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

LEI N. 488 — DE 26 DE AGOSTO DE 1937

Autoriza o Poder Executivo a restabelecer a 2ª Vara da Justiça Federal na Secção de São Paulo

O Presidente da Republica:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica creada mais uma Vara na Secção de Justiça Federal do Estado de São Paulo.

Paragrapho unico. As varas serão numeradas, ao installar-se a agora creada, pela ordem de antiguidade de seus titulares na Justiça Federal.

Art. 2º. Para os cargos que forem restabelecidos ou creados, em virtude desta lei, serão nomeados, de preferencia, os funcionarios em disponibilidade remunerada, ou que tiverem obtido parecer favoravel da Comissão Revisora.

Art. 3º. O cargo de 2º procurador seccional será provido mediante concurso, se não existir procurador que deva ser aproveitado, nos termos do paragrapho unico do art. 18 das Disposições Transitorias da Constituição.

Art. 4º. Para attender as despesas previstas nesta lei, o Poder Executivo utilizará as dotações orçamentarias de material permanente dos Juizes seccionaes, ou as que no caso couberem, dentro do orçamento para o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1937, 116º da Independencia e 49º da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

MENSAGEM

Senhores Membros do Poder Legislativo:

Havendo sancionado o projecto de lei que autoriza o Poder Executivo a restabelecer a 2ª Vara da Justiça Federal na secção de São Paulo, tenho a honra de devolver dois dos autographos que acompanharam a Mensagem do dia 21 do corrente mez.

Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1937.

GETULIO VARGAS.

Em 26 de agosto de 1937.

Exmo. Sr. Primeiro Secretario da Camara dos Deputados:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia, afim de que a digno apresental-a aos Senhores Membros do Poder Legislativo, inclusa Mensagem do Senhor Presidente da Republica, devolvend dois autographos do projecto de lei que autoriza o Poder Executivo a restabelecer a 2ª Vara da Justiça Federal na secção de S. Paulo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excellencia os meus protestos de elevada consideração e distincto apreço.

Luiz Vergara.

Secretario da Presidencia.

Ministério da Educação e Saúde

Por decreto de 25 de agosto foi concedida exoneração ao Dr. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, das funções de diretor do Internato do Colegio Pedro II.

— Por outro da mesma data foi nomeado o Dr. Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, professor catedrático do padrão L do quadro I, para exercer, em comissão, o cargo de diretor da Divisão de Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação, do padrão N do mesmo quadro.

— Por outro ainda da mesma data foi exonerado o Dr. Mário Paulo de Brito, do cargo em comissão de diretor da Divisão de Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação, por ter aceito outro cargo.

Ministério da Fazenda

Por decretos de 25 de agosto expirante, assinados pelo Sr. Presidente da República:

Foi promovido:

A coletor da Coletoria das Rendas Federais em Bananal, no Estado de São Paulo, o escrivão da mesma exatoria, Paulo Mendonça Coelho.

Foram nomeados:

O bacharel Luis de Miranda Barbosa para exercer, interinamente, o lugar de adjunto de procurador da República, da classe M do Quadro I, do Ministério da Fazenda, durante a ausência do serventuário efetivo bacharel Mário Acioli de Almeida;

Lourival Lidianio de Albuquerque para o lugar de maquinista marítimo da classe C, do Quadro VIII — Alfandegas — do Ministério da Fazenda, para ter exercício na Alfandega do Rio de Janeiro;

O escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Viana, no Estado do Espírito Santo, Walter Alfano, para idéntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em São Pedro de Itabapoana, no mesmo Estado;

O escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Santanna do Japuíba, no Estado do Rio de Janeiro, Osvaldo Marques, para idéntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Rezende, no mesmo Estado;

O escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Bom Jardim, no Estado de Pernambuco, Carlos Antônio Pereira Lima, para idéntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Timbaúba, no mesmo Estado;

O escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Ipojuca, no Estado de Pernambuco, João Alfredo Lopes da Cruz, para o lugar de coletor da Coletoria das Rendas Federais em Amaragi, no mesmo Estado;

O escrivão da Segunda Coletoria das Rendas Federais em Jundiaí, no Estado de São Paulo, Plácido de Castro, para o lugar de coletor da Coletoria das Rendas Federais em Santo Anastácio, no mesmo Estado;

O escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Cruzeiro, no Estado de São Paulo, Pedro Martins de Oliveira Campos, para idéntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Chavantes, no mesmo Estado;

O escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Queluz, no Estado de São Paulo, Osvaldo Pinto de Oliveira, para idéntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Cruzeiro, no mesmo Estado;

O coletor da Coletoria das Rendas Federais em Piracaia, no Estado de São Paulo, Alziro Herdade, para idéntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Presidente Venceslau, no mesmo Estado;

O coletor da Coletoria das Rendas Federais em Campo Largo de Sorocaba, no Estado de São Paulo, Leopoldo Antunes Paz, para idéntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Tanabi, no mesmo Estado;

O coletor da Coletoria das Rendas Federais em Tanabi, no Estado de São Paulo, Cássio Ferraz Sampaio, para idéntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Campo Largo de Sorocaba, no mesmo Estado;

O coletor da Coletoria das Rendas Federais em Santo Anastácio, no Estado de São Paulo, Luis Olivério Neto, para idéntico lugar na Coletoria das Rendas Federais em Piracaia, no mesmo Estado;

Raimundo Silva Macedo para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Manicoré, no Estado do Amazonas;

Zelma de Lima Oliveira para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Tambau, no Estado de São Paulo;

José Candido de Barros Neto para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Queluz, no Estado de São Paulo;

Pedro Rodrigues Alves para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Vila Bela, no Estado de São Paulo;

Roberto Mário dos Santos Carvalho para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Jundiá, no Estado de São Paulo;

José Hungria Marcondes para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Presidente Venceslau, no Estado de São Paulo;

Francisco de Carvalho Melo para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Altinópolis, no Estado de São Paulo;

Benedito Magalhães dos Reis para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Pindorama, no Estado de São Paulo;

Guaraci de Oliveira Assis para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Bananal, no Estado de São Paulo;

André Broca Filho para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em São José do Barreiro, no Estado de São Paulo.

Foi designado:

O oficial administrativo da classe L, do quadro VII — Delegacias Fiscais — do Ministério da Fazenda, Joaquim da Silva Guimarães, servindo na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Pernambuco, para ter exercício na do Estado da Bahia.

Foi mandado reverter a atividade:

No lugar do oficial administrativo da classe L, do quadro VII — Delegacias Fiscais — do Ministério da Fazenda, para ter exercício Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de Pernambuco, contador, aposentado, da Delegacia Fiscal do mesmo Tesouro no Estado do Amazonas, Álvaro da Costa Nunes, á vista do resolvido no processo n. 45.410, de 1936.

Foi concedida aposentadoria:

Nos termos do art. 170, n. 4, da Constituição Federal:

Ao continuado da classe E, do quadro I — Tesouro Nacional — Ministério da Fazenda, Abinagérico Alves;

Ao arquivista da classe C, do quadro VIII — Alfandegas — do Ministério da Fazenda, José Dutra Gaspar;

Ao marinheiro da classe C, do quadro VIII — Alfandegas — do Ministério da Fazenda, Vitorino Joaquim Loureiro;

Ao maquinista marítimo da classe G, do quadro VIII — Alfandegas — do Ministério da Fazenda, Plácido Rocha da Silva;

Ao patrão da classe G, do quadro VIII — Alfandegas — do Ministério da Fazenda, Juvenal Teixeira da Luz;

Ao guarda fiscal da classe D, do quadro IX — Agências Fiscais do Ministério da Fazenda, Genésio Coelho Galvão;

Ao escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Guariba, no Estado de São Paulo, Genuino Antônio de Freitas.

Nos termos do art. 170, n. 6, da Constituição Federal:

Ao marinheiro da classe B, do quadro VIII — Alfandegas — do Ministério da Fazenda, Manoel da Hora Cavalcante.

Foram exonerados:

Cirano Teles de Pinho do lugar de servente da classe C, do quadro VIII — Alfandegas — do Ministério da Fazenda, visto haver sido nomeado para outro lugar;

A pedido, José Zoroastro da Silva Vieira, do lugar de despachante aduaneiro junto á Alfandega de São Luís, no Estado do Maranhão.

Foi declarado sem efeito:

O decreto de 2 de setembro de 1936, que nomeou Alencar Freitas para o lugar de escrivão da Coletoria das Rendas Federais em Carapari, no Estado do Espírito Santo, visto não haver o mesmo nomeado posse dentro do prazo legal.

Ministério da Marinha

Por decretos de 26 do corrente:

Foram exonerados:

O capitão de mar e guerra da Reserva de 1ª Classe Aureliano de Almeida Magalhães das funções de diretor militar do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro;

O capitão de corveta Mário de Azeredo Coutinho das funções de comandante do contra-torpedeiro "Paraíba".

O capitão de corveta Armando Belfort Guimarães das funções de comandante do contra-otorpedeiro "Paraíba".

Foi nomeado:

De conformidade com o Regulamento anexo ao decreto n. 12.855, de 23 de janeiro de 1918, segundo tenente patrão mór, do Corpo de Patrões Mores da Armada, o mestre do Corpo de Sub-Oficiais da Armada Sebastião Machado.

Foram promovidos por merecimento no Corpo de Patrões Mores Armada:

Ao posto de capitão de corveta, o capitão tenente Antônio Cabral Medeiros; ao de capitão tenente o 1º tenente Raul Hermenegildo Fonseca; do 1º tenente o 2º tenente José de Oliveira Brandão.

Foi considerado em disponibilidade:

Nos termos do art. 120, do regulamento aprovado pelo decreto n. 19.877, de 16 de abril de 1931, o professor catedrático da Escola Naval, vice-almirante, reformado, Pedro Cavalcanti de Albuquerque, a contar da vigência do decreto acima citado, com direito á percepção do soldo e vencimentos, de conformidade com o art. 1º do decreto n. 19.786, de 23 de março de 1931.

Foi transferido para a Reserva de 1ª Classe:

De conformidade com os artigos 22 § 1º, 26, 62 § 2º e 77, do regulamento aprovado pelo decreto n. 18.712, de 25 de abril de 1919, art. 6º do decreto n. 21.099, de 25 de fevereiro de 1932, decreto número 22.893, de 5 de julho de 1933, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1917, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935 e 287, de 28 de outubro de 1936, o contra-almirante Américo dos Reis, compulsoriamente, no mesmo posto e com o soldo de vice-almirante, percebendo mais vinte e oito (28) quotas de cinco por cento (5%) sobre o dito soldo anual, visto contar cinquenta e dois (52) anos, três (3) meses e dias de serviço.

Foram reformados:

De conformidade com a letra b e seus §§ 1º e 2º do artigo 2º e artigo 4º do decreto n. 21.887, de 29 de setembro de 1932, art. 8º do decreto n. 20.536, de 20 de outubro de 1931 e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935, e 287, de 28 de outubro de 1936: o sub-oficial condutor eletricista Manuel Rezende de Figueiredo, conforme pediu, no posto de segundo tenente, com o distintivo de sua especialidade, percebendo dois terços (2/3) dos vencimentos e vantagens de que trata a letra a do artigo 2º acima citado e mais sete (7) quotas de dois por cento (2%) sobre o total dos vencimentos e vantagens integrais da ativa, visto contar vinte e seis (26) anos, seis (6) meses e dias de serviço;

O sub-oficial artilheiro Hermínio Xavier dos Santos, conforme pediu, no posto de 2º tenente, com distintivo de sua especialidade, percebendo dois terços (2/3) dos vencimentos e vantagens de que trata a letra a do artigo 2º acima citado e mais quatorze (14) quotas de dois por cento (2%) sobre o total dos vencimentos e vantagens integrais da ativa, visto contar trinta e três (33) anos, nove (9) meses e dias de serviço;

De conformidade com a letra c e seu § 1º do artigo 2º e artigo 4º do decreto n. 21.887, de 29 de setembro de 1932, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935 e 287, de 28 de outubro de 1936, o sub-oficial contra-mestre, João Lima dos Santos, conforme pediu, no posto de 2º tenente, com o distintivo de sua especialidade, percebendo os vencimentos e vantagens integrais da ativa de que trata a letra a do artigo 2º acima citado, visto contar mais de trinta e cinco (35) anos de serviço;

De conformidade com a letra a da parte inicial do art. 5º do decreto n. 20.536, de 20 de outubro de 1931, e lei n. 5.167-A, de 12 de janeiro de 1927, modificada pelas de ns. 51, de 14 de maio de 1935, e 287, de 28 de outubro de 1936: o 1º sargento auxiliar especialista de caldeira n. 0089, Cezino Soares Batista, conforme pediu, no mesmo posto e com o soldo de segundo tenente, visto contar mais de vinte e cinco (25) anos de serviço;

O primeiro sargento auxiliar especialista submarinista — número 10.856 — Raimundo Benedito dos Santos, conforme pediu, no mesmo posto e com o soldo de 2º tenente, visto contar mais de vinte e cinco (25) anos de serviço;

Foi retificado:

Atendendo ao que requereu em 17 de julho do corrente ano o 2º tenente, condutor motorista, reformado, Liberato Tomé de Santana e tendo em vista o parecer do Conselho do Almirantado, emitido em consulta n. 324, de 16 deste mês:

O decreto de 29 de abril de 1937, que o reformou nos termos da legislação em vigor, para o fim de conceder-lhe mais uma (1) quota de dois por cento (2%), sobre os seus vencimentos e vantagens, visto lhe ter sido mandado computar o período de 5 de março de 1937 a 29 de abril de 1937, num total de um (1) mês e vinte e quatro (24) dias durante o qual aguardou o processo de sua reforma, ficando, assim elevado o seu tempo de serviço, de conformidade com o artigo 8º do decreto n. 20.536, de 20 de outubro de 1931, a vinte e oito (28) anos, seis (6) meses e dias.

Foram aposentados nos termos da legislação em vigor:

Estevão do Espírito Santo, no cargo de "marinheiro", classe "D", do Quadro IV — Serviços Regionais — do Ministério da Marinha;

Círiaco Cabral, no cargo de servente, classe "C" do Quadro I, do Ministério da Marinha;

Alarico Pereira de Sá, no cargo de "operário de Arsenal", classe "F", do Quadro I, do Ministério da Marinha.

Ministério da Guerra

Por decretos de 26 do corrente:

Foram aposentados:

Juvenal Joaquim do Nascimento, no cargo da classe C, da carreira de servente do Quadro I, do Ministério da Guerra, nos termos do art. 170, inciso 3, da Constituição, combinado com a circular presidencial de 2 de janeiro, modificada por despacho de 5 de março de 1936;

Júlio de Souza Pinto, no cargo da classe E, da carreira de mestre eletricista do Quadro I, do Ministério da Guerra, nos termos do

art. 170, inciso 4 da Constituição, combinado com a circular presidencial de 2 de janeiro, modificada por despacho de 5 de março de 1936;

Antonio Adalberto Drummond, no cargo da classe D, da carreira de operário de material bélico, do Quadro I, do Ministério da Guerra, nos termos do art. 170, inciso 4, da Constituição, combinado com a circular presidencial de 2 de janeiro, modificada por despacho de 5 de março, de 1936.

Concedeu-se aposentadoria:

A João Pimentel da Conceição, no cargo da classe I, da carreira de oficial administrativo, do quadro I, do Ministério da Guerra, nos termos do art. 170, inciso 4, da Constituição, combinado com a circular presidencial de 2 de janeiro, modificada por despacho de 5 de março de 1936;

A Nicolau Pinto da Fonseca, no cargo da classe D, da carreira de operário de material bélico, do quadro I, do Ministério da Guerra, nos termos do art. 170, inciso 4, da Constituição, combinado com a circular presidencial de 2 de janeiro, modificada por despacho de 5 de março de 1936;

A Antônio Carlos de Almeida Bello, no cargo da classe E, da carreira de escrivão, do Quadro III, do Ministério da Guerra, nos termos do art. 170, inciso 4, da Constituição, combinado com a circular presidencial de 2 de janeiro, modificada por despacho de 5 de março, de 1936;

A Francisco Antonio da Hora, no cargo da classe C, da carreira de servente, do Quadro III, do Ministério da Guerra, nos termos do art. 170, inciso 4, da Constituição, combinado com a circular presidencial de 2 de janeiro, modificada por despacho de 5 de março, de 1936.

Ministério da Viação e Obras Públicas

Decreto do dia 26 de agosto de 1937

O presidente da República:

Resolve,

De acordo com o art. 53, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, nomear o ex-engenheiro residente da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Maria Brochado Filho, para exercer, interinamente, o cargo da classe "L", da carreira de "Engenheiro", do quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da nomeação do serventuário efetivo, Renato de Azevedo Felo, para a classe "M".

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

N. 2.085 — Em 26 de agosto de 1937. — Excelentíssimo Senhor Presidente da República. — Encaminhou Vossa Excelência ao exame deste Conselho o anexo projeto de decreto, dispondo sobre as horas de expediente das repartições do Ministério da Guerra. — 2. Pretende-se estabelecer, isoladamente, para esse Ministério, o horário de dois turnos, com sete horas de trabalho diário para o funcionalismo. — 3. O projeto, entretanto, não se fez acompanhar de exposição de motivos ou de qualquer outro documento esclarecedor, que pudesse evidenciar a necessidade da medida. — 4. Apenas nas considerações ficou dito que a observação demonstra ser o expediente em dois turnos diários o que melhor convém ao interesse do público e do serviço, dizendo-se ainda da necessidade de se uniformizarem as horas de expediente nas repartições desta Capital, pelo que o decreto viria suprir os regulamentos, que não poderão ser, desde já, expedidos e que fixarão taxativamente o número de horas diárias do serviço, como prescreve a lei n. 284, de 28 de outubro de 1936. — 5. A verdade, entretanto, é que a referida lei não cogita de horas de expediente das repartições. Em seu artigo 27, se diz que "os novos regulamentos fixarão taxativamente o número de horas diárias de serviço exigidas para cada função pública", deixando, por conseguinte, que se suponha feita, em cada ministério ou repartição, a adoção de diferentes horários, desde que diferentes sejam as funções de seus servidores. — 6. No dispositivo citado se cogita de número de horas, num sentido de quantidade, e não da distribuição de parte do dia. Cogita-se, ainda, de cada função pública e não de repartições. Ali se fala em regulamentos, na exata compreensão do regimentos, por ser assunto de caráter interno, que interessa a uma repartição, e não de decreto do Poder Executivo, pelo menos em caráter isolado, como se propõe, para um só Ministério. — 7. É verdade que a expressão "expediente", usado no projeto, faz supor que se trata do serviço burocrático, mas assim não se deve entender, visto como, em seu artigo 2º, ficam excluídas do regime anteriormente estabelecido as "dependências industriais e fabris". — 8. Ocorre notar, outrossim, que o horário das repartições do Ministério da Guerra tem sofrido variações, depois que pelo artigo 41, do decreto n. 10.783, de 25 de dezembro de 1914, se fixaram

oito horas de trabalho para os seus operários e seis para os demais funcionários. — 9. Pela circular de 9 de fevereiro de 1937, o Governo Provisório, adotou-se o horário geral de 11 às 8 horas, pelo aviso n. 460, de 23 de novembro de 1932, do senhor Ministro da Guerra, foi substituído pelo de 11 às 17, ainda modificado, e virtude do aviso n. 269, de 27 de outubro de 1934, para a instituição da semana inglesa, isto é, da modalidade de 9 às 12 aos sábados sendo que por aviso n. 682, de 28 de outubro de 1933, já se instituiu o de oito horas diárias para as fábricas e arsenais militares abrangendo o funcionalismo burocrático desses estabelecimentos. — 10. Essas modificações foram feitas, independentemente de decretos, e numa época em que não havia em texto de lei qualquer dispositivo recomendando, sobre a matéria, uma orientação geral, que agora se observa na lei n. 284, citada, que nesse ponto vai se atendida, por ocasião de se baixarem os regulamentos nela previstos. — 11. Subordinando, portanto, o assunto a essa ordem de considerações, este Conselho resolveu, consoante o voto unânime dos senhores conselheiros presentes à sessão extraordinária de 20 do corrente, salientar a Vossa Excelência a inconveniência de se expedir o projectado decreto. Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. Luiz Simões Lopes, presidente.

EXPEDIENTE

N. 996. — Em 8 de junho de 1937. — Senhor Ministro. — artigo 10 da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, definindo as atribuições deste Conselho, deu-lhe, na letra c, a de "avaliar e classificar os candidatos concorrentes classificados em concurso." — Anteriormente, a lei do selo instituiu a taxa de dez mil réis, devida pelos candidatos, por ocasião da inscrição em concurso para cargos públicos federais. — Está parecendo a este Conselho que se não tivesse havido a procedência da lei do selo, os referidos certificados e tarian por esta tributados, como de justiça estão outros variados documentos. — A expedição de tais certificados vai acarretar despesas e vão eles assegurar a seus portadores uma possibilidade concreta de ingresso nos quadros do funcionalismo, quando seja de primeiro grau os concursos, ou de acesso às classes superiores de melhores vencimentos, nos casos dos concursos de segundo grau. — Daí haver o Conselho adotado, em sessão de 13 do mês passado uma indicação, no sentido de sugerir ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o encaminhamento de uma mensagem ao Poder Legislativo, alvitrando a criação de uma taxa, paga em estampilhas do selo adesivo, pela expedição de cada certificado, taxa essa que poderia ser na base de três mil réis, por cento de réis, até máximo de cem mil réis, calculada sobre o vencimento anual do cargo para o qual o candidato se habilitou em concurso. — Antes, entretanto, de se dirigir ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, desejou o Conselho conhecer a opinião do Vossa Excelência para o que junto a este um ante-projeto consubstanciando a medida. — Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Luiz Simões Lopes, presidente.

A sua Excelência o Senhor Doutor Artur de Souza Costa, Ministro de Estado da Fazenda.

N. 1.409. — Em 29 de junho de 1937. — Senhor Presidente. — Em ofício n. 47, de 1 de abril do corrente ano, Vossa Excelência pede a este Conselho esclarecer se é possível fazer-se a designação de funcionários, nos termos do art. 38, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, para exercerem, em comissão, as funções de Secretário em várias Capitânias de Portos, atribuindo-se-lhes uma gratificação. — 2. Contrariamente ao que informa essa Comissão, não ha vaga de "Secretário" a preencher nas diversas Capitânias, de vez que o referido cargo foi transformado, pela supracitada lei, no de "Escriturário" da classe "F". — 3. Claro está que as atribuições de secretário de uma Capitânia podem ser perfeitamente desempenhadas por um escriturário, pois elas cabem dentro do campo de ação da carreira deste, sem direito a qualquer gratificação especial além dos vencimentos do seu cargo, em face do que preceitua o art. 4 da mesma lei, salvo os previstos no Regulamento do Código de Contabilidade Pública, nos artigos 399 e 400. — 4. São, portanto, inaplicáveis ao caso as disposições do art. 38 da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936. — 5. Eis o que me cabe comunicar a Vossa Excelência, dando cumprimento ao que resolveu este Conselho, por unanimidade de votos, em sessão de 27 de maio último. — Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha perfeita estima e distinta consideração. — Luiz Simões Lopes, presidente.

A Sua Excelência o Senhor capitão de mar e guerra Guilhermo Ricken, presidente da Comissão de Eficiência do Ministério da Marinha.

N. 1.808. — Em 28 de julho de 1937. — Senhor Ministro. — Atendendo a sugestões deste Conselho, contidas na exposição de motivos n. 1.486, de 7 do mês corrente, anexa por cópia, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República aprovou as pedidas ali propostas resultantes da resolução tomada em sessão de 1 de julho corrente, e tendentes a regularizar a situação dos funcionários interinos, ocupantes de cargos vagos. — 2. Assim, para dar cumprimento ao despacho do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e execução às medidas mandadas adotar, solicito a Vossa Excelência as providências precisas para que, no mais curto prazo

possível, seja enviada a este conselho a relação dos interinos desse Ministério, classificados de acordo com os itens 2, 3 e 4, da referida exposição, especificando-se a data da admissão de cada um, a quais os regulamentos ou outros dispositivos legais, regendo o provimento dos cargos ocupados, isto é, se era ou não exigida a prévia prestação de concurso de títulos ou provas, ou quaisquer outras comprovações de habilitação e capacidade, para a efetivação dos cargos em apreço. — Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta e mais distinta consideração. — *Luiz Simões Lopes*, presidente.

A Sua Excelência o Senhor general de Divisão Eurico Gaspar Dutra, Ministro de Estado da Guerra.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Diretoria da Justiça

Segunda Seção

Por portaria do dia 20 do corrente mês, foi transferido na Polícia Militar do Distrito Federal, do cargo de ajudante de ordens do Comando Geral para o de comandante da 3ª companhia do 4º Batalhão de Infantaria, o capitão Ramon Escudero, e deste para aquele o capitão Alcindor Alvares Pereira.

— Por outra do dia 24 do corrente mês, foram concedidos tres meses de licença, para tratamento de saúde, ao civil alfaiate de 3ª classe, Antenor Gomes de Paiva, da mesma Corporação.

— Por outras do dia 26 do corrente mês:

Foram concedidas na citada Corporação, as seguintes licenças: De tres meses, aos aspirante a oficial e músico de 1ª classe Amaro Ferreira de Aniceto e Antonio Alexandrino da Costa, para tratamento de saúde;

De tres meses, nos termos do art. 4º do decreto n. 42, de 15 de abril de 1935, ao músico de 1ª classe Manoel Moraes e aos soldados Eugenio Gomes Filho e Felix Alves de Miranda;

— Por outra do dia 28 do mesmo mês:

De tres meses, em prorrogação, ao 1º tenente medico Fernando Ellis Ribeiro; ao cabo de esquadra Iturbide Peixoto, aos soldados Valdir da Rocha Silveira e Nilton Antonio Teixeira, e, de igual tempo ao civil, eletricitista da 2ª classe, João da Silva Mota, todas para tratamento de saúde;

De tres meses, ao cabo de esquadra Antenor da Silva, ao músico de 2ª classe João Francisco de Figueiredo, e, de igual tempo, em prorrogação, a Augusto da Silva Nunes, todos nos termos dos citados art. 4º e decreto n. 42.

— Por outra da mesma data, foram concedidos seis meses de licença ao tenente-coronel do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Artur Pereira de Almeida, nos termos do art. 1º, parágrafo unico e demais dispositivos do decreto n. 42 de 15 de abril de 1935.

— Por outras do dia 21 do corrente mês:

Foram concedidos seis meses de licença ao guarda-civil, Daniel Tosca e ao guarda do tráfego, Domingos Pessoa dos Santos, ambos do Quadro II deste Ministério, nos termos do art. 1º, parágrafo unico e demais dispositivos do supra citado decreto n. 42.

— Por outra do dia 24 do corrente mês, foram concedidos seis meses de licença, ao lustrador efetivo da Polícia Civil do Distrito Federal, Moacir Torres, nos termos do referido art. 1º, parágrafo unico do decreto n. 42.

— Por outras do dia 26 do corrente mês:

Foram concedidos seis meses de licença, em prorrogação, ao guarda-civil, classe E do Quadro II deste Ministério, José Antonio Gonçalves, nos termos do art. 1º, parágrafo unico e demais dispositivos do decreto n. 42, e, de tres meses, ao dito da mesma classe e Quadro, André Rodrigues, para tratamento de saúde.

— Por outra do dia 28 do corrente mês:

Foram concedidos seis meses de licença, ao medico legista Atila Torres, aos guardas civis Manoel Augusto e João Vieira Fontes, das classes K, E e F, respectivamente, todos do Quadro II deste Ministério.

Requerimentos despachados

Rodoval dos Santos. — Prove que o Gabinete de Identificação, não lhe fornece atestado de bons antecedentes ou folha corrida, por existir ali, unicamente, a nota de sua exclusão da Polícia Militar do Distrito Federal.

Ettore Medaglia. Solicite, primeiro, cancelamento á Polícia do Estado de São Paulo.

Cicero José Sampaio e Claudio Lobato. — Deferido.

Inacio da Araujo Dias, Virgilio Marcelino da Costa, Manoel Pereira Pedrosa de Araujo, Benvenuto de Oliveira, Mario do Carmo Negreiros Saia Lobato e Joviano Severino de Melo. — Indeferido.

Diretoria do Interior

ATOS DO SR. DIRETOR

Expediente do dia 30 de agosto de 1937

Requerimentos despachados

Alvaro Emilio dos Santos, solicitando certidão de Antonio Lopes Diniz. — Junte documento que prove ser delegado de Partido Eleitoral, afim de ser registrado.

Adolfo Bocikis e Jaime Reifman, solicitando certidões. — Requeiram certidões de título declaratório, querendo.

Inacio Joaquim da Costa, solicitando certidão. — Indique dia, mês e ano do decreto de sua naturalização.

Jacinto Pascoal Saraiva, solicitando certidão. — Reconheça a firma da petição.

Julio Cesar Marques Leite, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Justifique a divergencia encontrada nos documentos relativa ao nome de sua progenitora e junte novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local e atestado de antecedentes, com individual datiloscópica.

Manuel Domingos, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Cumpra a exigencia feita por despacho do 21 de novembro de 1936.

Lore Tendlau Knaut, residente no Estado de Pernambuco, solicitando naturalização. — Complete os selos que faltam nos documentos apresentados.

Eugenio Zoudine, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Sele convenientemente os documentos apresentados.

Hugo Einer Georg Egon Falkenberg, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Apresente requerimento de opção de nacionalidade brasileira, nos termos da 2ª parte da letra B do art. 106, da Constituição da Republica.

Moisés Ibraim Hallel, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Junte novos documentos do Instituto de Identificação e prova de seu meio de vida.

Artur Tavares, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Complete os selos dos documentos.

Julius Schlanger, residente no Estado do Pará, solicitando naturalização. — Seel convenientemente os documentos.

Maria da Conceição Gomes, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Complete o selo dos novos documentos e apresente nova folha corrida do Instituto de Identificação.

Alberto Zugueib, residente no Estado do Paraná, solicitando naturalização. — Apresente documento habil que prove nacionalidade e idade.

Firmino Aguilar, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Esclareça as divergencias encontradas na citação do seu nome nos documentos apresentados.

Alberto Borreio, residente no Estado do Paraná, solicitando naturalização. — Requeira com o seu nome civil, juntando nova documentação com esse nome.

José Borges, solicitando restituição de documentos. — Sim, mediante recibo.

José Maria Moure Fernandez, solicitando naturalização, residente nesta Capital. — Reconheça a firma do requerimento e junte prova de seu meio de vida.

Mateus Menasche, residente nesta Capital, solicitando título declaratório. — Esclareça as duvidas encontradas em divergencia de nomes.

Flora Menasche, residente nesta Capital, solicitando título declaratório. — Requeira naturalização expressa, querendo.

Afonso Pinto de Araujo, residente no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local e atestado de antecedentes, em tres vias, com individual datiloscópica.

Nils A. Blumfeldt, Manuela Cecilia Manzano Gomes, Kalil Mo-games, Santos Lereah, residentes no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Juntem novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local e atestado de antecedentes, com individual datiloscópica.

José Cozza, residente no Estado do Rio Grande do Sul, solicitando naturalização. — Apresente novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local e atestado de antecedentes, em tres vias, com individual datiloscópica.

Faiga Fues, residente no Estado da Bahia, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local e atestado de antecedentes com individual datiloscópica.

Americo Deutsch, residente no Estado de Minas Geraes, solicitando naturalização. — Apresente novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local e atestado de antecedentes com individual datiloscópica.

Ferdinando Baron Bianchi, e Manuel Rodrigues, residentes nesta Capital, solicitando naturalização. — Juntem novos documentos do Instituto de Identificação.

Salim Elias Lasmar e Giovanni Miuscovich, residentes no Estado de Minas Gerais, solicitando naturalização. — Juntem novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local.

João Frederico Guilherme Wleick, Moises Castiel, Acaio Guedes Resende e Emilio Dodeco, residentes no Estado do Rio Grande do Sul.

solicitando naturalização. — Juntem novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local.

José Marques, Sebastião Marques, Antonio da Rocha Sousa e Te-reza de Jesus Moita Caeiro, residentes no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Juntem novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local.

Antonio Correia, Adolfo Marcelo Garcia, Boris Mojauine, José Wortsman, Fuad Simão Raci, Francisca Luize Heymanns, Elvira Mondio, José dos Santos Macieira, Carlos Helfrich e Bernardino Saraiva, residentes no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Juntem novas folhas corridas da policia e das justicas local e federal.

Alvaro dos Santos Oliveira, solicitando certidão de Manuel Adriano de Araujo. — Não consta, na data indicada, decreto de naturalização.

Paulo Baeta Neves, solicitando certidões de Luiz Beckerman, Sebastião Ferreira do Amaral e Leonie Tolipan. — Apresente documento que prove ser delegado de Partido Eleitoral, afim de ser registrado nesta Diretoria.

Roger de Sousa Malhades, solicitando certidão de Manuel Loureiro Maldonado. — Junte documento que prove ser delegado do Partido Eleitoral, afim de ser registrado.

Ramon Henrique Gusmão, residente no Estado do Ceará, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas, da policia e das justicas federal e local.

Marcelino Domingues Mano, residente no Estado do Rio Grande do Sul, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local.

Antonio Emilio, Mario Schievano, Carlos Daun, Heinz Rosenbaum e Bruno Sperber, residentes no Estado de São Paulo, solicitando naturalização. — Juntem novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local.

José de Oliveira Junior, residente no Estado do Amazonas, solicitando naturalização. — Junte novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local.

João dos Santos, Celestino Francisco Leigo e Antonio Ramos Neves, residentes no Estado do Rio de Janeiro, solicitando naturalização. — Juntem novas folhas corridas da policia e das justicas federal e local.

Segunda Secção

ACTOS DO SR. DIRECTOR

Expediente do dia 30 de agosto de 1937

Requerimentos despachados

Valdemar A. Melo, delegado do Partido Autonomista do Distrito Federal, solicitando certidão de naturalização de José Lopes Lima. — Sele convenientemente o requerimento.

Valdemar A. Melo, delegado do Partido Autonomista do Distrito Federal, solicitando certidão de naturalização de Adolfo Buslik. — Apresente documento que prove ser delegado de Partido Eleitoral.

ACTOS DO SR. MINISTRO

Aditamento ao expediente do dia 17 de agosto de 1937

Adalberto de Sousa Nelo e outros sobre organização do Quadro de Terceiros Officiais da Secretaria de Estado. — Arquite-se de acordo com o parecer da Comissão de Eficiencia, do teor seguinte:

Parecer n. 197

No presente processo solicitam, os antigos Terceiros Officiais da Secretaria de Estado, deste Ministério, hoje Officiais Administrativos classe "I", a reorganização do respectivo Quadro, tendo em vista o tempo de serviço fornecido por certidões do Tribunal de Contas.

A Comissão, considerando:

a) que, por resolução do Conselho Federal do Serviço Publico Civil, foram organizados os Quadros de "Classificação de Funcionarios por ordem de antiguidade", tendo-se em vista o "tempo de serviço computado até 31 de dezembro de 1936 e apurado na conformidade do regulamento de cada repartição";

b) que a apuração de tempo de serviço sugerida pelos requerentes seria de difficil execução, dada a demora na obtenção de certidões tiradas das folhas de pagamento;

c) que os "Livros de assentamentos", existentes na Secretaria de Estado, fornecem elementos bastantes para a organização dos Quadros referidos;

d) que os interessados terão prazo razoavel, para reclamar contra a classificação feita por determinação do Conselho Federal do Serviço Publico Civil;

Resolve opinar pelo arquivamento do pedido, visto já terem sido organizadas as "classificações por ordem de antiguidade".

Urbano dos Reis Melo Filho, official administrativo da classe "I", sobre contagem de tempo. — Indeferido, de acordo com o parecer da Comissão de Eficiencia.

Otogamiz Valdemar de Melo Aroeira, terceiro official da Secretaria, sobre contagem de tempo. — Indeferido, de acordo com o parecer da Comissão de Eficiencia, do teor seguinte:

Parecer n. 198

No incluso requerimento, pede o Dr. Otogamiz Valdemar de Melo Aroeira sua classificação, em primeiro lugar, na classe "I" da carreira de Official Administrativo do Quadro I, por contar, em dobro, o tempo de serviço prestado, de 15 de março de 1927 a 6 de dezembro de 1936 no Serviço de Profilaxia Rural e por haverem outros funcionarios gozando inuras licenças a serem descontadas na antiguidade.

A Comissão considerando:

a) que o decreto n. 13.538, de 9 de abril de 1919, "mandando contar em dobro o tempo de serviço referido pelo peticionario", não declarou expressamente que tal vantagem fosse para o efeito de antiguidade, o que, aliás, seria injusto e atentaria contra direitos de terceiros;

b) que, portanto, a contagem em dobro do tempo mencionado s-lovada em conta para efeito de aposentadoria;

c) que já foi organizada a "Classificação de Funcionarios por ordem de antiguidade", na qual foi apurada unicamente o tempo liquido de serviço, e que, na referida "classificação", o requerent ocupa o terceiro lugar. Resolve opinar pelo indeferimento do pedido

Officios recebidos:

O Sr. Ministro recebeu do diretor do Arquivo Nacional o seguinte officio:

Arquivo Nacional — N. 206 — Rio de Janeiro, 19 de julho de 1937 — Exmo. Sr. ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores — Honrado com a designação de V. Ex. para representar o Ministério da Justiça no Conselho Brasileiro de Geografia em sua primeira reunião, que ocorreu de 2 a 17 do corrente mês, ali com pareci todos os dias, pontualmente, e tomei parte em todas as sessões realizadas. Os trabalhos correram com absoluta normalidade e grande eficiencia, sendo varias e importantes as deliberações tomadas. A secretaria do Conselho está providenciando para a tiragem de copia roneografada de toda a materia votada, afim de remete-la ás Instituições que se fizeram representar.

Nos seguros moldes em que foi vasado o novo organismo de coordenação dos trabalhos geograficos do País repousa a confiança de que se tornará capaz e digno de contribuir para o desenvolvimento da cultura nacional. A V. Ex. ficará o Brasil a dever esse Instituto Cultural, sem modelo alhures e digno de ser imitado por outros povos cultos. Congratulo-me, pois, com V. Ex. pela instalação do Conselho Brasileiro de Geografia, nascido sob os auspícios do patriotismo vigilante de V. Ex. nas memoraveis reuniões do Itamarati. Saudes e fraternidade. — João Alcides Bezerra Cavalcanti, diretor.

Imprensa Nacional

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Requerimento despachado

Dia 19 de agosto de 1937

Manoel Antonio de Lima (M. 70.673-37). — Encaminhe-se

Dia 28

Abel Joaquim da Silva (M. 70.733-37). — Certifique-se o que constar.

Ministério da Educação e Saúde

Diretoria de Contabilidade

(*) O Serviço de Aguas e Esgotos no Distrito Federal pede autorização para execução de reparos no Depósito de Materiais do Laboratório de Análises e remodelações nas instalações sanitarias da sede, cujas despesas estão orçadas em 72:416\$500. O Sr. Presidente da Republica exarou o seguinte despacho: — Autorizado, em 10-8-37. — GETULIO VARGAS. (S.E. 13.693-37.)

(*) O Serviço de Aguas e Esgotos no Distrito Federal pede autorização para a instalação de 10 postos de cloração em captações de mananciaes do abastecimento desta Capital, bem como de um arqui vo de pantãs, em aço, com o respectivo fihario, cujas despesas estão orçadas em 94:800\$000. O Sr. Presidente da Republica exarou o seguinte despacho: — Autorizado, em 10-8-37. — GETULIO VARGAS. (S.E. 13.692-37.)

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 18 de agosto de 1937

Hospital São Salvador, de Além Paraíba (Minas Gerais), requerendo auxilio para o corrente ano. — Apresente a comprovação do auxilio concedido para o 1º semestre de 1936. (S.E. 7.686-37.)

(*) Publica-se novamente por ter sido publicado com incorrecções.

Asilo de Orfãos São Vicente de Paulo, de Florianópolis (Santa Catarina), para pagamento do auxílio concedido para o 2º semestre de 1936. — O interessado deve apresentar requerimento para pagamento por exercício encerrado. (S.E. 658-36.)

Ginásio Imaculada Conceição, de Corumbá (Mato Grosso), pedindo auxílio para o corrente ano. — Apresente prova de personalidade jurídica. (S.E. 4.900-37.)

Associação das Senhoras de Caridade, de Joazeiro (Ceará), requerendo auxílio para o corrente ano. — Apresente prova de personalidade jurídica. (S.E. 7.874-37.)

Centro Espirita São Vicente de Paulo, de São Paulo, requerendo auxílio para o corrente ano. — Apresente devidamente a prestação de contas relativa ao auxílio concedido para 1936 e atestados habéis, de acordo com o decreto n. 20.351, de 1931. (S.E. 7.781-37.)

Hospital dos Pobres, de São Borja (Rio Grande do Sul), pedindo pagamento do auxílio concedido para 1936, por exercício encerrado. — Sêde devidamente os documentos apresentados. (S.E. 5.952-37.)

Orfanato N. S. das Dores, de Bezerros (Pernambuco), apresentando prestação de contas do auxílio concedido para 1936. — Aprovo a comprovação apresentada. (S.E. 6.579-37.)

Policlínica, de São Paulo, apresentando prestação de contas do auxílio concedido para 1935. — Aprovo a comprovação apresentada. (S.E. 15.997-37.)

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO

Dia 13 de agosto de 1937

Dr. Raul de Almeida Magalhães e outros, requerendo pagamento de diferença de vencimentos. — Indeferido, por falta da existência de decretos de nomeação dos requerentes. (S.E. 17.960-36.)

Dia 16

Hospital D. Malan, de Petrolina (Pernambuco), requerendo auxílio para o corrente ano. — A instituição não tem, ainda, dois anos de funcionamento, pelo que não pôde ser atendida. (S.E. 7.254-37.)

Dia 18

Associação das Damas de Caridade, de Cambuquira (Minas Gerais), requerendo auxílio para o corrente ano. — Apresente prova de personalidade jurídica. (S.E. 7.684-37.)

Diretoria do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 28 de agosto de 1937

Portaria n. 2.922 — Contratando Dora Vivaqua, a partir de 28 de agosto até 31 de dezembro do corrente ano, para inspetora de estabelecimento de Ensino Comercial, com a remuneração mensal de 500\$000, correndo a despesa por conta da verba 1ª, consignação "Pessoal Variável", sub-consignação n. 5, título I do orçamento vigente.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Requerimentos despachados:

Dia 26 de agosto de 1937

Processos:

N. 5.825-37 — Oswaldo Alberto de Oliveira, pedindo atestado. — Dê-se certidão.

N. 4.479-37 — Vicente Teixeira da Bôa Morte, pedindo certidão. — Sim, nos termos da informação.

N. 2.217-36 — Lucia Lourença Gomes, pedindo retificação de nome. — Deferido à vista do parecer.

Dia 27

N. 2.018-37 — Manoel dos Santos, pedindo abono de faltas. — Deferido à vista do parecer da Comissão de Eficiência.

Dia 28

N. 6.365-37 — Hugo Dias Torrentes, pedindo contagem de tempo em dobro. — Apresente atestado comprovando dedicação, zelo e assiduidade no serviço, bem como certidão do tempo de serviço que deseja seja contado pelo dobro.

N. 4.912-37 — João de Araujo, pedindo certidão. — Deferido.

Dia 30

Licença:

N. 5.813-37 — A Luiz Antonio de Novais, auxiliar de escrita de 5ª classe do Serviço de Águas e Esgotos, 6 meses, nos termos do artigo 16, do decreto 14.663, de 1-2-921, a partir de 1 de julho findo.

Divisão do Ensino Comercial

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 17 de agosto de 1937

Requerimentos despachados:

José Freire Mendes Junior. — Deferido; Olga de Assis Silveira. — Deferido; Armenio Salatino. — Deferido; Antonio Peralta Filho. — Deferido; à vista das informações do fiscal Antonio da Silveira Barbosa; Silvino Silveira Gonçalves. — Deferido; Eloy Arcos Cristofersen. — Deferido de acordo com a informação do fiscal Antonio Luiz da Silveira Barbosa; Dulio Alves. — Deferido de acordo com a informação do fiscal Antonio Luiz da Silveira Barbosa; David Domingues da Silva. — Deferido; Nelson Velasco. — Deferido de acordo com a informação do fiscal Antonio Luiz da Silveira Barbosa; Pedro Maciel Pacheco. — Deferido, pagas as taxas.

Diplomas:

Luiz Gonzaga Mendes de Lacerda — P. Cont. pela Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro; Evaristo Rebelo da Silva — P. Cont. pela Escola de Comércio Alvares Penteado; Edmundo Paqueti — P. Cont. pela Escola de Comércio Alvares Penteado; Acacio A. de Sá — G. livros pela Academia Livre de Comércio da Fenix Caixeiral Paraense. — Despachados.

Guimar Passaglia — P. Cont. pela Escola de Comércio José Bonifácio de Uheraba; Marília Beirão da Silva — Cont. pelo Instituto La-Fayette; Aarão Ziberberg — Cont. pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro; Oswaldo Vicentin — P. Cont. pela Escola de Comércio do Liceu Coração de Jesus. — Registrados.

Offícios:

N. 4.609 ao Diretor do Colégio N. S. Auxiliadora de Manáos, 4.610 ao Diretor do Instituto Salesiano D. Bosco; 4.611 ao Diretor da Escola Superior de Comércio do Ginásio Gonzaga; 4.612 ao Diretor da Escola Comercial Feminina da Baía; 4.613 ao Sr. Ministro Gustavo Capanema.

Dia 20

João Batista Coelho. — Requeira a escola

Dia 23

Offícios:

Ns. 4.614 ao Diretor do Colégio São José; 4.615 ao Diretor do Curso Freicinet; 4.616 ao Diretor do Instituto Comercial anexo ao Ginásio Estadual Santa Maria; 4.617 ao Diretora do Colégio Stafford; 4.618 ao Diretor da Escola de Comércio anexo ao Ginásio S. Paulo; 4.619 ao fiscal Plínio Ribeiro Cardoso; 4.620 ao fiscal Eduardo Antonio de Matos; 4.621 ao fiscal regional Eduardo Antonio de Matos; 4.622 ao fiscal Aduaneiro Antonio de Matos; 4.623 ao fiscal Rui Barbosa Batista Pereira; 4.624 ao fiscal Aristoteles Poch; 4.625 ao fiscal Aristoteles Poch; 4.626 ao fiscal Aristoteles Poch; 4.627 ao fiscal Agostinho da Cunha e Castro; 4.628 ao fiscal Agostinho da Cunha e Castro; 4.629 ao fiscal José Rodrigues Mendes; 4.630 ao fiscal Albio de Faria Petrucci; 4.631 ao fiscal Albio de Faria Petrucci; 4.632 ao fiscal Albio de Faria Petrucci; 4.633 ao fiscal Elvira Poch; 4.634 ao fiscal Paulo Ferreira Campanhã; 4.635 ao fiscal José Viana Marques; 4.636 ao fiscal Gumerindo C. de Almeida Moraes; 4.637 ao fiscal Adherbal Galvão de Queiroz; 4.638 ao fiscal Luiz Francisco Fernandes; 4.639 ao fiscal Paulo Ferreira Campanhã; 4.640 ao fiscal Emanuel da Cunha Viana; 4.641 ao fiscal Jurandir Sitaro da Costa; 4.642 ao fiscal Fernando Pombo Dorneles; 4.643 ao fiscal Benedito Lino Soares; 4.644 ao fiscal José Seixas Queiroz Junior; 4.645 ao fiscal Alisson Capanema; 4.646 ao fiscal José Seixas Queiroz Junior; 4.647 ao fiscal Luiz Mendes Ferreira; 4.648 ao fiscal José Faria de Castro; 4.649 ao fiscal Archirio Pinto Amando; 4.650 ao fiscal Aristoteles Ferreira Pires; 4.651 ao fiscal Aristoteles Ferreira Pires; 4.652 ao fiscal Francisco de Avelar Baltazar da Silveira; 4.653 ao fiscal Plínio Ribeiro Cardoso; 4.654 ao fiscal Hugo de Meira Lima; 4.655 ao fiscal Wilson Lion de Araujo; 4.656 ao fiscal Ary de Miranda Lima; 4.657 ao fiscal Avelino Pires de Oliveira; 4.658 ao fiscal Miguel Andrade Neves Meireles; 4.659 ao fiscal Miguel Andrade Neves Meireles; 4.660 ao fiscal Tulio Moraes Barcelos; 4.661 ao fiscal Fernando Pombo Dorneles; 4.662 ao fiscal Fernando Pombo Dorneles; 4.663 ao fiscal José S. Queiros Junior; 4.664 ao fiscal Edgard da Silva Melo; 4.665 ao fiscal Luiz E. D. da Fonseca; 4.666 ao fiscal Horacio Nobrega de Oliveira; 4.667 ao fiscal Romeu Sebastião Neves; 4.668 ao fiscal Valentina Brandão Silva; 4.669 ao fiscal Valentina Brandão Silva; 4.669-A ao fiscal Aida Ramos da Fonseca Hermes; 4.670 ao fiscal José Viana Marques; 4.671 ao fiscal Abdon da Costa Andrade Pimentel.

Dia 24

Offícios:

Ns. 4.672 ao Diretor da Despesa do Tesouro Nacional; 4.673 ao Diretor da Despesa do Tesouro Nacional; 4.674 ao Diretor da Despesa do Tesouro Nacional; 4.675 ao Diretor da Contabilidade do Ministério da Educação e Saúde.

Circular: de 4.676 a 5.121.

Dia 25

Offícios:

Ns. 5.122 ao Sr. Administrador Lucio Manoel dos Santos Mendonça; 5.123 ao fiscal Fernando Pombo Dorneles; 5.124 ao Diretor do Curso Freicinet; 5.125 ao fiscal regional Archirio Pinto Amador; 5.126 ao fiscal Otavio Ahrends; 5.127 ao fiscal Abdon da Costa Andrade Pimentel; 5.128 ao fiscal José de Oliveira; 5.129 ao fiscal José Marciliano da Costa Junior.

Dia 26

Requerimentos despachados:

José Simões Junior. — Deferido, pagas as taxas; Diretor da Faculdade de Comércio Conselheiro La-Fayette. Certifique-se o que constar, paga a taxa devida; Francisco Silva. — Deferido Autorizo a entrega da certidão solicitada, mediante recibo e traslado.

Offícios:

Ns. 5.130 ao Diretor da Faculdade de Comércio Clemente Fauraz; 5.131 à Diretora do Colégio N. S. das Mercês; 5.132 à Diretora do Colégio N. S. das Mercês; 5.133 ao Diretor do Instituto Renascença; 5.134 ao Diretor do Colégio Sagrado Coração de Jesus; 5.135 ao Diretor do Ginásio Santa Cruz; 5.136 ao Diretor do Colégio Aurora; 5.136-A ao Diretor da Academia Livre de Comércio anexo a Fenix Caixaerial Paraense; 5.137 ao fiscal Alvaro Ernesto de Araujo; 5.137-A ao fiscal Renato Watson; 5.138 ao fiscal Clovis Castanho Carneiro; 5.138-A ao fiscal Pedro Eustachio Vieira; 5.139 ao fiscal Edmir Pederneiras Furquim; 5.139-A ao fiscal Otacilio S. P. Barreto; 5.140 ao fiscal Pedro Eustachio Vieira; 5.140-A ao fiscal Raimundo de Azeredo Santos; 5.141 à fiscal Olga de Assis Silveira; 5.141-A ao fiscal Raimundo de Azeredo Santos; 5.142 ao fiscal José Rodrigues Mendes; 5.142-A ao fiscal Raimundo de Azeredo Santos; 5.143 Frederico Rocha Morsch; 5.144 ao fiscal Waldemar Moreira Sampaio; 5.145 ao fiscal Eduardo Antonio de Matos; 5.146 ao fiscal Oscar do Amaral Spilborghs; 5.147 ao fiscal Francisco Roberto de Almeida Junior; 5.148 ao fiscal Eduardo Antonio de Matos;

Serviço de Aguas e Esgotos do Distrito Federal

Expediente despachado pelo Sr. Diretor:

Offícios:

N. 1.801 — Ao Sr. Diretor da Receita da Prefeitura do Distrito Federal, remete relação de ruas esgotadas no Leblon;
N. 1.803 — Ao Sr. Representante da Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, pede ligação de luz elétrica;
N. 1.805 — Ao Sr. Representante da Companhia Telefonica Brasileira, pede transferencia de aparelho telefonico;
N. 1.807 — Ao Sr. Diretor da Recebedoria do Distrito Federal, remete rões para cobrança da taxa de saneamento do corrente exercicio;
N. 1.809 — Ao Sr. Ministro, remete requerimento de licença do escrivão da letra F, Alvaro de Oliveira;
N. 1.811 — Ao Sr. Representante da Companhia Telefonica Brasileira, referente ao officio n. T-1612 de 12 do corrente;
N. 1.813 — Ao Sr. Juiz Federal Substituto da 1.ª Vara do Distrito Federal, sobre comparecimento de um funcionario em Juizo;
N. 1.815 — Ao Sr. Juiz da 7.ª Vara Criminal, sobre comparecimento de um empregado em Juizo;
N. 1.817 — Ao Sr. Diretor de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal, pede emplacamentos de automoveis;
N. 1.819 — Ao Sr. Diretor da Recebedoria do Distrito Federal, pede inclusão nos rões da taxa de saneamento dos anos de 1933 a 1936 para o predio n. 187 da rua São Carlos;
N. 1.821 — Ao Sr. Diretor da Recebedoria do Distrito Federal, pede sejam incluídos nos rões da taxa de saneamento dos anos de 1935 e 1936 os imovis ns. 57, 57-A e 59-XII da rua Pinheiro Guimarães;

Requerimentos despachados pelo Sr. Diretor:

Requerimentos:

N. 9.874-57 — Jaime Campos — Não pode ser atendido á vista do informado;
N. 16.131-36 — Alberto de Almeida Corrêa — Deferido á vista das informações da S. de Contabilidade.
N. 5.933-57 — Sociedade Anonima Marvin. — Não pôde ser atendido á vista do informado.
N. 8.637 — Adelia Presta Barreto. — Deferido de acordo com o informado.
N. 5.264-57 — Saulino Alves e outros. — Não podem ser atendidos presentemente.
N. 8.653-57 — Manoel de Oliveira Brandão Sobrinho. — Não pôde ser atendido á vista do informado.

Requerimento despachado pelo Sr. Engenheiro Chefe da 3.ª Divisão:

Requerimentos:

N. 7.623-37 — Reivaldo Pereira Bastos — Deferido.
N. 8.165-57 — Alfredo José Ricardo Sant'Ana — Compareça 3.ª Divisão.
N. 8.451-37 — Joaquim Moreira de Souza. — Deferido.
N. 8.687-37 — Joaquim de Oliveira. — Deferido.
N. 8.689-37 — Manoel Quintino dos Santos. — Deferido.
N. 8.956-57 — Casemiro dos Santos. — Deferido.
N. 8.980-37 — Gonçalo Cozar Pimentel. — Deferido.

N. 9.345-37 — Caixa Construções de Casas M. da Marinha. — Instale-se um hyd. de 15 mjm.

N. 9.376-37 — Manoel Francisco Canejo. — Deferido.

N. 9.383-37 — Maria Francisca Vieira — Compareça á Sala de Expediente.

N. 9.409-37 — Elida Sofia Figueiredo Oya. — Deferido.

N. 9.421-57 — Leoncio Pães Barreto. — Deferido.

N. 9.488-37 — Manoel Martins Moreira. — Deferido.

N. 9.509-57 — Manoel Joaquim Marinho. — Deferido.

N. 9.542-37 — Renato de Almeida Guilobel. — Deferido.

N. 9.560-37 — Herculano da Rocha Viana. — Deferido.

N. 9.608-37 — João Teixeira. — Deferido.

N. 9.645-37 — Francisco da Mota. — Deferido.

Ministério da Fazenda

Ministério dos Negócios da Fazenda — Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1937 — Circular n. 16.

Declaro aos Srs. chefes de repartições subordinadas a este Ministério, para seu conhecimento e devidos fins, que convido aos interesses do fisco e aos do comércio o empacotamento do chá em volumes de peso inferior a 100 gramas, os quais não suportam o pagamento da taxa de \$100 a que se refere o art. 39, § 19, letra c, do decreto n. 22.262, de 28 de dezembro de 1932, fica permitido o acondicionamento do produto em volumes de 20 gramas, sujeitos á taxa de \$20, cobrando-se mais \$20 por 20 gramas ou fração. — Arthur de Souza Costa.

Diretoria do Expediente e do Pessoal do Tesouro Nacional

(*) Despacho proferido pelo Sr. Presidente da República na exposição n. 1.065 — Gabinete do Sr. Ministro da Fazenda. — Proceda-se de acôrdo com o parecer do Tribunal de Contas, para o que concedo a necessaria autorização.

Em 23 de agosto de 1937. — GETULIO VARGAS.

Exmo. Sr. Presidente da República.

Tenho a honra de submeter á aprovação de V. Ex. a relação do pessoal tarefeiro da Diretoria de Estatística Economica e Financeira do Tesouro Nacional. Percebendo esse pessoal de acôrdo com o serviço que executa, não pode ele ser considerado contratado, com remuneração certa, e por isso não foi incluído na relação publicada no suplemento do *Diário Oficial* de 17 de fevereiro próximo passado.

Sucede, porém, que o Tribunal de Contas julga indispensavel o preenchimento dessa formalidade (aprovação e publicação) afim de que possa autorizar o registro da respectiva despesa.

Rio, 18 de agosto de 1937. — A. S. Costa.

DIRETORIA DE ESTATISTICA ECONOMICA E FINANCEIRA

(Ministério da Fazenda)

Relação dos tarefeiros desta Diretoria que deixou, por omissão, de ser publicada no "*Diário Oficial*" de 17 de fevereiro de 1937

1. Zila de Souza.
2. Dagmar Soares Leitão.
3. Ana Achtschim.
4. Iolanda Câmara.
5. Mauricio de Miranda Fortes.
6. Marina Pereira Russomano.
7. Aldeir Leão Balceiro.

Nota — O pessoal tarefeiro recebe de acôrdo com a tarefa que executa. Incumbe-lhe o serviço de perfuração de cartões e a conferência dos mesmos.

Requerimentos despachados

Pelo Sr. Ministro:

N. 46.074-37 — Banco Mercantil do Rio de Janeiro, pedindo autorização para fazer uso da máquina de selar a que se refere a circular do Ministério da Fazenda, n. 1, de 6 de janeiro de 1936. — Deferido o pedido de fls. 2, de acôrdo com os pareceres.

— Pelo Sr. Diretor do Expediente e do Pessoal:

N. 50.240-37 — Augusto de Orago Carvalho, pedindo certidão do teor do processo fichado no Tesouro Nacional, sob n. 33.126-82. — Certifique-se em termos.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DO EXPEDIENTE E DO PESSOAL

Dia 30 de agosto de 1937

Offício:

Ao Sr. Delegado Fiscal no Espírito Santo:
N. 94 — Comunicando, em solução á consulta feita em telegrama n. 671, de 12 do corrente, que, tendo em vista a decisão do Sr. Pre-

(*) Reproduz-se por ter sido publicado como inserto no *Diário Oficial* de 28 do corrente.

idente da República, publicada a fls. 15.471, do *Diário Oficial*, de 20 de julho próximo findo, os empregados contratados têm direito a licenças remuneradas, de acordo com o decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, quando por motivo de moléstia.

Diretoria das Rendas Internas

Dia 30 de agosto de 1937

N. 518 — O Diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional faz publicar, de acordo com o § 3º do art. 68, do vigente regulamento do imposto de consumo, a tabella de marcas e pesos dos produtos da fábrica de perfumarias, de propriedade da firma Antônio José Del Rosso, sita à rua Dr. Clementino n. 74, na capital do Estado de São Paulo. (Processo n. 60.043, de 1937).

Antônio José Del Rosso, firma estabelecida no bairro de Belém-zinho à rua Dr. Clementino n. 74, para os efeitos do disposto em o art. 4º do Decreto 24.604, de 6 de julho de 1934, comunica que as bases legais para a cobrança do imposto de consumo dos produtos de sua indústria, são:

Nome ou marca dos produtos (1) — Classificação fiscal (2) — Peso de unidade (3) — Imposto (4) — Observações

Oleo, XII, 100 gramas, \$200.

Brilhançina, XI, 60 gramas, \$300.

Pó sabão sem perfume, XV, 500 gramas, \$200.

Talco perfumado, VIII, 500 gramas, \$600.

Loções, II, 300 gramas, \$1000.

Loções, II, 450 gramas, \$1500.

Loções, II, 600 gramas, \$2000.

Sr. Sub-Diretor:

Confrontando as marcas e pesos descritos nesta tabella, em os constantes dos talões, notas de venda e faturas da firma Antônio José Del Rosso, estabelecida à Rua Dr. Clementino n. 74, verifiquei a exatidão das mesmas.

São Paulo 16 de junho de 1937. — Antonio R. de Miranda Sobrinho, Agente Fiscal.

N. 519 — O Diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional declara ao Sr. Sub-Diretor, interino, da 2ª Sub-Diretoria, para seu conhecimento e devidos efeitos, que o Sr. Diretor Geral da Fazenda Nacional, pela portaria n. 171, de 26 do fluente, resolveu que o escrivão da classe "F", quadro V, da Casa da Moeda, Celina Vasques Moreira Sampaio, com exercício nessa mesma Sub-Diretoria, passe a servir na Diretoria do Domínio da União conforme consta do ofício n. 367, do dia 28 último, da Diretoria do Expediente e do Pessoal.

Ao Sr. Delegado Fiscal no Estado do Rio de Janeiro:

N. 122 — De conformidade com o despacho desta Diretoria, exarado em 25 do fluente, no processo fichado sob n. 51.742, de 1937, em que a "Aliança da Baía Capitalização S. A." reclama contra a sua congênere "Companhia Construtora Nacional Limitada", com sede na capital desse Estado, que ante-põe, nos títulos, anúncios e outros documentos, o dístico "Providência Capitalização", solicita urgentes providências no sentido de ser notificada a mesma a fazer cessar a irregularidade reclamada sob pena de cassação da respectiva carlapatente como foi, já, recomendado a essa Delegacia na ordem número 131, de 11, de dezembro de 1936, desta Diretoria.

Ao Sr. Delegado Fiscal no Estado do Maranhão:

N. 42 — Comunicando, para os devidos fins, que o Sr. Diretor Geral da Fazenda Nacional, a quem foi presente o processo fichado sob n. 60.002, de 1937, em que José Gregório Romeu, escrivão da coletoria das rendas federais em São Luís Gonzaga e Bacabal, promovido para o lugar de coletor federal em Humberto de Campos, nesse Estado, depe sessenta dias de prazo, em prorrogação, para prestar a fiança, a que está sujeito, deferiu, por despacho de 23 do fluente, a solicitação em apreço, de acordo com o parecer emitido por esta Diretoria, devendo a prorrogação ser contada a partir da data em que o interessado tiver conhecimento da presente decisão.

Ao Sr. Diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura:

N. 1.501 — Transmitindo o processo, fichado no Tesouro Nacional sob n. 55.743, de 1937, em que Josias Carvalho pede autorização para comprar pedras preciosas, solicita audiência a respeito.

Ao Sr. Diretor da Recebedoria do Distrito Federal:

N. 369 — Para os fins indicados no despacho da Diretoria Geral da Fazenda Nacional, transmite, o processo fichado no Tesouro Nacional sob n. 15.452, de 1937, em que é interessada a Sociedade Anônima Diário da Noite.

FISCALIZAÇÃO BANCARIA

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 27 de agosto de 1937

N. 62.185-1937 — B. Moreira & Comp. Ltda., pedindo autorização para funcionar, nos termos do decreto n. 14.728, de 1921. — "Satisfaça-se a exigência".

N. 55.087-1937 — Borges & Irmão, pedindo o cancelamento de sua carla patente. — "Faça-a prova a que alude a informação".

Dia 30 de agosto de 1937

Ao Sr. Delegado Fiscal, no Estado de Minas Gerais:

N. 447 — Transmito, para o fins constantes do despacho, do Sr. Diretor Geral da Fazenda Nacional, o processo junto, fichado sob n. 34.738, de 1937, de interesse da firma Gontijo & Irmão, desse Estado.

N. 448 — Para os fins indicados no despacho desta Diretoria, restitua o processo fichado no Tesouro Nacional sob n. 18.418, de 1937, anexo ao de n. 51.479, de 1936, de interesse do "Banco de Lagôa Dourada", nesse Estado.

Ao Sr. Gerente do Bank of London South America Limited.

N. 1.500 — Com referência ao memorandum D 7, de 3 de julho último declara que se encontram, devidamente processadas nesta Diretoria, as guias para o recolhimento que deve esse Banco efetuar, aos sócios do Tesouro Nacional, de acordo com o decreto n. 1.508, de 17 de março deste ano, relativamente aos depósitos abandonados, no total de 122:923\$720, não incluída a quantia correspondente ao depósito — Baroneza Bomfim, na quantia de 181\$000, conforme pedido de cancelamento aludido no memorandum subsequente de 19, do mesmo mês, dessa Gerência.

Diretoria das Rendas Aduaneiras

Dia 26 de agosto de 1937

Ao Sr. Inspetor da Alfandega de Vitória:

N. 23 — Restituindo o processo fichado no Tesouro, sob número 22.773, deste ano, referente à consulta feita por essa Alfandega, sobre serviços extraordinários, procedidos no descarga do vapor italiano *Belvedere*, entrado nesse porto em 6 de setembro do ano passado, — declara, para os devidos fins, ter proferido, em data de 25 de agosto do corrente, o seguinte despacho:

"Consta deste processo que o vapor italiano *Belvedere*, entrado no porto de Vitória, no dia 6 de setembro do ano passado, prolongou suas operações naquele porto no dia 7 até às 17 horas e 50 minutos.

Por esta razão exigiram os guardas nele destacados o pagamento da gratificação de 30\$000 a cada um pelos 50 minutos de trabalho que alegaram ter excedido da hora legal.

O inspetor da Alfandega não decidindo a questão, como lhe cumpria fazê-lo, afetou-a a esta Diretoria que, de início, tomando conhecimento do fato, fez devolver o processo àquela Alfandega para serem prestados os esclarecimentos indicados pela 1ª Sub-Diretoria.

Intimada a companhia na pessoa de seus agentes, alegou pela petição de 27 de maio do corrente ano (fls. 12 a 13) que o serviço fora feito dentro da hora legal e em harmonia com a portaria número 131, de 17 de junho de 1935, da Inspetoria daquela Alfandega, baixada em cumprimento à Circular da Diretoria Geral n. 29 de 6 do mesmo mês.

Realmente todas as informações são acordes em que a operação do vapor terminou às 17,50 horas do dia 7.

Os funcionários da Guarda-moria daquela Alfandega, em suas informações procuraram justificar seu procedimento com as disposições do decreto n. 24.561, de 3 de julho de 1934, que estabelece 48 horas de serviço semanais.

Este regimen entretanto não tem aplicação ao serviço externo das Alfandegas que continúa obdecendo ao horario estabelecido no art. 77, da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

De acordo com esse dispositivo o serviço de carga e descarga começará às 7 horas para terminar às 18 horas com o intervalo destinado ao almoço.

Nestas condições, tendo a descarga terminado às 17,50 (5,50 da tarde), não ultrapassou o horario legal e por isso nenhum direito assiste aos guardas a qualquer gratificação extraordinária.

Duas circunstancias são necessarias para que tenha lugar o pagamento da gratificações por serviços extraordinários, a saber:

1º — Que o serviço executado fora da hora regulamentar, ou quando dentro desta hora, seja fora do local de fiscalização permanente.

2º — Que seja requerido pelos agentes de companhias de navegação ou pelos proprios comandantes de navios.

No caso presente nenhuma destas circunstancias ocorreu e ainda que houvesse occorrido a primeira, não teria cabimento o pagamento de gratificação porque a companhia por seus agentes nada requereu.

Restitua-se o processo á repartição de origem".

Dia 30

Ao Sr. Inspetor da Alfandega de Florianópolis:

N. 20 — Respondendo ao telegrama n. 154, fichado no Tesouro sob n. 42.129, deste ano, em que essa Alfandega solicita informação sobre qual a solução que se teria dado ao recurso do despachante aduaneiro Porfirio Almeida Gonçalves, a respeito do fisco de embarcações, declara, para os devidos fins, que o assunto foi resolvido com a expedição da circular n. 12, de 20 de março último, inserta no *Diário Oficial* do dia 23, a qual deverá ser por essa Alfandega rigorosamente observada.

N. 24 — Respondendo ao ofício n. 100, de 12 do mez corrente, em que essa Alfandega, visando esclarecer si a expressão "Combustível", referida no decreto n. 591, de 15 de janeiro do ano findo, deve ser compreendida na sua generalidade e, assim, extensiva a qualquer especie de carvão combustível, consulta sobre si os carvões de pedra e coque estão isentos da taxa de 2 % de previdencia social, declara que em face dos termos claros do art. 2º do decreto n. 612, de 14 de fevereiro de 1936, nenhuma duvida poderá subsistir quanto á exclusão do carvão de qualquer especie da incidencia da referida taxa.

Diretoria da Despesa Pública

Processos despachados pelo Sr. ministro da Fazenda:

Dia 14 de agosto de 1937.

N. 38.038-1936 — Pedro Paulo Castilho. — Arquite-se, de acôrdo com o parecer. (O parecer a que se refere o despacho do Sr. ministro, é o da Diretoria Geral, de 19-3-1937, do teor seguinte: "Como se vê dos documentos juntos, em 26 de maio de 1936, data da segunda petição apresentada pelo requerente, a divida reclamada já estava prescrita. Assim, de acôrdo com os pareceres, sou, tambem, pelo arquivamento do presente processo. A' consideração superior").

Dia 24

N. 37.118-1934 — Pedro Eloy Pereira Calado. — Em face do parecer, archive-se.

O parecer aludido, é o da Diretoria Geral da Fazenda Nacional, de 23 de junho de 1937, do teor seguinte: "O pedido não pôde ser tomado em consideração, em face do disposto nos arts. 1º e 3º do decreto n. 20.848, de 23 de dezembro de 1931; devendo, assim, ser arquivado o processo. A' consideração do Exmo. Sr. ministro".

Processos despachados pela Diretoria Geral da Fazenda Nacional:

Dia 20 de agosto de 1937.

N. 46.452-1937 — Luiza Palutine da Nobrega. — Convide-se a requerente provar, por meio de novo atestado, si é ou não a única herdeira do falecido operário Durval Soares da Nobrega.

N. 24.912-1937 — Carlos Celso de Ouro Preto. — Convide-se o interessado a requerer o pagamento pela forma indicada no parecer, consoante o disposto no art. 352 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Processos despachados pelo Sr. Diretor da Despesa:

Dia 17 de agosto de 1937.

N. 61.712-1936 — The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. — Satisfaca a exigencia. (Declarar o número de ordem do processo anterior, ou prestar esclarecimentos que habilitem a processo anterior, ou prestar esclarecimentos que habilitem a sabê-lo).

N. 61.714-1936 — The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Satisfaca a exigencia. (Idem).

N. 79.820-1936 — Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro. — Satisfaca a exigencia. (Idem).

N. 61.710-1936 — The Rio de Janeiro, Tramway, Light and Power Co. Ltd. — Satisfaca a exigencia. (Idem).

Dia 19

N. 58.346-1937 — Omar Dutra. — A' vista da informação, nada ha que deferir.

Dia 21

N. 57.711-1937 — Estrada de Ferro São Paulo. — Rio Grande — Indeferido, de acôrdo com o parecer. (O parecer alude que a divida está prescrita em face do art. 9º do decreto n. 20.910, de 6 de janeiro de 1932).

Dia 23

N. 10.742-1931 — Henrique Grepi. — Satisfaca a exigencia do parecer.

Dia 24

N. 39.517-1937 — Associação Geral de Auxílios Mutuos da Estrada de Ferro Central do Brasil. — Dirija-se, querendo, á Delegacia Fiscal em Minas Gerais.

Dia 26

N. 52.653-1937 — Antonio Corinto de Carvalho Frôes — Indeferido, de acôrdo com o parecer.

N. 19.798-1937 — Euthymio Gomes da Almeida. — Satisfaca a exigencia.

N. 47.744-1937 — General Hypolito Chagas Pereira. — Prove a qualidade em que requer.

Dia 27

N. 77.486-1936 — Augusta Rosa Jardim. — Preste os esclarecimentos a que alude o parecer.

N. 10.246-1937 — Sebastiana Antunes Leão. — Satisfaca a exigencia do parecer, bem como apresente novo mandato que contenha os requisitos prescritos no § 1º do art. 1.289, do Código Civil (quarta publicação).

N. 19.000 — Luiza Pereira Ribeiro. — Satisfaca a exigencia do parecer. (Terceira publicação).

Processos despachados pelo Exmo. Sr. ministro da Fazenda:

Dia 24 de agosto de 1937.

N. 29.553-1937 — Maria Edite Cosentino. — Em face do parecer, indeferido.

Câmara de Reajustamento Econômico

Expediente do dia 30 de agosto de 1937

Foram mandadas protocolar as petições de pedidos de reconsideração referentes aos processos de ns. 27.286 e 27.261.

Foram mandados notificar para cumprimento de formalidades indispensaveis os interessados nos processos de ns. 11.707 e 14.958. Por despacho do Sr. presidente, foram enviados ás respectivas Agencias do Banco do Brasil para a devida instrução os processos de ns. 14.645, 14.646, 16.424, 16.437, 16.438 e 16.454.

Foram mandados notificar para cumprimento de formalidades indispensaveis os interessados nos processos de ns. 22.006, 26.556 e 27.930.

O Sr. presidente despachou favoravelmente as petições em que os interessados nos processos de ns. 14.641, 26.217, 25.685, 14.662, 6.051, 26.470, 24.842, 14.954 e 5.989 pediam a juntada de documentos. Mandou-se dar as certidões pedidas de referencia aos processos de ns. 9.219, 20.619 e 26.812.

Sessão de 30 de agosto de 1937:

No processo n. 27.837, serie B (Ribeirão Preto, São Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatorio de fls. 51, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no debito de Augusto Junqueira e a consequente indenização de 9.500\$, em apolices, ao credor Rupp Teixeira & Comp., continuando a cargo dos devedores a fração não reajustavel de 285\$800, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente-relator. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel."

No processo n. 27.281, serie B (Descalvado, São Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatorio de fls. 29, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no debito de Benedito Barbosa Adorno e sua mulher e a consequente indenização de 2.500\$, em apolices, ao credor Euzebio Honorio da Silva, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustavel de 109\$545, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente-relator. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel."

No processo n. 27.824, serie B (Descalvado, São Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatorio de fls. 29, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no debito de Benedito Barbosa Adorno e sua mulher e a consequente indenização de 2.000\$000, em apolices, ao credor Luiz Tiengo, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustavel de 295\$342, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente-relator. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel."

No processo n. 27.924, serie B (Descalvado, São Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatorio de fls. em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no debito de Benedito Barbosa Adorno e sua mulher e a consequente indenização de 3.500\$, em apolices, ao credor Joaquim da Silva Franco, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustavel de 397\$739, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente-relator. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel."

No processo n. 28.007, serie B (Descalvado, São Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatorio de fls. 31, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no debito de Benedito Barbosa Adorno e sua mulher e a consequente indenização de 7.000\$000, em apolices, ao credor Pedro da Silva Franco, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustavel de 397\$739, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente-relator. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel."

No processo n. 12.703, serie C (Altinópolis, São Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatorio de fls. em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no debito de Hildebrando Crivelenti e outros e a consequente indenização de 32.000\$, em apolices, ao credor José Garcia de Barros, continuando a cargo dos devedores a fração não reajustavel de 165\$956, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — Sergio de Oliveira, presidente-relator. — Reginaldo Nunes. — Ernesto Rangel."

No processo n. 27.823, serie B (Descalvado, São Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatorio de fls. 30, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % no debito de Benedito Barbosa Adorno e sua mulher e a consequente indenização de 7.000\$, em apolices, ao credor Pompeo Brambilla, continuando a cargo dos de-

cores a fração não reajustável de 212\$190, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 28.008, série B (Descalvado, São Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 28, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de Benedito Barbosa Adorno e sua mulher e a consequente indenização de 4:500\$, em apolices, ao credor Sebastião Rodrigues de Sousa, continuando a fração dos devedores a fração não reajustável de 195\$557, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 14.956, série C (Amparo, São Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 12, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de Afonso Dantas Pereira sua mulher e a consequente indenização de 10:500\$, em apolices, ao credor Arthur Mauro de Arruda, continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de 293\$500, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 12.089, série C (Patos, Minas Gerais): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 35, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de José Braga Lopes e sua mulher e a consequente indenização de 3:500\$, em apolices, ao credor Vicente Sampaio, continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de 253\$350, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 8.393, série C (Ponte Nova, Minas Gerais): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 41, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de José Felipe de Freitas Castro e sua mulher e a consequente indenização de 33:000\$, em apolices, ao credor Banco Pontenovense, continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de 22\$310, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 9.535, série C (Jau, São Paulo): "decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 41, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de Luciano de Almeida Pacheco Prado e sua mulher e a consequente indenização de 36.500\$, em apolices, aos credores Figueiredo Lima & Comp. Ltda., continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de 433\$600, de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 9.537, série C (Jau — São Paulo). — Decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 37, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de Ismael de Arruda Rocha e sua mulher, e a consequente indenização de dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000), em apolices, aos credores Figueiredo Lima & Comp. Ltda., continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de quatrocentos e setenta e seis mil e cem réis (476\$100), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, Relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 27.360, série B (Piratininga — São Paulo). — Decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 51, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de Vicente Nunes Pereira e a consequente indenização de dez contos de réis (10:000\$), em apolices, aos credores Barros Pimentel & Comp., continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de duzentos e setenta e três mil duzentos e vinte e cinco réis (273\$225), de conformidade com o decreto n. 23.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*, Relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 9.534, série C (Jau — São Paulo). — Decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 34, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de João Batista de Miranda Prado e sua mulher, e a consequente indenização de vinte contos e quinhentos mil réis (20:500\$000), em apolices, aos credores Figueiredo Lima & Comp. Ltda., continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de quatrocentos e noventa mil setecentos e noventa e cinco mil réis (490\$750), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*, Relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 9.442, série C (Nepomuceno — Minas Gerais). — Decidiu-se adotar as conclusões do relatório de fls. 37, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de José Piva e sua mulher, e a consequente indenização de dez contos de réis (10:000\$000), em apolices, ao credor Francisco Bernardes dos Reis Pinto, continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de quatrocentos e sessenta e dois mil duzentos e setenta e sete réis (462\$277), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*, Relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 12.444, série C (Coruripe — Alagoas). — Decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 35, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de Samuel Palmeira Sami e sua mulher, e a consequente indenização de vinte e cinco contos de réis (25:000\$000), em apolices, ao credor Francisco Roemberg Gama, continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de cento e oitenta e sete mil seiscentos e cinquenta réis (187\$650), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*, Relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 23.047, série B (Recife — Pernambuco). — Decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 39, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de Pedro Demétrio Pereira de Melo e sua mulher e a consequente indenização de cinco e cinco contos de réis (105:000\$000), em apolices, ao credor Leopoldo Marinho de Paula Lins, continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de..., de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*, Relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 11.610, série C (Cachoeiro de Itapemirim — Espírito Santo). — Decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 37, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de João Gera e outro, e a consequente indenização de dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000), em apolices, ao credor Francisco Merenda, continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de trezentos mil réis (330\$000), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, Relator.

No processo n. 11.031, série C (Mogi-Mirim — São Paulo). — Decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 24, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de Antonio Silveira e Ramalho e sua mulher, e a consequente indenização de vinte e dois contos de réis (22:000\$000), em apolices, ao credor Caelano Ramalho e outros, continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de oitenta e seis mil e novecentos réis (86\$900), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, Relator.

No processo n. 4.516, série C (Livramento — Rio Grande do Sul). — Decidiu adotar as conclusões do relatório de fls. 87, em virtude das quais são concedidas a redução de 50 % do débito de Moisés Pereira Viana e sua mulher (sucessão), e a consequente indenização de duzentos e dezoito contos e quinhentos mil réis (218:500\$000), em apolices, ao credor Estado do Rio Grande do Sul continuando a carga dos devedores a fração não reajustável de trezentos e cinco mil trezentos e cinquenta réis (305\$350), de conformidade com o decreto n. 24.233, de 12 de maio de 1934. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, Relator.

No processo n. 24.369, série B (Santo Antonio do Rio Abaixo — Mato Grosso), em que é declarante Banco Nacional de Comercio. — Decidiu-se adotar a conclusão do relatório de fls. 44, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, Presidente-Relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 4.603, série C (São João del-Rei — Minas Gerais), em que é declarante João Batista do Carmo. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 28, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, Presidente-Relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 5.474, série C (Bariri — São Paulo), em que são declarantes Pascoal Rolini e outros. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 29, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, Presidente-Relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 12.260, série C (Teixeira Soares — Paraná), em que é declarante João José Zatar. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 34, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, Presidente-Relator. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 14.467, série C (Anadia — Alagoas), em que é declarante Banco Popular e Agrícola de Anadia. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 6, em virtude do qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*, Relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 12.574, série C (Camanducaia — Minas Gerais), em que são declarantes Francisco de Moura Leite e outros. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 19, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*, Relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 9.322, série C (Piracicaba — São Paulo), em que é declarante Joaquim da Costa Sampaio. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 33, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*, Relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 27.902, série B (Amparo — São Paulo), em que é declarante Antonio Borges de Almeida. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 22, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, Presidente. — *Reginaldo Nunes*, Relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 27.575, série B (Itatiba — S. Paulo) em que são declarantes Ferreira da Rosa & Comp. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 40, em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*.

No processo n. 15.893, série C (Lagôa Dourada — Minas Gerais) em que é declarante Josino Margarido da Cunha. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 6 em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 15.892, série C (Lagôa Dourada — Minas Gerais), em que é declarante Alvaro Barreto de Faria. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 6 em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 12.548, série C (Itajubá — Minas Gerais) em que é declarante, Banco de Itajubá. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 17 em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 14.909, série C (Nepomuceno — Minas Gerais) em que é declarante Casa Banc. Irmãos Menicucci. — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 22 em virtude da qual é denegado o reajustamento requerido. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ernesto Rangel*, relator.

No processo n. 27.194-B (Colina — S. Paulo). — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls., em virtude da qual "ex-vi" do parágrafo único do art. 16 do decreto n. 24.233, é concedida aos credores Junqueira Neto & Comp. a indenização de 647:500\$, em apólices, contra quitação de todo o débito de Olimpio de Souza Lima, sua mulher e as menores Sebastiana e Guiomar de Souza Lima, representadas por sua mãe D. Hemirena de Souza Lima. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

No processo n. 8.704-C (Itapetins — S. Paulo). — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 22, em virtude da qual é concedida a redução de 50 %, ou seja de 945\$700 no débito hipotecário (1:891\$400) de Inez Maria da Silva, sem indenização alguma ao credor Orlando Benedito Soares de Araujo, por haver este incorrido na penalidade do art. 40 do decreto n. 24.233. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

No processo n. 8.903-C (Jau — S. Paulo). — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 47, em virtude da qual fica obrigada a credora, S. A. Levi, a dar quitação plena a Bráulio Brasil Navarro do seu débito verificado, 14:954\$600, recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam 7:000\$000. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

No processo n. 27.640-B (Ribeirão Claro — Paraná). — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 66, em virtude da qual fica obrigado o credor Batista Minghini a dar quitação plena a João Pancier e sua mulher do seu débito verificado, 107:786\$724, recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam 53:500\$000. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

No processo n. 21.668-B (Paraitinga do Sul — Estado do Rio de Janeiro). — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 4-8, em virtude da qual ficam obrigados os credores Amelia Alves Coimbra, Francisco de Assis Vale Enília Coimbra Vale a dar quitação plena a Norberto da Medeiros Silva e sua mulher do seu débito verificado, 11:192\$, recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam 4:000\$, 500\$ e 500\$, respectivamente, a cada um dos credores supra mencionados. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

No processo n. 27.565-B (Sto. Antonio de Padua — Estado do Rio de Janeiro). — Decidiu adotar a conclusão do relatório de fls. 37, em virtude da qual ficam obrigados os credores Ribeiro Junqueira Irmão & Botelho — Miracema — a dar quitação plena a Augusto Jorge Brasil do seu débito verificado, 9:407\$300, recebendo, em apólices, 50 % do mesmo débito, ou sejam 4:500\$. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

Pedidos de reconsideração

No pedido de reconsideração n. 2.867 — processo n. 23.276-B (Pirajá — S. Paulo). — Resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 62 e seguintes e, assim sendo, conceder a redução de 50 % no débito reajustável, 27:421\$300 de Adolfo Ramos da Silva e outros e a correlata indenização, em apólices, de 13:500\$ aos credores Melão Nogueira & Comp., continuando a cargo dos devedores a fração irreejustável de 210\$650. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

No processo n. 8.343-C (Pedido de reconsideração n. 2.666) — (Guaxupé — Minas Gerais). — Resolveu, de acordo com os votos dos dois juizes revisores, dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 44 e seguintes e, assim sendo, conceder a redução de 50 % no débito reajustável de Jesuino Costa Monteiro e sua mulher e a correlata indenização de 64:000\$, em apólices, ao credor Banco Mineiro de Café, continuando a cargo dos devedores a fração irreejustável de 316\$000. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 2.276 — processo n. 1.910-C (Albuquerque Lins — S. Paulo). — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 72 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente-relator. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 2.952 — processo n. 3.374-C (Miraf — Minas Gerais). — Resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 18 e seguintes e, assim sendo, conceder a redução de 50 % no débito de Pedro Vespasiano de Albuquerque e a correlata indenização de 1:500\$, em apólices, ao credor Afonso Alves Pereira, continuando a cargo do devedor a fração irreejustável de 125\$000. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 2.596 — processo n. 5.834-C (Machado — Minas Gerais). — Resolveu dar provimento ao pedido de reconsideração formulado a fls. 58 e seguintes e, assim sendo, conceder a redução de 50 % no débito de João Pereira Lima e a correlata indenização de 8:500\$, em apólices, ao credor Banco Machadense, continuando a cargo do devedor a fração irreejustável de

401\$000. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reginaldo Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 2.978 — processo n. 26.733-B (Descalvado — S. Paulo). — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 28 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

No pedido de reconsideração n. 2.998 — processo n. 5.057-A (Porto Alegre — Rio G. do Sul). — Resolveu manter a decisão lançada a fls. 52 deste processo, julgando improcedente o pedido de reconsideração. — *Sergio de Oliveira*, presidente. — *Reg. Nunes*, relator. — *Ern. Rangel*.

Recebedoria do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 30 de agosto de 1937

Precatórios despachados:

Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Cumpra-se.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 100\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 100\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 100\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 100\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 100\$, a favor de Eugenio Fonseca. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 100\$, a favor de Eugenio Fonseca. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 217\$500, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 100\$, a favor de Eugenio Fonseca. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 100\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.

N. 23.386-937 — Caixas Registradoras National S. A. — Altere-se a classificação para "maquinas em pequena escala", a partir do lançamento inicial, feito em novembro de 1936.

N. 30.305-937 — S. A. Fabrica Santa Heloisa. — Imponho de acordo com o parecer a pena de revalidação correspondente ao selo devido. — Publicado o despacho e decorrido o prazo legal, remeta-se o processo à Procuradoria Geral da Fazenda Publica para inscrição da dívida.

N. 41.034-937 — Gaio, Marti & Comp. — Faça prova do valor locativo dado pela Prefeitura, para o imposto predial.

N. 25.473-937 — Petter Philippe Luz. — Reduza-se o valor locativo arbitrado para 34:000\$, no lançamento para o futuro exercício de 1938.

N. 27.071-937 — Monaco & Comp. Ltd. — De acordo com a informação e o parecer, indeferido.

N. 24.617-937 — Rio Palacio Hotel S. A. — Idem.

N. 41.037-937 — Gaio Marti & Comp. — Idem.

N. 29.437-937 — Sul America Capitalização. — Aceite-se o depósito de acordo com a informação e parecer.

N. 30.447-937 — S. A. Henry Rogers Sons & Comp. Ltd. — Imponho de acordo com o parecer a pena de revalidação, correspondente ao selo devido. — Publicado o despacho e decorrido o prazo legal, remeta-se o processo à Procuradoria Geral da Fazenda Publica, para a inscrição da dívida.

N. 30.445-937 — Madalena Bernardes Campanhac. — Idem.

N. 30.444-937 — João Perfeito Vaz Neves. — Idem.

N. 30.448-937 — Tomaz & Maritun. — Idem.

N. 30.446-937 — Santos & Cavalcanti. — Idem.

Precatórios despachados:

Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Cumpra-se.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 300\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.
Juizo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 200\$, a favor de Ernani Corrêa. — Idem.

Juízo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 100\$, a favor de Erpani Corrêa. — Idem.

Juízo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 200\$, a favor de Erpani Corrêa. — Idem.

Juízo da 2ª Vara Criminal, entrega de 600\$, a favor do Dr. Joaquim Leitão de Assunção. — Idem.

Juízo da 6ª Pretoria Criminal, entrega de 100\$, a favor de Erpani Corrêa. — Idem.

Auto n. 1.257-1937 — Alfredo Lima.

Prozada e confessada como se acha a infração descrita no auto de fls. 4, julgo-o procedente e imponho a Alfredo Lima a multa de 600\$000, mínimo do art. 53, do decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 888-1937. — Fouad Geammal & Comp.

Com fundamento nos arts. 112, § 1º, B, 88 e 122, do decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926, foi lavrado o auto de fls. 2, contra Fouad Geammal & Comp.

Consta do auto acima referido, que a firma já citada, remeteu, sem que fizesse acompanhar da nota de venda ou fatura, consignado a Jorge João Dabdade, um volume contendo tecidos.

No prazo regulamentar, a firma autuada apresentou suas razões de defesa, declarando que, em se tratando de mercadoria que paga o imposto por meio de guia, não é de se exigir a nota de venda ou fatura.

Tudo visto e bem examinado, e:

Considerando que o art. 112, § 1º, B, só obriga aos comerciantes atacadistas fornecerem ao comprador negociante a nota ou fatura, devidamente numerada, de todos os produtos, com exceção dos que pagam o imposto por meio de guia;

Considerando que a mercadoria remetida pela firma autuada, goza da isenção constante do art. acima aludido.

Resolvo julgar improcedente o auto de fls. 2 e determino o seu arquivamento, depois de feitas as necessárias anotações.

A 3ª Sub-Diretoria, para os devidos fins.

Auto n. 1.581-1937 — Tuffy Joon.

Provas e confessadas como se acham, as infrações descritas no auto de fls. 3, julgo-o procedente e imponho a Tuffy Joon, a multa de 200\$000, mínimo dos arts. 72, 81 e 112, § 6º, D, do decreto numero 17.474, de 6 de outubro de 1926.

Depositada a multa, entregue-se a mercadoria apreendida, observadas as formalidades regulamentares.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.530-1937 — Guilherme Ter Sperken.

Provas e confessadas como se acham, as infrações capituladas no auto de fls. 3, julgo-o procedente e imponho a Guilherme Ter Sperken, a multa de 200\$000, mínimo dos arts. 72 e 81, combinadas com o art. 54, letra B, alínea II, do decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Depositada a multa, entregue-se a mercadoria apreendida, observadas as formalidades regulamentares.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.274-1937 — Jorge de Oliveira & Oliveira.

Prozada e confessada como se acha, a infração descrita no auto de fls. 6, julgo-o procedente e imponho a Jorge de Oliveira & Oliveira, a multa de 200\$000, mínimo do art. 112, § 6º, A, do vigente regulamento do imposto de consumo.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.405-1937 — Francisco Lourenço & Comp.

Prozada e confessada como se acha, a infração capitulada na peça, base deste processo, julgo procedente o auto de fls. 4 e imponho a Francisco Lourenço & Comp., a multa de 200\$000, mínimo do art. 72, do decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos artigos 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 871-1937 — Alvaro Brasil.

Prozada e confessada como se acha, a infração descrita na peça, base deste processo, julgo procedente o auto de fls. 3-4 e imponho a Alvaro Brasil, a multa de 200\$000, mínimo do art. 111, § 4º, C, do decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se, por intermédio da Coletoria das Rendas Federais em Banana, para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º,

das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.091-1937 — Irmãos Ferreira da Silva Ltd, e outro. Consta do auto de fls. 2, a apreensão de um armário de madeira, sem selo, sem rotulo e desacompanhado da nota de venda ou fatura, remetido pela firma Irmãos Ferreira da Silva Ltd, a um particular, residente em Santa Tereza.

No prazo regulamentar, a firma autuada apresentou suas razões de defesa, declarando que a mercadoria apreendida fora remetida ao seu estabelecimento, para o fim de ser pintada o que, entretanto, não chegou a fazer-se por ter o fabricante Caetano, Sampaio & Comp. Ltd., resolvido laquea-la, sendo feita a remessa para o laqueador e, nessa ocasião, quando a mercadoria se encontrava em trânsito, foi feita a apreensão.

Envolvida no processo, foi a firma Caetano, Sampaio & Comp. Ltd., intimada a apresentar suas razões de defesa.

Fe-lo no prazo regulamentar, alegando que o movel apreendido ainda não estava terminado, por isso que dependia de pintura ou laqueamento e que, não possuindo secção propria para esses fins, remetera o referido movel á oficina de pintura da firma Irmãos Ferreira da Silva Ltd.

Tudo visto e bem examinado, e:

Considerando que a mercadoria foi apreendida quando era remetida pela firma Irmãos Ferreira da Silva Ltd., sem que estivesse acompanhada da nota de venda ou fatura, não estando, outrossim, selada e rotulada;

Considerando que a firma Caetano, Sampaio & Comp. Ltd., em sua petição de defesa de fls. 6, confessa haver remetido a mercadoria, sem que estivesse devidamente selada, rotulada e acompanhada da nota de venda ou fatura, sob o fundamento de que ainda não estava pronta para o consumo;

Considerando que Irmãos Ferreira da Silva Ltd., beneficiando as mercadorias que recebem, estão equiparados aos fabricantes para todos os efeitos legais;

Considerando o que mais do processo consta, Resolve julgar procedente o auto de fls. 2 e imponho ás firmas Irmãos Ferreira da Silva Ltd, e Caetano, Sampaio & Comp. Ltd., a multa de 200\$, acada uma, mínimo dos arts. 72, 81 e 111, § 1º, A, do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Depositada a multa, entregue-se a mercadoria apreendida, observadas as formalidades regulamentares.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 500-1937 — Sebastião Augusto Dias — Com fundamento no art. 61, H, do vigente regulamento do imposto de consumo, foi lavrado o auto de fls. 15/16, contra Sebastião Augusto Dias.

De leitura das peças que compõe este processo, chega-se a conclusão de que a insuficiência apontada, resultou efetivamente, de simples engano por parte da firma autuada.

Entretanto, a medida de equidade requerida, é privativa do Exmo. Sr. ministro da Fazenda.

Assim, julgo procedente o auto acima referido e imponho a Sebastião Augusto Dias, a multa de 200\$, mínimo do art. 61, H — do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.306-1937 — A. P. Silvestre — Provas e confessadas como se acham, as infrações descritas na peça, base deste processo, julgo procedente o auto de fls. 5 e imponho a A. P. Silvestre, a multa de 200\$, mínimo dos arts. 68 e 72, do decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Depositada a multa, entregue-se a mercadoria apreendida, observadas as formalidades regulamentares.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.308-1937 — Mário A. L. Viana — Provas e confessadas como se acham, as infrações descritas no auto de fls. 3, julgo-o procedente e imponho a Mário A. L. Viana, a multa de 200\$, mínimo dos arts. 72 e 81 do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Depositada a multa, entregue-se a mercadoria apreendida, observadas as formalidades regulamentares.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 509-1937 — Otaviano Dutra & Comp. — Repousa o auto de fls. 4/5, no fato de ter a firma Otaviano Dutra & Comp., remetido dois quintos com 200 litros de vinho natural de uvas, acompanhados de 300 cintas da taxa de \$080, cuja inutilização no verso, não trazia o número da data, que acompanhava a referida mercadoria.

Autuada, em suas razões de defesa, não nega a falta contra si apontada, entretanto, faz várias considerações e cita diversos proce-

tos idênticos ao seu, em que foram dispensadas as multas, por equidade.

Assim, provada e confessada como se acha a infração capitulada na peça, base deste processo, e não sendo a equidade pedida que possa ser aplicada por esta diretoria, julgo procedente o auto de fls. 4/5 e imponho a Otávio Dutra & Comp., a multa de 200\$, mínimo do art. 64, do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 972-1937 — Manuel F. Pereira & Comp. — A vista do que consta deste processo e atendendo a que a nota de venda de fls. 2, não está revestida das exigências contidas no art. 112, § 1º, B, do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926, julgo procedente o auto de fls. 3/4 e imponho a Manuel F. Ferreira & Comp., a multa de 500\$, mínimo do dispositivo acima citado.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.069-1937 — Matos Rocha & Comp. — Provadas e confessadas como se acham, as infrações capituladas no auto de fls. 3, julgo-o procedente e imponho a Matos Rocha & Comp., a multa de 200\$, mínimo do art. 112, § 8º, B, combinado com o artigo 54, § 1º, do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926, com a obrigação de recolher a importanciada 5\$661, do imposto devido acrescido do adicional de 50 %.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.174-1937 — Francisco Pereira da Silva — Provada e confessada como se acha, a infração capitulada no auto de fls. 3, julgo-o procedente e imponho a Francisco Pereira da Silva, a multa de 600\$, mínimo do art. 53, do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.196-1937 — J. Oliveira Fernandes & Comp. — Provada e confessada como se acha, a infração capitulada no auto de fls. 4, julgo-o procedente e imponho a J. Oliveira Fernandes & Comp., a multa de 600\$, mínimo do art. 53, do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.314-1937 — Adelino A. de Carvalho — Provada como se acha, a infração descrita na peça, base deste processo, julgo procedente o auto de fls. 4 e imponho a Adelino A. de Carvalho, a multa de 600\$, mínimo do art. 53, do decreto 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.330-1937 — Bento J. Sequeira em transferência para Ramos & Almeida.

Provada e confessada como se acha, a infração capitulada no auto de fl. 4, julgo-o procedente e imponho a Bento J. Sequeira, em transferência para Ramos & Almeida, a multa de 600\$000, mínimo do art. 53, do decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.401-1937 — João Gonçalves, em transferência para Gomes & Oliveira.

Provadas como se acham, as infrações capituladas no auto de fl. 7, julgo-o procedente e imponho a João Gomes, em transferência para Gomes & Oliveira, a multa de 600\$000, mínimo do art. 53, combinado com os arts. 95 e 206, do decreto n. 17.464, de 6 de outubro de 1926.

Depositada a multa, entregue-se a mercadoria apreendida, observadas as formalidades regulamentares.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.125-1937 — Antonio dos Santos.

Provada como se acha, a infração descrita, na peça, base deste processo, julgo procedente o auto de fls. 3-7, e imponho a Antonio dos

Santos a multa de 2:500\$000, mínimo do art. 9º, do decreto n. 23.664, de 29 de dezembro de 1933.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.211-1937 — Severino Silva.

A infração descrita na peça, base deste processo, está materialmente provada e o autuado não a contesta, alegando, em sua petição de defesa de fl. 8, apenas ignorância da lei, por se tratar de comércio que se estabelece pela primeira vez.

Assim exposto o caso, julgo procedente o auto de fl. 6, e imponho a Severino Silva a multa de 2:500\$000, mínimo do art. 9º, do decreto n. 23.664, de 29 de dezembro de 1933.

Depositada a multa, entregue-se a mercadoria apreendida, observadas as formalidades regulamentares.

Intime-se para o recolhimento da quantia devida, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 629-1937 — Contra José Rigueira Fernandes.

A vista do que consta deste processo e provada a falta de devolução da duplicata em questão, imponho a José Rigueira Fernandes, residente na cidade de Teixeira, Estado de Minas Gerais, a multa de 100\$000, *ex-vi* do art. 30, da lei n. 187, de 15 de janeiro de 1936.

Intime-se, por intermédio da Delegacia Fiscal em Minas Gerais, para o pagamento da multa no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 907-1937 — Contra Irmãos Ponce e outro.

Não se achando junta ao auto a prova material da infração, somente pela qual se poderia fundamentar qualquer despacho condenatório pela alegada infração, julgo improcedente o auto de fls. determinando o seu arquivamento na forma da legislação vigente.

Auto n. 633-1937 — Contra Dr. Joaquim Caribé da Rocha Filho.

A vista do que consta deste processo e provada a falta de devolução da duplicata em questão, imponho ao Dr. Joaquim Caribé da Rocha Filho, residente na cidade de Ayuruoca, Estado de Minas Gerais, a multa de 100\$000, *ex-vi* do art. 30, da lei n. 187, de 15 de janeiro de 1936.

Intime-se, por intermédio da Delegacia Fiscal em Minas Gerais, para o pagamento da multa no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.171-1937 — Contra M. Malas.

A vista do que consta deste processo e provada a infração de que dá conta o auto de fls., julgo procedente o mesmo auto e imponho a M. Malas a multa de 120\$000, com obrigação de pagar o imposto de 60\$000, *ex-vi* dos arts. 32 e 38, do regulamento anexo ao decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento das quantias devidas, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.047 — Contra Manoel Inacio.

A vista do que consta deste processo e provada como se acha a infração de que dá conta o auto de fls., julgo procedente o mesmo auto e imponho a Manoel Inacio a multa de 100\$000, com obrigação de pagar, por verba, o imposto de 6\$000, *ex-vi* dos arts. 32 e 38, do regulamento anexo ao decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento das quantias devidas, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.250-1937 — Contra M. S. Lino & Cia.

Provada e confessada a infração de que dá conta o auto de fls. julgo procedente o mesmo auto e imponho a M. S. Lino & Cia. a multa de 26:046\$000, com obrigação de recolher o imposto de 8:682\$000, que deixou de ser pago, *ex-vi* dos arts. 33 e 38, do decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento das quantias devidas, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

Auto n. 1.346-1937 — Albano Pessoa — A vista do que consta deste processo e provada como se acha a infração de que dá conta o auto de fls., resolvo julgar procedente o mesmo auto e imponho a Albano Pessoa a multa de 3:069\$000, com obrigação de recolher por verba, a importância do imposto devido de 1:023\$000, *ex-vi* dos arts. 33 e 38 do Decreto n. 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Intime-se para o pagamento das quantias devidas, no prazo de 30 dias; não o fazendo, promova-se a cobrança executiva, pelos meios legais, salvo recurso dentro de 20 dias, na forma dos arts. 7º e 9º, das Instruções baixadas com o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934.

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

Requerimentos:

- N. 8.652-937 — Arlindo Pereira de Jesus. — Transfira-se "ex-officio" a Arlindo Pereira de Jesus a quem imponho a multa de 125\$000 médio da lei.
- N. 9.167-937 — Adato Medina Ribeiro. — Não tendo sido satisfeita a exigência do despacho de 27 de maio deste ano, fica mantido o de 20 de abril anterior.
- N. 17.682-936 — Eugenio Aristoteles Maciel. — Transfira-se "ex-officio" a Eugenio Aristoteles Maciel a quem imponho a multa de 125\$000 médio da lei.
- N. 41.933-937. — Joaquim Alves de Souza. — Transfira-se "ex-officio" para Joaquim Alves de Souza a quem imponho a multa de 125\$000 médio da lei.
- N. 2.641-937 — Francisco Pinto de Moraes. — Proceda-se de acordo com a informação. Imponho a Joaquim Gomes de Oliveira a multa de 125\$000 médio da lei.
- N. 24.626-937 — A. A. Corrêa & Silva — Indeferido de acordo com a informação Mantenho, por conseguinte o despacho de 27 de julho último.
- N. 25.654-937 — Glosoph & Cia. — Dê-se a baixa para o futuro exercício de acordo com a informação e parecer.
- N. 25.656-937 — José dos Santos Graça Filho. — Tendo começado a funcionar desde 1.º de julho último, conforme informação do Sr. lançador, inscreva-se a coleta de fls. 2, a partir daquele dia. Imponho ao requerente a multa de 100\$000 mínimo da lei.
- N. 26.009-937 — José Rodrigues Simões. — Proceda-se pela forma proposta imponho a João Amancio Barbosa, a multa de 125\$000 médio da lei.
- N. 26.120-937 — Antonio Marques da Silva — De acordo com a informação e parecer, inscreva-se a coleta de fls. 2, em nome de Antonio Marques da Silva a partir de agosto de 1936, dando-se baixa no lançamento de Joaquim Maia a quem imponho a multa de 125\$000 médio da lei. Em consequência, reconsidero o despacho de 17 de dezembro de 1936 exarado no processo junto por linha sob numero 33.100 de 1936 para o fim de torná-lo de nulo efeito por ser imprecendente a representação de fls. 2 do referido processo.
- N. 26.494-937 — A. Reis Lopes. — Complete a prova de início, juntando a licença da Prefeitura.
- N. 26.477 — Francisco Chibarne. — Dê-se a baixa solicitada a partir do 2.º semestre corrente. Imponho a multa de 50\$000 mínimo da lei.
- N. 26.490-937 — Oscar Dumont. — Anote-se a baixa, de acordo com a informação e parecer.
- N. 30.026-937 — Sara Boitherg. — Proceda-se á inserção nos termos do parecer. Imponho a multa de 100\$000, mínimo da lei.
- N. 35.226-937 — F. Costa & Ferreira. — Transfira-se. Imponho a multa de 125\$000 médio da lei.
- N. 26.637-937 — João José & Cia. — Proceda-se pelo modo indicado na informação de acordo com o parecer. Imponho a J. Santos & Gonçalves a multa de 125\$000 médio da lei.
- N. 26.661-937 — Cia Seguros Maritimos e Terrestres "Confiança". — Em face da informação, mantenho o lançamento em apreço, uma vez que se trata de imposto profissional.
- N. 26.869-937 — Ernestino Kauffmann. — Anote-se a baixa para o 2.º semestre imponho a multa de 50\$000 mínimo da lei.
- N. 18.353-937 — Correa Menezes & Cia. — Transfira-se. Imponho a multa de 50\$000 mínimo da lei.
- N. 29.906-937 — Eduardo Carvalho — Averbese a mudança. Imponho a multa de 125\$000 médio da lei.
- N. 26.756-937 — Oliveira Aranha - Cia Ltd. — Transfira-se á firma requerente independente de multa, visto como o contracto social só registrado nos dias 21 de julho deste ano, como faz certo a certidão junta.
- N. 30.453 — M. J. Rocha — Dê-se a baixa a partir do exercício de 1935.
- N. 15.967-937 — Manoel Fontenlos. — Transfira-se "ex-officio", a Manoel Fontenlos a quem imponho a multa de 125\$000, médio da lei.
- N. 30.118-937 — Leon Camille Legay. — Proceda-se á inscrição, nos termos do parecer. Imponho a multa de 100\$000 cem mil réis, mínimo da lei.
- N. 30.123-937 — José Eduardo Guinle. — Idem.
- N. 30.119-937 — Miguel Timponi. — Idem.
- N. 30.124-937 — Carlos Guinle. — Idem.
- N. 29.905-937 — Eduardo Ribeiro da Silva. — Idem.
- N. 30.116-937 — Jacinto Alves da Silva. — Idem.
- N. 30.120-937 — Benjamin Blume. — Idem.
- N. 30.125-937 — João Correa da Veiga. — Idem.
- N. 30.121-937 — Alberto S. Sampaio. — Idem.
- N. 30.115-937 — Cia. Imobiliária e Fomento Agrícola Cifa S. A. — Idem.
- N. 30.122-937 — Targino Ribeiro. — Idem.
- N. 30.114-937 — Lindolfo Xavier. — Idem.
- N. 30.117-937 — Paulo Rodrigues Alves — Idem.
- N. 23.654-937 — Domingos Alves. — Transfira-se. Imponho a multa de 50\$000 mínimo da lei.
- N. 22.866-937 — S. Radio Transmissora Brasileira. — Proceda-se de acordo com a informação e o parecer. Imponho a Artur Cumpilido Santana a multa de 50\$000 mínimo da lei e a José Dantas a de 100\$000 mínimo da lei.
- 26.601-937 — Manoel Pinto. — Proceda-se pelo modo indicado na informação. Imponho a multa de 100\$000 mínimo da lei.
- N. 26.311-937 — Agostinho Gonçalves. — Transfira-se. Imponho a multa de 50\$000 mínimo da lei.
- N. 27.069-937 — Irmãos Galdean, & Sobrinho. — Idem.
- N. 27.930-937 — Abilio Augusto Troufa. — Idem.
- N. 27.938-937 — Manoel Barsulo. — Anote-se a baixa para o futuro exercício.
- N. 27.787-937 — Plauto Cavalcanti Beltrão. — Proceda-se pelo modo indicado na informação. Imponho a multa de 100\$000 mínimo da lei e a Targino Pereira Moraes Sobrinho a de 125\$000 médio da lei.
- N. 27.774 — Guilherme Lopes Rodrigues. — Apresente o coletando a declaração da firma, intimando-se o mesmo pessoalmente com prazo de 15 dias.
- N. 27.719-937 — P. Martins. — Proceda-se pelo modo indicado na informação de acordo com o parecer. Imponho a multa de 125\$000 médio da lei.
- N. 27.602-937 — J. R. Louza. — Proceda-se pelo modo indicado na informação de acordo com o parecer. Imponho a Abel Antonio Pereira e Joaquim Louza a multa de 50\$000 mínimo da lei e a Basilio Magno Vieira Ramalho a de 125\$000 médio da lei.
- N. 27.001-937 — Antonio Carneiro da Rocha. — Transfira-se independente de multa, visto como o recibo da verba da venda só foi registrado no dia 26 de julho último, como faz certo a certidão junta.
- N. 30.265-937 — Reinaldo Rodrigues Pinheiro. — Junte-se o processo n. 13.509, de 1936.
- N. 38.185-937 — Ani Abib Curt. — Averbese a mudança ex-officio conforme representação de fls. 2. Imponho a multa de réis 125\$000 gráu médio da lei.
- N. 38.186-937 — Jeronimo P. de Freitas. — Idem.
- N. 38.187-937 — J. R. Santos. — Idem.
- N. 37.407-937 — União Pacificação Leopoldinense Ltd. — Faça-se a transferência ex-officio para a requerente. Imponho a multa de 125\$000 médio da lei.
- N. 37.929-937 — Stela Pinto. — Idem.
- N. 38.286-937 — João Pinto & Simões. — Idem.
- N. 38.289-937 — Berenice Meira Lima. — Idem.
- N. 38.294-937 — Sociedade Propagadora de Ciências e Artes. — Idem.
- N. 38.295-937 — Pinto Moreira & Santos. — Idem.
- N. 38.296-937 — F. Ferreira Moraes & Cia. — Idem.
- N. 38.298-937 — Alberto Pereira & Irmão. — Idem.
- N. 38.300-937 — Ana Gansner. — Idem.
- N. 30.129-937 — Bernardino Ferreira. — Idem.
- N. 38.305-937 — Serena Bohor. — Idem.
- N. 38.306-937 — Manoel Nicolau Ribeiro. — Idem.
- N. 38.301-937 — Joaquim F. Santos. — Idem.
- N. 38.309-937 — Rodrigues Simon. — Idem.
- N. 38.311-937 — Lastre & Alonso. — Idem.
- N. 38.312-937 — Vicente Carvela. — Idem.
- N. 38.314-937 — Paz & Torneiro. — Idem.
- N. 38.315-937 — Acindino Nunes da Costa. — Idem.
- N. 26.243-937 — Pedro Michel & Irmão. — Transfira-se. Imponho a multa de 50\$000 mínimo da lei.
- N. 24.730-937 — Elias Neves. — Idem.

2.ª SUB-DIRETORIA

Edital n. 1

De ordem do Sr. Sub-Diretor comunico, para os devidos fins, que se encontram extraídas e prontas para pagamento, em mãos do abaixo assinado encarregado do lançamento de automoveis, as certidões referentes aos seguintes:

Carros de passageiros:

- N. 6.491 — Manoel da Costa — Certidão n. 1.690.
- N. 2.168 — Manoel Teles Dias. — Certidão n. 5.193.
- N. 2.178 — Alves & Peixoto Ltda. — Certidão n. 5.194.
- N. 5.579 — Boaventura Moreira de Souza. — Certidão numero 5.702.
- N. 20.565 — Antonio Marques Fernandes. — Certidão numero 5.703.
- N. 11.219 — Cia. Imobiliária Baía Rio S. A. — Certidão numero 5.705.
- N. 19.245 — Idem, idem. — Certidão n. 5.706.
- SIN. — José Pinto da Silveira. — Certidão n. 5.716.
- N. 22.726 — Manoel de Almeida. — Certidão n. 5.720.
- SIN. Auto Mercantil S. A. — Certidão n. 5.729.
- N. 13.879 — Francisco Montinho. — Certidão n. 5.735.
- SIN. — Jeremias Lopes Ribeiro. — Certidão n. 5.759.
- SIN. — Antenor Gonçalves Musa. — Certidão n. 5.760.
- N. 13.996 — Walter Muenck. — Certidão n. 5.763.
- N. 24.073 — João José Teixeira. — Certidão n. 5.772.
- SIN. — Leoncio Ribeiro Gomes. — Certidão n. 5.782.
- SIN. — Antonio Severino. — N. 5.786.
- Carros de carga:
- SIN. — Tomaz & Monteiro. — Certidão n. 5.787.
- N. 8.650 — Antonio Fernandes. — Certidão n. 12.402.
- N. 1.535 — Pascoal Ambrozio. — Certidão n. 12.814.
- N. 1.606 — Bemiro Rodrigues. — Certidão n. 12.815.
- N. 2.298 — Agostinho Moreira & Cia. — Certidão n. 12.816.

N. 2.601 — Pedro Justino Ribeiro. — Certidão n. 12.817.
 N. 794 — Francisco Lacerda. — Certidão n. 12.831.
 N. 9.733 — José Rodrigues Bento. — Certidão n. 12.837.
 S/N. — Francisco Gonçalves da Silva Junior. — Certidão número 12.850.
 N. 9.781 — G. Agente & Irmãos Ltda. — Certidão 12.858.
 N. 177 — Dionel & Pereira. — Certidão n. 15.800.
 N. 234 — Atavio Valdetaso Coimbra E. B. O. — Certidão número Onibus: 15.801.

N. 564 — Dionel & Pereira. — Certidão n. 15.802.
 N. 618 — José Joaquim de Brito. — Certidão n. 15.803.
 N. 653 — Idem, idem. — Certidão n. 15.804.
 N. 683 — José Bento Ferreira. — Certidão n. 15.805.
 N. 708 — José Correia Lopes & Cia. — Certidão n. 15.806.
 N. 975 — J. Antonio Moreira. — Certidão n. 15.788.
 N. 968 — Nogueira & Gonçalves. — Certidão n. 15.791.
 N. 978 — J. Antonio Moreira. — Certidão n. 15.794.
 N. 979 — Empresa Onibus de Luxo Ltda. — Certidão número 15.799.

2.ª Sub-Diretoria, em 26 de agosto de 1937. — *J. Tavares da Rocha*, encarregado do lançamento de automóveis.

Visto — *Buêno Brandão*, sub-diretor

Edital n. 2

De ordem do Sr. Sub-diretor comunico, para os devidos fins, que se encontram extraídas e prescritas para pagamento, em mãos do abaixo assinado, encarregado do lançamento de automóveis, as certidões referentes aos seguintes:

Carrinhos

Certidões:

N. 21.304 — Antonio Tanaro,
 N. 21.305 — Tosta Rafael,
 N. 21.306 — Manoel Gomes,
 N. 21.307 — Joaquim de Souza Pereira Aguiar,
 N. 21.309 — Gagli Batista,
 N. 21.310 — Sotembino Erco,
 N. 21.311 — Francisco Mariano,
 N. 21.312 — João Esteves,
 N. 21.313 — Idem,
 N. 21.314 — Diamantino de Jesus,
 N. 21.315 — Manoel Carneiro,
 N. 21.316 — Abilio Lopes da Silva,
 N. 21.317 — Francisco Esteves,
 N. 21.318 — Manoel Joaquim Monteiro,
 N. 21.319 — João Alves Amorim,
 N. 21.320 — Ventura Ribeiro,
 N. 21.321 — Manoel Lopes,
 N. 21.322 — Clemente Rodrigues,
 N. 21.323 — Antonio Canarval,
 N. 21.324 — Trota Salvador,
 N. 21.325 — Idem,
 N. 21.326 — Antonio Soares Marques,
 N. 21.327 — Francisco Oezario,
 N. 21.328 — Bosio Salvatori,
 N. 21.329 — Antonio Esteves,
 N. 21.330 — Joaquim Ferreira de Oliveira,
 N. 21.332 — Francisco Leofano,
 N. 21.333 — Antonio Mendes Pereira,
 N. 21.334 — Euclides Pereira Barcelos,
 N. 21.335 — Silvano Alves,
 N. 21.336 — José Araújo,
 N. 21.337 — Manoel Joaquim Antunes,
 N. 21.338 — José de Brito,
 N. 21.339 — Miguel de Brito,
 N. 21.340 — Antonio Mota,
 N. 21.341 — Alvaro de Oliveira,
 N. 21.342 — Euclides Pereira Barcelos,
 N. 21.343 — Luiz Belize,
 N. 21.344 — Manoel José Rodrigues,
 N. 21.348 — Silverio Rodrigues,
 N. 21.349 — Ambrozio Martins,
 N. 21.351 — Leutero Pietro Orlando,
 N. 21.353 — Joaquim da Silva,
 N. 21.353 — José Augusto Valente Tavares,
 N. 21.354 — Alfredo dos Santos,
 N. 21.356 — João Emilio,
 N. 21.357 — Antonio Carneiro Gonçalo,
 N. 21.358 — Manoel Gonçalves do Jesus,
 N. 21.359 — Joaquim Marques Pastor,
 N. 21.360 — Antonio Ferreira da Rocha,
 N. 21.362 — Alvaro Correia,
 N. 21.363 — José Rodrigues Pereira,
 N. 21.364 — Antonio Loureiro,
 N. 21.365 — José Jesus Pereira,
 N. 21.366 — José Antonio Pinto.

Carroças:

Certidões:

N. 25.308 — João Fernandes,
 N. 25.309 — Miguel Bueno Sobrinho,
 N. 25.310 — Lourenço Pacheco,
 2.ª Sub-diretoria, em 26 de agosto de 1937. — *J. Tavares da Rocha*.

Visto — *Buêno Brandão*, sub-diretor.

Edital n. 3

De ordem do Sr. sub-diretor comunico, para os devidos fins, que se encontram extraídas e prontas para pagamento, em mãos do abaixo assinado, encarregado do lançamento de automóveis, as certidões referentes aos seguintes:

Carros de carga:

N. 4.541 — João Lopes Macedo Certidão n. 11.397.
 N. 9.494 — Trajano Bernardo Ribeiro — Certidão n. 12.862.
 N. 3.671 — A. Carnaúba — Certidão n. 12.866.
 N. 8.718 — Exportadora de Frutas Ltda. — Certidão número 12.867.
 N. 7.015 — Companhia Construtora Pederneiras S. A. — Certidão n. 12.872.
 N. 817 — José Moreira Campos e José Pires de Moraes — Certidão n. 12.881.
 N. 5.014 — Agostinho Moreira da Silva & Rodrigues — Certidão n. 12.888.
 N. 3.203 — Abel Assús das Neves — Certidão n. 12.891.
 N. 4.792 — Felix Nunes de Carvalho — Certidão n. 12.896.
 N. 8.905 — Fernando Monteiro Silvino — Certidão n. 12.900.
 Francisco Guilherme da Silva — Certidão n. 12.904.
 Mario Mendonça — Certidão n. 12.905.
 G. Argento & Irmão Ltda. — Certidão n. 12.913.
 Valentim Pires Ferreira — Certidão n. 12.914.
 N. 4.144 — International Harvester Export Company — Certidão n. 12.917.
 N. 9.680 — Peixoto & Gonçalves — Certidão n. 12.918.
 N. 9.660 — Osorio Peixoto — Certidão n. 12.919.
 Antenor Pereira — Certidão n. 12.923.
 N. 8.732 — Hamilton Gomes — Certidão n. 12.924.
 N. 4.008 — Beatro & Comp. — Certidão n. 12.826.
 N. 5.200 — Francisco da Silva — Certidão n. 12.927.
 N. 3.895 — Luiz da Silva — Certidão n. 12.928.
 N. 9.777 — Antenor Pereira — Certidão n. 12.930.
 N. 7.332 — Antonio Pires — Certidão n. 12.931.
 G. Argento & Irmão Ltda. — Certidão n. 12.934.
 N. 9.966 — Companhia Brasil Industrial — Certidão n. 12.935.
 Camillo dos Santos — Certidão n. 12.947.
 N. 6.786 — Artur Freire — Certidão n. 12.950.
 N. 9.633 — Tomaz & Monteiro — Certidão n. 12.951.
 Marco José Violento — Certidão n. 12.952.
 Paschoal Ambrozio — Certidão n. 12.954.
 N. 901 — Luiz Lopes Ramos — Certidão n. 12.956.
 N. 8.468 — Inacio de Souza — Certidão n. 12.957.
 Francisco Fernandes Prado — Certidão n. 12.959.
 N. 10.400 — Albino Garcia Torres — Certidão n. 12.963.
 N. 7.083 — Albino de Souza e outro — Certidão n. 12.966.
 N. 10.009 — Frederico Bull Sobrinho — Certidão n. 12.967.
 N. 3.808 — Calçado Ouro Ltda. — Certidão n. 12.971.
 João Alves Viana Sobrinho — Certidão n. 12.973.
 Camillo dos Santos — Certidão n. 12.975.
 N. 10.046 — Telmo & Irmão — Certidão n. 12.978.
 N. 10.053 — João da Luz — Certidão n. 12.979.
 N. 6.946 — Carlos Martins Cardoso — Certidão n. 12.981.
 G. Argento & Irmão Ltda. — Certidão 12.982.
 Paschoal Ambrozio — Certidão n. 12.985.
 N. 10.019 — Manuel Afco de Oliveira — Certidão n. 12.989.
 N. 7.309 — Antonio Alves Sampaio — Certidão n. 12.992.
 N. 10.070 — Manuel Francisco dos Santos — Certidão número 12.993.
 Evaristo Campos Amodeo — Certidão n. 12.998.
 N. 8.947 — G. Argento & Irmão Ltda. — Certidão n. 12.999.
 Alberto Francisco — Certidão n. 13.000.
 N. 3.228 — Chindler & Adler — Certidão n. 13.001.
 N. 10.091 — Georgino Antonio de Jesus R. de Vasconcelos — Certidão n. 13.002.
 N. 10.095 — Eduardo F. de Oliveira — Certidão n. 13.003.
 N. 6.277 — Barnabé Pereira de Souza — Certidão n. 13.004.
 N. 10.068 — Alfredo da Silva Garcia — Certidão n. 13.005.
 N. 85.113 — Abilio Ferreira da Silva — Certidão n. 13.006.

2.ª Sub-Diretoria, em 27 de agosto de 1937. — *Tavares Rocha*, lançador de automóveis. — Visto. *Buêno Brandão*, sub-diretor.

Edital n. 4

De ordem do Sr. sub-diretor comunico, para os devidos fins, que se encontram extraídas e prontas para pagamento, em mãos do abaixo assinado, encarregado do lançamento de automóveis, as certidões referentes aos seguintes:

Carros de passageiros

N. 3.719 — José Ribeiro dos Santos e outros — Certidão número 5.752.
 Jeremias Lopes Ribeiro — Certidão n. 5.794.
 N. 18.774 — João Tomaz de Paula — Certidão n. 5.798.
 N. 8.992 — Dino Ragazi — Certidão n. 5.800.
 N. 4.096 — S. A. B. E. Mestre & Blagé — Certidão n. 5.801.
 Jeremias Lopes Ribeiro — Certidão n. 5.802.
 N. 22.041 — Antonio Achaba — Certidão n. 5.807.
 N. 14.191 — José Maggesi de Castro Pereira Junior — Certidão n. 5.813.
 Angelo Domingos Sanches — Certidão n. 5.815.
 Jeremias Lopes Ribeiro — Certidão n. 5.816.
 N. 14.172 — Anibal Parreira — Certidão n. 5.818.
 N. 25 — Antonio Fernandes — Certidão n. 5.819.
 N. 4.024 — Auto Mercantil S. A. — Certidão n. 5.830.
 N. 20.524 — Rui de Souza — Certidão n. 5.882.
 N. 22.603 — Capanema S. A. — Certidão n. 5.839.
 Manuel Gonçalves Rafael — Certidão n. 5.840.
 N. 22.664 — Auto Mercantil S. A. — Certidão n. 5.843.
 N. 13.487 — Alberto Joaquim Cardoso — N. 5.851.
 N. 11.837 — Ruben Gonçalves da Cunha — Certidão n. 5.852.
 N. 11.750 — Henrique Gonçalves — Certidão n. 5.856.
 Tomaz & Monteiro — Certidão n. 5.859.
 Manuel do Espírito Santo — Certidão n. 5.880.
 N. 11.677 — Justino Amadeu — Certidão n. 5.881.
 N. 17.611 — Auto Mercantil S. A. — Certidão n. 5.882.
 Artur Valinho — Certidão n. 5.883.
 N. 19.359 — Avelino Alves de Oliveira — Certidão n. 5.884.
 N. 9.253 — Rubens do Monte Lima — Certidão n. 5.886.
 N. 132 — João Alegrete — Certidão n. 5.887.
 N. 18.526 — Emilio Champom — Certidão n. 5.891.
 N. 13.923 — José Joaquim & Irmao — Certidão n. 5.897.
 N. 15.101 — Arminio Neto de Moraes — Certidão n. 5.904.
 Antonio Mota Coelho — Certidão n. 5.905.
 N. 17.319 — Maximo Gonçalves Fontes Filho — Certidão número 5.908.
 N. 18.980 — Artur Alves Teixeira — Certidão n. 5.917.
 N. 5.595 — Companhia Imm. Bafa-Rio S. A., aliás, Companhia Imm. e Repres. Brasileira "Cib" S. A. — Certidão n. 5.922.
 N. 16.895 — João Fernandes de Abreu — Certidão n. 5.925.
 Manuel Lourenço — Certidão n. 5.930.
 N. 575 — Antonio Correia — Certidão n. 5.931.
 Henrique Gonçalves — Certidão n. 5.941.
 N. 6.869 — Tomaz & Monteiro — Certidão n. 5.950.
 N. 14.917 — Francisco Otero Quintela — Certidão n. 5.952.
 N. 10.676 — Chindler & Adler — Certidão n. 5.957.
 N. 14.462 — Manuel Pereira Conceição — Certidão n. 5.958.
 Cassio Muniz & Comp. — Certidão n. 5.959.
 N. 17.205 — Jeremias Lopes & Comp. — Certidão n. 5.969.
 N. 5.304 — Ormino Lanier — Certidão n. 5.970.
 N. 4.085 — Mateus Francisco Arteiro — Certidão n. 5.966.
 N. 7.218 — Lirio da Conceição Dias — Certidão n. 5.975.
 Antonio Julio Ferreira Fernandes — Certidão n. 5.979.
 N. 20.159 — E. M. de Souza — Certidão n. 5.982.
 N. 4.854 — Marcolino Joaquim da Costa — Certidão n. 5.985.
 N. 14.998 — Auto Mascar Ltda. — Certidão n. 5.987.
 N. 15.116 — Braz Cezar — Certidão n. 6.003.
 N. 4.838 — Casemiro Gomes Vieira — Certidão n. 6.014.
 José Machado Vieira — Certidão n. 6.020.
 N. 22.069 — Luiz Ferreira Mesquita — Certidão n. 6.039.
 N. 4.377 — José Alves Caudiz — Certidão n. 6.043.
 N. 15.632 — A. Dias & Martins — Certidão n. 6.047.
 N. 19.773 — Auto Mascar Ltda. — Certidão n. 6.048.
 N. 19.432 — Domingos Servulo Pereira Dias — Certidão número 6.053.
 Saldanha Peixoto — Certidão n. 6.056.
 N. 10.779 — Auto Mercantil S. A. — Certidão n. 6.057.
 N. 5.642 — Mel. Robles Rodrigues — Certidão n. 6.060.
 Antonio da Fonseca Lemos — Certidão n. 6.063.
 N. 22.674 — Delfim Teixeira — Certidão n. 6.064.
 N. 15.284 — Antonio Rafael da Silva — Certidão n. 6.065.
 N. 14.404 — Rafael Garcia — Certidão n. 6.069.
 N. 11.715 — José de Frias — Certidão n. 6.071.
 Jeremias Lopes Ribeiro — Certidão n. 6.087.
 Idem idem — Certidão n. 6.091.
 N. 9.439 — Athanalpe Pereira da Silva — Certidão n. 6.099.
 N. 15.543 — Manuel da Oliveira — Certidão n. 8.103.
 N. 8.851 — Stefan Millezaseck — Certidão n. 6.104.
 N. 19.101 — Tíeri de Souza Cabral — Certidão n. 6.106.
 N. 10.085 — Eduardo da Conceição Martins — Certidão número 6.107.
 N. 15.623 — Joaquim Simões — Certidão n. 6.108.
 N. 15.446 — Alves & Peixoto Ltda. — Certidão n. 6.110.
 N. 15.604 — Ana Maria Romero Hernandez — Certidão número 6.111.
 Francisco de Assis Silveira — Certidão n. 6.112.
 Antonio da Fonseca Lemos — Certidão n. 6.115.
 N. 7.999 — Chindler & Adler — Certidão n. 6.117.
 N. 20.543 — Tomaz & Monteiro — Certidão n. 6.121.
 N. 13.629 — João de Oliveira — Certidão n. 6.122.

N. 10.864 — Joaquim Ferreira de Melo — Certidão n. 6.124.
 N. 2.028 — Auto Mascar Ltda — Certidão n. 6.125.
 Aurelio Ferreira — Certidão n. 6.126.
 N. 804 — Adelaide Jesus da Silva — Certidão n. 6.127.
 N. 1.322 — Diópolis do Nascimento — Certidão n. 6.128.
 Eleuterio Bispo Ferreira — Certidão n. 6.130.
 Adonsy Lopes Camões — Certidão n. 6.131.
 Joaquim Rodrigues — Certidão n. 6.132.
 N. 17.159 — Amaro do Espírito Santo Alves — Certidão número 6.134.
 N. 15.552 — Manuel Ferreira Gomes e José Ferreira Gomes — Certidão n. 6.139.
 N. 23.318 — Manuel Lourenço — Certidão n. 6.140.
 N. 20.139 — Mario de Souza — Certidão n. 6.142.
 N. 18.907 — Onesio Antonio da Silva — Certidão n. 6.143.
 N. 9.277 — Aribaldo Cardoso da Mota — Certidão n. 6.144.
 N. 11.707 — Bernardino Dellisante — Certidão n. 6.149.
 N. 8.593 — Delfim do Espírito Santo — Certidão n. 6.150.
 N. 19.690 — Chindler & Adler — Certidão n. 6.151.
 Jeremias Lopes Ribeiro — Certidão 6.152.
 N. 21.114 — Diópolis do Nascimento — Certidão n. 6.153.
 N. 15.882 — João Jorge — Certidão n. 6.154.
 N. 15.874 — Amadeu de Almeida e Silva — Certidão n. 6.155.
 N. 15.891 — Delfim do Espírito Santo — Certidão n. 6.156.
 Mario Mendonça — Certidão n. 6.157.
 N. 23.158 — G. de Souza & Santos — Certidão n. 6.158.
 Francisco Pinto Duque e José Henrique Pinheiro — Certidão n. 6.159.
 N. 15.192 — Pedro Airoso — Certidão n. 6.160.
 N. 6.297 — Chindler & Adler — Certidão n. 6.164.
 2ª Sub-Diretoria, em 27 de agosto de 1937. — J. Tavares da Rocha, lançador de veículos. — Visto. Bueno Brandão, sub-diretor.

Diretoria do Imposto de Renda

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 30 de agosto de 1937

Offícios expedidos:

N. 215 — Sr. agente da Estrada de Ferro Central do Brasil em Rezende — Requesitando passagem para um funcionário desta Diretoria.
 N. 216 — Sr. agente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro — Idem.
 N. 217 — Sr. agente da Estrada de Ferro Tão São Paulo Railway Co. Ltd. — Idem.
 N. 218 — Sr. agente da Estação D. Pedro II — Idem.
 N. 219 — Sr. agente da Estação D. Pedro II — Solicitando ser fornecido transporte para um caixote contendo material de expediente destinado à Seção do Imposto de Renda em S. Paulo.
 N. 220 — Sr. diretor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro — Idem, destinado à Seção do Imposto de Renda em Santos.
 N. 238 — Srs. membros do 1º Conselho de Contribuintes — Restituindo processo de recurso em que é interessada a firma, Cruz Figueiredo & Comp. Ltda.
 N. 428 — Sr. diretor geral da Fazenda Nacional — Solicitando informações.
 N. 429 — Sr. diretor das Rendas Internas — Remetendo processo por intermédio daquela Diretoria, referente a restituição do imposto de renda em que é interessada a Comp. Usinas Nacionais.
 N. 1.535 — Sr. inspetor Manoel José da Fontoura Ferreira — Remetendo requisição de passagem.

Requerimentos despachados

Dia 30 de agosto de 1937

N. 7.343-37 — A. C. Santos — De acordo com o parecer, cancela-se o lançamento.
 N. 9.021-37 — Albino de Lacerda & Filho — De acordo com o parecer, cancela-se o lançamento.
 N. 10.204-37 — Lemos & Gomes — De acordo com o parecer, cancela-se o lançamento.
 N. 11.240-37 — Figueiredo Almeida & Comp. — Cancela-se o lançamento em face do parecer.
 N. 11.673-37 — João Gomes Ferreira & Comp. — De acordo com o parecer do Sr. chefe da seção de Revisão, cancela-se o lançamento.
 N. 11.921-37 — M. M. Monteiro — Tendo em vista que as retiradas não foram levadas à conta de despesas gerais, na contabilidade da firma, de acordo com o disposto no art. 29 § 2º do regulamento, indefiro a petição de fls. para manter o lançamento.
 N. 12.314-37 — Lemos & Gomes — Cancela-se o lançamento, de acordo com a informação e parecer.
 N. 13.419-37 — Carvalho & Pires Ltda. — Mantenho o lançamento. As retiradas levadas à conta particular dos socios são considerados como antecipação de lucros, sujeitos à tributação em poder da sociedade.
 N. 2.769-36 — Herundina Peixoto Serrado — Proceda-se ao lançamento pelos calculos de fls.

Fica, assim deferido o pedido de retificação relativo aos exercícios de 1931, 1932, 1933 e 1935 e autorizada a multa de 30 % sobre o suplemento do "ex-offício" de 1933.

N. 3.703-37 — Carlos de Gusmão Coelho — De acordo com o proposta, mantendo o lançamento.

N. 4.884-37 — Armino Moreira da Silva Reis — Retifique-se o lançamento como se propõe.

N. 7.267-37 — A. V. Carvalho & Comp. — De acordo com o parecer, indeferido.

N. 13.297-36 — Adolpho Lisboa — Retifique-se o lançamento da pessoa física como se propõe e cancele-se a declaração jurídica e respectiva lançamento, por indevidos.

N. 22.738-36 — Fernando Almeida da Silva — Cancele-se o lançamento, de acordo com a informação.

N. 11.204-37 — C. Corrêa & Comp. — Certifique-se o que constar.

N. 13.070-37 — Manoel Rodrigues Teixeira — Certifique-se o que constar.

N. 13.072-37 — Alfredo Grandioli — Certifique-se o que constar.

N. 13.876-37 — Carvalho Teixeira & Comp. — Certifique-se o que constar.

N. 15.106-37 — Kropsch & Comp. Ltda. — Apresentem-se as declarações de rendimentos relativos aos exercícios de 1934, 1935 e 1936, ou justifiquem a falta de apresentação das mesmas.

N. 15.453-37 — Companhia de Nickel do Brasil — Certifique-se o que constar.

N. 17.297-36 — Domingos Valente da Silva — Em face do parecer da Seção de Revisão, mantendo os lançamentos "ex-offício" relativos aos exercícios de 1934 e 1935.

N. 18.764-36 — Espolio de Luiz Pereira Marques — Cancele-se o processo de lançamento "ex-offício" relativo ao exercício de 1936, de acordo com o parecer do Sr. chefe da Seção de Revisão e uma vez que deixou de ser expedida a intimação de que trata o art. 114 do regulamento em vigor, como se vê da notificação por copia de folhas.

Receba-se a declaração de rendimentos apresentada, nos termos da instrução em vigor.

Ficou o expediente ordenado, volte o processo a despacho.

Mundo Conselho de de Contribuintes

Resumo da sessão ordinária realizada no dia 27 de agosto de 1937, às 14 horas.

Compareceram os Srs. José Lourdes Salgado Scarpa, presidente; Carlos Freire Zenha, Isnard Castro Neves, Waldemar Freire de Mesquita e Claudio Cunha, membros do Conselho; o Sr. Otton de Melo, representante da Fazenda Pública e Sr. Frederico Diniz Martins, secretário. Ausente o Sr. João Firmino Correia de Araujo.

Aberta a sessão foi lida e aprovada sem discussão a ata da sessão anterior.

Pasando-se á ordem do dia foram julgados os seguintes recursos:

N. 3.450 — F. de Fiore — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — Relator Sr. Claudio Cunha. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 3.869 — Sociedade Anônima Moinho Santista — Imposto consumo — Recebedoria Federal em São Paulo — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 4.829 — Miguel Purgino Ferreira — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso unanimemente.

N. 4.839 — Castro & Fernandes — Decreto n. 22.344, de 1933 — Delegacia Fiscal em Pernambuco — "Ex-offício" — Relator senhor Waldemar Freire de Mesquita. — Deu-se provimento ao recurso "ex-offício", para impôr ao autuado a multa de 600\$000, do artigo 1º, do decreto n. 22.344, de 1932, unanimemente.

N. 4.854 — Filenti & Filho Ltda. — Imposto consumo — Recebedoria Federal em São Paulo — "Ex-offício" — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente.

N. 4.859 — Benjamin Walbe — Decretos ns. 20.260, de 1931, e 24.058, de 1934 — Recebedoria Federal em São Paulo — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 4.869 — J. Coutinho — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Pernambuco — "Ex-offício" — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente.

N. 4.874 — Eugenio Pimentel & Comp. Ltda. — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — "Ex-offício" — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente.

N. 4.879 — Pedro Carricondo — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Não se tomou conhecimento do recurso por incabível na espécie, unanimemente.

N. 4.884 — E. José Carboncini & Comp. — Imposto consumo — (Consulta) — Recebedoria Federal em São Paulo — "Ex-offício"

— Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente.

N. 4.889 — J. Tanbasco — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Estado do Rio — "Ex-offício" — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente.

N. 4.949 — Jacob Schneider — Imposto consumo — Recebedoria do Distrito Federal — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso e encaminhou-se o processo ao Sr. ministro da Fazenda, propondo-lhe a dispensa da multa por equidade, unanimemente.

N. 4.929 — Antonio Getulio — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — "Ex-offício" — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente.

N. 4.934 — Santoro Michel — Imposto consumo — Recebedoria do Distrito Federal — "Ex-offício" — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente.

N. 4.939 — Brogoli & Comp. Sandrini — Decreto n. 22.49 de 1933 — Delegacia Fiscal em Santa Catarina — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 4.955 — Armando Sica e Rocco & Comp. Ltda. — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente.

N. 4.959 — Ramos & Garcez — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Maranhão — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso e encaminhou-se o processo ao Sr. ministro propondo-lhe a dispensa da multa por equidade, unanimemente.

N. 4.984 — Romero & Grassi — Decretos ns. 23.664, de 1933, e 17.464, de 1926, — Delegacia Fiscal no Paraná — "Ex-offício" — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente.

N. 4.989 — Serson & Amstein Ltda. — Imposto consumo — Recebedoria Federal em São Paulo — "Ex-offício" — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita. — Negou-se provimento ao recurso "ex-offício", unanimemente.

N. 4.992 — Carlos Zukowsky — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Santa Catarina — "Ex-offício" — Relator Sr. Carlos Freire Zenha. — Não se tomou conhecimento do recurso, unanimemente.

N. 4.993 — Antonio Rastrelli — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Estado do Rio — Relator Sr. Isnard Castro Neves. — Deu-se provimento ao recurso para aplicar a multa de 200\$000, contra voto do relator. Foi designado o Sr. Carlos Freire Zenha para redigir o acórdão.

Adiados — 4.916 — 4.809.

Diligência — 4.844 — 4.924.

Pauta para a sessão ordinária a realizar-se no dia 31 de agosto às 14 horas.

Recursos:

N. 4.474 — De Vivo, Pepi & Comp. — Imposto consumo — Recebedoria Federal em São Paulo — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita.

N. 4.834 — Wasilio Woytówetsh — Decreto n. 23.664, de 2 de dezembro de 1933, — Delegacia Fiscal no Pará — Relator senhor Waldemar Freire de Mesquita.

N. 4.894 — João Macêdo — Imposto consumo — Delegacia Fiscal na Bahia — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita.

N. 4.899 — J. Santos & Comp. — Imposto consumo Recebedoria Federal em São Paulo — "Ex-offício" — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita.

N. 4.904 — José Jorge Patrão — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em São Paulo — Relator Sr. Waldemar Freire de Mesquita.

N. 4.937 — João Vianna Filho — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Ceará — "Ex-offício" — Relator Sr. Carlos Freire Zenha.

N. 4.952 — Scalzilli & Com. Ltda. — Lei n. 5.353, de 27 de novembro de 1927, e decreto n. 22.262, de 28 de dezembro de 1933, — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul — Relator Sr. Carlos Freire Zenha.

N. 4.995 — Miguel Francisco — Decretos ns. 22.480, de 1933, e 22.344, de 11 de janeiro de 1933, — Delegacia Fiscal em Alagoas — Relator Sr. Claudio Cunha.

N. 4.997 — Manoel José da Cunha — Imposto consumo — Recebedoria do Distrito Federal — "Ex-offício" — Relator Sr. Carlos Freire Zenha.

N. 4.998 — Gomes & Comp. (sucs. de Ayres A. Lemos) — Imposto consumo — Recebedoria do Distrito Federal — Relator senhor Isnard Castro Neves.

N. 5.000 — Arp & Comp. — Imposto consumo Recebedoria do Distrito Federal — Relator Sr. Claudio Cunha.

N. 5.002 — João Nunes Trindade — Decretos ns. 23.664, de 1933, e 24.318, de 1934, — Recebedoria do Distrito Federal — Relator Sr. Carlos Freire Zenha.

N. 5.003 — Domingos Coelho & Comp. — Decretos ns. 17.464, de 1926, e 22.344, de 1933 — Recebedoria do Distrito Federal — Relator Sr. Isnard Castro Neves.

N. 5.005 — Companhia Siderurgica Belgo Mineira — Imposto consumo Recebedoria do Distrito Federal — Relator Sr. Claudio Cunha.

N. 5.007 — Centro de Comércio de Sal Fluminense Ltda. — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Estado do Rio — Relator Sr. Carlos Freire Zenha.

N. 5.008 — Dr. Olesen & Dr. Forum — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Estado do Rio — Relator Sr. Isnard Castro Neves.

N. 5.010 — Air France — Imposto consumo — Delegacia Fiscal na Bahia — "Ex-officio" — Relator Sr. Claudio Cunha.

N. 5.013 — Omar Ramos Nogueira — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — "Ex-officio" — Relator Sr. Isnard Castro Neves.

N. 5.015 — Sociedade de Laticínios Ijuicense Ltda. — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul — Relator senhor Claudio Cunha.

N. 5.017 — A. G. Borges & Comp. — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — Relator Sr. Carlos Freire Zenha.

N. 5.018 — Viuva João Paulino e José Ferreira Bastos — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — Relator senhor Isnard Castro Neves.

N. 5.020 — Pedro José Narciso — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — Relator Sr. Claudio Cunha.

N. 5.022 — Furletti & Filhos e Eugenio Furletti — Imposto consumo — Delegacia Fiscal em Minas Gerais — "Ex-officio" — Relator Sr. Carlos Freire Zenha.

N. 5.028 — Laboratorio Gloria Ltda. — Imposto consumo — Recebedoria Federal em São Paulo — Relator Sr. Isnard Castro Neves.

N. 5.033 — Ferraria & Comp. — Imposto consumo — Recebedoria Federal em São Paulo — Relator — Sr. Isnard Castro Neves.

N. 5.038 — Laboratorio de Biologia Clinica Ltda. — Decreto n. 22.423, de 1933, — Recebedoria Federal em São Paulo — Relator Sr. Isnard Castro Neves.

N. 4.988 — Lemos, Garcia & Comp. Ltda. — Imposto consumo (consulta) — Recebedoria do Distrito Federal — "Ex-officio" — Relator Sr. Isnard Castro Neves.

N. 5.043 — M. Santos Bartholo — Imposto consumo — Recebedoria Federal em São Paulo — Relator Sr. Isnard Castro Neves.

N. 5.048 — Elias Sibba — Decreto n. 23.664, de 1933, — Delegacia Fiscal em Goiás — Relator Sr. Isnard Castro Neves.

N. 5.053 — Augusto Schtutz & Comp. — Decretos ns. 17.454, de 1926, e 22.495, de 1933, — Delegacia Fiscal em Santa Catarina — Relator Sr. Isnard Castro Neves.

N. 5.057 — Miguel Zdaniak — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Paraná — Relator Sr. Carlos Freire Zenha.

N. 5.058 — Benjamin V. Gonzalez — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul — Relator Sr. Isnard Castro Neves.

N. 5.063 — Eduardo Cramer & Comp. de Fumos Santa Cruz — Imposto consumo — Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul — Relator Sr. Isnard Castro Neves.

Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante

Relação dos Processos julgados na sessão de 25 de agosto de 1937

Relatados pelo Dr. Felizardo Leite Filho:

Processos:

N. 10.088-1923 — Perminio Antonio Alves — 10.125\$000 — Procedente;

N. 10.501-1923 — José Bós — 10.406\$000 — Procedente a dívida de 5.203\$ e improcedente a de igual quantia;

N. 10.506-1923 — Cezar Soprano — 5.198\$900 — Procedente a dívida de 2.599\$500 e improcedente a de 2.599\$400;

N. 10.825-1923 — Manoel Vargas — 10.000\$000 — Procedente;

N. 10.983-1923 — Alexandre Croseki — 590\$000 — Procedente;

N. 11.044-1923 — Africo Serpa — 20.750\$000 — Procedente a dívida de 10.375\$000 e improcedente a de igual quantia;

Relatados pelo Dr. Alvaro Bomilcar:

N. 1.590-1928 — Augusto Alves — 46\$500 — Procedente;

N. 2.665-1930 — Celina de Oliveira — 1.176\$300 — Procedente;

N. 2.725-1930 — Amado dos Santos — \$ — Diligencia;

N. 2.755-1930 — João Janot Pacheco — 6.150\$000 — Procedente;

N. 3.274-1930 — Raul Marte dos Santos — 130\$000 — Diligencia;

N. 3.499-1928/30 — David Pimentel — 188\$000 — Diligencia;

N. 5.985-1930 — Custodio de Assis — 75\$000 Diligencia;

N. 10.406-1923 — Francisco da Silva Ferreira — 131.318\$000 — Mandada pôr seus fundamentos a decisão de 6 de novembro de 1936.

Relatados pelo Dr. Floriano Reis:

N. 12.908-1923 — Primo Angelo Pariva — 2.868\$000 — Procedente;

N. 12.975-1923 — Eudocio Miranda — 4.236\$000 — Diligencia;

N. 12.976-1923 — Jovino Mader — 2.400\$000 — Procedente;

Ministério da Marinha

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 27 de agosto de 1937

Por portarias de 27 do corrente foram concedidas as seguintes licenças:

De conformidade com o art. 1º § 3º do art. 4º do decreto n. 42, de 15 de abril de 1935, de seis meses ao fuzileiro naval n. 1.780, Sinésio Alves de Moraes;

De conformidade com o artigo 1º e § 3º do art. 4º do decreto número 42, de 15 de abril de 1935, de um (1) ano ao operário do Arsenal, classe "H", do quadro I, do Ministério da Marinha, Moisés Cândido Dias;

Ao ex-taifeiro, asilado, Araquem Cirilo da Cunha, para residir fora do Asilo de Inválidos da Pátria, no Estado de Santa Catarina, percebendo o soldo e o valor da etapa.

Dia 28

Ao Sr. ministro do Trabalho Indústria e Comércio:

N. 1.486 — Transmite a S. Ex., para os fins de direito, o processo referente ao acidente de que foi vítima, nas obras do Novo Arsenal de Marinha, o operário Godofredo Pope.

— Ao Sr. Dr. 2º Procurador da República:

N. 1.484 — Acusa o recebimento do ofício n. 37-1.967, de 6 de agosto de 1937, transmitindo, para ciência e fins de direito, a contradição do protesto interposto perante o Juízo Federal da Terceira Vara, por João Borges de Sampaio.

Oportunamente, quando estiver em causa a defesa da União, este Ministério prestará os necessários esclarecimentos.

— Ao Sr. diretor geral do Pessoal:

N. 1.491 — Resolve promover ao posto e classe imediatamente superiores, os marinheiros abaixo mencionados:

3.549-PE-EL 1ª classe Georgino Ferreira Gaia.

1.240-PE-ES 2ª classe Antenor Vieira da Silva.

1.988-PE-SG-AV 2ª classe Oto Sales Duque.

4.476-PE-CM 3ª classe Nelson da Silva.

4.097-PE-CM 3ª classe Alvaro José de Lima.

N. 1.492 — Resolve mandar incluir no Asilo de Inválidos da Pátria, os marinheiros abaixo mencionados, que foram julgados inválidos para o serviço da Armada, não podendo prover à subsistência:

3.549-PE-EN cabo Georgino Ferreira Gaia.

1.240-PE-ES 1ª classe Antenor Vieira da Silva.

1.988-PE-EG-AV 1ª classe Oto Sales Duque.

4.476-PE-CM 2ª classe Nelson da Silva.

4.097-PE-CM 2ª classe Alvaro José de Lima.

N. 1.493 — Resolve mandar incluir no Asilo de Inválidos da Pátria, as praças abaixo mencionadas, visto terem sido julgadas inválidas para o serviço da Armada, não podendo angariar meios de subsistência:

1º sargento AE-CM n. 2.471, Vicente Cândido da Silva.

3º sargento AE-MB n. 15.697, João Pinto Salerno.

Cabo PE-EL n. 8.697, Alfredo Tenório de Oliveira.

1ª classe PE-MP n. 8.718, João Moreira da Silva.

3ª classe PE-CM n. 5.643, Luis Deibons de Souza.

2º taifeiro TA-C n. 0951, João Pais de Souza e

3º taifeiro TA-D, n. 0561, Manuel de Assunção Oliveira.

Por portaria de 30 do corrente foram concedidos de conformidade com a legislação em vigor, três meses de licença, ao capitão tenente do Corpo de Oficiais da Armada Arnaldo Vilar, para tratamento de sua saúde onde lhe convier, ficando-lhe marcado o prazo de quinze (15) dias para entrar no gozo da referida licença.

Requerimentos despachados

Benjamin Miguel dos Santos, asilado, requerimento de 26 de junho de 1937, ficha n. 60.744, pedindo melhoria de asilamento. — A vista das informações não é possível atender. Em 20-8-1937.

Darcel de Souza Medina, médico assistente do Serviço do Pronto Socorro Naval, requerimento de 23 de março de 1937, ficha número 55.564, pedindo melhoria de vencimentos. — Indeferido á vista das informações. Em 1-7-1937.

João Cesário Corrêa, requerimento de 10 de agosto de 1937, ficha n. 60.535, pedindo restituição de documentos. — Como pede, mediante recibo. Em 13-8-1937.

Cândido Pais de Azevedo, ex-aspirante da Reserva Naval Aérea, requerimento de 23 de agosto de 1937, ficha n. 60.810, pedindo restituição de documentos. — Restitua-se mediante recibo. Em 25 de agosto de 1937.

Sofia Dutra da Silva, requerimento de 6 de agosto de 1937, ficha n. 60.491, pedindo pagamento de diferença de vencimentos a que fez jus seu falecido marido José A. da Silva, mestre geral da Imprensa Naval. — Indeferido de acordo com os pareceres. Em 23-8-1937.

Carlos Lopes da Silva, requerimento de 19 de maio de 1937, ficha n. 58.207, pedindo carta de 1º motorista da Marinha Mercante. — Indeferido de acordo com o parecer do Sr. consultor jurídico do Ministério da Marinha. Em 25-8-1937.

Antônio José Feste, ex-marcheiro asilado, requerimento de 17 de junho de 1937, ficha n. 60.617, pedindo que lhe seja concedido os vencimentos integrais. — Indeferido de acordo com a informação. Em 16-8-1937.

Paulo Vabilemar de Paiva, requerimento de 7 de julho de 1937, ficha n. 60.030, pedindo abono da gratificação adicional de 20%. — Indeferido de acordo com o parecer n. 96, do Sr. consultor jurídico do Ministério da Marinha. Em 16-8-1937.

Augusto Tarciano de Brito, capitão de fragata médico, memorial, ficha n. 60.038. — Ao Sr. Presidente da República. — Completo o selo, Em 16-8-1937.

Ministério da Guerra

Nas cartas-patentes dos oficiais abaixo mencionados foram lavradas as seguintes apostilas:

Por decreto de 23 de julho findo, de acordo com o art. 22, § 2º do regulamento anexo ao decreto n. 18.712, de 25 de abril de 1929, para execução da lei n. 5.631, de 31 de dezembro de 1928, modificada pelos decretos ns. 20.371, de 3 de setembro de 1931 e 22.893, de 5 de julho de 1933, foi concedida transferência para a reserva de 1ª classe ao coronel da arma de cavalaria Alcides Lauriodó de Santana, de quem trata esta carta-patente, contando quarenta anos, um mês e cinco dias de serviço, percebendo as vantagens a que tiver direito, de acordo com as ordens em vigor; bem como as de que trata o decreto de 21 do mês findo.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1937. — General Eurico G. Dutra.

Por decreto de 23 de julho findo, de acordo com o art. 22, § 2º, do regulamento anexo ao decreto n. 18.712, de 25 de abril de 1929, para execução da lei n. 5.631, de 31 de dezembro de 1928, modificada pelos decretos ns. 20.371, de 3 de setembro de 1931 e 22.893, de 5 de julho de 1933, foi concedida transferência para a reserva de 1ª classe ao coronel da arma de cavalaria Hipólito Pais de Campos, de quem trata esta carta-patente, contando quarenta e seis anos, novo meses e cinco dias de serviço, percebendo as vantagens a que tiver direito, na forma das ordens em vigor; bem como, as de que trata o decreto de 21 do mês findo.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1937. — General Eurico G. Dutra.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 27 de agosto de 1937

Ao Sr. ministro da Fazenda solicitando o pagamento, no Tesouro Nacional, da quantia de 4.316\$700 a D. Orninda Dubois (Av. 920).

— Ao Sr. governador do Paraná, restituindo o processo referente ao pedido de pagamento feito por Ueno Yonezo e Egawa Seitaro, visto que a solução do assunto escapa à alçada do Ministério da Guerra. (Av. 157)

— Ao Sr. chefe do Departamento do Pessoal do Exército, declarando:

Que, conforme comunica o presidente do Tribunal do Segurar os processos a que respondiam o 2º tenente farmacêutico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul Antônio Xavier Barbieri e os sargentos do Centro de Instrução de Artilharia de Costa Antônio Guimarães Silva e Manuel Braz da Silva (av. 583);

Para publicação em Boletim do Exército que a convocação de médicos, em casos de que tratam as instruções baixadas com a Portaria n. 12, de janeiro último, deve ser precedida de consulta à Diretoria de Fundos do Exército quanto à existência de verba orçamentária para atender à despesa (av. 584);

Que na tabela de distribuição de quantitativos para telefones (instalação e manutenção), destinada ao corrente ano, publicada pelo Boletim do Exército n. 13, de 5 de março último, figuraram os seguintes títulos:

- 23. Escola de Saúde do Exército 702\$000
- 24. Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército 582\$000

Destinando-se os referidos quantitativos ao mesmo estabelecimento e para os ditos fins, fica rectificado o título — Escola de Aplicação do Serviço de Saúde do Exército 582\$000 para — Escola de Saúde do Exército 582\$ (av. 586);

Que a sede da 19ª zona de alistamento militar da 10ª C. R., no Estado de Santa Catarina, é transferida, de acordo com o parecer do E. M. E. de Urussanga para Crissiuma (av. 587);

Em solução a uma consulta do comandante do Depósito de Remonta de Monte Belo que, de acordo com a legislação em vigor no Ministério da Guerra, os oficiais e sargentos que residem em próprios nacionais, estão sujeitos a pagamento de aluguel, legislação que não abrange as praças simples ou de graduação inferior a sargento. (av. 588);

Que o capitão Odilon Siqueira é posto à disposição do Governador do Estado de Sergipe, para exercer o cargo de Chefe de Polícia, no referido Estado (av. 589);

Que o major Decio Palmeiro de Escobar, adido militar à Legação do Brasil no Peru, é designado para integrar a Delegação Brasileira à próxima Conferência Técnica Inter-Americana de Aviação, a realizar-se em Lima, em setembro próximo, e se ocupará da parte relativa às radiocomunicações (av. 590);

Que a Inspetoria Geral do Ensino funcionará no pavilhão da Escola do Estado Maior onde estava instalada a Escola Técnica do Exército (av. 591);

Que são julgadas procedentes as alegações de crença religiosa apresentada por Inácio Devegili, alistado e sorteado para o serviço militar pelo município de Indaial, no Estado de Santa Catarina, é concedida a isenção pedida do mesmo serviço, de acordo com o disposto no art. 120, § 2º do respectivo Regulamento, visto ser religioso professor da Congregação dos Irmãos Maristas, em Mendes, Estado do Rio de Janeiro.

Nesta data remetem-se ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores os papéis referentes ao pedido de que se trata, para efeitos do decreto n. 20.391, de 10 de setembro de 1931. (Av. 592.)

Ao Sr. comandante da 1ª Região Militar declarando que o funcionário da Prefeitura do Distrito Federal José da Rocha Soutelo, que está servindo em uma das juntas permanentes de Alistamento Militar, deve ser dispensado dessa comissão, para apresentar-se à Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas. (Av. 35.)

Ministério da Guerra — Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1937 — N. 585:

Sr. chefe do Departamento do Pessoal do Exército:

O comandante da Escola de Veterinária do Exército, em ofício n. 39, de 10 de setembro do ano findo, ao chefe do Estado Maior do Exército, consulta como deve proceder relativamente ao engajamento de uma praça que fez o primeiro ano do "Curso de Ferradores", e a quem cabe conceder tal engajamento, si o comandante do Corpo ou o comandante da referida Escola.

Em solução declaro-vos que o soldado José Lopes de Almeida, de quem trata o citado ofício, tem direito ao engajamento previsto no n. 6 do art. 31 do Regulamento n. 66, cabendo ao comandante do Corpo para onde for designado a praça ou graduado que terminar o curso conceder esse engajamento a contar da data que o mesmo terminar. — General Eurico G. Dutra.

Dia 28 de agosto de 1937

Ao Sr. ministro da Fazenda, solicitando o pagamento das seguintes quantias:

- No Tesouro Nacional:
- 3:156\$600 ao major Lamartine Peixoto Pais Leme (av. 921);
- 126\$ ao 3º sargento Elísio de Souza Brito (av. 926);
- 270\$ ao 1º tenente contador Agenor de Carvalho Peixoto (av. 931);
- 13:176\$700 ao tenente coronel Ramiro Noronha (av. 933);
- 1:161\$ ao músico de 3ª classe Valdemar dos Santos (av. 934);
- Na Delegacia do Amazonas:
- 228\$ ao soldado Vitor Medeiros Lobato (av. 922);
- 480\$ ao 3º sargento reformado Luiz Gomes de Assis (av. 932);
- Na Delegacia de Mato Grosso:
- 3:156\$ ao músico de 1ª classe Vicente Ferreira da Silva (av. número 930);
- 677\$500 ao 2º cabo Manuel Clemente da Silva (av. 927);
- 2:160\$ ao 3º sargento Joaquim Sergio da Silva (av. 935);
- 681\$200 ao 2º sargento João Batista Alves de Brito (av. 936);
- 1:812\$ ao músico de 1ª classe Euclides Corrêa (av. 937);
- Na Delegacia de Minas Gerais:
- 1:054\$ ao 1º sargento Joaquim Bezerra Aires Vanderlei (av. 928);
- Na Delegacia de S. Paulo:
- 1:240\$300 ao 1º tenente João Manuel Gomes Tinoco (av. 929);
- Na Delegacia do Rio Grande do Sul:
- 95\$ ao soldado reformado e asilado Eduardo Miranda (av. 930).

Ministério da Viação e Obras Públicas

Expediente do dia 27 de agosto de 1937

Offícios:

N. 3.532 — A Inspetoria Federal das Estradas — Comunicando que o Sr. Ministro deu provimento ao recurso interposto pelo chefe das oficinas da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte — Alindo Sant'Ana, contra a resolução dessa Inspetoria que lhe negou a concessão de seis meses de licença. (11.826-37.)

N. 3.533 — Ao Departamento Nacional de Portos e Navegação — Devolvendo, rubricados, o projeto e orçamento para a execução de calçamento a paralelepípedos no Cais do Porto do Rio de Janeiro, numa área de 33.000 metros quadrados. (11.512-37.)

N. 3.534 — Ao mesmo — Devolvendo, rubricados, o projeto e orçamento para a construção de seis vestiários na faixa do Cais do Porto do Rio de Janeiro. (11.511-37.)

N. 3.535-37 — Ao mesmo — Comunicando que o Tribunal de Contas deixou de tomar conhecimento do assunto constante do ofício n. 1.784, de 29-5-37, desse Departamento, por não ser permitido segundo pedido de reconsideração de sua decisão. (13.825-37.)

N. 3.538 — Ao mesmo — Comunicando que a Diretoria do Domínio da União está seiente do assunto constante do ofício número 4.340, de 20-10-36, referente a dois galpões que ruíram no Estado do Rio Grande do Sul. (13.351-37.)

N. 3.537 — Circular — As repartições subordinadas — Atendendo ao que solicitou a Diretoria do Domínio da União, pede a presença a esta Secretaria de Estado de uma relação completa dos bens federais a cargo dessas repartições. (13.351-37.)

N. 3.538 — Ao Departamento dos Correios e Telegrafos — Comunicando que o Departamento de Aeronautica Civil a respeito do local onde poderá ser instalada a sua 7ª Região, em São Paulo, declarou que aceita a área oferecida por esse Departamento, nas condições propostas. (9.954-37.)

N. 3.539 — Ao mesmo — Devolvendo, rubricados, orçamento, plantas e especificações técnicas para ampliação e aperfeiçoamento das redes de radio-comunicações do Departamento de Comunicações e Serviço de Radio Patrulha e da Força Publica do Estado de São Paulo. (10.263-37.)

N. 3.540 — Ao mesmo — Comunicando a frequencia, durante o mês de agosto corrente, dos funcionarios desse Departamento — Antonio Fernandes de Carvalho, José Venancio Dias e Lourival da Costa Figueiredo. (12.564-37.)

N. 3.541 — Ao mesmo — Idem, idem, de Antonio Ferreira, José Maria Fernandes Guimarães e João Bonifacio e Pedro Alcantara da Silva. (12.564-37.)

N. 3.542 — Ao Departamento Nacional de Portos e Navegação — Idem, idem, de Waldemar Paulo de Souza, Arlindo Ferreira da Cunha, Euzebio J. de Carvalho, Cassiano Silva de Oliveira, Cipriano J. D. de Carvalho, Jovelino J. de Carvalho, Augusto Martinelli, José André da Silva e Manoel Gonçalves Novo. (12.564-37.)

N. 3.543 — Ao Departamento de Aeronautica Civil — Idem, idem, de Isaias Lemos Monteiro. (12.564-37.)

N. 3.544 — A Diretoria de Saneamento da Baía de Fluminense — Idem, idem, de Osvaldo Simões de Freitas e Bolivar Feitosa de Menezes. (12.564-37.)

N. 3.545 — A Inspetoria Federal das Estradas — Idem, idem, de José Luiz dos Passos, Camilo Monteiro de Matos e Silvio Pires Pimenta. (12.564-37.)

N. 3.546 — Ao Departamento de Estradas de Rodagem — Idem, idem, de Hermilio Toscano de Brito. (12.564-37.)

A' E. F. Central do Brasil:

N. 3.547 — Idem, idem, de Alfredo da Costa Araujo e João de Oliveira Braga. (12.564-37.)

N. 3.548 — A' mesma — Idem, idem, de Manoel Silva de Oliveira, Gastão Marques da Silva, Luiz Cadinelli, Gervasio Barroso, Augusto Cornelio do Nascimento, José Vieira de Melo, Jeronimo Henrique Sampaio, Marcelino Coelho de Freitas e Silverio Monteiro Bittencourt. (12.564-37.)

N. 3.549 — A' mesma — Idem, idem, de Fabio José de Santana e Osorio Cunha. (12.564-37.)

N. 3.550 — A' Inspetoria Geral de Iluminação — Idem, idem, de Ari de Sousa Rangel. (12.564-37.)

N. 3.551 — A' Inspetoria Federal das Estradas — Idem, idem, de Paulo Sebastião Moraes Velez, Francisco Assis da Silva, Clotilde Beatriz Aires de Miranda, Juraci de Melo e Sousa Guimarães, Cesar Prieto, Arquibai Estelita Cavalcante Pessoa, Alfredina Mourão e Saul Warchavsky. (12.564-37.)

N. 3.552 — Ao Departamento dos Correios e Telegrafos — Idem, idem, de Nelson Freire de Siqueira. (12.564-37.)

N. 3.553 — A' E. F. Central do Brasil — Idem, idem, de Clara Iná de Araujo. (12.564-37.)

N. 3.554 — A' mesma — Idem, idem, de Osvaldo de Almeida Macedo Costa. (12.564-37.)

N. 3.555 — A' Inspetoria Federal de Obras contra as Secas — Idem, idem, de Belonaro da Silva Pessoa e Fernando José de Oliveira. (12.564-37.)

N. 3.556 — A' E. F. Noroeste do Brasil — Idem, idem, de Julio Dimiz. (12.564-37.)

Expediente de 28 de agosto de 1937

Aviso:

N. 2.073 — Ao Sr. ministro Eduardo Espinola — Encaminhando uma cópia do telegrama em que o diretor da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro presta informações a respeito das alegações contidas na petição do Mandado de Segurança impetrado por Aureliano Gama d'Alcantara Filho. (15.795-37.)

Ofícios:

N. 3.557 — Ao Departamento dos Correios e Telegrafos — Comunicando que foi declarado sem efeito o decreto de 19-10-36, em virtude do qual o servente de 2ª classe da D. R. do Distrito Federal, Artur Bonifacio da Costa, fôra promovido, por merecimento, a servente de 1ª classe da mesma repartição. (399-37.)

N. 3.558 — Ao Departamento de Aeronautica Civil — Pedindo providencias junto á Aerobrasil Limitada, no sentido de ser atendido o despacho publicado no "Diário Oficial" de 21 e 29 de julho ultimo, e 5, 15 e 20 de agosto corrente, pelo qual é convidada a comparecer, por seu representante, a esta Secretaria de Estado. (11.288-37.)

N. 3.559 — A' E. F. Central do Brasil — Pedindo a remessa a esta Secretaria de Estado da sentença, passada em julgado, do Juiz Federal de Minas Gerais (1ª vara), proferida em relação á indenização pleiteada por D. Maria Barros de Oliveira, viúva de Justino Ramos de Oliveira, ex-official de linhas telegraficas, efetivo, dessa estrada, falecido em consequência de acidente em serviço. (15.087-1957.)

N. 3.560 — Ao Departamento Nacional de Portos e Navegação — Comunicando a autorização dada pelo Sr. encarregado do Expediente, no sentido de ser cedida, por emprestimo, ao Departamento de Aeronautica Civil, afim de serem utilizados nos trabalhos de construção do aeroporto do Rio Ceará, um guindaste que pertenceu á Alfandega do Rio Grande Norte e um batelão, denominado "Felipe

Camarão", que se encontram no porto de Natal, nas condições propostas pelo aludido departamento. (13.112-37.)

N. 3.561 — Ao Dominio da União — Comunicando que este ministério nada tem a opor sobre a cessão de terrenos acrescidos de marinha, fronteiros a outros, sítos no Cais Pharoux, nesta Capital, pretendidos pela Companhia Cantareira e Viação Fluminense, tendo em vista as informações prestadas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação. (14.500-37.)

N. 3.562 — A' E. F. Noroeste do Brasil — Devolvendo, apostilladas, as portarias de contrato dos mensalistas João Machado, Francisco Rizzo, Virgilio Vicente Martins e Giorgio Marzilli. (15.145-37.)

N. 3.562 — Ao adido comercial á Embaixada dos Estados Unidos da America no Brasil — Remetendo dois exemplares do Acórdão Sul-Americano de Radiocomunicações. (14.939-37.)

Requerimentos despachados

Braz Brasiliense Cesar, agente da E. F. Noroeste do Brasil, pedindo transferencia para qualquer outra estrada. — Dirija-se á diretoria da estrada. (11.485-37.)

João Florentino Chaves Filho, ex-carteiro de 3ª classe da Diretoria Geral dos Correios, pedindo readmissão "em qualquer vaga de carteiro de 3ª classe que se verifique na D.R. do Distrito Federal" — Indeferido, de acôrdo com os pareceres. (14.362-37.)

Felipe Jogaib e Miguel Alvim Filho, pedindo para certificar se o Sr. Bolivar Guarnion Washington de Bonoso tem o diploma de engenheiro civil devidamente registrado neste ministério. — Deferido. (15.017-37.)

José Alves Machado, trabalhador da E. F. C. B. — Compareça ao Protocolo Geral desta Secretaria de Estado, das 14 ás 15 horas, para cumprimento da lei do selo. (15.845-37.)

José Tozzi Galvão — Idem. (15.773-37.)

(*) Antonio Bento de Melo Alvim, telegrafista de 4ª classe da D.C.T., solicitando pagamento de diferença de vencimentos, em virtude de contagem de antiguidade de classe. — Indeferido. (8.554-1937.)

Departamento dos Correios e Telégrafos

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 30 de agosto de 1937

Dispensando das funções de agente postal-telegráfico da agencia de Pesqueira, subordinada á Diretoria Regional de Pernambuco, o telegrafista da classe G, José Mota Moreira, que passará a ter exercicio na sede da referida Diretoria Regional (portaria n. 1.052, de 27-8-37).

Criando uma agencia de correio de 4ª classe na povoação de Avenças, municipio de Marília, subordinada á Diretoria Regional de Botucatu, no Estado de São Paulo, arbitrando em 720\$000 a gratificação anual do respectivo agente (portaria n. 1.053, de 27-8-37).

Mandando reverter á Diretoria Regional de Santa Maria, a cujo quadro pertence, o telegrafista da classe G, Otávio de Almeida Machado, que se encontra na Estação Telegráfica do Palácio do Catete. Ao funcionário em causa é conferido o direito a transporte (portaria n. 1.058, de 28-8-37).

Transferindo, sem onus para o Departamento, da Diretoria Regional de Santa Maria, para a de Santa Catarina, o inspetor de linhas telegráficas da classe G, João Ferreira da Silva (portaria n. 1.057, de 28-8-37).

Dispensando, a pedido, o auxiliar do trafego de 4ª classe, da Diretoria Regional do Distrito Federal, Hermar Duarte de Almeida (portaria n. 1.058, de 28-8-37).

Dispensando do cargo de agente postal telegráfico de Santana do Livramento, na jurisdição da Diretoria Regional do Rio Grande do Sul, o telegrafista da classe H, Martin Rodrigues da Luz (portaria n. 1.059, de 28-8-37).

I — Dispensando do cargo de chefe do Tráfego Telegráfico da Diretoria Regional de Santa Maria da Boca do Monte no Estado do Rio Grande do Sul, o telegrafista da classe II, Julio Magalhães de Araujo. II — Designando para exercer o mesmo cargo, em comissão, o telegrafista da classe J, Sudik Norat, classificado na Diretoria Regional do Rio Grande do Sul (portaria n. 1.060, de 28-8-37).

Designando para servir, provisoriamente, como chefe do Protocolo da Diretoria Geral, a partir de 28 do mês fluente, o official administrativo da classe J, do Quadro III, do Ministério da Viação e Obras Públicas, Epimenides Menezes (portaria n. 1.067, de 30-8-37).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR TÉCNICO DE CORREIOS

(Usando das atribuições que lhe foram conferidas pela portaria do Sr. diretor geral n. 295, de 5 de abril de 1937)

Elevando de 1:440\$000 para 1:680\$000 o custeio anual da linha de Queluz á Estação, subordinada á Diretoria Regional de S. Paulo (portaria n. 1.054, de 27-8-37).

(*) Reproduz-se por ter sido publicado com incorreções no "Diário Oficial" de 26-8-1937, a fls. 18.034.

Extensão de 7.000.000 para 1.080\$000 o custeio anual da linha de Catú à Estação, subordinada à Diretoria Regional da Baía (portaria n. 1.055, de 27-8-37).

DIRETORIA DO PESSOAL

Licenças concedidas:

Afonso Honório de Miranda, telegrafista da classe I, da Diretoria Regional de Santa Maria, 6 meses, em prorrogação, com todos os vencimentos nos termos do art. 1º, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, a contar de 7 de junho último (49.504-36).

Ribeiro Rosas, telegrafista da classe H, da Diretoria Regional de São Paulo, um ano, com todos os vencimentos, nos termos do art. 1º, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, cujo gozo será iniciado dentro de 30 dias (8.571-37).

Alfredo Moacir Pinheiro, auxiliar do tráfego de 4ª classe, contratado, da Diretoria Regional do Amazonas e Acre, 6 meses, com 2/3 da mensalidade, para tratamento de saúde, cujo gozo será iniciado dentro de 30 dias (42.672-37).

Agostinho de Albuquerque Borborema, telegrafista de 1ª classe, contratado, da Diretoria Regional do Amazonas e Acre, 3 meses, em prorrogação, com a metade da mensalidade, para tratamento de saúde, a contar de 30 de julho último (11.027-36).

Eucharis da Silva Rosa, telegrafista adjunta de 3ª classe, contratada, da Diretoria Regional do Paraná, 6 meses, com a mensalidade integral nos termos do art. 1º do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, a partir de 1 de julho último (42.742-37).

Mercedes Rubim da Silva, auxiliar de 5ª classe, contratada, da Diretoria Regional do Piauí, 3 meses, com a mensalidade integral, nos termos do art. 170, n. 10, da Constituição da República, a partir de 8 de agosto corrente (45.704-37).

Humberto Carrilho do Rego Barros, carteiro da classe B, da Diretoria Regional de Pernambuco, com funções na agência de Rio Branco, 6 meses, com a metade do ordenado, para tratamento em pessoa de sua família, a partir de 12 de março (21.669-37).

Artur de Moura Poróca, carteiro da classe B, da Diretoria Regional de Pernambuco, um ano, com ordenado, para tratamento de saúde, a partir de 9 de junho (39.563-37).

Mário Ferreira da Cruz, servente classe B, da Diretoria Regional do Rio de Janeiro, com função na agência de Petrópolis, um mês, em prorrogação, para tratamento de saúde, a partir de 4 de agosto (35.915-37).

Crispim Virgílio de Oliveira, carteiro classe D, da Diretoria Regional de Uberaba, 3 meses, com vencimentos nos termos do art. 1º, parágrafo único, combinado com o art. 3º, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, a partir de 7 de abril (21.673-37).

Deonila Romano Bittencourt, agente da agência de Santo Antônio, na Diretoria Regional de Baía, 6 meses, com a metade da gratificação, para tratamento de saúde, a partir de 1 de junho (23.983-36).

Raimundo Vieira Arantes, condutor de mulas, de Santa Bárbara a Catas Altas do Mato Dentro, na Diretoria Regional de Minas Gerais, 6 meses, em prorrogação, com a diária integral, nos termos do artigo 1º, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, a partir de 1 de setembro vindouro (19.556-37).

Gustavo Garnet, oficial administrativo classe I, da Diretoria Regional do Distrito Federal, 6 meses, com vencimentos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, com o prazo de 30 dias para ser iniciada (42.084-37).

Alfredo José de Almeida, condutor de mulas de Aracaju a Propriá, na Diretoria Regional de Sergipe, 6 meses, com a diária integral, nos termos do art. 1º, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, com o prazo de 30 dias para ser iniciada (27.012-37).

Sebastião Lima Cardim, escriptorário classe G, da Diretoria Geral, um mês, com ordenado, para tratamento de saúde, a partir de 19 de agosto (46.598-37).

Adelaide Garcia ajudante da agência de Miracema, na Diretoria Regional do Rio de Janeiro, 2 meses, em prorrogação, com a metade da gratificação, para tratamento de saúde, a partir de 1 de setembro vindouro (66.883-36).

Adalberto Lopes, escriptorária classe G, da Diretoria Regional do Rio de Janeiro, 2 meses, com vencimentos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, do decreto n. 42, de 15-4-35, combinado com o artigo 4º, para tratamento de saúde, a partir de 5 de agosto (62.475-36).

Ari de Sousa Ribeiro, escriptorário classe E, da Diretoria Regional do Rio de Janeiro, 2 meses, com ordenado, para tratamento de saúde, a partir de 15 de julho (42.473-37).

Emídio Josué Gitirana, oficial administrativo classe II, da Diretoria Regional do Distrito Federal, 4 meses, com vencimentos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, do decreto n. 42, de 15-4-35, para tratamento de saúde, com o prazo de 30 dias para ser iniciada (30.553-36).

Hercília de Castro Santos, escriptorário classe E, da Diretoria Regional do Distrito Federal 3 meses, com vencimentos, nos termos do art. 170, n. 10, da Constituição Federal, a partir de 12 de julho (37.498-37).

Odete Severino Galasso, carteiro classe B, da Diretoria Regional de São Paulo, um ano, com ordenado, para tratamento de saúde, a partir de 24 de abril (31.958-37).

Joaquim de Moraes, praticante de auxiliar da Diretoria Regional de Goiás, 3 meses e prorrogação, com a metade da diária, para tratamento de saúde, a partir de 18 de julho (5.110-37).

Departamento de Aeronáutica Civil

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Portarias

Dia 27 de agosto de 1937

Concedendo ao estacionário da classe A, deste departamento, Nelson Gomes de Souza, trinta dias de licença para tratamento de saúde, a partir do dia 25 do corrente.

Concedendo ao observador meteorológico da classe G, deste departamento, Eudes Patrício de Carvalho, trinta dias de licença, para tratamento de saúde, em prorrogação à licença de quarenta dias que lhe foi concedida anteriormente, a partir do dia 20 de julho último.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DE DIVISÃO DE OPERAÇÕES

Dia 27 de agosto de 1937

Ofícios:

Ao Sr. Juvenal Paixão.

N. 1.994 — Restituindo documentos do avião PP-TCE e informando sobre o avião do tipo "Porterfield" marca PP-TBE.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DA DIVISÃO DE METEOROLOGIA

Dia 28 de agosto de 1937

Ao Sr. diretor da Oficina de Economia Agrária:

N. 1.995 — Pedindo fornecimento de dados meteorológicos e observações diárias realizadas em Assunção

— Ao Sr. Dr. João Stoll Gonçalves:

N. 1.996 — Acusando offício n. 433, de 20 do corrente e pedindo esclarecimentos referentes ao pedido constante do mesmo.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 25 de agosto de 1937

O Sr. Henrique Uchôa Santos Dumont pede que lhe seja concedida carta e licença para tripular aeronaves de turismo dos tipos "E.A.Y." e "R.W.D.", que correspondem respectivamente aos aviões de marcas PP-TTBE., já matriculado no nome da "Emores" Ipiranga" da qual é um dos diretores, e PP-TCV, cuja matrícula, no nome do requerente, já foi solicitada. — Deferido. (Ref. 7.052-37.)

O Sr. Antônio Henrique de Almeida, pede que lhe seja dada licença para tripular aviões do tipo "Math". — Deferido. (Ref. 6.485-37.)

Dia 26

O 2º tenente aviador, Sr. Benedito Pereira da Silva, requer com fundamento no art. 24 do R. S. G. N. Ae., a concessão da carta de habilitação e capacidade que lhe compete, nos termos do art. 22 do referido regulamento. — Deferido. (Ref. 6.625-37.)

O 2º tenente aviador, Sr. Otávio Alves da Costa, requer, com fundamento no art. 24 do R. S. G. N. Ae., a concessão da carta de habilitação e capacidade que lhe compete, nos termos do art. 22 do referido regulamento. — Deferido. (Ref. 6.626-37.)

Dia 27

Ofícios:

Ao Sr. ministro da Fazenda:

N. 1.988 — Solicitando pagamento da conta da Cruz Vermelha Brasileira, na importância de 210\$000.

— Ao Sr. diretor da Despesa Pública:

N. 1.991 — Comunicando que o escriptorário da classe E, Gabriel Junqueira de Barros, apresentou a este departamento, no dia 20 do corrente, os documentos comprobatórios da aplicação dada ao pagamento que lhe foi entregue pelo Tesouro Nacional no dia 26-5-37.

Ao Sr. diretor secretário do Tribunal de Contas:

N. 1.922 — Idem, idem.

— Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas:

N. 1.993 — Restituindo informado o processo n. 10.322, sobre pagamento de funcionário licenciado.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DA DIVISÃO DE AEROPORTOS

Ao Sr. representante da Pan American Airways, Inc.:

N. 1.990 — Referente ao arruamento fronteiro à futura estação de hidroaviões.

Ministério da Agricultura

Diretoria de Expediente e Contabilidade

Primeira secção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

João Pereira Pinto Carvalho, pedindo pagamento de prêmio por haver construído na fazenda de sua propriedade, um banheiro capaticida. — Indeferido, em vista do parecer. (DEC — 5.877-37).

EXPEDIENTE DO SR. ENCARREGADO DO EXPEDIENTE NA AUSÊNCIA DO SR. MINISTRO

Dia 26 de agosto de 1937

Ao Sr. Diretor Geral da Fazenda Nacional:

N. 3.983 — Solicita providências afim de ser paga ao chefe de seção da Diretoria de Expediente e Contabilidade, Dr. Mario de Ortiz Pope, que segue em comissão para o Estado de São Paulo para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela S. A. Indústrias de Seda Nacional e pela firma Abrahão Andraus & Irmãos, na forma do regulamento anexo ao decreto n. 17.247, de 17 de março de 1926, a importância destinada ao desempenho do serviço.

Dia 28

Ao Sr. Delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 3.990 — Encaminha o processo relativo ao pagamento da importância de seis contos de réis (6.000\$000), a título de adiantamento, a ser feito ao estatístico, classe J, da Diretoria de Estatística da Produção, desta Secretaria de Estado, Paulo Luiz Leitão, para atender, durante os meses de setembro, outubro e novembro do corrente ano, a despesas com concerto e conservação do material permanente da referida repartição.

— Ao Sr. Ministro da Fazenda:

N. 3.992 — Solicita providências afim de que, no Tesouro Nacional, seja entregue ao prático rural, classe II, do Departamento Nacional da Produção Animal, Plínio Loureiro, a título de adiantamento, a importância de setenta contos de réis (70.000\$000), para atender, durante o período de agosto a outubro do corrente ano, ao pagamento das despesas com a aquisição de reprodutores no país.

— Ao Sr. Delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 3.997 — Encaminha o processo relativo ao pagamento da importância de dez mil e novecentos réis (10\$900), de que é credora a Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, proveniente de fornecimento de luz elétrica, durante o mês de abril deste ano, em proveito da Diretoria de Organização e Defesa da Produção, desta Secretaria de Estado.

N. 3.998 — Encaminha o processo relativo ao pagamento da importância de cento e quarenta e um mil e duzentos réis (141\$200), de que é credora a "Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, proveniente de fornecimento de gás em abril último, em proveito da Diretoria de Estatística da Produção.

— Ao Sr. Ministro da Fazenda:

N. 3.999 — Solicita providência afim de que, no Tesouro Nacional, seja paga a Laudelino Alexandre da Silva, a importância de um conto de réis (1.000\$000), proveniente de auxílio de que é credor pela construção de um banheiro carranaticida na fazenda de sua propriedade, sita no município do Piratininga, Estado do Rio de Janeiro.

— Ao Sr. Delegado do Tribunal de Contas junto a este Ministério:

N. 4.003 — Encaminha, o processo, relativo ao pagamento da importância de um conto e oitocentos e trinta mil réis (1.830\$000), de que é credor Heitor Pinto da Veiga, engenheiro rural, classe "L", do Gabinete de Arquitetura e Engenharia, deste Ministério, proveniente de diárias a que fez jus, durante os meses de abril e maio do corrente ano, por serviços prestados fora da sede, no Estado de Minas Gerais.

N. 4.004 — Encaminha o processo, relativo ao pagamento da importância de cinco contos de réis (5.000\$000), de que é credor Gerolamo Azzi, professor da Escola Nacional de Agronomia, proveniente de gratificação a que fez jus, durante o mês de agosto do corrente ano, de acordo com as cláusulas 1ª e 4ª do contrato celebrado com este Ministério e registrado por esse Instituto em 17-5-37.

N. 4.005 — Encaminha, o processo, relativo ao pagamento da importância de seiscentos e vinte mil réis (620\$000), de que é credor Gerardo Alves de Carvalho, oficial administrativo, classe I, da Diretoria do Expediente e Contabilidade desta Secretaria de Estado, proveniente de diárias a que fez jus, durante o mês de julho de 1937, por serviço prestados fora da sede, em comissão no Estado da Bahia.

N. 4.006 — Encaminha o processo relativo ao pagamento da importância de três contos, oitocentos e quatorze mil e oitocentos réis (3.814\$800), de que é credora a "Panair do Brasil S. A.", proveniente de transportes em avião, em proveito desta Secretaria de Estado, durante o corrente exercício.

N. 4.008 — Encaminha o processo, relativo ao pagamento da importância de oitocentos mil réis (800\$000), de que é credor Mário Franco da Cruz, conservador do Instituto de Biologia Vegetal, do D. N. P. V., proveniente de gratificação a que fez jus, durante o mês de agosto do corrente ano, de acordo com os termos do contrato, em renovação, registrado pelo Tribunal de Contas em 21-5-37.

N. 4.009 — Encaminha, o processo, relativo ao pagamento da importância de seiscentos mil réis (600\$000), de que é credor o floricultor do Instituto de Biologia Vegetal, do DNPV., Luis Lansfyt, proveniente de gratificação a que fez jus, durante o mês de agosto de 1937, de acordo com as cláusulas 1ª e 3ª do contrato celebrado com este Ministério e registrado pelo Tribunal de Contas em 3-4-36.

— Ao Sr. Inspetor-Chefe do S. D. S. A. em São Salvador Estado da Bahia:

N. 3.992 — Solicita providências afim de que sejam remetidas a esta Diretoria os documentos a que se refere o vosso ofício n. 361, de 26 de abril próximo findo, os quais deixaram de o acompanhar.

Segunda Seção

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 28 de agosto de 1937

Associação Auxiliadora dos Funcionários — Pede providências sobre descontos de consignações em seu favor. — Sele os documentos anexados ao requerimento.

União dos Funcionários Públicos — Pede a suspensão de uma consignação instituída em seu favor. — Sele o requerimento.

Carteira de Crédito do Funcionário — Pede providências sobre descontos de consignações em seu favor. — Sele o documento anexado ao requerimento.

Terceira Seção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Por portaria n. 4.439, de 27 de agosto, foi contratado José Rodrigues de Souza para exercer as funções de trabalhador da Inspetoria Agrícola da 5ª Região, do Serviço de Fomento da Produção Vegetal, pelo período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do corrente ano.

Por portaria n. 4.440, da mesma data, foi contratado Aristides de Souza Ramos para exercer as funções de trabalhador de 5ª classe, da Inspetoria Agrícola da 5ª Região, do Serviço de Fomento da Produção Vegetal, pelo mesmo período.

Por portaria n. 4.441, da mesma data, foi contratado Reinaldo Espírito Santo para exercer as funções de trabalhador de 5ª classe, da Inspetoria Agrícola da 5ª Região, do Serviço de Fomento da Produção Vegetal, pelo mesmo período.

Por portarias numeradas de 4.441 a 4.443, de 26 de agosto corrente, foram contratados Cassio Franco da Cruz, Julieta Rei Novais e Silvii Franga, para exercerem, respectivamente, as funções de auxiliar de escrita de 5ª classe, auxiliar de 1ª classe e auxiliar de 2ª classe, na Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, pelo prazo de 3 de agosto a 31 de dezembro de 1937, conforme despacho exarado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, na expreção de motivos n. 74, de 31 de junho de 1937.

Por portarias ns. 4.443, 4.444 e 4.446, de 30 do corrente mês, foram concedidos seis meses de licença especial, na forma do artigo 1º do decreto n. 42, de 15 de abril de 1935, respectivamente: ao zootecnista, classe J, com exercício na Inspetoria Regional do Serviço de Fomento da Produção Animal, Francisco Carlos de Araújo Brusque, a contar de 19 de maio último; ao inspetor de Produtos de Origem Animal, classe I, com exercício na Inspetoria Regional do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, em Curitiba, do mesmo Departamento, médico veterinário Eduardo Ribeiro de Queiroz, e o prático rural, classe G, com exercício na Inspetoria Regional do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, em S. Paulo, ainda do mesmo Departamento, Antonio Leão de Moraes.

Por portarias ns. 4.445 e 4.447, da mesma data, foram concedidos, respectivamente: ao amanuense de 3ª classe, contratado, do Serviço Técnico do Café, Joaquim Antunes de Almeida, noventa (90) dias de licença, para tratamento de saúde; e a dactilógrafa, classe G, do Quadro Único deste Ministério, Aurélia Amorim Mendes de Moraes, trinta (30) meses de licença, também para tratamento de saúde, em prorrogação da que lhe foi concedida em 26 de maio próximo passada.

Por portarias ns. 4.448 e 4.449, da idêntica data, foram designados, respectivamente: o zootecnista, classe K, José Wanderley Braga, para servir, até ulterior deliberação, na Inspetoria Regional em Tigipiti, do Serviço de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal e o agrônomo do D. N. P. V., classe J, Jaime Soares de Oliveira, para servir junto à Delegacia do Trabalho Marítimo no Porto de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, como representante deste Ministério.

Por portaria n. 4.450, ainda da mesma data, foi posto à disposição do Governo do Estado do Piauí, o prático rural, classe F, Raul Primo da Costa Pereira, até ulterior deliberação e sem direito aos vencimentos do seu cargo.

Por portarias ns. 4.457, 4.458, 4.459 e 4.460, de 30 do corrente, foram designados, respectivamente: o dactilógrafo, classe D, interino, José Vergueiro de Mendonça, para servir no S. Técnico do Café, no Estado de São Paulo;

O agrônomo do D. N. P. V., classe G, interino, Volney Junqueira Passos, para servir no S. Técnico do Café, no Estado do Espírito Santo;

A dactilógrafa, classe D, interina, Clara Ramos Braga, para servir no Serviço de Classificação do Algodão, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; e

O dactilógrafo, classe D, interino, Joaquim Augusto de Carvalho, para servir no S. T. do Café, no Estado de Goiás.

Por portarias ns. 4.452, 4.453 e 4.454, de 30 do corrente, foram concedidos, respectivamente, ao prático rural, classe F, com exercício na Inspetoria Regional, em Fortaleza, do Serviço de Defesa Sanitária Animal, Raul Primo da Costa Pereira, seis meses de licença, para tratamento de saúde; em prorrogação da concedida em 21 de dezembro de 1936; ao desenhistas, classe I, interino, Vicente Pinto Raimundo, quatro meses de licença, para tratamento de saúde, em prorrogação da concedida por portaria n. 11/37, do diretor do Serviço

Técnico do Café; e ao ajudante de professor primário do Aprendizado Agrícola da Paraíba, da Diretoria do Ensino Agrícola, Anália Cardoso de Oliveira Guimarães, quatro meses de licença, para tratamento de saúde.

Por portaria ns. 4.451, 4.455 e 4.456, da mesma data, foram designados, respectivamente: o servente, classe B, Gelio Braga, para servir, até ulterior deliberação, e sem outras vantagens além dos seus vencimentos, no Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal; o agrônomo do D. N. P. V., classe H, engenheiro agrônomo Hermes Machado Cardoso, para, como representante deste Ministério, servir junto à Delegacia do Trabalho Marítimo em Antonina, Estado de Santa Catarina; e o agrônomo do D. N. P. V., classe K, José Fonseca Ferreira, para, em comissão, dirigir os serviços de "Acôrdio", no Estado de Piauí.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 26 de agosto de 1937

Ao Sr. diretor da Despesa Pública do Tesouro Nacional:

N. 3.956 — Por decreto de 10 de agosto fluente, foi exonerado, por abandono de emprego e de acordo com o art. 14, § 2º, do decreto n. 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, o servente, classe C, do quadro unico deste Ministério, Augusto Woods de Lacerda.

— Ao Sr. diretor geral da Secretaria da Câmara dos Deputados: N. 3.967 — Remete cópia da ficha pessoal da ex-funcionária desta Diretoria, Agar Maria Medeiros de Queiroga.

Dia 27

Ao diretor geral do Departamento Nacional da Produção Animal: N. 3.985 — Comunica que nesta data tomou posse do cargo de dactilógrafa interina, da classe D, do Quadro Unico deste Ministério, Marlon Colomba Sales, nomeada por decreto de 18 do corrente mês.

Outrossim comunica que, de acordo com a portaria datada de hoje, foi essa funcionária designada para servir nesse Departamento.

Dia 28

Ao presidente da Comissão de Eficiência deste Ministério:

N. 4.010 — Enviando, em tres vias, as relações organizadas por esta Seção, referentes aos planos em geral (relações numéricas) e as nominais que compreendem a carreira Oficial Administrativo — Classes L, K, I, J e H, do Quadro Unico deste Ministério, elaboradas com os dados existentes nesta Seção.

Quarta Seção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 28 de agosto de 1937

Ao Sr. ministro presidente do Tribunal de Contas:

N. 4.000 — Em referencia ao officio n. 6.421, de 15 de julho findo, em que esse Tribunal solicita a prova da existência legal da firma Pimenta de Melo & Comp., contratante da impressão e fornecimento de 40.000 cartazes de propaganda contra a sarna, e a anulação ao processo, do conhecimento do recolhimento da caução, remete, a publica forma de alteração do contrato da referida firma, em cumprimento ao disposto no art. 782, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, deixando de juntar ao presente aviso o conhecimento n. 249, por caberem as providencias relativas á restituição da caução a este Ministério.

N. 4.001 — Tendo esse Tribunal no officio n. 6.518-P-37, de 31 de julho findo, solicitado providencias no sentido de serem satisfeitas as exigencias necessárias á regularização do contrato celebrado com as Usinas Santa Luzia Sociedade Anônima, transmite os documentos que estabelecem as provas legais exigidas e os conhecimentos da caução a que se refere a cláusula 41ª do referido contrato.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 26 de agosto de 1937

Ao Sr. diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral: N. 3.959 — Comunica, haver o Sr. Presidente da República resolvido autorizar a aquisição, mediante adiantamento, pela quantia de 13:500\$000, de um caminhonete marca Ford, V-8, correndo a despesa á conta do Anexo 12 — Orçamento de Despesas Extraordinárias — Sub-consignação 1 — Instalações, estudos, etc. do vigente orçamento.

— Ao Sr. encarregado do Serviço de Plantas Têxteis no Estado do Paraná:

N. 3.960 — Solicita providencias no sentido de serem feitas as correções indicadas nas vias existentes nessa repartição.

— Ao Sr. chefe da seção do Serviço Técnico do Café — Juiz de Fora — Minas Gerais:

N. 3.961 — Em referencia ao officio n. 599, de 29 de maio último, comunica que os contratos de parceria agrícola nas dependências do Serviço Técnico do Café, foram autorizados pelo Sr. ministro, dependendo apenas das necessidades da administração das mesmas dependências, tendo em vista as recomendações da DRC, relativas á observancia dos preceitos legais, quanto á produção recebida dos parceiros.

Departamento Nacional da Produção Animal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Portarias assinadas

Dia 16 de agosto de 1937

Concede 60 dias de licença, para tratamento de saúde, em prorrogação, aos Inspetor de Produtos de Origem Animal, classe K, Silvério Corrêa Cardoso, do Quadro Unico do Ministério da Agricultura, com exercício na Inspetoria Regional do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal em São Paulo, nos termos do art. 8º n. 1, do Decreto n. 14.663, de 1º de fevereiro de 1921.

Dia 17

Concede 6 meses de licença, para tratamento de saúde, em prorrogação do art. 8º n. 1, e o restante (período de 4 de agosto a 19 de outubro) de acordo com os ns. I e II do art. 8º do Decreto número 14.663, de 1 de fevereiro de 1921, ao Zootecnista, classe J, Interino, do Quadro Unico do Ministério da Agricultura, Paulo de Azevedo Alalde.

Concede 90 dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 16 de junho ultimo, ao dactilógrafo, classe F, do Quadro Unico do Ministério da Agricultura, Juraci Mourão da Mata, com exercício no Departamento Nacional da Produção Animal, nos termos do art. 8º n. 1 do Decreto n. 14.663, de 1º de fevereiro de 1921.

Dia 20

Designa o Técnico em Caça e Pesca, do Quadro Unico do Ministério da Agricultura, Manoel Nunes Pereira, para servir, até ulterior deliberação, subordinado á Inspetoria Regional do Serviço de Defesa Sanitária Animal em Belém, Estado do Pará, do Departamento Nacional da Produção Animal, tendo sua sede em Manaus, Estado do Amazonas, afim de continuar os estudos de organização do Serviço de Caça e Pesca do citado Estado do Amazonas, sem outras vantagens além dos respectivos vencimentos, ficando sem efeito a portaria de 18 de novembro de 1936, a contar desta data.

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, usando as atribuições que lhe confere o artigo 21, do Código de Caça e Pesca, baixado com o decreto n. 23.672, de 2 de janeiro de 1934.

Resolve, aprovar os Estatutos da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil que com esta baixa.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1937. — Odilon Braga.

Estatutos da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil

CAPITULO I

CONSTITUIÇÃO E SÉDE

Art. 1º A Confederação Geral dos Pescadores do Brasil é uma sociedade civil de classe, fundada em 10 de agosto de 1920, com sede e fóro na Capital Federal, constituída pelas Federações Estaduais e Colonias de Pescadores do Distrito Federal.

§ 1º Cada Federação Estadual elegará um delegado para representar a junto á Confederação Geral dos Pescadores do Brasil.

§ 2º As Colonias de Pescadores do Distrito Federal, pelo voto da maioria de seus presidentes, elegirão, também, um delegado para representar a junto á Confederação Geral dos Pescadores do Brasil.

CAPITULO II

FINS

Art. 2º A Confederação Geral dos Pescadores do Brasil tem por fim:

- 1 — congregar todos os pescadores do Brasil, defender seus direitos e interesses e zelar pela harmonia na classe;
- 2 — representar as Federações e Colonias de Pescadores perante os poderes constituídos do país;
- 3 — pugnar pela obtenção de mercados para o collocação dos produtos e subprodutos da pesca;
- 4 — difundir o ensino primario e o escolismo do mar nas Colonias de Pescadores e promover junto aos poderes publicos a criação de escolas profissionais de pesca e aproveitamento industrial dos produtos aquáticos, em portos convenientes do litoral;
- 5 — pleitear para si, Federações, Colonias e pescadores, os favores consignados no Código de Caça e Pesca, referente aos terrenos de marinha;
- 6 — colaborar na organização dos serviços de socorro naval na costa;
- 7 — proporcionar aos pescadores e suas familias assistência medica, odontologica, farmaceutica, juridica, educativa, social, esportiva e outras que se tornem necessarias;
- 8 — orientar e animar os pescadores em tudo que se relacione com o cooperativismo nas suas modalidades metodos de pesca, aperfeiçoamento e organização racional do trabalho, padronização dos

seus produtos com relação aos interesses do crédito, da produção, do consumo e outros assuntos conexos;

9 — colaborar com as instituições públicas e privadas em tudo que for do interesse da pesca;

10 — sugerir medidas de amparo ao pescador, bem como pugnar pelo desenvolvimento técnico e econômico da pesca e indústrias correlatas;

11 — pugnar pela organização do Crédito Marítimo, visando o desenvolvimento da pesca e suas indústrias, com amparo econômico e financeiro aos pescadores, Colônias e Federações;

12 — manter uma seção de compra e venda de tudo que se relacione com a pesca e com o pescador;

13 — manter uma seção de crédito destinada ao depósito dos dinheiros das Federações, Colônias e pescadores;

14 — promover acordo com os governos federal, estaduais e municipais, bem como com particulares, afim de realizar serviços atinentes à pesca, que interessem os pescadores.

CAPITULO III

DA ASSEMBLÉIA

Art. 3º. A Assembléia da Confederação compor-se-á da sua diretoria e dos delegados das Federações e do das Colônias do Distrito Federal, eleitos na forma dos §§ 1º e 2º do art. 1º e reconhecidos pelo Serviço de Caça e Pesca.

Art. 4º. Compete à Assembléia:

- apreciar os atos da diretoria;
- eleger a diretoria e o conselho fiscal;
- organizar o regimento interno;
- discutir e votar os pareceres do conselho fiscal;
- deliberar sobre as questões atinentes aos interesses sociais;
- fixar os honorários dos diretores e dos delegados.

Art. 5º. A assembléia reunir-se-á pelo menos uma vez por mês, não podendo funcionar, em primeira convocação, com número inferior a 1/3 do total dos delegados, excluídos os membros da diretoria; em segunda convocação, porém, funcionará com qualquer número.

§ 1º. A assembléia para eleição da diretoria ou de quaisquer de seus membros, bem como a do conselho fiscal, só poderá funcionar, em primeira convocação, com número superior a 2/3 do total de delegados.

§ 2º. Caso não haja número legal, será convocada uma nova assembléia, dentro do prazo de oito dias.

§ 3º. Na terceira convocação deliberará com qualquer número.

Art. 6º. A assembléia para eleição da diretoria, em virtude de terminação de mandato, será realizada na segunda quinzena de maio.

§ 1º. Na assembléia convocada para eleição, o delegado que não puder comparecer poderá fazer-se representar por outro delegado mediante procuração.

§ 2º. No caso do parágrafo anterior, cada delegado só poderá ser portador, no máximo, de duas procurações.

Art. 7º. A assembléia poderá, também, ser convocada extraordinariamente a requerimento de cinco delegados que declararão, por escrito, o assunto a tratar, devendo a diretoria convocá-la dentro de cinco dias úteis, a contar da data da entrada do requerimento na Secretaria.

Parágrafo único. Expirado o prazo a que se refere este artigo, sem que a diretoria haja convocado a assembléia, esta se reunirá e deliberará uma vez que tenha a presença de 2/3 do total dos delegados.

Art. 8º. As sessões da assembléia poderão ser secretas, por proposta da diretoria ou de qualquer de seus membros.

Art. 9º. Os assuntos apresentados em assembléia serão decididos por maioria de votos dos delegados presentes.

Art. 10. Em se tratando de assembléia para eleição de diretores ou de membros para o conselho fiscal, só serão proclamados eleitos, em primeiro escrutínio, os que obtiverem a maioria absoluta de votos dos delegados presentes e representados, devendo-se proceder dois escrutínios sucessivos afim de colimar-se aquele objetivo.

Parágrafo único. Caso nenhum obtenha a indicada maioria, será realizada nova reunião, dentro de cinco a dez dias, após a data da assembléia referida no presente artigo.

Art. 11. Nas assembléias convocadas extraordinariamente, para fins especiais, não poderá ser tratado assunto diferente daquele para que foi convocada.

CAPITULO IV

DOS DELEGADOS

Art. 12. Cumpre aos delegados fazer parte da assembléia e das comissões para que forem designados ou eleitos.

§ 1º. O não comparecimento do delegado às reuniões durante três meses consecutivos, sem motivo justificado, será considerado como desistência do mandato, não podendo ser reeleito.

§ 2º. Na incidência na sanção do parágrafo anterior, terá o delegado conhecimento dor intermédio da diretoria.

Art. 13. Nenhum membro da diretoria, funcionario ou empregado da Confederação poderá desempenhar o mandato de delegado.

Art. 14. Os cargos de delegado poderão ser remunerados, sendo os honorários fixados pela assembléia geral.

CAPITULO V

DA DIRETORIA

Art. 15. A Confederação Geral dos Pescadores do Brasil será dirigida por uma diretoria composta de tres membros: presidente, secretario e tesoureiro, eleitos na forma dos presentes estatutos.

§ 1º. O mandato da diretoria será de tres anos e terminará sempre a 29 de junho — Dia do Pescador.

§ 2º. Os membros da diretoria poderão ser reeleitos.

Art. 16. O resultado da eleição de qualquer membro da diretoria será comunicado ao diretor do Serviço de Caça e Pesca.

Art. 17. Os diretores terão direito, anualmente, a 15 dias de férias.

Art. 18. Os cargos da diretoria poderão ser remunerados, sendo os respectivos honorários fixados anualmente pela assembléia geral, com aprovação da Diretoria do Serviço de Caça e Pesca.

Art. 19. As vagas que se derem na diretoria serão preenchidas imediatamente por delegados indicados pelo conselho fiscal, até o pronunciamento da assembléia que procederá nova eleição, dentro de 30 dias.

Parágrafo unico. Verificando-se a vaga quando faltarem menos de 90 dias para a terminação do mandato da diretoria, o diretor indicado pelo conselho fiscal terminará o mandato, deixando assim de haver nova eleição.

Art. 20. No caso de renúncia coletiva da diretoria, juntamente com a do conselho fiscal, fica a diretoria renunciante obrigada a convocar extraordinariamente a assembléia, que elegerá tres dos seus membros para, provisoriamente, constituir a diretoria, até que se proceda nova eleição, a qual se efetuará dentro de 30 dias após a renúncia.

Art. 21. Compete à diretoria:

- executar os presentes estatutos e resoluções da assembléia;
- administrar os bens e negócios da Confederação;
- reunir-se pelo menos uma vez por mês em sessão ordinaria;
- zelar pelo cumprimento do Código de Caça e Pesca;
- promover a comemoração festiva do "Dia do Pescador" no dia 29 de junho;
- inspecionar as Federações e Colônias, exercendo fiscalização sobre todos os seus serviços;
- decidir das eleições realizadas nas Federações e Colônias do Distrito Federal.

Art. 22. Ao presidente compete:

- representar a Confederação perante os poderes públicos e tratar das suas relações públicas e privadas, em juízo ou fora;
- nomear comissões de caráter representativo ou técnico;
- encaminhar ao conselho fiscal, at 31 de março de cada ano, o devido parecer, o relatório circunstanciado sobre a vida da Confederação, acompanhado do balanço geral da receita e despesa do ano anterior;
- satisfazer os pedidos de informações do Serviço de Caça e Pesca, das Federações e Colônias de Pescadores do Distrito Federal e dos seus delegados;
- presidir as reuniões sociais;
- ordenar o pagamento das despesas sociais.

Art. 23. Ao secretario compete:

- substituir o presidente o tesoureiro nos seus impedimentos eventuais;
- proceder à leitura do expediente nas sessões da diretoria e assembléias gerais, redigindo as respectivas atas;
- superintender os serviços da Secretaria e auxiliar o presidente no preparo do expediente social;
- assinar convites de convocações de assembléia e outras quaisquer reuniões;
- organizar estatísticas, arquivos e outros instrumentos de informações que se relacionem com a pesca do Brasil e bem assim dos movimentos escolar e social, mantendo em dia o cadastro de todas as Federações e Colônias;
- visar os documentos;
- zelar pela uniformização dos serviços de correspondência.

Art. 24. Ao tesoureiro competente:

- substituir o secretario em seus impedimentos eventuais e o presidente no impedimento eventual do secretario;
- ter a seu cargo e responsabilidade todos os haveres e bens da Confederação e os livros de contabilidade;
- arrecadar e escriturar no livro "Caixa" todas as quantias a qualquer título recebidas;
- pagar as contas autorizadas pelo presidente e visadas pelo secretario;
- apresentar o dia 8 de cada mês um balancete da receita e despesa, devidamente documentado, e organizar o balanço geral para ser anexado ao relatório do presidente;
- zelar pela uniformização da escrituração da Confederação, Federações e Colônias de Pescadores, autenticando os livros "Caixa" das Colônias de Pescadores do Distrito Federal;
- assinar com o presidente os cheques para retiradas de fundos;
- examinar e apreciar os balanços e balancetes das Federações e Colônias.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 25. O conselho fiscal da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil será composto de tres membros, elitos dentre os delegados, com o mandato de um ano, em assembleia do mês de dezembro, podendo ser reeleito.

Parágrafo unico. Da mesma forma e nas mesmas condições, serão eleitos tres suplentes que substituirão os membros do conselho fiscal em caso de vaga ou impedimento.

Art. 26. Ao conselho fiscal compete:

a) examinar os livros sociais, verificando a situação administrativa e financeira e dar parecer sobre relatórios, balanços, contas e documentos a serem apresentados á assembleia;

b) communica á assembleia as faltas e as irregularidades porventura encontradas, sugerindo as providencias cabíveis no caso.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO

Art. 27. O patrimônio da Confederação Geral dos Pescadores será constituído:

a) pelas subvenções e auxílios concedidos pelo governo ou particulares;

b) pelas rendas provenientes do funcionamento de seus diferentes serviços;

c) pelas contribuições das Federações Estaduais e Colonias do Distrito Federal;

d) pelos bens moveis e imoveis.

Art. 28. Os fundos da Confederação serão depositados no Banco do Brasil e na Caixa Economica.

Art. 29. É expressamente vedada a applicação de fundos em empreendimentos estranhos aos fins sociais, seja a que título for.

CAPÍTULO VII

DAS FINANÇAS

Art. 30. A Confederação Geral dos Pescadores do Brasil receberá depósitos, em conta corrente, de movimento, a juros de 2 a 5 % ao ano, de acordo com as taxas em vigor nos estabelecimentos de credito onde estiverem depositados:

a) das Federações Estaduais;

b) das Colonias dos Pescadores;

c) dos pescadores, individualmente;

d) da Federação Brasileira de Escoleiros do Mar e seus grupos.

Art. 31. Os depósitos a que se refere o artigo precedente serão feitos mediante apresentação de pedido por escrito em papelleta adotada e fornecida pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil.

Art. 32. Os pescadores que não estiverem quites com a sua Colonia não poderão abrir caderneta de deposito na Confederação Geral dos Pescadores do Brasil.

Art. 33. As retiradas de depósitos serão feitas mediante officio assinado pela diretoria das entidades constante das alíneas a, b e d do art. 30, sendo o recibo passado pela pessoa devidamente habilitada, em papelleta fornecida pela Confederação Geral dos Pescadores do Brasil.

Art. 34. Os pescadores individualmente farão as suas retiradas mediante recibo em papelleta fornecida pela Confederação.

Art. 35. As quantias superiores a 1:000\$000 (um contos de réis), só serão retiradas mediante aviso prévio de, pelo menos, cinco dias.

Art. 36. Os juros serão contados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Art. 37. Em caso de morte do pescador depositante, será a importância do deposito entregue, na forma da lei, ao seu herdeiro legítimo.

Art. 38. Em caso de desdobramento de Colonia, a Diretoria da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil distribuirá equitativamente o deposito existente pelas Colonias recém-formadas.

Art. 39. A Confederação Geral dos Pescadores do Brasil terá um livro especial para registro de firmas de depositantes.

Art. 40. A Confederação Geral dos Pescadores do Brasil adquirirá, para fornecer aos pescadores, suas Colonias e Federações, á vista e a prazo, materiais de pesca em geral, inclusive motores marítimos, maquinas frigorificas, combustiveis e sobressalentes.

§ 1.º Os preços desses materiais serão acrescidos de uma percentagem que permita a cobertura das despesas realizadas com a compra e o resarcimento do capital empregado.

§ 2.º Nas vendas a prazo, a importância da fatura será acrescida de 5 a 10 % sobre o preço das vendas á vista.

Art. 41. Só poderão gozar dos favores do artigo acima as Colonias e Federações que estiverem com a sua vida normalizada e os pescadores quites com as Colonias.

Art. 42. A Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, na medida das suas possibilidades, auxiliará os pescadores nas suas necessidades profissionais, adquirindo embarcações e aparelhos de pesca que lhes cederá com reserva de dominio, até final pagamento por parte do adquirente.

Art. 43. Os pescadores pleitearão por intermedio de suas Colonias o material que desejarem adquirir a credito.

Art. 44. As Federações e Colonias de Pescadores poderão depositar seus saldos disponíveis na Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, ficando assim habilitada a colaborar com a mesma as operações de credito necessarias ao seu desenvolvimento.

Art. 45. A Confederação Geral dos Pescadores do Brasil exigirá dos pescadores, suas Colonias e Federações as garantias que julgar necessarias á execução de qualquer operação de credito.

Art. 46. Para todos os fins e efeitos, fica a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, pela sua diretoria, responsável pelos depósitos das Federações, Colonias e dos pescadores, individualmente, respondendo pelos mesmos em juizo ou fora dele.

Art. 47. Para o desenvolvimento das seções *Compras e Vendas e Credito*, poderá a diretoria da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, devidamente autorizada pela assembleia dos delegados, lançar mão de até 2/3 dos depósitos de que trata o presente capitulo.

Art. 48. Achando-se consubstanciados neste capitulo os objetivos da Caixa de Socorros da Pesca, fica esta extinta logo que sejam aprovados os presentes estatutos.

Parágrafo unico. Os depósitos existentes na Caixa de Socorros da Pesca continuarão com as mesmas garantias e juros e sob a responsabilidade da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, de acordo com o presente capitulo.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. O diretor do Serviço de Caça e Pesca, sempre que se achar presente ás reuniões da Confederação, poderá tomar parte nos trabalhos.

Art. 50. A Confederação manterá a publicação da "A Voz do Mar", como seu órgão official.

Art. 51. Esses estatutos serão registrados, na forma da lei, nas repartições competentes, após a aprovação do Sr. Ministro da Agricultura.

Art. 52. O emblema da Confederação Geral dos Pescadores do Brasil será um escudo, tendo no interior, sobre campo preto, o simbolo do Cruzeiro do Sul, contornado por 21 estrelas e encimado pelo distincto "Patria e Dever".

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Diretoria Geral de Expediente

Segunda Seção

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 17 de agosto de 1937 (aditamento)

Processos despachados:

Manuel Soares de Oliveira Martins, solicitando informações acerca do cumprimento da carta de sentença relativa á sua reintegração no serviço da Manaus Harbour Ltd. (DGE, 13.267/1937, informado pelo Conselho Nacional do Trabalho). — Arquite-se.

Dia 19 (aditamento)

Olival de Araújo Sá, recorrendo da decisão do Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Previdência, que resolveu converter o julgamento em diligência, afim de que seja juntada pelo recorrente a certidão do registro do seu nascimento no processo relativo á habilitação do petúlio deixado pelo falecido contribuinte Joaquim Corrêa Sá (DGE, 12.4.6.937). — Dou provimento ao recurso, de acordo com o parecer do consultor jurídico (fls. 83-v.). Relate-se este despacho ao seguinte: "Opino pelo provimento do recurso, nos termos do parecer da Procuradoria, cujas razões me parecem juridicas e equitativas." A este ao seguinte: "Atentas as considerações que instruem o parecer do Dr. sub-assistente, nada tenho a opor ao provimento do recurso de fls. 78-79, visto que se trata de caso especial." Alude ainda este ao teor seguinte: "Foi exigida pela decisão de fls. 70 a certidão do registro de nascimento do beneficiário Olival, afim de que pudesse ser-lhe deferido o pagamento da respectiva quota. O recorrente veio antes e por diversas vezes requerendo o pagamento de sua quota. Para isto, a fl. 46, juntou uma certidão extraída dos seus assentamentos militares, que foi desprezada por não ser considerada prova hábil de filiação. Indeferido o primeiro pedido, veio o recorrente a fl. 61, em conjunto com Olival e juntando a respectiva declaração de familia devidamente assinada por todos os que se habilitavam, requerer o pagamento da sua quota. Fallando a apresentação da certidão de nascimento exigida a fl. 24, item c, foi pela segunda vez indeferido o pedido. Em 26 de fevereiro do corrente ano, pela terceira vez, citando várias provas de filiação e idade constantes do processo, foi requerido o pagamento de sua quota. Dentre os fatos declinados no pedido de fl. 68, constam: na inscrição a declaração de familia e no processo funeral n. 330, a

certidão do casamento do recorrente que teve como testemunha o elace o próprio pai. Tão certas e procedentes eram tais alegações que, a fl. 69, o Dr. procurador concordava com o pagamento da quota requerida, condicionando o pagamento a que Olival provasse a sua identidade. Submetido o caso ao Conselho Deliberativo, ficou mantida a decisão de continuar o processo em diligências, até que fosse apresentada a certidão de nascimento do recorrente. Agora, vem o beneficiário com o recurso de fls. 78 e 79 e, dirigindo-se ao Sr. Dr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, faz a demonstração de haver provado a filiação e sua idade. Em verdade, como já havia sido apreciado pelo parecer de fl. 69, as considerações do recorrente expõem como está provada a sua idade e filiação. Sobre tais provas, temos a considerar que não foram contestadas pelos demais interessados. Muito pelo contrário, as declarações de fls. 3, 8, 15, 37, 41, 53, 54 e 62, confirmam uniformemente que o recorrente é filho do falecido. Da própria certidão de óbito consta o nome de Olival como filho do ex-contribuinte. Como prova de idade, o que interessa é saber se o recorrente era ou não capaz, quando morreu o ex-contribuinte, afim de verificar se havia direito a pensões. Este caso, na parte que interessa, pode ser apreciação. Assim, pela certidão de casamento do recorrente, que foi junta quando requerido o funeral, constatamos que o recorrente Olival nasceu em 16 de outubro de 1901. Como se verifica do recurso de fls. 78 e 79, a prova de filiação está uniformemente contida no processo, e bem assim a do idade. Não há contestação dos demais interessados. Pelo contrário, os próprios beneficiários regularmente habilitados, confirmam as asseverações do recorrente. As peças e documentos deste processo só confirmam como regular a habilitação do recorrente. O fato do recorrente ter como testemunha do seu casamento o próprio Joaquim Corrêa Sá, é bem sugestivo. Também é de ser considerado o fato de se tratar de um processo iniciado em 27 de março de 1935, sem que, até agora, tenha surgido discussão acerca da qualidade de cada um dos beneficiários. E, pelo dispositivo do art. 60, do decreto n. 24.563, está prescrito para terceiro o direito de habilitação ao pagamento do pecúlio e o da reclamações sobre prêmios ou contribuições. Assim, não houve alteração na declaração de família, estando prescrito, pelo decurso do prazo, as reclamações de terceiros sobre habilitação dos beneficiários mencionados na partilha de fl. 49. Nestes termos, em face do que consta do processo e muito especialmente pelo parecer de fl. 69, conforme prescreve o art. 88, do decreto n. 24.563, por se tratar de caso incluído no referido dispositivo, submeto-o á apreciação do Conselho, que decidirá como for de justiça."

Carlos de Castilho Midosi, recorrendo da decisão pela qual o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, julgou improcedente a sua reclamação contra a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Paritários do Rio de Janeiro, que lhe inferira o pedido de revisão do cálculo de sua aposentadoria, por julgar não estar o mesmo de acordo com a lei (DGE, 8.335/937). — Proceda-se, preliminarmente, á verificação do cálculo, como propõe o Dr. procurador geral do Conselho Nacional do Trabalho (fl. 56).

Dia 20 (aditamento)

Conselho Nacional do Trabalho, em aditamento, representando sobre a observância dos arts. 175 e 133, do decreto n. 183, de 26 de dezembro de 1934, em face do art. 1º do de n. 243-A, de 29 de junho de 1935, afim de agir em tempo relativamente ás providências para a realização das eleições destinadas á composição definitiva do primeiro Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (DGE, 16.090/936). — De acordo com a informação do presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, (refere-se este despacho ao seguinte: "Em cumprimento ao respectivo despacho de V. Ex., no processo originário do Conselho Nacional do Trabalho, sobre a fixação da data das eleições dos membros do primeiro Conselho Administrativo, cabe-me informar-lhe que, de acordo com a sua decisão, proferida no processo de orçamento para o exercício de 1936, publicado no *Diário Oficial* de 3 de junho do mesmo ano, encontra-se este Instituto no regimen transitório. Outrossim, por iniciativa do próprio Instituto, está sendo estudada a reforma da lei organica n. 24.273, de 22 de maio de 1934, cujo anteprojeto será enviado a V. Ex. e, assim, julgo conveniente aguardar a conclusão desse trabalho, afim de se providenciar sobre a eleição para a composição definitiva do Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.")

Dia 21

Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, recorrendo da decisão do Conselho Nacional do Trabalho, que indeferiu o seu pedido de arquivamento do processo, relativo á reclamação de Manoel Rodrigues dos Santos, com o fim de não ser executado o acórdão do aludido Instituto, de 10 de setembro de 1936, que a condenara ao pagamento de multa de 6:000\$000 e mais a de 50\$000 diários, até que se efetive a reintegração daquele seu ex-empregado (DGE, 7.950/936). — Mantenho a decisão do Conselho Nacional do Trabalho.

Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da São Paulo Railway Company, recorrendo da decisão pela qual o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena de 4 de março do corrente ano, e em grau de embargos, confirmou a de sua Primeira Camara, de 14 de maio de 1935, que reconhecerá o direito de Sílvia May Daizell á pensão deixada por seu falecido esposo, o ferroviário Harold E. Daizell (DGE, 13.225/937). — Mantenho a decisão do Conselho Nacional do Trabalho.

Dia 21 (continuação)

Domingos Ribeiro, recorrendo da decisão pela qual o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, desprezou os embargos opostos pelo recorrente á da sua Segunda Camara, que julgou procedente o inquerito administrativo contra ele instaurado pela The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited (DGE, 9.210/937). — Mantenho o acórdão do Conselho Nacional do Trabalho, uma vez que, com a condenação do recorrente pelo juízo criminal, ficou provada a existência da falta grave que autoriza a demissão.

Dia 21

Beatriz Cristina da Costa e Silva, recorrendo da decisão da Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho, que negou provimento ao recurso interposto do ato da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Great Western, que lhe indeferiu o pedido de concessão da pensão a que se julga com direito, na qualidade de viúva e herdeira do ferroviário Teodorico José da Costa e Silva (DGE, 13.272/937). — Submeta-se o recurso ao Conselho Pleno do Conselho Nacional do Trabalho.

Departamento Nacional do Trabalho

Expediente da 3ª seção

Processos despachados pelo Sr. Diretor Geral:

N. 13.783-37 — Requerimento do Sindicato dos Operários e Empregados em calçados e anexos. — A vista do parecer, dê-se vista do processo, na 3ª seção, dentro das horas do expediente.

N. 9.092-33 — 14ª. Inspeção Regional, no Estado de São Paulo, remetendo processo n. 237-933, em que são apartes a Cia. Calçado Bordalo e Inês Manzoli e Desdemona Molinari. — Estando findo o processo, archive-se. A 3ª. seção.

N. 12.133-37 — Sindicato dos Vendedores Pracistas do Rio de Janeiro, remetendo reclamação coletiva contra a Singer Sewing Machine Company. — Mantenho o despacho de fls. 4, v., atendendo ás ponderações da Seção.

N. 23.302-36 — Vição Vera Cruz comunicando que seu ex-empregado Sr. Francisco Vieira deverá receber os 21 dias de férias, a que tem direito, nos escritórios da mesma Cia. — Recolha-se ao arquivo geral, visto estar findo e definitivamente despachado, o DNT. 17.698-36, A 3ª. seção.

N. 11.827-36 — Helio Gonçalves reclamando férias contra a firma João Assis Pereira de Andrade. — Archive-se, procedendo-se, em seguida, como proposto. A 3ª. seção.

N. 7.840-33 — Inspeção Regional do Amazonas e Acre, comunicando ter designado o auxiliar fiscal, Ernesto E. P. Pinto para fiscalizar o disposto no § 1º do art. 10º do decreto n. 19.808, de 28 de março de 1931. — Archive-se, de acordo com o parecer. A 3ª. seção.

N. 25.316-35 — José Pinto Ribeiro comunicando ter sua empregada Iracema Ribeiro Serafim abandonado o emprego. — Em face da informação e parecer supra, archive-se. A 3ª. seção.

Processos despachados pelo Sr. Diretor da 3ª. seção:

N. 9.342-36 — Compareça a este Departamento, entre 14 e 16 horas, o Sr. João Alves Pereira de Andrade, afim de provar o recolhimento da multa que lhe foi imposta, cuja guia lhe foi entregue em janeiro do corrente ano.

N. 18.081-37 — Orlandina Coutinho, reclamando férias contra a firma Tades Kaufman & Irmãos. — Apresente, o reclamante, sua carteira profissional, bem assim a sindical, afim de ter andamento o respectivo processo.

N. 17.922-37 — Manoel Cardoso, reclamando férias contra a firma Oliveira, Irmãos Ltda. — Idem.

Dia 30 de agosto de 1937

Ofício:

Ao Sr. Presidente da União dos Operários em Fabricas de Tecidos:

N. 1.052 — Respondendo á sua consulta de 14 de abril ultimo, transmite, por cópia, o parecer da Procuradoria, com o qual concordou o Sr. Diretor. (DNT, 8.735-37).

INSPETORIA

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 20 de agosto de 1937

Termo de verificação n. 2.685, lavrado por inobservância do art. 16, alinea "C" do decreto n. 23.766, de 1934, contra a firma Americo Duarte Cruz. (DNT 51.102-36). — Estando o auto de fls. 2 revestido das formalidades legais, imponho, nos termos do art. 15, do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, a Americo Duarte Cruz, a multa de 100\$000 (cem mil réis), por infração do art. 16, alinea "C" do referido decreto.

Sun Hing Fang apresentando defesa ao termo de verificação numero 6.718, lavrado por inobservância do art. 8 do decreto n. 24.696, de 1934 (DNT 2.857-37). — Estando o auto de fls. 2 revestido das formalidades legais, imponho, nos termos do art. 11, do decreto numero 24.696, de 12 de julho de 1934, a Sun Hing Fang, a multa de

100\$000 (cem mil réis), por infração do art. 8º do referido decreto. (Fundamenta-se o despacho no seguinte: "Tenho a informar que o empregado em questão, constante do termo de fls. 2, a fiscalização encontrou trabalhando naquele dia, motivo porque foi lavrado o termo de verificação." "A informação do Sr. Fiscal, invalida as alegações da defesa, pelo que proponho sejam mantido o auto de fls. 2.")

Sindicato Cinematográfico de Exibidores pedindo juntada de três anexos ao processo DNT 10.972-37, auto de infração lavrado contra seu associado Luiz Severiano Ribeiro (DNT 15.284-37). — Tendo em vista o parecer do Atuário, julgo improcedente o auto de fls. 2.

Manoel dos Santos apresentando defesa ao auto de infração número 697, lavrado por inobservância do art. 17 do decreto n. 22.979, de 1933 (DNT 9.000-37). — Estando o auto de fls. 2 revestido das formalidades legais, imponho, nos termos do art. 19, do decreto número 22.979, de 24 de julho de 1933, a Manoel dos Santos, a multa de 100\$000 (cem mil réis), por infração do art. 17, do referido decreto. (Fundamenta-se o despacho na seguinte informação: "E' improcedente a defesa de fls. Na ocasião em que lavrei o auto de fls. 2, o Sr. Mair de Oliveira estava trabalhando (vide redação do auto de fls.) e declarou-me que era empregado novo e tinha alguns dias apenas de casa. Desta forma, lavrei o auto de fls. A situação da firma não é regular, concedi prazo para regularizar em face das nossas leis trabalhistas.")

Sindicato Cinematográfico de Exibidores pedindo juntada de três anexos ao processo DNT 10.971-37, auto de infração lavrado contra seu associado Luiz Severiano Ribeiro (DNT 15.285-37). — Tendo em vista o parecer do Atuário, julgo improcedente o auto de fls. 2. Largerhaus A. — G. comunicando prorrogação de trabalho (DNT 15.867-15.868-37). — Nada mais havendo a providenciar, arquive-se. (Fundamenta-se o despacho na seguinte informação do Sr. Fiscal Agenor de Araujo: "Proveei a verificação no livro de ponto e folhas de pagamento e tenho a informar que as horas extraordinárias foram pagas com o adicional de 50 % e 100 % aos seus respectivos operários.")

Lojas Americanas S. A. apresentando defesa ao auto de infração número 1.159, lavrado por inobservância do artigo 32 letra "b" do decreto 22.033, de 1932 (DNT 16.279-37). — Cumpra-se a lei do selo. (A defesa de folhas 3, 4 e 5 não está suficientemente selada).

J. Caldas & Pacheco apresentando defesa ao auto de infração número 439, lavrado por inobservância do artigo 1º do decreto 22.033, de 1932 (DNT 15.414-37). — Estando o auto de folhas 2 revestido das formalidades legais, imponho, nos termos do artigo 31, do regulamento a que se refere o decreto número 22.033, de 29 de outubro de 1932, a J. Caldas & Pacheco, a multa de 200\$000 (duzentos mil réis), por infração do artigo 1º, do referido regulamento. (Fundamenta-se o despacho na seguinte informação: "A firma Caldas & Pacheco, não prova o que alega na defesa de folhas 3, isto é que os empregados mencionados no auto de folhas 2, não estavam trabalhando fora da hora discriminada no horário de trabalho. Sendo, exclusivamente, esse, o motivo pelo qual foi lavrado o auto de folhas, é claro que tal não aconteceria se não tivesse sido constatada essa irregularidade pelo autuante. Julgando, portanto, sem fundamento as razões expostas pela firma autuada, sendo o parecer que se deve aplicar a penalidade mínima de que trata o artigo 31, do decreto número 22.033, de 29 de outubro de 1932.")

King Ce Mão e Tee Tchai apresentando defesa ao auto de infração número 1.012, lavrado por inobservância do artigo 10 § único do decreto número 24.696 de 1934 (DNT 12.298-37). — Estando o auto de folhas 2 revestido das formalidades legais, imponho, nos termos do artigo 11, do decreto número 24.696, de 12 de julho de 1934, a King Ce Mão e Tee Tchai, a multa de 1:000\$000 (um conto de réis), por infração do artigo 10, parágrafo único, do referido decreto. (Fundamenta-se o despacho no seguinte: "Em face da alegação constante na defesa de folhas 3. — diz a firma King Ce Mão e Tee Tchai que o Sr. Silvio Rodrigues não é seu empregado — proponho que o fiscal autuante seja ouvido." "Era empregado da autuada no dia e hora em que foi lavrado o auto de infração de folhas 2, deste processo, o Sr. Silvio Rodrigues. A fiscalização o encontrou trabalhando na cozinha. Seu nome não figurava, entretanto, no livro e horário de trabalho. E' habito dos chineses, proprietários de restaurantes, omitirem, propositalmente os nomes de empregados. Quando surge no estabelecimento um fiscal, declaram: "E' extraordinário". Autuados, defendem-se, alegando: "Não é nosso empregado. Circulo vicioso. E' destarte burlam indefinidamente as leis sociais." "Em vista da informação supra, verifica-se que a firma autuada fez uma defesa fraudulenta. Proponho as penalidades previstas no artigo 11, do decreto n. 24.696 de 1934.")

EXPEDIENTE DO SR. INSPECTOR-CHEFE.

Dia 23 de agosto de 1937.

Foram indeferidas as seguintes convenções para prorrogação de horas de trabalho:

DNT 14.273-37 — José Antonio de Oliveira & Cia. e seus empregados Silvino Diz Ramos e Albertia Bezerra de Castro, de acordo com o artigo 10 do decreto número 22.033, de 1932. — "Não se acha reconhecida a firma de uma das testemunhas."

Foram arquivadas as seguintes convenções para prorrogação de horas de trabalho:

DNT 10.447-37. — Agostinho & Rodrigues e seu empregado Adalberto de Almeida, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de

1932. — "O empregado constante da presente convenção, já retirou-se da firma referida."

DNT 13.301-37. — J. Paiva Irmãos Ltda. e seu empregado Manoel Rodrigues, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de 1932. — O empregado constante da presente convenção, retirou-se da firma em questão, por sua livre e espontânea vontade."

DNT 15.800-37. — Manoel da Costa Eiró e seus empregados Alfredo Pires da Fonseca e João Batista do Nascimento, de acordo com o decreto n. 22.033, de 1932. — "Conforme indica o Sr. Fiscal, os dados não são exatos, nem se apoia o pedido no decreto que regula a espécie."

DNT 15.804-37. — José Simões & Costa e seus empregados João Verissimo Pereira e Olimpio Firmino, de acordo com o decreto número 22.033, de 1932. — "O decreto citado, não se aplica à espécie."

Aguardam despacho definitivo os seguintes pedidos de convenção de horas de trabalho:

DNT 13.119-37. — Artur Janeiro e seu empregado Elisário Chianello e outros, de acordo com o art. 10, do decreto n. 22.033, de 1932. — "Compareça neste Departamento."

DNT 14.727-37. — Alves & Novaes e seus empregados Antonio Querino e Ernesto Peixoto de Souza, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de 1932. — "Cumpra a lei do selo." (O requerimento de fls. 2, não está selado.)

DNT 17.020-37. — Sendas & Cia. e seu empregado Asterio Viciara, de acordo com o art. 10, do decreto n. 22.033, de 1932. — "Cumpra a lei do selo." (Os selos do documento de fls. 3, não estão regularmente inutilizados.)

DNT 17.273-37. — Domingos Silva e seu empregado Adelino Leite Durães, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de 1932. — "Cumpra a lei do selo." (Não está regular a inutilização dos selos de fls. 2.)

Dia 24

J. Amado & Cia. apresentando defesa ao auto de infração n. 277, lavrado por inobservância do art. 9 do decreto n. 22.979, de 1933 (DNT 3.085, lavrado por inobservância dos arts. 1º e 3º do decreto n. 20.291, de 1931 (DNT 54.993-36); Ramalho Torres & Cia. apresentando defesa ao auto de infração n. 260, lavrado por inobservância do art. 1º do decreto n. 20.291, de 1931, (DNT 3.482-37); José Pereira de Melo apresentando defesa ao auto de infração n. 317, lavrado por inobservância do art. 5º § 2º, do decreto n. 24.637, de 1934 (DNT 11.177-37); — Tson Keon Chning e Sun Yuen Sing apresentando defesa ao auto de infração n. 914, lavrado por inobservância do artigo 10 § único do decreto n. 24.696, de 1934 (DNT 11.432-37); Celestino Praça & Cia. apresentando defesa ao auto de infração n. 763, lavrado por inobservância do art. 10º e 10º § único, do decreto n. 24.696, de 1934 (DNT 9.668-37); Severino Vieira & Cia. apresentando defesa ao auto de infração n. 878, lavrado por inobservância dos arts. 7º e 10 § único do decreto n. 24.696, de 1934 (DNT 12.046-37) Manoel Lucas Chaves apresentando defesa ao auto de infração n. 1.072, lavrado por inobservância do art. 16 do decreto n. 22.979, de 1933 (DNT 13.169-37); Raimundo Coutinho & Cia. apresentando defesa ao auto de infração n. 1.099, lavrado por inobservância do art. 8º do decreto n. 22.033, de 1932 (DNT 14.960-37); — J. P. Campos & Silva sucessores de Ariano Vaz Pinto do Amaral, apresentando defesa ao auto de infração n. 982, lavrado por inobservância do art. 32 alínea "a" do decreto n. 22.033, de 1932 (DNT 16.124-37); termo de verificação n. 6.936, lavrado por inobservância do art. 32, alínea b, do decreto n. 22.033, contra a firma J. Gomes Puga (DNT 3.130, de 1937); A. J. de Oliveira & Irmão, apresentando defesa ao auto de infração n. 945, lavrado por inobservância do art. 32, alínea a, do decreto n. 22.033, de 1932 (DNT 16.393-37); Albino A. Gonçalves, apresentando defesa ao auto de infração n. 872, lavrado por inobservância do art. 5º do decreto n. 20.291, de 1931 (DNT 11.884-37); J. A. Godinho & Comp., apresentando defesa ao auto de infração n. 2.238, lavrado por inobservância do art. 5º § 2º do decreto número 24.637, de 1934 (DNT 16.799-37); Manoel Lucas Chaves, apresentando defesa ao auto de infração n. 977, lavrado por inobservância do art. 16 do decreto n. 22.979, de 1933 (DNT 15.100-37); Santiago Fernandez Perez, apresentando defesa ao auto de infração número 972, lavrado por inobservância do art. 36, § 6º do decreto número 24.637, de 1934 (DNT 12.465-37). — Na forma da providência determinada pelo Sr. Diretor "ex-vi" do despacho exarado no DNT 8.034-37, publicado no "Diário Oficial" de 21 de julho de 1937, prove a firma interessada, dentro do prazo de oito dias, pertencer ao sindicato de sua classe, para os fins de ser considerado pela autoridade competente o elemento atenuante no julgamento dos autos.

Foram homologadas as seguintes convenções para prorrogação de horas de trabalho:

DNT 11.796-37 — Francisco de Freitas e seus empregados Antonio Pereira e Bento Alves de Oliveira, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de 1932.

DNT 12.746-37 — União Panificadora Leopoldinense e sua empregada Déa da Costa Azevedo, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de 1932.

DNT 13.118-37 — D. J. Souza & Comp. e seus empregados Joaquim de Almeida e Americo Ventin, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de 1932.

DNT 13.304-37 — M. F. Ferreira e seu empregado Juvenil Alves e outros, de acordo com o art. 10, parágrafo único do decreto n. 22.033, de 1932.

DNT 13.498/37 — Silva & Otero e seu empregado Antonio Amaral Bispo, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de 1932.

DNT 13.725/37 — Abel Francisco Salgado e seus empregados Vitorino Martins Porto e Washington Aguiar de Matos, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de 1932.

DNT 15.147/37 — A. Gomes dos Santos e seu empregado Camilo Gomes dos Santos e outros, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de 1932.

DNT 15.417/37 — Luiz Angelo Pucio e seu empregado Osmar Lada de Souza e outros, de acordo com o art. 10 do decreto número 22.033, de 1932.

DNT 15.636/37 — M. Afonso Landeira e seus empregados Euclides dos Santos e Sebastião Cesar, de acordo com o art. 10 do decreto n. 22.033, de 1932.

Notificações expedidas:

Not. 641-F/37 a Manoel Joaquim da Silva comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 5.884/33, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 19 do decreto número 22.979, de 24 de julho de 1933, por infração do art. 17 do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 642-F/37 a Menezes & Lemos, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 13.801/37, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 15 do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por infração dos arts. 15, parágrafo único e 16, letra c, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 643-F/37 a Magalhães & Seixas, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 13.809/37, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 26 do decreto n. 23.104, de 19 de agosto de 1933, por infração do art. 32, letras a e b, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto número 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 644-F/37, a S. A. Fabrica Colombo, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 24.388/37, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 15 do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por infração do art. 16, letra c, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 645-F/37 a Sebastião Gomes, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 21.605/34, foi essa firma 4 de maio de 1932, por infração dos arts. 1º, 3º e 10 do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 646-F/37 a Godinho & Irmão, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 14.259/33, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 26 do decreto n. 23.104, de 19 de agosto de 1933, por infração dos arts. 1º e 32, letra a, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto número 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 647-F/37 a Grafica Ltda., comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 1.417/33, foi essa firma multada em 200\$000, nos termos do art. 13 do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932, por infração do art. 10 do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 648-F/37 a Manoel Teixeira, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 13.824/37, foi essa firma multada em 200\$000, nos termos do art. 15 do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932, por infração dos arts. 1º e 10 do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 649-F/37 a José M. Rodrigues, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 8.286/37, foi essa firma multada em 1:000\$000, nos termos do art. 21, § 1º, letra a, do decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, por infração do art. 31 do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 2.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 650-F/37 a Leonardo & Soares, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 1.663/37, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 19 do decreto n. 22.979, de 24 de julho de 1933, por infração do art. 17, parágrafo único do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto número 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 651-F/37 a Mario Bianchi, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 26.396/34, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 15 do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por infração do art. 16, letra c, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 652-F/37 a M. Matesco, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 4.484/35, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por infração do art. 1º do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. Monteiro & Lopes, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 5.689/33, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 19 do decreto n. 22.979, de 24 de julho de 1933, por infração do art. 17, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. Marta Schtruk, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 26.923/34, foi essa firma multada em 200\$, nos termos do art. 13 do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932, por infração dos arts. 1º e 10 do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 655-F/37 a Maria Pereira & Filho, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 13.814/37, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 15 do decreto número 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por infração dos arts. 1º e 16, letra c, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 656-F/37 a Sum Hing Fang, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 4.845/37, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 11 do decreto n. 24.696, de 12 de julho de 1934, por infração dos arts. 7º e 10 do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 657-F/37, a Francisco Fernandes Guimarães, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 2.200, de 1937, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 31 do decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, por infração do artigo 32, letras a e b, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 658-F/37 a A. Holz, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 1.678/37, foi essa firma multada em 1:000\$000, nos termos do art. 24, § 1º, alínea a, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 659-F/37 a Albano M. de Almeida, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 8.380/37, foi essa firma multada em 1:000\$000, nos termos do art. 15 do decreto número 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por infração do art. 16, letra b, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Not. 660-F/37 a Rodrigues & David Limitada, comunicando que de acordo com o despacho proferido no processo DNT 7.125/37, foi essa firma multada em 100\$000, nos termos do art. 15 do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, por infração do art. 16, letra c, do mencionado decreto, para os efeitos do estabelecido no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

DESPACHO DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 23 de agosto de 1937

DNT 17.314-37 — José Dantas F. Melo, comunicando que despediu o seu empregado Manoel Silveira por falta de desobediência à sua conduta. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.144-37 — Cine-Metro, comunicando remessa de coupon da carteira profissional n. 45.514, da 24ª série, pertencente ao senhor Raúl Picorelli. J. Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.137-37 — Primeira Inspetoria Regional, remetendo a guia n. 7, no valor de 250\$, correspondente aos registros dos livros de ns. 411 a 435. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 16.740-37 — Joaquim Gomes dos Santos, remetendo um talão da carteira n. 3.516, da 6ª série, comunicando que o seu empregado Antônio Correia despediu-se por livre vontade. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 15.847-37 — Casino Balneário Atlântico S. A., comunicando que despediu o seu empregado Fernando Barreira, por não ter o mesmo acatado ordens internas do serviço, tendo pago as férias que o mesmo tinha direito. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.336-37 — Quarta Inspetoria Regional, remetendo coupons das carteiras profissionais ns. 630 e 774, da 18ª série. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.157-37 — Companhia Calçado Bordalo, comunicando que o seu empregado Rômulo Coelho Biggi despediu-se por livre e espontânea vontade. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 10.365-37 — Quarta Inspetoria Regional, consultando sobre isenção de uso do livro n. 2. — A Procuradoria, para emitir parecer. Em 23-6-37. — *Mathias Costa*, diretor geral. O parecer da Procuradoria ratifica o apresentado pelo sub-administrador Osmar Niemeyer Lisboa, chefe da Seção de Registros de Empregados, de Serviço de Identificação Profissional. É o seguinte:

"O Registro Geral de Empregadores informa:

A ficha aprovada pelo atuário foi a de n. 1 (registro de matrícula de empregado), conforme prevê o § 3º, do artigo 5º, do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934. Entretanto, essa aprovação não isenta, em absoluto, o uso da de n. 2 (registro das horas de trabalho).

A portaria do Sr. ministro, de 10 de julho de 1934, art. 2º, diz: "O uso do livro do registro das horas de trabalho, cujo modelo, sob n. 2, acompanha a portaria deste Ministério, de 4 de setembro de 1934, é somente obrigatório para os empregadores sujeitos a regulamento que o exija". — Nada mais havendo a resolver, archive-se."

DNE 17.117-37 — Aristides & Moreira, comunicando que o seu empregado Armando Ferreira de Amorim despediu-se por livre vontade, passando o competente recibo de quitação. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.205-37 — Adolpho Arcas & Cia., por intermédio do estadístico dos registros do Rio de Janeiro, comunica a este Departamento que o seu empregado Antonio Gomes de Andrade, portador da carteira profissional n. 15.138, da 21ª série, abandonou o serviço desde o dia 6 de agosto do corrente ano, não tendo, a dita, se apresentado afim de receber as férias a que tem direito durante o exercício de 1936 e 1937. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.094-37 — Arbuton & Cia., comunicando que despediu os seus empregados Jorge João Baker, João Simões de Oliveira e Edmundo James Lynch. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.089-37 — Girão & Coelho, comunicando que o seu empregado Alfredo José da Costa deixou de comparecer ao serviço sem causa justificada, infringindo assim o art. 5º, letra g, da lei 62. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.090-37 — Danilo Glogas, comunicando que o seu empregado Luis Moreira Araújo recusou-se a assinar a notificação de aviso prévio para rescisão de contrato de trabalho, de acordo com a lei. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.096-37 — J. Allevato & Cia., comunicando que em data de 22 de julho do corrente ano, deixou de ser sua empregada Lilia Martins Pessoa. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.247-37 — Fernando Fonseca & Pereira, comunicando que o seu empregado Manoel de Matos abandonou o serviço sem causa justificada, desde o dia 31 de julho do corrente ano. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.235-37 — J. Moreira Alves & Cia., comunicando que o seu empregado Manoel de Carvalho abandonou o serviço em data de 6 do corrente, não mais voltando até a presente data (9-8-37). — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.143-37 — E. Spiller Júnior, comunicando que o seu empregado Hildebrando da Silva Cavalcanti retirou-se da firma, sem o devido aviso prévio, razão por que o mesmo deixou de efetuar o pagamento, de acordo com o que faculta a lei n. 62. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNT 17.142-37 — E. Spiller Júnior, comunicando que o seu empregado Alcino Alves Ribeiro, sem carteira profissional, retirou-se, em data de 6 de agosto do corrente ano, do serviço. Tendo reclamado o pagamento do salário, declarou que o mesmo não tinha direito nenhum, visto não ter dado o aviso prévio, de acordo com a lei n. 62. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

DNE 17.140-37 — Metro Goldwyn Mayer do Brasil, remeterio cópias de anotações feitas nas carteiras profissionais ns. 28.211, da 1ª série, e 47.599, da 21ª série. — Nada mais havendo a resolver, archive-se.

Dia 24

DNT 11.443-37 — Carlos Niesner, proprietário do Salão de Cabelleiro para Senhoras, comunica a este Departamento que, em vista da renda ter diminuído consideravelmente, conforme prova por certidão autêntica, resolveu fazer redução de salários de seus empregados, os quais passarão a receber 50 % de sua produção, ficando assim abolidos os ordenados que vinham percebendo. A Procuradoria do Trabalho emitiu o seguinte parecer:

"Em face da cuidadosa informação de fls. 4 e 5 do Sr. inspetor fiscal Pedro dos Santos, segundo a qual a firma em apreço teve a sua renda sensivelmente diminuída de seis meses a esta parte, tendo em vista mais que foram os próprios empregados da firma em causa que propuseram a redução dos seus vencimentos, passando a trabalhar mediante comissão de 50 % sobre o total da respectiva produção, opino pelo deferimento da primeira parte do pedido da suplicante na inicial de fls. 2.

No tocante, porém, à parte final da petição de fls. 2, somos do parecer que os empregados a que alude a informação de fls. 4 e 5, continuam a ser beneficiados pela lei n. 62, de 5-8-35, porisso que trabalham mediante a comissão de 50 % sobre o que produziram, não sendo, como não são, interessados no negócio, e não se confundindo as respectivas comissões com as porcentagens relativas a lucros líquidos apurados anualmente nos balanços anuais do estabelecimento do suplicante. S. M. J. Em 30-7-1937."

"Tratando-se de uma simples comunicação, archive-se. Ao Serviço de Identificação Profissional. Em 24-8-37. — Mathias Costa, diretor."

N. 5.679-36 — Eduardo Satamini requer o seu registro como químico licenciado. — Tendo sido satisfeitas as formalidades legais, defiro o pedido.

N. 7.381-36 — José Alves de Carvalho requer o seu registro como químico licenciado. — Tendo sido satisfeitas as formalidades legais, defiro o pedido.

N. 618-36 — Maria da Glória Santos Meireles requer o seu registro como química licenciada. — Tendo sido satisfeitas as formalidades legais, defiro o pedido.

N. 1.782-36 — Davi Vaz Ramos requer o seu registro como químico licenciado. — Tendo sido satisfeitas as formalidades legais, defiro o pedido.

N. 27.613-35 — Gentil Duarte Diniz requer o seu registro como químico licenciado. — Tendo sido satisfeitas as formalidades legais, defiro o pedido.

N. 12.740-35 — Max Joseph Charles Robert Pétis Naegeli requer o seu registro como químico licenciado. — Tendo sido satisfeitas as formalidades legais, defiro o pedido.

N. 14.662-35 — Gabriel Vivaqua requer o seu registro como químico licenciado. — Tendo sido satisfeitas as formalidades legais, defiro o pedido.

N. 14.652-35 — Marco Lucchetti requer o seu registro como químico licenciado. — Não tendo sido satisfeitas as formalidades legais, indefiro o pedido.

N. 6.025-35 — Manuel Joaquim Monteiro requer o seu registro como químico licenciado. — Tendo sido satisfeitas as formalidades legais, defiro o pedido.

EXPEDIENTE DO SR. INTENDENTE

Dia 26 de agosto de 1937

Proc. S. I. P. 11.431-37 — Autuante, Milton Mariano Costa; autuado, Albino Carlos da Silva Gusmão; reclamante, Antônio Pereira Ribeiro, portador da carteira profissional n. 79.912, 24ª série. — Impunho à firma Albino Carlos da Silva Gusmão, estabelecida à rua Visconde de Pirajá n. 531, a multa de 200\$ (duzentos mil réis), mínimo estabelecido no § 2º do art. 10 do decreto n. 22.035, de 29 de outubro de 1932, por ter deixado de anotar a carteira profissional n. 79.912, da 24ª série, pertencente a Antônio Pereira Ribeiro, tornando-se revel no processo que lhe foi movido, infringindo assim, o sobredito artigo.

Em 26 de agosto de 1937. — *Mário Lima Campos*, pelo intendente.

Proc. S. I. P. 2.822-37 — Autuante, Milton Mariano Costa; autuado, Construtora Brandão S. A.; reclamante, João da Silva, portador da carteira profissional n. 93.890, da 21ª série. — Impunho à firma Construtora Brandão Sociedade Anônima, estabelecida à rua General Câmara n. 76, 2º andar, a multa de 500\$ (quinhentos mil réis), estabelecida no § 2º do art. 10 do decreto n. 22.035, de 29 de outubro de 1932, por infração do dito artigo, deixando de anotar a carteira profissional n. 93.890, da 21ª série, pertencente a João da Silva, não tendo apresentado defesa ao termo de infração lavrado em virtude do processo que lhe foi movido.

Em 26 de agosto de 1937. — *Mário Lima Campos*, pelo intendente.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região

ATA DA OCTOGÉSIMA OITAVA SESSÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DA QUINTA REGIÃO. REALIZADA NO DIA DEZ DE MAIO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E TRINTA E SETE

Aos dez dias do mês de maio do ano de mil novecentos e trinta e sete, na Secretaria do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região, sala número mil cento e vinte e quatro, do décimo primeiro andar do Edifício Rex, presentes os senhores membros efetivos engenheiros civis: Adroaldo Junqueira Aires, presidente; Maurício Joppert da Silva, vice-presidente; Luiz Onofre Pinheiro Guedes, secretário; Adolfo Murinho, Otton Soares, engenheiros arquitetos Paulo Pires, Atilio Corrêa Lima e Paulo Tedim Barreto e membro suplente engenheiro civil Ernesto Luiz Greve, o senhor presidente abre a sessão.

Do expediente consta:

O senhor presidente justifica a ausência do conselheiro Paulo Barreto. O conselheiro Maurício Joppert da Silva faz uma proposta no sentido de, uma vez aceitas, não ficarem sujeitas à revisão, as decisões do Conselho e a se subordinarem à revisão os casos em que se venham a verificar abusos, por parte da Secretaria, na expedição de carteiras.

É lido o ofício número dois, de sete do corrente, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura que resolve a dúvida levantada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região, quanto ao prazo estabelecido pelo artigo quarto do decreto vinte três mil quinhentos e sessenta e nove, o qual não deverá ser considerado extintivo. O senhor presidente comunica que foi transmitido o telegrama de visita ao doutor Fernando Nereu de Sampaio.

O conselheiro Adolfo Murinho pede a palavra e se refere ao processo em nome do senhor Belhsabel Rabinovitch propondo que o senhor presidente oficie ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura no sentido de ser feita a ratificação do aludido processo. Em seguida o senhor presidente comunica que a Escola Nacional de Belas Artes ainda não enviou a relação dos delegados eleitores e propõe que seja adiada a eleição para a próxima semana. É aprovada essa medida. É feita a leitura da relação dos delegados eleitores das Associações de Classe. Em seguida o conselheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes propõe que se oficie ao prefeito do São Gonçalo, solicitando a relação dos construtores licenciados.

Passa-se ao julgamento dos processos.

Relatados pelo senhor presidente.

Deferidos para expedição de carteiras.

Quatro mil duzentos e trinta e seis do senhor Verlando Duarte Silveira, engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária.

Quatro mil duzentos e quarenta e cinco, do senhor Antônio Aveiro Coelho de Sousa, engenheiro electricista-mecânico pelo Instituto Electrotécnico e Mecânico de Itajubá.

Quatro mil duzentos e quarenta e oito, do senhor Arlindo Rodrigues da Cruz Ribeiro, engenheiro agrônomo pela Escola de Engenharia de Pernambuco.

Deferidos para expedição de carteiras após registro no Ministério da Educação.

Quatro mil duzentos e trinta e três do senhor Demerval Peixoto, engenheiro civil e militar pela Escola Militar do Brasil.

Quatro mil duzentos e trinta e cinco, do senhor Fábio Ribeiro de Oliveira, engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade Técnica Federal.

Relatados pelo conselheiro Atilio Corrêa Lima:

Quinhentos e setenta e dois — Augusto Rodrigues de Matos — Pede permissão para exercer a profissão de construtor em Niterói. — Indeferido.

Mil oitocentos e quinze — Américo Werneck Júnior — Pede carteira profissional de engenheiro eletricitista. — Envia-se o diploma ao Ministério da Educação solicitando informar sobre a validade do mesmo.

Relatados pelo conselheiro Paulo Pires:

Quatro mil duzentos e trinta e quatro — Antônio Gonçalves Rito — Pede carteira profissional de licenciado. — Indeferido.

Três mil oitocentos e noventa e três — Trajano Garcia da Paula — Pede autorização para continuar a exercer cargo técnico em recurso ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. — Cumpra-se a decisão do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, favorável em parte ao recorrente.

Relatado pelo conselheiro Adolfo Murinho:

Mil e noventa — Theo Summèr — Pede carteira de engenheiro eletricitista. — Deferido após cumprimento de exigências feitas pelo Ministério da Educação.

Relatados pelo conselheiro Mauricio Jopert da Silva:

Mil trezentos e trinta e nove — Francisco Manuel Chagas Dória — Recurso de multa — Propõe a organização de comissão para resolver o assunto.

Três mil setecentos e setenta e quatro — Companhia Territorial e Construtora Ltd. (Americana) — Recurso de autuação. — O Conselho resolve baixar em diligência junto à Junta Comercial.

Relatados pelo conselheiro Otton Soares:

Três mil quinhentos e cinquenta e dois — Rebecchi & Comp. — Recurso de intimação junto ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. — Encaminha-se ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura com a informação necessária.

Quatro mil duzentos e três — Luiz Magalhães Lemos & Comp. — Recurso de auto de multa. — Indeferido — Mantenha-se o auto.

Relatados pelo conselheiro Ernesto Luiz Greve:

Três mil quinhentos e doze — Rocco Brancato — Protesta contra as infrações do decreto vinte e três mil quinhentos e sessenta e nove, em Colatina. — Agradecer e providenciar.

Quatro mil duzentos e trinta e dois — Emanuel Althberg — Recurso de auto de multa. — Indeferido — Mantenha-se o auto.

Noventa e quatro — Mauricio Cellier — Pede autorização para exercer cargo técnico. — Deferido, nos termos do artigo segundo.

Mil novecentos e treze — Ernest Hugo Mambeck — Pede carteira de engenheiro mecânico. — Baixar em diligência.

Associação dos Engenheiros de Campos — Consulta. — Responde-se nos termos do parecer.

Relatados pelo conselheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes:

Quatro mil e setenta — Astolfo Fassbender — Exercício irregular da profissão. — Oficie-se ao senhor prefeito de Itaperuna.

Quatro mil duzentos e trinta e nove — Sindicato Nacional de Engenheiros — Apresenta denúncia contra o senhor Arquimedes Trajano. — Baixar em diligência.

O conselheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes pede a palavra e propõe a nomeação de uma comissão para dar parecer e fazer a tomada de contas da tesouraria. Para essa comissão foram indicados os senhores conselheiros Adolfo Murinho, Atilio Corrêa Lima e Paulo Pires.

O senhor presidente comunica que foi eleito delegado eleitor pelo Club de Engenharia e assim, designa o conselheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes para presidir as eleições que se realizarão para renovação do terço e preenchimento de vagas do Conselho.

O conselheiro Ernesto Luiz Greve propõe que as eleições se precedam em dois turnos. Uma para preenchimento de vagas e outra para renovação do terço. Propõe ainda que, caso seja reeleito um dos atuais suplentes, seja procedida imediatamente a eleição de seu substituto.

O senhor presidente, com a palavra, apresenta aos senhores conselheiros, cujos mandatos terminaram, agradecimentos efusivos pelos bons serviços prestados ao Conselho.

E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declara encerrada a sessão, e eu, Luiz Onofre Pinheiro Guedes, secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida e unanimemente aprovada, vai assinada pelo senhor presidente e demais membros do Conselho.

ATA DA OCTAGÉSIMA NONA SESSÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DA 5ª REGIÃO, REALIZADA NO DIA 4 DE MAIO DE 1937

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de mil novecentos e trinta e sete, às dez horas e trinta minutos na Secretaria do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região, sala mil, cento e vinte e quatro do décimo primeiro andar do Edifício Rox, presentes os senhores membros efetivos engenheiros civis Adroaldo Junqueira Aires, presidente; Luiz Onofre Pinheiro Guedes, secretário; João Gualberto Marques Porto, Adolfo Murinho, Luiz Gomes da Paixão, Bráulio Eugênio Muller, engenheiro arqui-

ta; Angelo Murgel e membro suplente engenheiro civil Armando Godói Filho, o Sr. presidente abre a sessão.

Do expediente consta:

O Sr. presidente abre a sessão e felicita o Conselho pela escolha dos seus novos componentes.

Presente à sessão o engenheiro civil Otton Soares cujo mandato de conselheiro terminou e bem assim o de tesoureiro do Conselho, pede a palavra para fazer uma rápida exposição da situação da tesouraria e apresentar os livros utilizados para a escrituração do seu movimento. Apresenta também o balanço extraído nesta data pelo fidei da tesouraria Sr. Jaime Bernardo Ferreira, devidamente conferido, apresentando um saldo de balanço da importância de réis 17:698\$690 (dezessete contos seiscentos e noventa e oito mil seiscentos e noventa e oito réis) que se acha depositado na Caixa Econômica do Rio de Janeiro, seção de cheques, conta corrente dez mil e noventa e seis, mantida pelo Conselho naquele estabelecimento de crédito.

O Sr. presidente declara que o balanço apresentado pelo ex-conselheiro e tesoureiro engenheiro civil Otton Soares e bem assim, os livros de escrituração da tesouraria do Conselho encontram-se à disposição da comissão designada para fazer a respectiva tomada de contas composta dos Srs. conselheiros Adolfo Murinho, Atilio Corrêa Lima e Paulo Everard Nunes Pires.

O Sr. presidente agradece ao ex-conselheiro Otton Soares os valiosos serviços prestados ao Conselho.

O conselheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes propõe um voto de louvor ao ex-conselheiro Otton Soares pelo brilhante auxílio que prestou ao Conselho, o que é aprovado por unanimidade e sob aplausos.

O Sr. engenheiro Otton Soares agradece aos Srs. conselheiros a carinhosa manifestação que lhe foi feita e se retira em seguida sendo acompanhado por todos os membros do Conselho presentes, até a porta da sala de sessões.

Em seguida é feita a leitura da ata da reunião real da para as eleições de renovação do terço e preenchimento de vagas do Conselho, cujos votantes foram os Srs. representantes das associações de classe. É lida também a ata da reunião realizada para eleição da renovação do terço que anualmente é procedida, para inclusão no corpo deliberativo do Conselho de representantes das escolas de engenharia e arquitetura.

É lido o ofício datado de quatorze do corrente, assinado pelo senhor secretário do Exmo. Sr. governador do Estado do Espírito Santo, lembrando a necessidade de ser designado um correspondente, pelo Conselho, na cidade de Vitória, para tratar do encaminhamento de processos ao CREA da Quinta Região. O Sr. presidente pondera que se solicite ao próprio governador do Estado do Espírito Santo, a designação de um funcionário do Estado para exercer tal mister. É aprovada unanimemente essa sugestão.

É lido o telegrama do engenheiro Luiz Santos Reis, pedindo informar se os engenheiros diplomados pelo Instituto Eletro-técnico de Itajubá, podem exercer cargo de engenheiro residente da Estrada de Ferro. O Conselho resolve responder negativamente.

O Senhor conselheiro Adolfo Murinho propõe que se oficie ao Exmo. Sr. diretor da Central do Brasil, pedindo sua atenção para as exigências do decreto número vinte e três mil quinhentos e sessenta e nove, tendo em vista a recente nomeação de uma comissão composta de três engenheiros civis, encarregada de dar parecer sobre escovas de carvão para motores, trabalho de carácter técnico, privativo do engenheiro eletricitista. O Senhor conselheiro João Gualberto Marques Porto propõe que, antes de ser oficiado ao Senhor diretor da Central do Brasil, naquele sentido, sejam feitas prévias diligências. É aprovada a emenda.

O Senhor presidente declara que vão ser procedidas eleições para preenchimentos dos cargos de vice-presidente, tesoureiro e secretário, do Conselho. Em seguida são feitas as eleições, por voto secreto. Apurada o resultado das mesmas o Senhor presidente proclama eleitos por um ano os seguintes conselheiros: para vice-presidente, João Gualberto Marques; para secretário, Luiz Onofre Pinheiro Guedes; para tesoureiro, Paulo Tedim Barrêto, tendo sido recebida com uma salva de palmas a declaração do Senhor presidente.

Passa-se ao julgamento dos processos.

Relatados pelo Senhor presidente.

Deferidos para expedição de carteiras.

Quatro mil duzentos e setenta e quatro — Rufino Augusto Buarque de Almeida, engenheiro civil, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Quatro mil duzentos e oitenta e um — Oscar Magalhães Lustosa, engenheiro civil pela Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais.

Francisco Mendes de Oliveira Castro — processo dois mil duzentos e setenta e sete — Engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Quatro mil duzentos e setenta e três — Sophia Machado Portela — Engenheiro industrial pela Escola Politécnica da Universidade Técnica Federal.

Quatro mil duzentos e setenta e sete — Renato Mesquita dos Santos — Engenheiro Arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes.

Quatro mil duzentos e cinquenta e dois — José Vaz Sampaio Espinheiro — Engenheiro civil pela Escola Politécnica da Bahia.

Quatro mil duzentos e oitenta — Marcos Canetti — Engenheiro agrônomo pela Escola Nacional de Agronomia.

Quatro mil duzentos e noventa — Lazaro Sebastião Sampaio Leite — Engenheiro agrônomo pela Escola de Agricultura e Pecuária de Passa Quatro — Minas.

Quatro mil duzentos e setenta e seis — Hermínia José Marques engenheiro geógrafo pela Escola Politécnica da Baía.

Deferidos para expedição de carteiras após registro no Ministério da Educação.

Dois mil duzentos e quarenta — Luiz Eduardo Frias Pereira de Moura, engenheiro arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes.

Quatro mil duzentos e sessenta e seis — Miguel Pinto de Brito Pereira, engenheiro civil e eletricitista pela Escola Politécnica da Universidade do Brasil.

Relatados pelo conselheiro Angelo Murgel:

Quatro mil duzentos e quarenta e três — Lauro Dufreyer — Recurso do auto de multa por infração do artigo sétimo. O relator se declara suspeito para opinar. O Conselho resolve por maioria manter o auto de multa.

Dois mil duzentos e cinquenta e sete — Cavalcanti Junqueira & Comp. — Recurso de auto de multa. — Deferido. Cancele-se o auto.

Quatro mil duzentos e sessenta e dois — Escriturário Enio de Miranda Costa — Pede prazo para defesa. — Concedido trinta dias.

Quatro mil e oitenta — Pedro do Amaral Sobreiro — Recurso do auto de multa. — Deferido. Cancele-se o auto.

Relatados pelo conselheiro Adalberto Murtinho:

Quatro mil duzentos e oitenta e três — José Peixoto Simões — Pede carteira profissional como engenheiro civil, artigo primeiro, e autorização para noventa dias para exercer a profissão. — Deferido, por equidade.

Três mil setecentos e trinta e seis — Luiz Gonçalves de Moraes — Pede carteira de engenheiro topógrafo e rural e cadastramento. — Indeferido o pedido de carteira. Cancele-se a multa.

Quatro mil cento e oitenta — Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região — Parecer sobre a regulamentação da fiscalização do exercício da profissão. Propõe o relator a distribuição do processo em apreço, a todos os Conselheiros, por cópias, para votação na próxima sessão. É aprovado por unanimidade.

Relatados pelo Conselheiro João Gualberto Marques Porto:

Quatro mil duzentos e trinta e quatro — Antonio Gonçalves Rilo — Pede carteira profissional de construtor em Teresopolis. — Deferido de acordo com os precedentes.

Três mil trezentos e quatro — Heitor Peixoto — Consulta da Associação dos Engenheiros de Campos sobre as atribuições do senhor Peixoto. — Responde-se nos termos do parecer.

Relatados pelo Conselheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes:

Três mil oitocentos e noventa e um — Sínesio Vidal Guimarães — Pede autorização nos termos do artigo segundo. — Deferido.

Quatro mil cento e setenta e nove — Associação de Engenheiros de Campos — Apresenta denúncia contra diversos infratores do decreto vinte e três mil quinhentos e sessenta e nove. Já foram tomadas as providências que o caso requer. Aguarde-se os requerimentos do recurso.

Quatro mil duzentos e quarenta e nove — Antonio Fernandes Quintas — Recurso de auto de multa. — Baixe-se em diligência.

Quatro mil duzentos e noze — Benício Antonio do Nascimento — Recurso de auto de multa. — Baixe-se em diligência.

Quatro mil duzentos e nove — Felismino Vieira — Recurso de auto de multa. — Baixe-se em diligência.

Quatro mil duzentos e sete — Sizinio Jacalio — Recurso de auto de multa. — Requeira em termos.

Quatro mil duzentos e oito — Demerval Faria — Recurso de auto de multa. — Requeira em termos.

Três mil seiscentos e quarenta e quatro — Manoel Francisco Alves — Recurso de auto de multa. — Baixe-se em diligência.

Dois mil quinhentos e noventa e sete — Vitorio Ferreira da Silva — Recurso de auto de multa. — Baixe-se em diligência.

E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declara encerrada a sessão, e eu, Luiz Onofre Pinheiro Guedes, secretário, lavrei a presente ata que depois de lida e unanimemente aprovada, vai assinada pelo senhor presidente e demais membros do Conselho.

Ata da nonagesima sessão do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região, realizada no dia sete de junho de mil novecentos e trinta e sete.

Aos sete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e trinta e sete, às dezoito horas e trinta minutos, na secretaria do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Quinta Região, sala número mil cento e vinte e três, do décimo primeiro andar do Edifício "Rex", presentes os senhores membros efetivos engenheiros civis João Gualberto Marques Porto, vice-presidente em exercício; Luiz Onofre Pinheiro Guedes, secretário; engenheiro arquiteto Paulo Tedim Barreto, tesoureiro; engenheiros civis Adolfo Murtinho Bráulio, Eugênio Muler, Alirio Huguenei de Matos, Luiz Gomes da Paixão, engenheiros arquitetos Paulo Pires; membros suplentes engenheiros civis: Alberto Gordo e Armando de Godoi Filho e engenheiros arquitetos Leopoldo Condi e Atilio Corrêa Lima, o senhor vice-presidente em exercício abre a sessão.

Do expediente consta:

O senhor vice-presidente em exercício se congratula com a classe pela apresentação dos novos conselheiros, senhores Alberto Gordo, Alirio Huguenei de Matos e Leopoldo Sondri, aos quais dá posse dos respectivos cargos. Toma posse, também, do cargo de tesoureiro do Conselho, o senhor conselheiro Paulo Tedim Barreto.

O Sr. conselheiro Armando Godoi Filho propõe que sejam distribuídas, aos novos conselheiros, cópias das resoluções e circulares do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, ora em vigor. É aprovado por unanimidade.

O conselheiro Luiz Gomes da Paixão pede a palavra e propõe que o Conselho oficie ao Conselho Federal do Funcionalismo Público Civil solicitando providências para que, na apostila dos títulos dos funcionários técnicos, conste o número das carteiras profissionais ou cartões de autorização, expedidos pelos conselhos regionais de Engenharia e Arquitetura. É aprovado por unanimidade. Propõe ainda que a Secretaria do Conselho faça uma revisão em todos os processos que se encontram sem andamento. O senhor presidente declara que determinará as necessárias providências para que seja feita a revisão proposta.

O senhor vice-presidente em exercício traz ao conhecimento do Conselho a permanência de varios funcionarios da Prefeitura Municipal de Iguaçu, em cargos técnicos, sem que possuam habilitação legal para exercê-los, entre os quais, o atual diretor de obras, da mesma Prefeitura, opinando pela autuação dos referidos funcionarios, e divulgação pela imprensa das infrações verificadas. É aprovado por unanimidade.

Passa-se ao julgamento dos processos.

Relatados pelo senhor vice-presidente em exercício.

Deferidos para expedição de carteiras:

Quatro mil trezentos e treze — Eduardo Mendes Gonçalves, engenheiro arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes.

Quatro mil duzentos e noventa e oito — Lourival de Castro, engenheiro civil pela Universidade de Minas Gerais.

Quatro mil duzentos e noventa e quatro — Temistocles da Fonseca Moraes, engenheiro agrônomo pela Escola de Agricultura e Pecuária de Passa-Quatro, Minas Gerais.

Quatro mil trezentos e onze — Mario Garcez, engenheiro eletricitista e mecânico pelo Instituto Electrotécnico de Itajubá.

Quatro mil trezentos e doze — Francisco Pita Brito, engenheiro eletricitista mecânico pelo Instituto Electrotécnico de Itajubá.

Quatro mil trezentos e onze — Mario Garcez — engenheiro civil e eletricitista pela Escola Politécnica da Universidade Técnica Federal.

Quatro mil trezentos e doze — Francisco Pita Brito, engenheiro eletricitista e mecânico pelo Instituto Electrotécnico de Itajubá.

Quatro mil duzentos e oitenta e oito — Afonso d'Angelo Visconti — engenheiro arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes.

Quatro mil e trezentos — Mordeant John Moreira Fischer — engenheiro civil pela Escola Politécnica da Baía.

Relatados pelo Conselheiro Paulo Thedim Barreto:

Quatro mil e quarenta e seis — A Wieser — Recurso de Auto de Multa — Baixe-se em diligência.

Quatro mil duzentos e cinquenta e quatro — Escritorio Técnico Alberto Haas — Recurso de Auto de Multa. — Deferido. Cancele-se o auto n. 125.

Três mil oitocentos e setenta e três — Egon Schmidt. — Indeferido.

Quatro mil duzentos e setenta e nove — Mario Rodrigues da Rocha — Pede carteira profissional de construtor em Campos — Baixe-se em diligência.

Relatados pelo Conselheiro Atilio Corrêa Lima:

Três mil oitocentos e noventa e oito — Manoel Veríssimo Ogéa Rios — Pede carteira profissional de instalador em recurso ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. Com vistas ao Conselheiro Luiz Gomes da Paixão.

Quatro mil duzentos e sessenta e quatro — Max Fortner & Cia. Recurso de Auto de Multa. — Deferido. Cancele-se o auto número 126.

Seiscentos e oitenta e um — Acir Lirio Peixoto — Pedido de transferência de autorização. — Deferido.

Quatro mil e cinquenta e três — Felipe Romero — Auto de Constatação de infração. — Providencie-se para entrega do auto ao infrator.

Quatro mil duzentos e sessenta e três — José de Azevedo Couto — Recurso de auto de multa. — Cancele-se o auto de multa 121.

Relatados pelo Conselheiro Paulo Pires:

Dois mil setecentos e oitenta e seis — Hermenegildo Robés. Pede carteira profissional de diplomado nos termos do artigo 4º. — Deferido uma vez paga a multa e após registro no Ministério da Educação.

Quatro mil e sessenta e um — Dourado & Irmão Ltd. Recurso de auto de multa. — Cancele-se o auto n. 52 por estar prescrito. (Aprovado por maioria).

Dois mil seiscentos e oitenta e quatro — Teodoro Wolteck — Pede carteira profissional nos termos do artigo 4º. — Deferido após pagamento da multa e registro no Ministério de Educação.

Três mil oitocentos e onze — Vicente Pereira Couto — Recurso de auto de multa. — Cancele-se o auto de infração n. 79 e mantenha-se o de número 110.

Relatados pelo Conselheiro Adolfo Murtinho:

Dois mil oitocentos e sessenta e cinco — Fernando Duprat da Silva — Pede carteira profissional de diplomado nos termos do artigo 4º. — Deferido, uma vez paga a multa e após registro no Ministério de Educação.

Quatro mil duzentos e noventa e sete — Departamento dos Correios e Telégrafos — Consulta sobre exigências a serem feitas em concurso promovido pela Repartição, quanto às atribuições do engenheiro geógrafo. — Baixe-se em diligência.

Quatro mil duzentos e quarenta e quatro — Cristiani & Nielsen — Recurso de auto de multa. Mantém-se o ato. (Deixou de votar o Conselheiro Leopoldo Sondi por ter sido o mesmo o portador do boletim de informação que deu origem ao presente processo).

Quatro mil duzentos e setenta — Sindicato Nacional de Engenheiros — Protesto quanto aos chefes de usina da Light. — Converte-se em diligência.

Relatados pelo conselheiro Luiz Onofre Pinheiro Guedes:

Tres mil e sessenta — José dos Santos Vieira — Pede carteira de construtor em Iguassú, Estado do Rio de Janeiro. — Deferido, uma vez satisfeitas as exigências do parecer (pagar a multa que lhe foi imposta e reconhecer a firma em tabelião).

Quatro mil duzentos e noventa e tres — Pedro Zander. — Pede carteira de construtor em Petropolis. — Deferido.

Tres mil oitocentos e setenta e nove — Alfredo Americo P. Pacca — Recurso para o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. — Cumpra-se a decisão do mesmo.

Quatro mil duzentos e quatorze — Jair Pereira da Silva Porto — Pedido de autorização como engenheiro de Minas. — Indeferido.

Quatro mil duzentos e oitenta e nove — Innocencio Carlos de Oliveira Bentes — Pedido de autorização pelo artigo quarenta e cinco. — Baixe-se em diligência.

Tres mil duzentos e oitenta e nove — Hildebrando Marins. — Deferido nos termos do parecer.

Quatro mil duzentos e noventa e seis Otilio Oliveira Castro — Recurso de multa. — Baixe-se em diligência.

Quatro mil duzentos e setenta e oito — Silvio Lutterbach — Pede carteira de agrimensor em Cantagalo — Estado do Rio de Janeiro. — Baixe-se em diligência.

Relatado pelo conselheiro Paula Pires:

Quatro mil duzentos e cinquenta e oito — Julio de Noronha — Recurso de auto de multa. — Deferido. Cancele-se o auto n. 129.

E nada mais constando, o senhor vice-presidente em exercício declara encerrada a sessão, e eu, Luiz Onofre Pinheiro Guedes, secretário, lavrei a presente ata que depois de lida e unanimemente aprovada, vai assinada pelo senhor vice-presidente em exercício e demais membros do Conselho.

Departamento Nacional do Povoamento

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 26 de agosto de 1937

Requerimento despachado

DNP 3.775-37 — AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade, pedindo prorrogação de prazo. — Como requer.

Conselho Nacional do Trabalho

Recurso Obrigatorio n. 1.341-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pelo Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, conforme expressamente determina o paragrafo único do art. 114, do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu pensão a D. Julieta Del'Amico, viúva e beneficiaria do ex-associado Weber Del'Amico:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o beneficio foi regularmente concedido; Resolvem os membros da Primeira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1937. — Francisco Barbosa de Resende, presidente. — Corrêa da Silva, relator.

Fui presente. — J. Leonel de Resende Alvim, procurador geral.

Recurso Obrigatorio n. 664-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões da E. F. Central do Brasil, conforme expressamente determina o paragrafo único do art. 114, do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria por invalidez ao associado Honorato Lopes:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o beneficio foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Primeira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1937. — Francisco Barbosa de Resende, presidente. — A. Paranhos Fontenelle, relator.

Fui presente. — J. Leonel de Resende Alvim, procurador geral.

Recurso Obrigatorio n. 832-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Companhia Estrada de Ferro Calibense, conforme expressamente determina o paragrafo único do art. 114, do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784,

de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria ao associado Antonio Benedito dos Santos:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o beneficio foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Primeira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1937. — Francisco Barbosa de Resende, presidente. — A. Paranhos Fontenelle, relator.

Fui presente. — J. Leonel de Resende Alvim, procurador geral.

Recurso Obrigatorio n. 939-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Estrada de Ferro Araraquara, conforme expressamente determina o paragrafo único do art. 114, do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria ao associado João Pinto Campelo:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o beneficio foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Primeira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1937. — Francisco Barbosa de Resende, presidente. — Eduardo V. Pederneiras, relator.

Recurso Obrigatorio n. 983-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Tração, Luz, Fôrça e Gaz de S. Paulo, conforme expressamente determina o paragrafo único do art. 114, do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria por invalidez ao associado Joaquim Mendonça:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o beneficio foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Primeira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1937. — Francisco Barbosa de Resende, presidente. — A. Paranhos Fontenelle, relator.

Fui presente. — J. Leonel de Resende Alvim, procurador geral.

Recurso Obrigatorio n. 1.041-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração em Tubarão, conforme expressamente determina o paragrafo único do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria por invalidez ao associado João Spacek:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o beneficio foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Primeira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1937. — Francisco Barbosa de Resende, presidente. — J. Leonel de Resende Alvim, relator.

Fui presente. — A. Paranhos Fontenelle, relator.

Fui presente. — J. Leonel de Resende Alvim, procurador geral.

Recurso Obrigatorio n. 204-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Companhia Paulista da Estrada de Ferro, conforme expressamente determina o paragrafo único do art. 114, do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria ao associado José Manoel Coelho:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o beneficio foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Primeira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1937. — Francisco Barbosa de Resende, presidente. — Mendes Cavaleiro, relator.

Fui presente. — J. Leonel de Resende Alvim, procurador geral.

Recurso Obrigatorio n. 4.243-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pelo presidente da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da S. Paulo Railway Company, conforme expressamente determina o paragrafo único do art. 114, do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, do proprio acto do Inspector da

Providência, José Camara que concedeu pensão á D. Maria Alpeida Lacerda, quando Interventor naquela Caixa:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o benefício foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Primeira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1937. — *Francisco Barbosa de Resende*, presidente. — *Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente. — *J. Leonel de Resende Alvim*, procurador geral.

Rec. Ob. 1.038-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso "ex-officio" interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões para os Empregados da Leopoldina Railway Company, conforme expressamente determina o paragrafo unico do art. 114 do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu pensão aos herdeiros do ex-associado Antonio Ribeiro Marins:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido;

Resolveu os membros da 2ª Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso "ex-officio", para confirmar a decisão recorrida. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1937. — *Ildefonso d'Abreu Albano*, presidente. — *Manoel Tibureto*, relator. Fui presente — *Geraldo A. Faria Baptista*, 1º adjunto do procurador geral.

Rec. Ob. 794-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso "ex-officio", interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Rêde de Viação Parana-Santa Catarina, conforme expressamente determina o paragrafo unico do art. 114 do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria por invalidez ao associado José Francisco dos Reis:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Segunda Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso "ex-officio", para confirmar a decisão recorrida. Rio de Janeiro, 19 de julho de 1937. — *Ildefonso d'Abreu Albano*, presidente. — *Moreira de Azevedo*, relator. Fui presente — *Geraldo A. Faria Baptista*, 1º adj. do procurador geral.

Rec. Ob. 1.320-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso "ex-officio", interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da São Paulo Railway Company, conforme expressamente determina o paragrafo unico do art. 114 do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, do ato do interventor da Providência José Gomara que, quando interventor naquela instituição, concedeu pensão á dona Maria das Dôres de Oliveira Moraes, viúva do ex-associado Gilberto de Moraes:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido;

Considerando que no requerimento de fls. 4 a viúva declara presumir que se acha em estado de gravidez;

Resolvem os membros da Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso "ex-officio" para confirmar a decisão recorrida, reservando o possível direito do filho nascituro do associado. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator. Fui presente — *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Rec. Ob. 1.279-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso "ex-officio" interposto pelo Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, conforme expressamente determina o paragrafo unico do art. 114 do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria por invalidez ao associado Levino Amancio Macedo:

Resolvem os membros da Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho, preliminarmente, converter em diligencia o julgamento ao presente recurso "ex-officio", para que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos submeta o Sr. Levino Amancio Macedo a uma nova inspeção de saúde, a qual deverá ser levada a efeito por medicos que não funcionaram na anterior, remetendo o competente laudo a este Conselho. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator. Fui presente — *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Rec. Ob. 1.250-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso "ex-officio" interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Funcionários da E. F. Noroeste do Brasil, conforme expressamente determina o paragrafo unico do art. 114 do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria por invalidez ao associado Francisco de Paula Viana:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso "ex-officio", para confirmar a decisão recorrida. Rio de Janeiro, 1º de junho de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator. Fui presente — *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Rec. Ob. 1.225-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso "ex-officio" interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gás de São Paulo, conforme expressamente determina o paragrafo unico do art. 114 do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria compulsoria ao associado José Marchi:

Considerando que a certidão de idade de fls. 10 não está devidamente legalizada perante as autoridades brasileiras;

Considerando que se trata de um documento imprescindível á regular concessão do benefício — (aposentadoria compulsoria):

Resolvem os membros da Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho, preliminarmente, converter em diligencia o julgamento do presente recurso "ex-officio", afim de que a Caixa promova, junto ao associado, a necessaria regularização do documento. Rio de Janeiro, 1 de junho de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Paula Lopes*, relator. Fui presente — *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Rec. Ob. 1.222-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso "ex-officio" interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração em Tubarão, conforme expressamente determina o paragrafo unico do art. 114 do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria por invalidez ao associado João Matos:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso "ex-officio", para confirmar a decisão recorrida. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator. Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adjunto do procurador geral.

Rec. Ob. 1.221-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso "ex-officio" interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da São Paulo Railway Co., conforme expressamente determina o paragrafo unico do art. 114 do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, do ato do interventor daquela Caixa que, em tempo, concedeu aposentadoria ordinaria ao associado Teribio Topinambá do Brasil:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso "ex-officio", para confirmar a decisão recorrida. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator. Fui presente — *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Rec. Ob. 1.093-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Companhia Mogiana, conforme expressamente determina o paragrafo unico do art. 114 do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu aposentadoria ordinaria ao associado Americo Cerri:

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Resolvem os membros da 3ª Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida, devendo, porém, a Caixa observar o cálculo de fls. 76, do Serviço Técnico Actuarial.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adjunto do procurador geral.

Rec. Ob. 1.059-37 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados das Companhias Linhas Circular e Energia Elétrica da Baía, conforme expressamente determina o paragrafo unico do art. 114 do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da propria decisão, que concedeu a pensão requerida por D. Julieta dos Santos para si e suas filhas Liliam, Levita e Marina, viúva e filhas beneficiárias do ex-associado Augusto dos Santos:

Considerando que dos autos não consta a documentação referente á inscrição das beneficiárias, conforme expressamente determina o art. 42, § 2º, do decreto 20.465, de 1 de outubro de 1934;

Resolvem os membros da 3ª Camara do Conselho Nacional do Trabalho, preliminarmente, converter em diligência o julgamento do presente recurso *ex-officio*, para que a Caixa remeta aquela documentação.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1937. — *Americo Ludolf* presidente. — *Paula Lopes*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adjunto do procurador geral.

Rec. Ob. 996-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados da Repartição de Aguas e Esgotos da cidade do Salvador, conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114 do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu pensão aos beneficiários do ex-associado Antônio Gonçalves Martins;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido; Resolvem os membros da 3ª Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adjunto do procurador geral.

Rec. Ob. 952-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Serviço de Aguas de Belém do Pará, conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114 do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu pensão a D. Maria Marcelina das Chagas Silva, viúva do ex-associado Florencio Gomes da Silva;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido; Resolvem os membros da 3ª Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adjunto do procurador geral.

Rec. Ob. 950-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pelo Conselho Administrativo do Instituto de A. e Pensões dos Marítimos, conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114, do Regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu pensão às beneficiárias do ex-associado José Bastos Mirandella;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido; Resolvem os membros da 3ª Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adjunto do procurador geral.

Rec. Ob. 947-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões para os Empregados da Leopoldina Railway, conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114 do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu pensão aos herdeiros do ex-associado João Inocêncio;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido; Resolvem os membros da 3ª Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Luiz de Paula Lopes*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adjunto do procurador geral.

Rec. Ob. 935-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários da E. F. Araraquara, conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114 do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu pensão aos herdeiros do ex-associado Lourenço de Arruda Campos;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido; Resolvem os membros da 3ª Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adjunto do procurador geral.

Rec. Ob. 901-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões das Companhias Light, J. B. e S. A. do Gaz, conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114 do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu pensão às beneficiárias do ex-associado Benjamin de Souza Vidal;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando mais que o benefício foi regularmente concedido; Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adjunto do procurador geral.

Recurso ob. n. 890-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões das Companhias Light, Jardim Botânico e S. A. do Gaz, conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114 do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu pensão aos beneficiários do ex-associado José Leite de Sant'Ana;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o benefício foi regularmente concedido; Resolvem os membros da Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Luiz Augusto de Rego Monteiro*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Recurso ob. n. 851-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gaz de S. Paulo, conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114 do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu aposentadoria por invalidez ao associado Francisco de Oliveira Brasil;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o benefício foi regularmente concedido; Resolvem os membros da Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Recurso ob. n. 836-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pelo Inspetor de Previdência, José Gomara, do próprio ato que concedeu aposentadoria por invalidez ao Sr. Nicolau Dias Aranha, associado da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários da São Paulo Railway Company, quando investido das funções de interventor naquela Caixa, por determinação deste Conselho;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o benefício foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso *ex-officio*, para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Recurso ob. n. 476-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Pessoal da E. F. Petrolina-Terezina, conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114 do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu pensão aos herdeiros do ex-associado João Leite;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o benefício foi regularmente concedido; Resolvem os membros da Terceira Camara do Conselho Nacional do Trabalho dar provimento, em parte, ao presente recurso *ex-officio*, para o fim de, confirmada a decisão recorrida, ser observado pela Caixa, o cálculo de fls. 32, do Serviço Técnico Atuarial.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1937. — *Ildefonso d'Abreu Albino*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente. — *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Recurso ob. n. 386-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso *ex-officio*, interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões da The Western Telegraph Company, Limited, conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114 do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu pensão aos herdeiros do aposentado Martiniano de Jesus Soares;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o benefício foi regularmente concedido; Resolvem os membros da Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso "ex-offício", para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente: *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Recurso ob. n. 377-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso "ex-offício", interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Portuários da "Port of Pará", conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114 do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu pensão a D. Ana Emlia de Espirito Santo, mãe-viúva e beneficiária do ex-associado Inocêncio do Espirito Santo;

Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o benefício foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso "ex-offício", para confirmar a decisão recorrida, devendo, porém, a Caixa observar o cálculo de fls. 41/42 do Serviço Técnico Atuarial.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente: *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Recurso ob. n. 295-36 — Vistos e relatados os autos deste recurso "ex-offício", na parte em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os Empregados da Leopoldina Railway, por ofício de 16 de janeiro de 1937, sob n. C. A. P. 1.799, opõe embargos de declaração ao acórdão proferido por esta Câmara, em sessão de 25 de agosto de 1936 ("Diário Oficial", de 19 de outubro de 1936) na parte em que manda seja observado o cálculo de fls. 26 e 27, feito pelo Serviço Técnico Atuarial (Rec. ob. n. 295-36).

Considerando que podem ser aceitos os presentes embargos, à vista dos novos documentos e informações que só foram completos e apresentados em data posterior ao acórdão de 25 de agosto de 1936;

Resolvem os membros da Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho mandar ratificar o cálculo feito pela Caixa.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente: *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Recurso ob. n. 123-35 — Vistos e relatados os autos deste recurso "ex-offício", interposto pela Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da São Paulo Railway, conforme expressamente determina o parágrafo único do art. 114 do regulamento baixado com o decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, da própria decisão, que concedeu aposentadoria ao associado Avelino José Mendes;

Considerando que se acha devidamente esclarecida a dúvida levantada acerca da idade daquele ferroviário (vide ofício e fls. 62); e Considerando que dos autos constam todos os documentos exigidos;

Considerando, mais, que o benefício foi regularmente concedido;

Resolvem os membros da Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao presente recurso "ex-offício", para confirmar a decisão recorrida.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1937. — *Americo Ludolf*, presidente. — *Luiz de Paula Lopes*, relator.

Fui presente: *Natercia da Silveira*, 2º adj. do procurador geral.

Proc. n. 11.135-37 — Vistos e relatados os autos do processo relativo ao orçamento da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Great Western para o exercício de 1936;

Considerando que, ao ser registrado o acórdão de 30 de dezembro último, foram verificados dois erros datilográficos quanto às verbas "Internação" e "Serviço Hospitalar por profissionais estrangeiros";

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, comunicar à Caixa que a transferência de 4:000\$000 (quatro contos de réis) se refere à verba "Internação" e não a "Serviço Hospitalar por profissionais estrangeiros" e autorizar o pedido omitido de transferência de 2:000\$000 (dois contos de réis) relativa a esta última verba.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1937. — *Francisco B. de Rezende*, presidente. — *Correia da Silva*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 11.038-34 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados da Estrada de Ferro Nazaré solicita autorização deste Conselho para elevar de 200:000\$000 (duzentos contos de réis) para 300:000\$000 (trezentos contos de réis), o capital de sua Carteira de Empréstimos;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, deferir o pedido em questão, à vista da informação da Contadoria;

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1937. — *Francisco B. de Rezende*, presidente. — *Arthur Bastos*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 10.265-34 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Viação Férrea do Rio Grande do Sul comunica a este Conselho a transferência do associado Eustáquio Pereira Gonçalves para o associado Dartagnan Ramos Dias, de uma das casas cuja construção foi autorizada pelo acórdão de 30 de dezembro último;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, deferir o pedido, à vista da decisão contida no acórdão de 30 de dezembro citado.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1937. — *Francisco B. de Rezende*, presidente. — *Manuel Tibúrcio*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de R. Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 9.815-34 — Vistos e relatados os autos do processo em que o Sr. Camilo Garcia, construtor, reclama contra a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo que se recusa a efetuar o pagamento de 16:955\$100 (dezesseis contos novecentos e cinquenta e cinco mil e cem réis) decorrentes de modificações feitas nos prédios cuja construção foi autorizada pelo acórdão de 25 de junho de 1935;

Considerando que é de todo improcedente a reclamação do construtor Camilo Garcia, à vista dos esclarecimentos prestados pela Caixa e do parecer do Serviço de Engenharia e, ainda, das cláusulas 7ª e 8ª do contrato de construção;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, não tomar conhecimento da reclamação em questão.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Pau'lo Lopes*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Proc. n. 6.322-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que o inspetor de Previdência Pedro Cintra Ferreira apresenta relatório de inspeção e tomada de contas procedidas na Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil, referente ao exercício de 1936;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, aprovar o relatório apresentado, chamando a atenção do Sr. inspetor para as falhas notadas nas respostas às perguntas do formulário, de acordo com a nota escrita do Sr. relator, e pelo pagamento irregularmente feito a um funcionário da Secretaria segundo denúncia articulada, devendo os documentos respectivos serem desentranhados para constituírem processo à parte.

Resolvem, ainda, ratificar as observações constantes da informação da Contadoria, de que se dará conhecimento à Caixa.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Correia da Silva*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 5.726, de 1937 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Viação Cearense solicita o crédito de 1:000\$000 (um conto de réis) para custear as despesas com a demanda movida, em Juízo Federal, pelo aposentado Antônio Santana Júnior.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, deferir o pedido em questão, à vista do parecer da Procuradoria Geral.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1937. — *Francisco B. de Rezende*, presidente. — *Paula Lopes*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 3.164, de 1935 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões da S. Paulo Railway Company solicita a este Conselho reforço de 17:361\$400 (dezesseis contos trezentos e sessenta e um mil e quatrocentos réis) para cobrir o excesso de despesa feita pela sua Carteira Predial;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, deferir o pedido, à vista da informação do inspetor de Previdência José Bandeira de Melo.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1937. — *Francisco B. de Rezende*, presidente. — *Oscar Saraiva*, relator.

Fui presente, *J. L. de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 2.100, de 1937 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os Empregados da Leopoldina Railway submete à aprovação deste Conselho a minuta do contrato que pretende celebrar com a Casa de Caridade de Macaé;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, aprovar a minuta apresentada, à vista da justificação apresentada pela Caixa.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Paula Lopes*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo 359-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários de Araraquara solicita melhoria de vencimentos do seu pessoal médico para o ano de 1937;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, conceder o aumento pedido pela Caixa de acordo com as informações.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Irineu Malagueta*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo 5.038-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadorias e Pensões da Comp. Paulista de Eletricidade — S. Carlos pede a aprovação das tomadas de contas de 1934, 1935 e 1936 realizadas pelo inspetor José Paulo de Macedo Soares, representante do Conselho na Caixa;

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, aprovar as tomadas de contas, por conferirem com os da Contadoria, os elementos enviados pela Caixa.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Irineu Malagueta*, relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo 7.713-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadorias e Pensões da Rede Mineira de Viação apresenta, em aditamento ao seu officio n. 240-C-37, de 4-5-37, a proposta de aumento do quadro do seu pessoal médico.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, aprovar a solicitação contida no officio n. 3.701, de 8-6-37, determinando, de acordo com o voto escrito do Sr. Relator, seja o médico indicado pela Caixa para exercer o cargo de "médico-chefe", residente na referida região ou próximo dela.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, Presidente. — *Irineu Malagueta*, Relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, Procurador Geral.

Processo 13.361-36 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Inspetoria de Águas e Esgotos, solicita os reforços de 10:500\$000 (dez contos e quinhentos mil réis) e 12:000\$000 (doze contos de réis) respectivamente para "efetivação de 3 médicos especialistas" e para a verba Serviços Médicos Estranhos" de seu orçamento para o corrente exercício:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, deferir o pedido em questão, á vista da informação da Contadoria.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, Presidente. — *Paula Lopes*, Relator.

Fui presente, *J. Leonel de Rezende Alvim*, Procurador Geral.

Processo n. 14.423-36 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Companhia Telefônica Brasileira solicita a este Conselho os reforços de 10:000\$000 (dez contos de réis) e 6:000\$000 (seis contos de réis), respectivamente, para as verbas "Despesas de Administração — Serviços Extraordinários" e "Despesas de Administração — Diversas Despesas — Custódia de Títulos", de seu orçamento do corrente ano:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, deferir o pedido, á vista da informação da Contadoria.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1937. — *Francisco B. de Rezende*, Presidente. — *Arthur Bastos*, Relator. Fui presente. — *J. Leonel de Rezende Alvim*, Procurador Geral.

Processo n. 13.461-36 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Companhia Carbonífera Rio Grandense apresenta proposta orçamentária para sua Carteira de Empréstimos, do exercício de 1937.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, aprovar a proposta apresentada com as seguintes restrições:

a) redução da Receita para 6:000\$000 (seis contos de réis), considerando-se a taxa de 12 % estabelecida por lei (art. 5º decreto n. 21.763, de 24 de agosto de 1932):

b) redução da verba Despesas de Administração — (Pessoal e Material) para 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis), de acordo com a percentagem determinada por este Conselho e o montante desta despesa em outras carteiras de situação idêntica.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1937. — *Francisco B. de Rezende*, Presidente. — *Arthur Bastos*, Relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 7.583-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões das Companhias Light, Jardim Botânico e S. A. du Gaz solicita autorização deste Conselho para celebrar com o arquiteto construtor José Dias Alves de Oliveira o contrato para construção de 39 casas, na estação de Vicente de Carvalho, pela importância total de 417:556\$100 (quatrocentos e dezesseite contos quinhentos e cinquenta e seis mil e cem réis):

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, deferir o pedido em questão, recommendando á Caixa fiel observância das cláusulas constantes do modelo de fls. 318 e 323, organizado pelo Serviço de Engenharia deste Conselho, de que se dará conhecimento á Caixa.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1937. — *Francisco B. de Rezende*, Presidente. — *E. Pederneiras*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 11.540-36 — Vistos e relatados os autos do processo relativo á aquisição de uma área de terreno situada na Esplanada do Castelo pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, considerar encerrada a sua intervenção na matéria, em face dos despachos do ministro do Trabalho, respectivamente de 24 de março e de 14 de maio de 1937, cabendo, pois, ao Instituto tomar as providências cabíveis e promover a transcrição no Registro de Imóveis.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1937. — *Francisco B. de Rezende*, Presidente. — *E. Pederneiras*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 9.829-37 — Vistos e relatados os autos do processo em que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários solicita permissão para comprar terrenos em hasta pública:

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, deferir o pedido em questão, á vista do parecer da Procuradoria Geral.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1937. — *Francisco B. de Rezende*, Presidente. — *E. Pederneiras*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Processo n. 13.055-36 — Vistos e relatados os autos do processo em que a Caixa de Aposentadoria e Pensões da Estrada de Ferro Itapemerim, pede consideração da decisão do Conselho que, na proposta orçamentária para 1937, manteve a dotação anterior para a verba Despesas de Administração Pessoal.

Resolvem os membros do Conselho Nacional do Trabalho, reunidos em sessão plena, conceder, o aumento pedido em face da informação da Inspetoria.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1937. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Alvaro Corrêa da Silva*, relator.

Fui presente — *J. Leonel de Rezende Alvim*, procurador geral.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

RESUMO DA ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1937. REALIZADA PELA JUNTA ADMINISTRATIVA, NO DIA 18 DE AGOSTO

Presidencia do Dr. Aderbal Novaes, com a presença dos diretores Dr. Cesar Rabelo, K. F. J. Edwards, Dr. Antônio Junqueira Botelho, Ismario Cruz e Saul Dias Coelho.

Decisões

Benefícios:

Serviços médicos: Denegados os pedidos de pagamento, dos associados Luis de Assis Pereira, das despesas com a internação de sua esposa, por não ter havido autorização prévia do Instituto, autorizado, porém, o pagamento da segunda parte do auxílio-maternidade; e Ednundo Fonseca e Melo, das despesas de assistência médica prestada a sua esposa, por não estar a mesma inscrita como beneficiária. Concedida a prorrogação da internação hospitalar de Paulo Toth.

Auxílios-Maternidade: Concedidos aos associados Mário Oliveira Ribeiro da Fonseca, Natal Drigo e Tomaz dos Santos, o auxílio integral.

Revisão de aposentadorias por invalidez: Mantidas as de Pompeu Samuel de Castro Bafa e Osvaldo de Queiroz Vieira, e quanto á de Bernard Henri Whitting, marcado o prazo de dois meses para o mesmo apresentar o comprovante exigido.

Aposentadorias por invalidez: Concedidas a José Castelhamo Filho, Gil Chenu, Mário Bhering Furtado, Julio Fulloni e Verissimo Valente do Couto, e denegada a José Ferreira Bastos Junior.

Diversos:

Marcado o prazo de dois meses ao bancário Joaquim Gomes, para se apresentar a novo exame médico.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1937. — *Adherbal Novaes*, presidente. — *Edilberto Mendes*, secretário.

NOTICIÁRIO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE ÁGUAS

Secção de Pluviometria e Inundações

Boletim Diário

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1937

Bacia Amazônica

Dia 28

Estações:

Obs. em 24 hrs.
mts. Dif.

S. P. Olivença.....	8.16	0.08
Cruzeiro Sul.....	1.24	-0.17
S. Filipe.....	2.00	0.00
Coari	7.54	-0.26
Iabrea	1.53	-0.00
S. Gabriel	6.84	-0.00
Manáos	23.31	-0.16
Humaitá	1.93	-0.28
Itacoatiara	8.22	-0.04
Maúes	6.48	-0.00
Parintins	9.65	-0.00
Imperatriz	1.24	—

Bacia Parnaíba

Dia 27

Loreto	0.64	0.00
Y. da York	1.48	—

Bacia Paraná — Paraguai e Urugai

Dia 28

Jupia	0.75	-0.05
S. Mateus	1.71	—
Pedra	1.90	-0.14
Rio Negro	2.16	-0.30
Foz Iguassú	3.06	1.38
Cuiabá	1.26	0.00

Bacia S. Francisco

Dia 29

Porto Real	0.30	0.00
Pirapora	0.32	0.00
S. Francisco	-0.44	-0.01
Januaria	-0.02	0.00
Remanso	0.48	-0.01
Joazeiro	1.13	-0.01
Cabrobó	1.30	0.00
Traipú	-0.55	—
Propriá	-0.38	0.00
Penedo	1.00	-0.30

Bacia Itapicuru (Estado da Bahia)

Dia 28

Pindobassú	0.38	-0.02
Queimadas	1.36	0.00
Cipó	0.87	-0.01
Itapicuru	0.80	0.00

Bacia Jequit. e Pardo

Dia 29

Salinas	1.17	-0.02
Itaporé	1.09	0.00
Porto Desejado	0.12	0.00
Barra Pontal	1.05	0.00
Minas Novas	1.18	0.00
Arassuaí	1.09	-0.01
Itinga	1.39	0.00
Itaobim	0.91	0.00
S. Pedro	1.12	-0.01
Rio Pardo	-0.30	0.00

Bacia Paraíba do Sul

Dia 29

Guararema	1.11	-0.01
Jacareí	0.37	-0.02
Cacapava	0.70	-0.06
Pindamonhangaba	1.24	-0.06
Guaratinga	1.50	-0.01
Cachoeira	0.84	0.02
Cruzeiro	0.88	0.03
Barra Pirai	1.01	0.03
Parad. Sul	0.42	-0.02
Porto N. Cunha	0.09	-0.01
S. Fidelis	1.80	0.01
Campos	6.35	0.01

Bacia Itajaí-Assú

Dia 28

Rio do Sul	1.98	—
Nova Bremen	1.04	—
Hansa	1.33	—
Timbó	0.80	0.00
Indaial	1.86	—
Passo Manso	1.40	—
Blumenau	2.68	0.02
Gaspar	2.72	—
Ilhota	2.60	—

As cõtas de Manãos e Campos acham-se referidas ao nível do mar.

Estado e tendencia das aguas dos rios

Bacia Amazonica

Dia 28

Em ascensão em S. Paulo Olivença, em declínio em Cruzeiro do Sul, Coari, Labrea, S. Gabriel, Manãos, Humaitá, Itacoatiara, Maués e Parintins e estacionario em S. Filipe.

Bacia Parnaíba

Dia 27

Estacionario em Loreto.

Bacia Paraná — Paraguai e Urugai

Dia 28

Em ascensão em Foz do Iguassú, em declínio em Jupia, Jataí, e Rio Negro e estacionario em Cuiabá.

Bacia S. Francisco

Dia 29

Continuará mais ou menos estacionario em todo o curso.

Bacia Itapicuru (Estado da Bahia)

Dia 28

Estacionario em Queimadas e Itapicuru e em declínio em Pindobassú e Cipó.

Bacia Jequitinhonha e Pardo

Dia 29

Continuará mais ou menos estacionario em todo o curso.

Bacia Paraíba do Sul

Dia 29

Continuará mais ou menos estacionario em todo o curso.

Bacia Itajaí-Assú

Dia 28

Ficará mais ou menos estacionario em todo o curso.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1937

Bacia Amazonica

Dia 29

Estações:

	Obs. em 24 hrs.	
	mts.	Dif.
S. Paulo Olivença	8.16	0.00
Tefé	11.96	-0.60
Labrea	1.43	-0.10
Humaitá	1.71	-0.22
Maués	6.49	0.01
Major Amarante	1.22	-0.02
Imperatriz	1.24	0.00

Bacia Rio Mearim

Dia 28

Barra do Corda.....	0.60	0.00
Bacia Paraná — Paraguai e Uruguai		
Dia 29		
Tibagi	0.98	—
Jataí	1.86	-0.04
S. Mateus.....	1.76	-0.01
Guibá	1.26	0.00

Bacia S. Francisco

Dia 30

Porto Real.....	0.32	0.03
Pirapóra	0.32	0.00
S. Francisco.....	-0.47	0.03
Januária	-0.02	0.00

Bacia Itapicuru (Estado da Baía)

Dia 29

Pindobassú	0.34	-0.03
Queimadas	1.32	-0.04
Cipó	0.84	-0.04
Itapicuru	0.80	0.00

Bacia Jequit. e Pardo

Dia 30

Ilaporé	1.09	0.00
Salinas	1.09	0.00
Barra Pontal.....	1.03	0.00
Minas Novas.....	1.18	0.00
Arassuaí	1.09	0.00
Ilitanga	1.38	-0.01
Itaobim	1.12	0.00
S. Pedro.....	1.12	0.00

Bacia Paraíba do Sul

Dia 29

Jacaré	0.31	-0.06
Caçapava	0.63	-0.02
Pindamonhanga	1.22	-0.02
Cachoeira	0.83	-0.01
Cruzeiro	0.80	-0.03
Rezende	0.35	—
Barra Pirai.....	1.10	0.06
Paraíba Sul.....	0.45	0.03
Anta	0.10	—
Porto N. Cunha.....	0.08	-0.01
S. Fidelis.....	1.74	-0.06
Campos	6.34	-0.01

Bacia Itajai-Assaí

Dia 29

Nova Bremen.....	4.05	0.01
------------------	------	------

A cota de Campos acha-se referidas ao nível do mar.

Estado e tendencia das aguas dos rios

Bacia Amazonica

Dia 29

Em ascensão em Maués, em declínio em Tefé, Labrea, Humaitá e Major Amarante e estacionário em: S. Paulo Olivença e Imperatriz.

Bacia Rio Mearim

Dia 28

Estacionário em Barra do Corda.

Bacia Parnaíba

Dia 28

NÃO foram recebidos informes.

Bacia Paraná — Paraguai e Uruguai

Dia 29

Estacionário em Guibá e em declínio em Jataí e S. Mateus.

Bacia S. Francisco

Dia 30

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Itapicuru (Estado da Baía)

Dia 29

Estacionário em Itapicuru e em declínio em Pindobassú, Queimadas e Cipó.

Bacia Jequitinhonha e Pardo

Dia 30

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Paraíba do Sul

Dia 30

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Itajai-Assaí

Dia 29

Continuará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Estações	Ventos		Pressão em Mb.	Temperatura do ar	Umidade relativa	Nuvens			Área de céu coberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do sólo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 hs. m/m	Tempo ocorrido 18 hs. as 9 hs.
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas								
Rio Branco (X)																
Cruzeiro do Sul (X)																
Manaus (X)																
São Gabriel (X)																
Belém (X)																
Clevelandia (X)																
Santarém (X)																
São Luiz (X)																
Barra do Corda (X)																
Carolina (X)																
Caxias (X)																
Graça (X)																
Imperatriz (X)																
Turissu (X)																
Terezina (X)																
Fortaleza (Portugaba) (X)																
Guaramiranga (X)																
Iguatu (X)																
Quixeramobim (X)																
Sobral (X)																
Natal	E	5	15.9	23	65	Cu	0	0	5	N	6	P. agit.	30	25	0	3
João Pessoa (X)																
Recife (Olinda)	E	6	16.1	27	75	Cb-sc	0	0	7	N	5	Tranq.	29	24	0	B
Fernando de Noronha	E	5	14.3	27	75	Cu	0	Cl	5	B	7	—	27	24	0	B
Garanhuns (X)																
Nazareth (X)																
Pesqueira (X)																
Maceió (X)																
Agua Branca (X)																
Aracaju	NE	4	15.5	25	85	Cu	Ac	0	2	B	6	Húmido	28	20	0	B
São Salvador	C	0	15.4	24	—	Cb-sc	—	—	9	Chuva	6	Tranq.	27	22	0	E
Barra do Rio Grande (X)																
Batistas (X)																
Caetite (X)																
Caavelas	S	4	17.8	23	85	Nb	—	—	9	Chuva	5	Tranq.	29	21	0.5	≡
Ilheus (X)																
Remano (X)																
Rio Branco (X)																
Belo Horizonte	SE	2	17.2	16	55	0	0	0	0	B	7	Sêco	25	12	0	B
Caatinga	SE	2	20.4	5	45	—	—	—	0	B	—	Sêco	29	5	10	B
Caatinga (X)																
Caatinga (X)																
Caatinga (X)	SW	2	20.4	12	65	—	—	—	—	B	9	Sêco	21	5	0	B
Diamantina	SE	2	14.1	14	45	0	0	Cs	5	B	6	Sêco	23	8	0	B
Fortaleza (X)																
Janguaria (X)																
Juiz de Fora	C	—	21.4	15	65	0	0	0	0	B	8	—	25	12	0	B
Luvas		0	19.2	11	75	0	0	0	0	B	—	Sêco	22	4	0	B
Monte Alegre (X)																
Montes Claros (X)																
Minas Gerais (X)																

Observações realizadas às 9 horas (12 hs. T. C. G.) de hoje

Estações	Ventos		Pressão em mb.	Temperatura do ar	Umidade relativa	Núvens			Área de céu coberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 hs. m/m	Tempo ocorrido 18 horas às 9 horas
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas								
Ouro Fino.....	C	0	19.8	—	65	0	0	0	0	B	7	—	17	3	0	B
Paracatú (X).....	SW	2	17.6	16	55	0	0	—	—	B	6	Sêco	29	10	0	B
Pirapora.....	C	0	18.3	12	75	0	0	0	0	B	9	Sêco	15	1	0	B
Poços de Caldas.....	SE	2	15.7	14	65	0	0	0	0	B	9	Sêco	21	6	0	B
S. Jo o del Rei.....	C	0	20.0	17	45	0	0	0	0	B	7	Sêco	22	7	0	B
S. Lourenço.....	SE	6	15.8	15	65	0	0	0	0	B	4	Seco	23	—	0	B
Viçosa.....	SE	6	15.8	15	65	0	0	0	0	B	4	Seco	23	—	0	B
Goiania (X).....	SE	6	15.8	15	65	0	0	0	0	B	4	Seco	23	—	0	B
Catalo (X).....	SE	6	15.8	15	65	0	0	0	0	B	4	Seco	23	—	0	B
Formosa (X).....	SE	6	15.8	15	65	0	0	0	0	B	4	Seco	23	—	0	B
Ipameri (X).....	SE	6	15.8	15	65	0	0	0	0	B	4	Seco	23	—	0	B
Porto Nacional (X).....	SE	6	15.8	15	65	0	0	0	0	B	4	Seco	23	—	0	B
Pirenópolis (X).....	SE	6	15.8	15	65	0	0	0	0	B	4	Seco	23	—	0	B
Santa Luzia (X).....	SE	6	15.8	15	65	0	0	0	0	B	4	Seco	23	—	0	B
Culabá (X).....	SE	6	15.8	15	65	0	0	0	0	B	4	Seco	23	—	0	B
Aquidauana (X).....	SE	6	15.8	15	65	0	0	0	0	B	4	Seco	23	—	0	B
Bella Vista(X).....	ENE	4	17.5	16	55	0	0	0	0	B	9	Húmido	20	6	0	B
Campo Grande.....	E	2	15.0	18	55	0	0	0	0	B	—	Sêco	27	15	0	B
Corumbá.....	E	2	15.0	18	55	0	0	0	0	B	—	Sêco	27	15	0	B
General G. Carneiro (Meruri).....	SW	5	18.9	22	55	0	0	0	5	N	6	Calme	29	17	0	B
Presidente Murinho (X).....	S	4	11.9	22	75	0	Ac	0	7	N	7	Agit.	27	10	0	B
S. Luiz de Cáceres (X).....	WSW	2	21.8	18	75	0	Ac	0	7	N	7	Tranq.	23	16	0	B
Tres Lagoas (X).....	S	2	22.3	22	85	0	Ac	0	7	N	8	Agit.	25	19	0	B
Utiariti (X).....	SW	6	20.7	19	92	0	Cb	—	5	N	4	Vagas	24	16	1	B
Vitoria.....	S	3	20.0	21	63	0	0	—	0	N	9	Sêco	31	14	0	B
Barra S. Mateus.....	SW	3	19.1	15	75	0	0	—	8	N	6	Sêco	27	12	0	B
Rio de Janeiro.....	SSE	3	19.1	15	75	0	0	—	8	N	6	Sêco	27	12	0	B
Angra dos Reis.....	W	5	20.6	20	75	0	As	—	5	N	6	Agit.	24	17	0	B
Cabo Frio.....	W	5	20.6	20	75	0	As	—	5	N	6	Agit.	24	17	0	B
Campos.....	—	—	23.2	12	85	0	Se	—	9	B	7	Húmido	21	10	3	B
Friburgo.....	SW	4	20.8	17	45	0	0	—	0	B	8	Húmido	25	12	0	B
Macaé.....	NW	1	19.6	15	75	0	Nb	—	0	B	—	Sêco	25	9	0	B
Petropolis.....	—	—	22.0	13	75	0	—	—	9	—	5	Sêco	22	10	0	B
Rezende.....	SW	4	22.2	16	65	0	Ac	—	1	B	7	Sêco	26	12	0	B
Santa Maria Madalena.....	NW	1	19.6	15	75	0	0	—	0	B	—	Sêco	17	8	0	B
Terezopolis.....	—	—	22.0	13	75	0	—	—	9	—	5	Sêco	22	10	0	B
Vassouras.....	WSW	4	22.2	16	65	0	Ac	—	1	B	7	Sêco	26	12	0	B
S. Paulo.....	F	3	21.8	13	—	0	0	—	5	Chuva	—	Sêco	17	8	0	B
Avare (X).....	SE	3	23.8	13	65	St	0	0	5	B	7	Húmido	18	8	0	B
Campinas.....	SE	3	20.0	—	—	Cb	0	0	2	B	9	Húmido	21	5	0	B
Campos do Jordão (X).....	SE	3	20.0	—	—	Cb	0	0	2	B	9	Húmido	21	5	0	B
Catanduvas (X).....	SE	3	20.0	—	—	Cb	0	0	2	B	9	Húmido	21	5	0	B
Faxina.....	SE	3	20.0	—	—	Cb	0	0	2	B	9	Húmido	21	5	0	B
Iguape (X).....	SE	3	20.0	—	—	Cb	0	0	2	B	9	Húmido	21	5	0	B
Jau (X).....	SE	3	20.0	—	—	Cb	0	0	2	B	9	Húmido	21	5	0	B
Marília (X).....	SE	3	20.0	—	—	Cb	0	0	2	B	9	Húmido	21	5	0	B
Presidente Prudente (X).....	SE	3	20.0	—	—	Cb	0	0	2	B	9	Húmido	21	5	0	B
Ribeirão Preto (X).....	SE	3	20.0	—	—	Cb	0	0	2	B	9	Húmido	21	5	0	B
Santos.....	W	3	22.4	17	55	Nb	—	—	9	Chvs.	7	Calme	22	14	0	B
S. Carlos do Pinhal (X).....	W	3	22.4	17	55	Nb	—	—	9	Chvs.	7	Calme	22	14	0	B
Sorocaba.....	NW	1	22.4	15	—	Cu	—	—	7	N	4	Húmido	24	—	0	B
Taubaté.....	C	0	22.8	15	—	Cu	Ac	0	7	N	6	Sêco	19	9	0	B
Curitiba (X).....	E	3	—	5	75	St	0	0	9	E	6	Húmido	14	3	0.4	B
Castro.....	E	3	—	5	75	St	0	0	9	E	6	Húmido	14	3	0.4	B
Foz do Iguaçu (X).....	E	3	—	5	75	St	0	0	9	E	6	Húmido	14	3	0.4	B
Guarapuava (X).....	E	3	—	5	75	St	0	0	9	E	6	Húmido	14	3	0.4	B
Ivaí (X).....	E	3	—	5	75	St	0	0	9	E	6	Húmido	14	3	0.4	B
Jaguariaíva (X).....	E	3	—	5	75	St	0	0	9	E	6	Húmido	14	3	0.4	B
Palmas (X).....	E	3	—	5	75	St	0	0	9	E	6	Húmido	14	3	0.4	B
Paranaguá.....	C	0	25.2	16	65	0	Ac	0	2	B	6	Tranq.	22	4	0	B
Ponta Grossa (X).....	C	0	25.2	16	65	0	Ac	0	2	B	6	Tranq.	22	4	0	B
Rio Negro (X).....	C	0	25.2	16	65	0	Ac	0	2	B	6	Tranq.	22	4	0	B
Florianópolis.....	SW	3	24.8	15	65	Cu	—	—	2	B	9	P. agit.	28	12	0	B
Araranguá (X).....	SW	3	24.8	15	65	Cu	—	—	2	B	9	P. agit.	28	12	0	B
Blumenau (X).....	SW	3	24.8	15	65	Cu	—	—	2	B	9	P. agit.	28	12	0	B
Campos Novos (X).....	SW	3	24.8	15	65	Cu	—	—	2	B	9	P. agit.	28	12	0	B
Laguna (X).....	SW	3	24.8	15	65	Cu	—	—	2	B	9	P. agit.	28	12	0	B
Lages (X).....	SW	3	24.8	15	65	Cu	—	—	2	B	9	P. agit.	28	12	0	B
S. Francisco do Sul.....	SW	3	24.8	15	65	Cu	—	—	2	B	9	P. agit.	28	12	0	B
Urussanga (X).....	SW	3	24.8	15	65	Cu	—	—	2	B	9	P. agit.	28	12	0	B
Valões (X).....	SW	3	24.8	15	65	Cu	—	—	2	B	9	P. agit.	28	12	0	B
Xanxerê (X).....	SW	3	24.8	15	65	Cu	—	—	2	B	9	P. agit.	28	12	0	B

Observações realizadas às 9 horas (12 hs. T. C. G.) de hoje

Estações	Ventos		Pressão Mb.	Temperatura do ar	Humidade relativa	Nuvens			Área de céu coberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 horas m/m	Tempo ocorrido 18 horas às 9 horas
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas								
Porto Alegre.....	C	0	—	—	92	—	—	—	—	—	—	Húmido	18	7	—	—
Alegrete.....	ESE	3	21.8	9	93	0	0	0	0	B	8	Húmido	17	7	0	B
Bagé.....	NE	1	22.6	10	85	0	0	0	0	B	8	Sêco	11	6	0	B
Passo Fundo.....	E	3	24.8	7	85	0	0	0	0	B	8	Sêco	14	4	0	B
Rio Grande (X).....																
Santa Maria (X).....																
Santa Vitoria do Palmar (X).....																
São Luiz Gonzaga (X).....																
Uruguaiana (X).....																
Buenos Aires (X).....																
Montevideu.....	NE	2	21.4	10	75	0	0	Cl	2	B	7	—	—	—	—	B
Santiago do Chile.....	C	0	16.0	7	—	—	—	—	—	N	7	—	—	—	—	B
Lima (X).....																
Assunção (X).....																
La Paz (X).....																
Quito (X).....																

Observações: — Área do céu encoberto: em decimos, sendo 0, totalmente limpo e 10 totalmente encoberto. Estado do tempo: B, Bom. N, Nublado. E, Encoberto. ≡ Nevoeiro. ○○ Nevoa seca. Chuva, Chuva. Chvs., Chuviscos. ☼ Nave. ▽ Pancalhas. ⚡ Trovoada com relâmpagos e Relâmpagos. □ Geadas. ☾ Orvalho. 🌬 Ventania. ▲ Granizo. — arco-íris; h. s., halo solar; h. l., halo lunar; c. s., corda-solar; c. l. corda lunar. Estado do mar ou do solo: Estado do mar, estações costeiras; estado do solo, estações do interior. Os indicativos da força do vento referem-se à Escala Beaufort.

Nota—(X) indica que não foi recebido o despacho telegráfico.

Sinópsse do tempo ocorrido no Distrito Federal das 18 horas de ontem às 18 horas de hoje

O tempo decorreu, em geral, instável, com chuvas fracas. A temperatura sofreu declínio. As médias das temperaturas extremas observadas nos postos do Distrito Federal foram: máxima 23.8 e mínima 16.6 e as temperaturas extremas registradas no Observatório Meteorológico d Avenida das Nações, foram máxima 21.4 e mínima 16.1, respectivamente às 11 horas e 55 minutos e às 7 horas e 50 minutos. Os ventos sopraram de S a W em todo período, com rajadas bastante fortes, tendo a máxima atingido 22, m, do SSW, às 19 horas e 45 minutos.

Sinópsse do tempo ocorrido em todo o país das 0 horas de ontem às 9 horas de hoje

Zona Norte — Não é feita a sinópsse por não terem chegado a tempo as informes meteorológicas.

Zona Centro — O tempo, nas 24 horas foi nublado com chuvas no Estado do Rio. Às 9 horas continuava nublado. Os ventos foram variáveis, com rajadas esparsas.

Zona Sul — Nas 24 horas o tempo foi pouco nublado e assim continuava hoje pela manhã, com chuviscos e chuvas em S. Paulo. Os ventos foram variáveis e frescos.

Nota — A presente sinópsse foi elaborada com os dados da rede meteorológica recebidos até às 18 horas.

Descrição das Zonas — Zona Norte: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia — Zona Centro: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal — Zona Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Postos Termo-Pluviométricos do Distrito Federal

Postos	Máxima	Mínima	Precipitação	Postos	Máxima	Mínima	Precipitação	Postos	Máxima	Mínima	Precipitação
Corcovado.....	—	—	—	Jardim Botânico.....	22.8	16.8	2.5	Campo Grande.....	—	—	—
Pão de Açúcar.....	18.8	13.6	—	Sacns Pena.....	25.2	15.0	0.0	Santa Cruz.....	23.4	18.0	0.0
Paqueta.....	26.5	16.0	3.3	Andaraí.....	—	—	—	Bangu.....	25.2	17.6	0.1
Ipameria.....	22.0	16.8	7.0	Olaria.....	—	—	—	Campo dos Afonsos.....	—	—	—

Nota — As temperaturas são lidas às 18 horas e a chuva às 7 horas.

Sondagens aerológicas por meio de balões-piloto

Estações Aerológicas	Hora legal	Altitude em metros sobre o nível médio do mar																Altura máxima
		200		500		1.000		1.500		2.000		3.000		4.000		5.000		
		Direção	Vel. m/seg.	Direção	Vel. m/seg.	Direção	Vel. m/seg.	Direção	Vel. m/seg.	Direção	Vel. m/seg.	Direção	Vel. m/seg.	Direção	Vel. m/seg.	Direção	Vel. m/seg.	
S. Gabriel (X).....	8.30																	
Mendes (X).....	8.30																	
Belém (X).....	9.30																	
S. Luis (X).....	9.30																	
Quixeramobim (X).....	9.30																	
Fernando de Noronha.....	10.30	E	27	E	32	E	43	E	25	SSW	25	SSW	22	ENE	18	ENE	32	—
Natal	9.30	E	22	E	25	ENE	26	E	18	—	—	—	—	—	—	—	—	1.500 ms.
Olinda (X).....	9.30																	
Maceio (X).....	9.30																	
S. Salvador (XX)	9.30																	
Cuiabá (X)	9.30																	
Ipanema (X).....	9.30																	
Caraveras (XX).....	9.30																	
Belo Horizonte.....	9.30	—	—	—	—	ESE	7	SE	18	ESE	22	—	—	—	—	—	—	1.050 ms.
Vitória	9.30	SSW	61	SSW	53	SSW	68	SSW	95	SSW	29	—	—	—	—	—	—	2.100 ms.
Campos.....	9.30	SSW	29	SSW	36	SW	54	SSW	53	SSW	22	W	40	—	—	—	—	3.900 ms.
Rio de Janeiro.....	9.30	W	29	SW	22	SSW	36	SSW	43	—	—	—	—	—	—	—	—	1.650 ms.
Rio de Janeiro.....	13.00	SW	18	SW	25	WSW	22	SW	22	—	—	—	—	—	—	—	—	4.500 ms.
Santos (XX).....	9.30																	
Curitiba (X).....	9.30																	
Florianópolis	9.30	SSW	32	S	25	SSE	22	SSW	22	WSW	18	—	—	—	—	—	—	2.500 ms.
Porto Alegre.....	9.30	SE	6	SE	18	ESE	18	ESE	14	SSW	7	—	—	—	—	—	—	2.550 ms.

Nota—(X) indica que não foi recebido o despacho telegráfico.

(XX) indica que não houve sondagem.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — DEPARTAMENTO DE AERONAUTICA CIVIL

Boletim diário do Instituto de Meteorologia

SUB-DIVISÃO DE METEOROLOGIA APLICADA

RIO DE JANEIRO, — E. U. DO BRASIL — EM 27 DE AGOSTO DE 1937

Previsões para o período das 18 horas de hoje às 13 horas de amanhã

Distrito Federal e Niterói — Tempo: instável, sujeito a chuvas, passando a bom com nebulosidade; nevoeiro. Temperatura: Noite fresca e es-
tável de dia. Ventos: De S a E, sueltos a rajadas.

Estado do Rio de Janeiro — Tempo: Instável, sujeito a chuvas, passando a bom c/nebulosidade. Temperatura: Noite fresca e em elevação de dia.

Estados do Sul - Tempo: Instável, sujeito a chuvas, passando a bom com nebulosidade nas regiões serrana e litorânea de S. Paulo e Paraná, e bom nas demais regiões destes Estados; instável com chuvas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul; nevoeiro. Temperatura: Em elevação. Ventos: De NE a SE, com rajadas frescas até Paraná, e de muito frescas a fortes nos demais Estados.

Observações realizadas às 9 horas (12 hs. T. C. G.) de hoje

Observações	Ventos		Pressão em Mb.	Temperatura do ar	Humidade relativa	Nuvens			Área do céu coberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 horas	Tempo ocorrido das 18 horas as 9 horas
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas								
Rio Branco (X).....																
Cruzeiro do Sul (X).....																
Manaos (A).....																
S. Gabriel (X).....																
Belem (X).....																
Clevelândia (X).....																
Santarem (X).....																
S. Luis (X).....																
Faixa da Corda (X).....																
Carolina (A).....																
Caxias (X).....																
Graau (X).....																
Imperatriz (X).....																
Turi-Assu (X).....																
Terezina (X).....																
Fortaleza (Porangaba) (X).....																
Guaramiranga (X).....																
Iguatu (A).....																
Quixeramobim (X).....																
Sobral (X).....																
Natal.....	SE	5	15.4	8	75	Cu	B	Cl	7	N	6	Tranq.	30	25	0	B
João Pessoa (X).....																
R. cite (Olinda) (X).....	E	3	14.1	26	75	Cu	Ac	O	7	N	7	Agit.	28	24	0	B
Fernando de Noronha.....																
Guaranhuns (X).....																
Nareth (X).....																
Petrolia (X).....																
Maceio (X).....																
Água Branca ()																
Aracua.....	E	2	16.7	24	92	St	Ac	O	5	N	6	Húmido.	23	22	0	≡
S. Salvador.....	—	—	17.4	25	—	Cb-sc	—	—	—	A	6	Tranq.	27	22	5	
Barra do Rio Grande (X).....																
Barreiras (X).....																
Caeteite (X).....																
Caravelas (X).....																
Ilheus (X).....																
Remanso (X).....																
Rio Branco (X).....																
Belo Horizonte (X).....																
Cambuiara.....	SE	3	21.9	13	75	—	—	—		≡	—	Sêco	25	0	7	B
Caratinga.....	C	0	20.7	17	75	Cu	Ac	O	5	N	6	Sêco	23	13	0	B
Caxambu.....	C	0	21.6	10	85	—	—	—	—	B	—	Sêco	24	4	0	B
Diamantina.....	SE	4	16.7	11	75	Cu-sc	O	O	8	N	6	Sêco	25	11	0	E
Fortaleza (X).....																
Januaria.....																
Juiz de Fora.....	ESE	1	24.6	16	92	O	O	O	O	B	4	Húmido.	21	6	0	B
Lavras.....	E	5	20.0	12	—	O	O	O	O	B	—	—	17	10	—	B
Monte Alegre (X).....																
Montes Claros (X).....																
Muzambinho (X).....																

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

Estações	Vento		Pressão em Mb.	Temperatura do ar	Umidade relativa	Núvens			Área de céu coberto	Estado do tempo	Visibilidade h r'zontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 hs. m/m	Tempo ocorrido 18 horas as 9 horas
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas								
Ouro Fino (X).....																
Paracatu (X).....																
Pirapora(X).....																
Poços de Caldas (X).....																
S. João del Rei.....	ENE	3	17.6	12	75	Cb	0	0	5	N	7	Sêco	23		0	B
S. Lourenço.....	C	0	21.6	13	65	0	0	0	0	B		Sêco	25	3	0	B
Teófilo Otoni (X).....																
Uberaba(X).....																
Viçosa (X).....																
Goiáz (X).....																
Catalao (X).....																
Formosa (X).....																
Ipa veri (X).....																
Po. to Nacional (X).....																
Pyrenópolis (.....																
Sa. ta Luzia (X).....																
Curiaó.....	C	0	11.8	19	75	0	Ac	0	5	OO	6	Sêco	33	15	0	B
Aquidauana (X).....																
Bela Vi. ta X.....																
Campo Grande.....	NE	4	14.1	17	55	0	0	0	0	B	8	Sêco	25	13	0	B
Corumbá.....	SE	3	—	22	45	0	0	Cc	8	E	—	Sêco	30	19	0	B
General G. Carneiro (Meruri) (X).....																
Presid. nte Mur. lho (X).....																
S. Luis de C. ceres (X).....																
Tres Lagoas (X).....																
Utiariti (X).....																
Vit. ria.....	SW	4	21.4	21	65	Cu	0	0	2	B	6	Calmo	25	13	0	B
Barra S. Mateus.....	S	3	21.0	12	75	0	0	0	0	B	7	P. agit.	24	17	0	B
Rio de Janeiro.....	NNW	2	23.1	17	75	Cu	0	0	2	B	6	Agit.	21	16	4	Chuva
Angra dos Reis.....	S	1	23.2	22	85	Cu	Ac	0	5	B	8	P. agit.	25	19	0	B
Cabo Frio.....			22.7	19	85	Cu	Ac-as	Cs	7	N	4	Vagas	23	16	0	B
Campos.....	SW	1	23.2	20	65	St	0	0	2	B	9	Sêco	25	13	0	B
Flriburgo.....	C	0	21.0	15	75	0	0	0	0	B	7	Sêco	22	4	0	B
Macaé.....	SW	1	23.2	21	75	0	As	0	2	B	7	Agit.	24	12	0	B
Petropolis.....	SE	2	23.2	13	85	Cu	0	0	2	B	9	Húmido	15	6	2	Chuva
Rezende.....	C	0	22.2	16	75	Cu	0	0	2	B	7	Sêco	25	10	1	B
Santa Maria Madalena.....	C	0	21.2	15	75	Nb	0	0	2	B	—	Sêco	22	8	0	B
Terezópolis.....	SE	2	23.1	13	85	—	—	—	5	N	6	Húmido	17	7	0.6	B
Vas. ouras.....	C	0	23.4	15	—	Cu	0	Cc	5	—	7	Sêco	22	9	0.3	Chuva
S. Paulo.....	NE	3	22.6	13	—	St	0	—	9	E	—	Sêco	15	9	0	E
Avare.....	SE	3	21.0	12	—	0	0	0	0	B	7	Sêco	21	9	0	B
Campinas.....	SE	3	22.2	14	65	0	0	0	0	B	6	Húmido	19	10	0	B
Campos do Jordão (X).....																
Catanduvas (X).....																
Faxina (X).....																
Iguape (X).....																
Iahú (X).....																
Ma illa (X).....																
Presid nte Prudente (X).....																
Ribeirão Preto (X).....																
Santos.....	C	0	22.0	17	98	St	0	0	5	N	8	Calmo	20	19	4	B
S. Carlos do Pinhal (X).....																
Sorocaba (X).....																
Tauoate.....	C	0	23.5	15	—	Cb-sc	0	0	8	N	5	Sêco	22	10	0	B
Curitiba (X).....																
Castro.....	E	4	—	9	85	St	0	0	9	E	7	Sêco	15	6	0	B
Fos do Iguaçu (X).....																
Guarapuáva (X).....																
Ivaí (X).....																
Jaguariaíva (X).....																
Palmas (X).....																
Paranagu.....	C	0	24.7	15	92	Nb	—	—	9	A	6	Húmido	20	12	0	B
Ponta Grossa (X).....																
Rio Negro (X).....																
Florianópolis.....	C	0	24.7	15	75	Cu	—	—	5	B	9	Calmo	19	12	0	B
Ataranguá (X).....																
Blumenau (X).....																
Campos Novos (X).....																
Laguna (X).....																
Lages (X).....																
S. Francisco do Sul (X).....																
Urussatiga (X).....																
Valões (X).....																
Xanxerê (X).....																

Observações realizadas às 9 horas (12 hs. T. C. G.) de hoje

Estações	Ventos		Pressão em mb.	Temperatura do ar	Humidade relativa	Nuvens			Area da céu coberto	Estado do tempo	Visibilidade horizontal	Estado do mar ou do solo	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Precipitação em 24 hs. m/m	Tempo ocorrido das 13 hs. as 9 hs.
	Direção	Força				Baixas	Médias	Altas								
Porto Alegre.....	E	3	22.6	15	75	0	0	Ci	2	B	7	Sêco	19	11	0	B
Gregrete (X).....																
Bagé (X).....																
Passo Fundo (X).....																
Pio Grande (X).....																
Santa Maria (X).....																
Santa Vitória do Palmar (X).....																
Luiz Gonzaga (X).....																
Triguaiana (X).....																
Buenos Aires.....	NNE	3	19.1	11	85	Sc	0	0	9	S	5	—	—	—	0	B
Montevideo.....	E	4	22.0	11	5	Sc	0	0	7	N	7	—	—	—	—	B
Antigo do Chile.....	S	1	19.0	9	—	—	—	—	—	N	6	—	—	—	—	—
Uma.....	C	0	19.9	14	92	St	—	—	9	Chuva	6	—	—	13	0.6	—
Assunção (X).....																
La Paz (X).....																
Quito (X).....																

Observações — Area da céu coberto: em decimos, sendo 0, totalmente limpo e 10 totalmente encoberto. Estado do tempo: B - Bonito; N - Nublado; E - Encoberto; ≡ - Nevado; () - Nuvem seca; Chuva - Chuva; Chvs - Chuviscos; N - Nuvem; ▽ - Parcial; G - Trovoadas com relâmpagos; R - Relâmpagos; Q - Gêda; Δ - Orvalho; V - Ventania; M - Mau tempo; — - Incerto; n. s. não sol; n. l. não lunar; s. corda solar; e. l. corda lunar. Estado do mar ou do solo: Estado do mar, estado do tempo; estado do solo, estado do tempo. Os indicativos da força do vento referem-se à Escala Beaufort.

Nota—(X) indica que não foi recebido o despacho telegráfico.

Sinópsse do tempo ocorrido no Distrito Federal das 13 horas de ontem às 13 horas de hoje

O tempo foi instável, com chuvas à noite. A temperatura sofreu ligeiro declínio à noite e ligeira ascensão de dia. As médias das temperaturas observadas nos postos do Distrito Federal foram máxima 24.5 e mínima 13.1 e as temperaturas extremas registradas no Observatório Meteorológico da Avenida das Nações foram: máxima 22.5 e mínima 15.5, respectivamente, até 13 horas e às 5 horas e 50 minutos. Os ventos predominaram do S a W, fracos.

Sinópsse do tempo ocorrido em todo o país das 9 horas de ontem às 9 horas de hoje

Zona norte — Não é feita a sinópsse, por não terem chegado a tempo informes meteorológicos.

Zona centro — O tempo nas 24 horas foi nublado com chuvas no Estado do Rio ; às 9 horas, era em geral pouco nublado. Os ventos foram variáveis e fracos.

Zona sul — Nas 24 horas o tempo foi em geral pouco nublado ; hoje, pela manhã, era nublado. Predominou o regime de calmaria.

Nota — A presente sinópsse foi elaborada com os dados da rede meteorológica recebidos até às 13 horas.

Descrição das Zonas — Zona Norte: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia — Zona Centro: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal — Zona Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Postos Termo-Pluviométricos do Distrito Federal

Postos	Máxima	Mínima	Precipitação	Postos	Máxima	Mínima	Precipitação	Postos	Máxima	Mínima	Precipitação
Corcovado.....	19.0	—	—	Jardim Botânico.....	24.4	13.0	6.8	Campo Grande.....	—	—	—
Pão de Açúcar.....	26.0	12.9	—	Saenz Peña.....	22.5	13.4	5.8	Santa Cruz.....	—	—	—
Paqueta.....	—	—	—	Andaraí.....	—	—	—	Bangú.....	23.4	16.6	0.0
Ipaxema.....	22.4	15.6	4.2	Olaria.....	—	—	—	Campo dos Afonsos.....	—	—	—

Nota — As temperaturas são lidas às 13 horas e a chuva às 7 horas.

Sondagens aerológicas por meio de balões-piloto

Estações Aerológicas	Hora legal	Altitude em metros sobre o nível médio do mar																Altura máxima
		200		500		1.000		1.500		2.000		3.000		4.000		5.000		
		Direção	Vel. m/Seg.	Direção	Vel. m/Seg.	Direção	Vel. m/Seg.	Direção	Vel. m/Seg.	Direção	Vel. m/Seg.	Direção	Vel. m/Seg.	Direção	Vel. m/Seg.	Direção	Vel. m/Seg.	
S. Gabriel (X).....	8.30																	
Manaus (X).....	8.30																	
Belém (X).....	9.30																	
S. Luis (X).....	9.30																	
Quixeramobim (X).....	9.30																	
Fernando de Noronha.....	10.30	SSE	54	SE	32	SE	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.450 ms.
Natal (X).....	9.30																	
Olinda (X).....	9.30																	
Maceló (X).....	9.30																	
S. Salvador (X).....	9.30																	
Cuiabá (X).....	8.30																	
Ipameri (X).....	9.30																	
Caravelas (X).....	9.30																	
Belo Horizonte (X).....	9.30																	
Vitória.....	9.30	SSW	32	SSW	32	S	18	WSW	14	—	—	—	—	—	—	—	—	1.050 ms.
Campos.....	9.30	SW	22	SSW	10	SSW	18	S	22	WSW	18	—	—	—	—	—	—	2.100 ms.
Rio de Janeiro.....	9.30	NNW	7	SW	4	SSE	7	SSE	14	SSW	7	SW	43	SW	40	SW	47	5.600 ms.
Rio de Janeiro.....	13.00	SSE	18	SE	4	C	0	NNW	7	SW	43	SW	40	SW	50	SW	53	6.000 ms.
Santos.....	9.30	NE	7	NE	14	ENE	25	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.050 ms.
Curitiba (X).....	9.30																	
Florianópolis.....	9.30	ESE	4	ENE	11	NNW	14	SSW	22	NNW	14	WSW	13	WSW	12	WSW	61	5.250 ms.
Porto Alegre.....	9.30	ENE	32	NE	47	NNE	22	ENE	7	E	4	—	—	—	—	—	—	2.850 ms.

Nota—(X) indica que não foi recebido o despacho telegráfico.

(XX) indica que não houve sondagem

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO — SESSÃO ESPECIAL EM HOMENAGEM À MISSÃO CULTURAL URUGUAIA (SESSÃO 1.635) EM 13 DE AGOSTO DE 1937 — PRESIDÊNCIA DO SR. AUGUSTO TAVARES DE LIRA (2º VICE-PRESIDENTE)

As 16 e meia horas, abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Augusto Tavares de Lira, Max Fleiuss, Virgílio Corrêa Filho, Braz Hermenegildo do Amaral, Teodoro Sampião, Alfredo do Nascimento Silva, Hélio Lobo, Thiers Fleming, José Matoso Mália Forte, Antônio Leôncio Pereira Ferraz, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Herbert Canabarro Reichardt, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Emílio Fernandes de Souza Doca, Basílio de Magalhães e Rodrigo Otávio Filho.

O SR. TAVARES DE LIRA (Presidente) convidou a ocuparem assento à mesa os Srs. Eduardo Vitor Haego, ministro da Educação do Uruguai; Raúl Montero Bustamante, Eduardo Salleraín y Herrera e senador uruguiaí Luis Alberto Herrera.

Em seguida, o Sr. TAVARES DE LIRA disse:

"Na ausência ocasional do eminente e preclaro Sr. CONDE DE AFONSO CELSO, cabe-me a honra de presidir à sessão de hoje, especialmente convocada para recebermos os ilustres intelectuais da missão uruguiaí, aos quais apresento as cordiais homenagens do Instituto Histórico Brasileiro. Nesta casa, quasi centenária, em que se cultua o passado e se aprende a história, não há quem desconheça os feitos e as glórias da nação amiga, a que nos ligam os mais estreitos laços de solidariedade americana. Por igual, ninguém ignora aqui o valor e a expressão cultural dos embaixadores da inteligência do povo irmão, que vieram trazer ao Brasil a palavra de sua carinhosa afeição. Para receber aos laureados visitantes, foi promovida esta solenidade e confiado ao nosso secretário perpétuo, o erudito Sr. Dr. MAX FLEIUSS, a honrosa incumbência de dizer-lhes as seguranças de nossa admiração e alto apreço. Tem a palavra o senhor Dr. Max Fleiuss.

Longa salva de palmas se fez ouvir, quando o Dr. TAVARES DE LIRA terminou.

Alocução do Dr. Max Fleiuss

Senhor ministro da Educação da República do Uruguai — Senhores delegados da Missão Intelectual do Uruguai.

Cumpro neste momento duplo e agradável dever: saudar os ilustres intelectuais do Uruguai e corresponder a uma ordem do meu eminente e fraterno amigo Sr. conde de Afonso Celso, insigne presidente perpétuo deste Instituto.

Releva desde logo salientar também o quanto me penhorou a benévola acolhida que me dispensaram o ilustre professor Lucuix e a digna diretora do departamento feminino da Universidade de Montevideo, Sra. Esperanza Sierra, quando, há um mês, tive o prazer de visitar aquele notável estabelecimento de ensino, ali realizando duas palestras sobre assuntos brasileiros.

Senhores: a história do Uruguai está, como sabeis, vinculada à do Brasil. Em suas relações políticas, comerciais e diplomáticas brilham os nomes de Andrés Lamas, Paulino de Souza, Irineu Evangelista, Honório Hermeto, Sinimbu, Limpo de Abreu, Lopes Gama, Paranhos (o primeiro Rio Branco), Sá e Albuquerque, que iniciou o tratado de navegação da Lagoa Mirim, terminado em 1909 pelo segundo Rio Branco.

Andrés Lamas pertence aos nossos fastos, sob vários aspectos: — o diplomata, o amigo e o sócio desta Casa desde 1848, quando, pela primeira vez, veio ao Brasil, na qualidade de representante de seu nobre país.

Foi, assim, Joaquim Nabuco o grande propagandista da paz americana, dizendo que, para colonização, estudo, labor da terra, todas as artes, todas as virtudes, todos os hábitos de paz, só era imprescindível — a Paz!

Membro desta instituição, ele a prezou com a sinceridade de seu caráter e amor ao estudo, reconhecendo a grandeza da investitura.

Prova-o o frecho de uma carta, toda de seu punho, escrita de Buenos Aires a 6 de fevereiro de 1886.

Nessa missiva ao 1º secretário do Instituto (na ocasião Moreira de Azevedo), Andrés Lamas propunha o Dr. Angel Justiniano Carranza para sócio e, exaltando os predicados do seu candidato, dizia:

"Por los títulos que le dan al doctor Carranza un lugar tan distinguido entre los que en estos países se consagran a los labores históricos, lo erco altamente merecedor de que su nombre sea inscrito entre los de sus colegas del Río de la Plata que hemos alcanzado la honra de la pertenecer como socios del Instituto Histórico y Geográfico del Brasil, que es el primero y más importante de la América Meridional".

Tais palavras correspondem a um conceito crítico, ditado pelo varão que fundou o primeiro Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai.

Lamas reconheceu e proclamou, há mais de meio século, a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

De fato, esta associação, fundada em 21 de outubro de 1838, por 27 brasileiros notáveis, vem cumprindo sem desfalecimentos, há quasi cem anos, as suas tarefas, mantendo uma sala de leitura pública sempre frequentada, conservando os muitos mil volumes de sua biblioteca, seus numerosos manuscritos, sua mapoteca, seu museu, criado em 1851 por Francisco Adolfo Varnhagen, e publicando a sua monumental "Revista", iniciada em 1839 e que com a hoje 167 volumes, sem incluir nesse cálculo os relativos aos Congressos de História do Brasil de 1914 e 1931, nem os do Primeiro Congresso Internacional de História da América, além da centena de publicações especiais.

E cumpre assinalar que os seus oito presidentes têm sido todos homens cujos nomes basta enunciar, para que se dispensem quaisquer enclíticos.

Foram eles: São Leopoldo, Sapucaí, Bom Retiro, Joaquim Norberto, Aquino e Castro, Paranaíba, Rio Branco.

E há 25 anos seu presidente o conde de Afonso Celso, figura do supremo relevo nas letras, na administração, na nítida compreensão dos deveres morais, servido por uma inteligência de escol e por um coração boníssimo; de todos, em suma, querido e respeitado.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma associação que sempre soube cumprir o seu lema — *Pacifica scientiae occupatio*.

Nesta casa não há rivalidades, não há invejas, não há desejos de preponderância; aqui todos trabalham modesta, mas conscientemente, pela elucidação da nossa história, isto é, da nossa própria vida.

Afirmou Afonso Celso que se aumenta a energia nacional, quando se dá ao povo o orgulho de sua história. E o nosso empenho.

E que dizer das letras uruguiaí e brasileiras, não que se confundem firmemente em busca de seus altos ideais? Lembremo-nos apenas de Zorilla de San Martín e Joaquim Nabuco, Rodó e Euclides da Cunha...

Existe ainda um ponto delicadíssimo que une o Uruguai ao Brasil ao Instituto: o pai do digníssimo Presidente Terra encontra em Mauá desvelado amigo, fez sua educação neste país e foi companheiro de estudos na gloriosa Faculdade de São Paulo e sempre amigo do nosso visconde de Ouro Preto, pai de Afonso Celso, e também, sem dúvida, um dos maiores estadistas brasileiros, vice-presidente do Instituto e seu presidente interino.

Que o Uruguai, a Argentina e o Brasil sejam a trilogia sublime do Atlântico Sul, procurando ininterruptamente, cada vez mais, afirmar a sua solidariedade.

Os deveres precípuos de um povo são o conhecimento do idioma e da história nacionais.

Conheçamo-nos, esforçando-nos em mostrar ao mundo que temos a compreensão do nosso papel na civilização.

José Enrique Rodó, o genial uruguiaí, advertiu: uma das formas mais perfeitas da bondade humana é dizer bem as coisas e ter no espírito ondas imaculadas que façam as idéias surgir belas.

Que este seja o nosso modelo.

Senhores intelectuais do Uruguai, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde, na frase de Joaquim Nabuco, se aprende a colocar a Pátria acima de tudo, vos saúda de coração.

Esta casa é vossa.

Calorosos aplausos se fizeram ouvir e, acabados estes, o Sr. TAVARES DE LIRA deu a palavra ao Sr. BASÍLIO MAGALHÃES, que fez uma síntese da

LITERATURA URUGUAIA

O Sr. BASÍLIO MAGALHÃES fez a seguinte e brilhante síntese:

Cultura Geral e História — Ao aspecto da cultura geral, devo confessar-vos que os escritores uruguiaí, que mais impressionaram meu espírito, foram José Enrique Rodó e o professor de Direito Internacional, Justino Jiménez de Aréchaga, autor de "La libertad política". Esta bíblia da democracia, da verdadeira democracia que tem orientado os povos da América, levou-se a emparelhar o seu evangelizador com o outro grande semeador de cultura, o alcandorado estilista e profundo pensador de "Motivos de Proteo".

Deve o Uruguai orgulhar-se de tão preclaros filhos, como também de outras fulgentes mentalidades, quais Carlos Vaz Ferreira, irmão da genial poetisa Maria Eugénia Vaz Ferreira, Vitor Pérez Pettit, Alberto Lasplacés, Jos é Estape, Arturo Scarone, González Barbo e esse singular burilador de "Huanakauri" e da "Estética del Novecientos", Alberto zum Felde.

A outras feições, percebe-se a mesma ansia de construtora cultura, desde Andrés Lamas até Francisco Ros, Carlos de Pena, Pablo Acevedo, Benjamin Medina, Justo e Carlos Maeso, Hermano Damasgeno e Lorenzo Barbagelata. Aos brasileiros não é possível deslencar o nome querido de Manuel Bernárdez.

No altiplano da eurística, é asombrosa e resplendente a atividade uruguiaí. A sombra dos louros que coroaram a fronte de Francisco Bauzá e Carlos Roxlo, Francisco Berra e Isidoro De-Maria, Santiago Bollo e Vitor Arreguine, floresceu toda uma guapa geração, que se vai desdobrando em novos e promissores rebentos. Orestes Araújo, José Salgado, Alberto Palomeque e Luis Alberto de Herrera são, a seu turno, como que os guieiros de Alberto Márquez, de Aquiles Oribe (autor de "España y América") e biógrafo, tão justo, de "Capistrano de Abreu", de Carlos Oneto Viana, autor de "La diplomacia del Brasil en el Río de La Plata", o de Selambrino Pereda, elaborador de uma substanciosa meia dúzia de volumes, consagrados a "Artigas" e a "Garibaldi en el Uruguay".

Não menos dedicados a investigações históricas têm sido os Srs. Blas Martínez, Federico Acosta y Lara, Daniel Martínez Vigil, Telmo Manacorda, José Gomensoro, Carlos Travieso, Vicente Caputi, Pedro Berro, Pedro Bermúdez Acevedo, Enrique Fabregat, An-

gel Vidal, Oscar Ellauri, Arsenio Bargo, Roberto Soriano, Joaquín Miranda e tantos outros.

Releva notar que, entre as cultoras dos estudos históricos, bastante se têm distinguido no Uruguai a Dra. Paulina Luisi e a sephorinha Clara Bianchi.

PROSA DE FIÇÃO — Na prosa de ficção, também se ostenta com brilho, no Uruguai, o elemento feminino. Assim é que, além de Luisa Luisi, que abandonou o verso, para dedicar-se à crítica literária, conseguiram justo renome ali: Silvia Guerrico, com "Los príncipes azules"; Adda Laguardia, com "Sendas contrárias"; María Inés Zollessi, com "Mi primer viaje literário"; Laura Cortinas, com "Carmita"; e Carmen Piria, de quem conheço duas fortes novelas "El hijo ajeno" e "Tan-gó".

Não sei se enfileirarei entre os escritores da atual geração uruguaia alguns nomes do século próximo-findo. Não me é lícito, porém, esquecer o Dr. Gustavo Gallinal, autor de "Hermano lobo", o Dr. Horacio Maldonado ("Mientras el viento calla"), Arturo Giménez Pastor e Justino Muniz, talvez o melhor dos novelistas uruguaios.

Entre a gente moça, ocupa lugar de destaque Eduardo de Salterain y Herrera (que nos honra com a sua presença), autor de "La casa grande", assim como Eduardo Dieste, autor de "Los místicos", e o admirável observador do ambiente popular, Domingo Soca, autor de "Vaivenes de la vida". Ao lado deles, figuram com produções que abriram sulco indelével nas letras uruguaias: Oscar Bellán ("Dios te salve"); Adolfo Ballesteros ("Luz mala"); Antonio Soto ("El molino quemado"); Lorenzo Cladera ("María Antonia"); Manuel Romero ("Audacias de una pobre pluma"); Rómulo Lottero ("Comentarios"); Arturo Silva ("Cuentos simples"); Juan Carlos Welker ("Esquinita de mi barrio"); Justo Leal ("Vidas en la sombra"); Alberto Nicolini ("Mientras la vida pasa"); Jerónimo Zollessi ("Exaltaciones"); e Valenti Sáiz ("Salvaje").

As tendências modernistas, postas de manifesto por Lautreamont, Laforgue e Supervielle, transparecem também em "La Cruz del Sur", de Juan Filartigas.

O teatro igualmente atraiu ali formosos talentos, quais os de César San Román, Ricardo Roldán e Miguel Escuder. Parece-me, entretanto, que as mais primorosas revelações desse aspecto da inteligência uruguaia foram o Dr. Carlos Salvagno Campos, com "La salamandra" e "D. Juan derrotado", e Otto Miguel Cione, com "Lauracha" e "El arlequín".

POESIA — Maria Eugênia Vaz Ferreira, a genial escultora de "La isla de los cánticos", tão cedo arrebatada pela morte e quasi tão desditosa quanto a consagrada Delmira Agustini, buriladora de "Los astros de los abismos", foi a radiosa inspiradora do resplendente movimento feminino, que caracteriza e aformoseia a cultura uruguaia. É uma das raras mulheres de pensamento, uma das raras tangedoras de lira, que têm tido dos seus convidos e gratos compatriotas a honra perena de um monumento na praça pública. O que lhe foi erguido em El-Prado e devido ao talento estético de Belloni, não é apenas uma coroa imperfeível para a grande cultora da poesia; é também uma coroa refúlgida da alta e nobre cultura do povo uruguaio.

Das mãos sonoras de Maria Eugênia passam o ceptro divino para as mãos de fada de Juana Ibarbourou, professora e poetisa, que tanto soube lucubrar para as crianças das escolas uruguaias a "Selección de lecturas" e o "Ejemplario", quanto soube brostar e lanfajolar, para as almas sedentas de beleza, os tres maravilhosos escritos de estesia, que se intitulam "El cántaro fresco", "Lenguas de diamante" e "Raiz salvaje".

A seu lado fulguram a laureada Luisa Luisi, talento poliformo e incansável, assim como Sarah Bello e Alicia Freire, de cuja formosa inteligência são provas exuberantes "Savia nueva", "Polen" e "Eva".

Já me referi, no meu pequeno e pálido discurso de 10 do corrente mês, no Instituto de Educação, a um dos casos mais interessantes da literatura uruguaia, fenómeno de suma raridade no mundo cultural: é o da herança do talento poético, e o da passagem da lira das mãos de Maria Teresa Sáenz, a autora de "Pitangas y siuasinas", para as mãos da filha, Raquel Sáenz, a bordadora de "La almohada de sueños".

Na constelação poética do Uruguai ainda brilham muitas outras representantes do sexo afetivo, como sejam, entre as mais, Layla de Bonavita, Maria de Muñoz, Ester Uriarte e Antonia Ferreira, esta última a ciuzeladora de "Flórida", lindo topónimo do lindo e histórico rincão, que é o seu céspede natal.

Entre os homens, há na literatura uruguaia alguns queridos das musas, antigos e modernos, que ocupam o primeiro plano. Assim é que as tres fases da poesia uruguaia, no século findo, tiveram por figuras pinaculares a Francisco Acuña de Figueroa, Bartolomé Hidalgo e Alejandro Magariños Cervantes. Nem é possível falar ali em romantismo, sem que ocorram imediatamente os nomes de Adolfo Berro, Juan Carlos Gómez e Melchor Pacheco y Obes.

Os últimos abencerragens do romantismo e do parnasianismo foram os que tiveram por pontífex *maximus*, na passagem do século XIX para a centúria atual, a Zorrilla de San Martín, o bardo nacional do Uruguai, o autor de "Tabaré" e de "La leyenda patria". Formou-se uma trindade de scintilantes discípulos: Carlos Ramírez, autor de "Los palmares" e evocador de Artigas; Carlos Roxlo, vigoroso prosador e magnifico rimador de "Cantos de la tierra" e de "El país del trébol"; e o professor Dr. Elias Regules, cujos "Versos criollos" o exaltaram ali ao incontestado posto do maior poeta gauchesco. No-

tarei desde logo que, na vibração de arpejos nativistas, também ganharam ali justa e invulgar fama Orosmán Moratorio, Ernesto Silveira, o autor de "Fientos", e Pedro Leandro Ipuche, em cujas velas parece palpitar o cálido sauge charrúa.

Aos Drs. Emilio Oribe ("El nunca usado mar"), Emilio Frugoni ("El eterno cantar" e "Poemas montevidéanos") e Hedefonso Pereda Valdés, cantor da raça negra, assim como a Luis Travieso e Julio Herrera y Reissig, poetas de pujante inspiração, vai sucedendo toda uma irrequieta, talentosa e fecunda pleiade de jovens citaredos. Ao lado de Carlos Escasty, poeta cosmogónico, e de Edgardo Ubaldo Genta, cujo "El tercio azul" vibra de entono marcial, infleiram a Ovidio Fernández Rios ("Horizontes de luz" e "Blasones"), Julio Casal, Blas Genovese, Ricardo Sánchez, Fernando Nebel (que teve a fortuna de ver prefaciado um seu livro por Gabriel Mistral, Guzmán Papini, Manuel Medina Belancort, Enrique Lemos, Manuel de Castro, Mário Castelanos, Júlio Garet Mas, Gastón Figueira, Emilio Tacconi, Alfredo Clulow, Vicente Maglio, Jesualdo Sosa, Eurique Garet, Cipriano Viturera, Roberto Ibañez, Carlos Lenzi, Hector Uranga, Juan Mundin, Júlio Estavillo, Humberto Zarrilli e José Foreiro, que se celebrou pelo lúzarro fruto "El hombre que se comió un autobús").

Nas provincias uruguaias também resplendem talentos de primeira grandeza. Assim, não me é possível olvidar, entre muitos outros cujos trabalhos não pude ainda obter, os nomes do Dr. Eugénio Bergara autor de "La esfinge doliente", de Manuel Benavente ("En la red del silencio") e de Juan Pagetti ("Pueblo chico"), todos de pay-sandú, assim como Emilio Trias Dupré de Canelones, autor da madrigalesca e bela coletânea de versos "La fiesta de la vida".

Deixei para o fim uma rápida, mas sincera referência a dois poetas, *last but not least*, que nos honram com a sua visita: os Srs. Fernán Silva Valdés e Raúl Montero Bustamante.

O primeiro já tem o nome desde muito aureolado por seus dois livros "Agua del tiempo" e "Poemas nativos", onde a gente não sabe o que mais admirar, se o escoreito da linguagem, se a originalidade das imagens. Do segundo, que é hoje um dos mais reputados técnicos de finanças da América do Sul e preside ao Banco Central do Uruguai, basta-me dizer-vos que duas das suas melhores produções poéticas já figuram na antologia publicada por Manuel Ugarte para "La juventud literaria hispano-americana", há 32 anos (*). Para encerrar esta minha homenagem aos embaixadores da cultura uruguaia, vou ler-vos a tradução que fiz de "Nocturno" do Sr. Raúl Montero Bustamante. Mas, para que apreciéis melhor a musicalidade dos seus versos, dir-vos-ei também no original. Estou certo de que recordareis comigo em que o abalizado financista é igualmente um dos mais delicados e insígnis simbolistas desta ridente porção do Novo-Mundo.

Eis a minha tradução do "Nocturno" do Sr. Raúl Montero Bustamante:

Lúgubremente caminha, dentro da noite angustiada,
Qual uma visão sombria de campos-santos tristonhos;
Leva a fronte acobruhada
Sob o peso dos seus sonhos.

Lúgubremente caminha, no claror agonizante
De uma lua branca e fria, fria e branca qual um morto;
Sua sombra delirante
Vai, sobre o crua, para o porto.

Lúgubremente caminha, viajante de estranhos lares,
Pelo deserto que agitam uns negros pressentimentos:
Conduz carga de pesares,
De lágrimas e lamentos.

Lúgubremente caminha, caminha lúgubremente,
Alquebrado sob o peso do cem extintos ideais:
Vejo-o partir tristemente,
Através dos meus critais.

É meu espírito: fuge, epilético e sonâmbulo,
Em sua excursão eterna a campos-santos tristonhos,
Meu espírito notâmbulo
Vai em busca de seus sonhos...

Eis agora o original, com toda a sua melancólica, mas sugestiva musicalidade:

Lúgubremente caminha, bajo la noche angustiada,
Como una visión sombría del país de los Ensueños:
Lleva la frente agobiada
Bajo el peso de sus sueños.

Lúgubremente caminha a la luz agonizante
De una luna blanca y fría, fría y blanca como un muerto;
Y su sombra delirante
Se extiende sobre el desierto.

(*) Com esta informação, não viso a cometer a indelicadeza de considerar vergado ao peso dos janeiros, como eu, o Sr. Bustamante, que sei ter escrito os referidos poematos antes dos 20 anos de idade.

Lúgubrememente caminha, viajero de extraños lares,
Por lallanura que agitan los negros presentimientos,
Con su carga de pesares,
De lágrimas y lamentos.

Lúgubrememente caminha, caminha lúgubrememente,
Doblegado bajo el peso de cien muertos ideales;
Yo lo miro tristemente
Partir, desde mis cristales.

Es mi espíritu que huze, epiléptico y sonámbulo,
A' hacer su excursión eterna al país de los Ensueños:
Es mi espíritu noctámbulo,
Que vae en busca de sus sueños".

A CONFERÊNCIA DO DR. RAUL MONTERO BUSTAMANTE

Teve, depois, a palavra o Dr. Raul Montero Bustamante, que, depois de agradecer aos Srs. Presidente e Secretário Perpétuo do Instituto as palavras que haviam dirigido a Missão Cultural e ao Dr. Basílio de Magalhães as referências a sua pessoa, com a leitura e a tradução do seu "Nocturno", começou a sua conferência "La Imperatriz de las Indias". Evocou então a figura da infanta Carlota Joaquina, depois princesa e rainha de Portugal, para desenvolver extensamente e com erudição o sonho que concebeu de fazer um novo império na América. (Essa conferência foi grandemente apreciada.)

O Senador Luis Alberto Herrera, pedindo vênua ao Presidente, fez, para agradecer, em brilhante improviso, uma síntese das relações uruguaio-brasileiras.

Ocuparam cadeiras no recinto os Srs. Embaixador Lucílio Bueno, General Teixeira de Freitas e os membros da Missão, Domingos Pirotto e D. Esperanza Sierra.

Antes de encerrar os trabalhos, o Sr. TAVARES DE LIRA agradeceu a presença dos membros da Missão Cultural Uruguaia e de quantos assistiram à sessão.

Levantou-se a sessão às 18 horas.

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO.

(Segundo secretário interino.)

RENDAS PÚBLICAS

Alfândega do Rio de Janeiro

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias Em papel
Receita do dia:	
28 de agosto de 1937	1.066:454\$200
28 de agosto de 1936	2.176:192\$700

Receita mensal:

De 2 a 28 de agosto de 1937	41.639:807\$900
De 2 a 28 de agosto de 1936	31.308:879\$000

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937 10.330:928\$900

Receita global:

De 2 de janeiro a 28 de agosto de 1937	314.291:783\$500
De 2 de janeiro a 28 de agosto de 1936	277.048:365\$500

Diferença da receita arrecadada para mais em 1937 37.243:418\$000

Recebedoria Federal em São Paulo

BOLETIM N. 21

COMPARAÇÃO DA ARRECAÇÃO GERAL

Arrecada de 2 a 25 de agosto de 1937	47.646:680\$200
Em 26 de agosto de 1937	540:748\$300

Total	48.187:428\$500
Em igual período de 1936	45.876:211\$400

Diferença para mais em 1937 2.311:217\$100

Arrecadada de 2 de janeiro a 26 de agosto de 1937	165.380:636\$200
Em igual período de 1936	146.145:187\$700

Diferença para mais em 1937 19.235:448\$500

COMPARAÇÃO DA RENDA EXCLUSIVE DEPÓSITOS

Arrecadada de 2 a 25 de agosto de 1937	17.534:983\$900
Em 26 de agosto de 1937	538:603\$100

Total	18.073:587\$000
Em igual período de 1936	15.200:847\$400

Diferença para mais em 1937 2.872:739\$600

BOLETIM N. 22

COMPARAÇÃO DA ARRECAÇÃO GERAL

Arrecadada de 2 a 26 de agosto de 1937	18.187:428\$500
Em 27 de agosto de 1937	1.146:573\$700

Total	19.334:002\$200
Em igual período de 1936	16.487:994\$400

Diferença para mais em 1937 2.846:007\$800

Arrecadada de 2 de janeiro a 27 de agosto de 1937	166.527:209\$900
Em igual período de 1936	146.758:970\$700

Diferença para mais em 1937 19.770:239\$200

COMPARAÇÃO DA RENDA EXCLUSIVE DEPÓSITOS

Arrecadada de 2 a 26 de agosto de 1937	18.073:587\$000
Em 27 de agosto de 1937	1.130:955\$900

Total	19.204:542\$900
Em igual período de 1936	15.807:977\$000

Diferença para mais em 1937 3.396:565\$900

Alfândega de Santos

RECEITA ARRECADADA

Datas

Importâncias
Em papel

Receita do dia:	
26 de agosto de 1936	1.612:775\$500
26 de agosto de 1937	1.729:650\$800

Receita mensal:	
De 1 a 26 de agosto de 1936	35.972:321\$160
De 1 a 26 de agosto de 1937	43.783:693\$200
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	7.811:072\$100

Receita global:	
De 1 de janeiro a 26 de agosto de 1936	321.623:569\$500
De 1 de janeiro a 26 de agosto de 1937	368.292:563\$700
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	46.668:993\$700

Receita do dia:	
27 de agosto de 1936	1.605:941\$100
27 de agosto de 1937	2.929:873\$200

Receita mensal:	
De 1 a 27 de agosto de 1936	37.578:562\$500
De 1 a 27 de agosto de 1937	46.713:550\$100
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	9.135:003\$800

Receita global:	
De 2 de janeiro a 27 de agosto de 1936	323.229:510\$900
De 1 de janeiro a 27 de agosto de 1937	371.222:436\$400
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	47.992:925\$500

Alfândega de Porto Alegre

RECEITA ARRECADADA

Datas

Importâncias
Em papel

Receita do dia:	
16 de agosto de 1937	107:801\$000
16 de agosto de 1936	Não houve

Receita mensal:	
De 1 a 16 de agosto de 1937	3.063:136\$900
De 1 a 16 de agosto de 1936	4.868:591\$000
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	1.194:545\$900

Receita global:	
De 1 de janeiro a 16 de agosto de 1937	43.781:338\$500
De 1 de janeiro a 16 de agosto de 1936	33.976:156\$800
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	9.805:181\$700

Receita do dia:	
17 de agosto de 1937	183:256\$300
17 de agosto de 1936	224:465\$200

Receita mensal:	
De 1 a 17 de agosto de 1937	3.246:393\$200
De 1 a 17 de agosto de 1936	2.093:056\$100
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	1.153:337\$100

Receita global:	
De 1 de janeiro a 17 de agosto de 1936	43.964:594\$800
De 1 de janeiro a 17 de agosto de 1936	34.200:621\$900
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	9.763:972\$900

Receita do dia:	
19 de agosto de 1937	214:458\$800
19 de agosto de 1936	239:192\$700

Receita mensal:	
De 1 a 19 de agosto de 1937	3.572:134\$400
De 1 a 19 de agosto de 1936	3.191:902\$000
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	380:232\$400

Receita global:	
De 1 de janeiro a 19 de agosto de 1937	44.290:336\$000
De 1 de janeiro a 19 de agosto de 1936	35.299:467\$600
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	9.990:868\$200

Receita do dia:	
20 de agosto de 1937	156:847\$600
20 de agosto de 1936	108:281\$400

Receita mensal:	
De 1 a 20 de agosto de 1937	3.727:982\$000
De 1 a 20 de agosto de 1936	3.300:183\$400
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	427:798\$600

Receita global:	
De 1 de janeiro a 20 de agosto de 1936	44.447:183\$600
De 1 de janeiro a 20 de agosto de 1936	35.407:749\$200
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	9.039:434\$400

Receita do dia:	
21 de agosto de 1937	136:647\$200
21 de agosto de 1936	111:462\$700

Receita mensal:	
De 1 a 21 de agosto de 1937	3.865:629\$200
De 1 a 21 de agosto de 1936	3.411:546\$100
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	453:983\$100

Receita global:	
De 1 de janeiro a 21 de agosto de 1937	44.683:830\$800
De 1 de janeiro a 21 de agosto de 1936	35.519:211\$900
Diferença da receita arrecadada para mais em 1937	9.164:618\$900

PARTE COMERCIAL

Camara Sindical dos Corretores da Bolsa de Fundos Públicos do Rio de Janeiro — Curso de Cambio e Moeda Metálica

Dia 28 de agosto de 1937

Praças

Londres	57\$216	75\$747
Paris	—	\$574
Itália	—	\$803

A vista	
Oficial	Livre
57\$216	75\$747
—	\$574
—	\$803

Alemanha:

Reichsmark	6\$190
Reichsmark	4\$191
Verrechnungsmark	5\$060
Unterstützungsmark	4\$289
Portugal	\$690

Belgica:

Papel	—
Ouro	2\$566

Espanha	—
Suissa	3\$539
Suecia	—
Noruega	—
Dinamarca	—
Toheco-Slovaquia	\$539
Nova York	15\$231
Montevideo	—
Buenos Aires (peso papel)	4\$595
Holanda	—
Japão	4\$663
Rumania	—
Canadá	15\$300
Austria	—
Chile	—
Colombia	9\$100

Moedas

Líbra	77\$532
Dollar	15\$862
Franco	\$613
Franco suíço	3\$550
Franco belga	\$525
Escudo	\$714
Peso argentino	4\$675
Peso uruguaio	8\$700
Reichsmark	3\$987
Lira	\$749
Florim	8\$300
Yen	4\$950
Shilling austriaco	3\$000

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1937. — Ary de Almeida e Silva, síndico.

Cotações oficiais de títulos

Bolsa

Apólices:

Uniformizadas de 1:000\$, 5 %	805\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 %, nom.	790\$000
Diversas emissões de 1:000\$, 5 %, port.	808\$000
Reajustamento econômico de 1:000\$, 5 %, port.	758\$000
Obrigações do Tesouro Nacional de 500\$, 7 % (1930) ..	517\$000
Empréstimo municipal de 8 %, port. (decreto 1.933) ..	190\$000
Empréstimo municipal de 7 %, port. (decreto 2.097) ..	170\$000
Empréstimo municipal de 7 %, port. (decreto 3.264) ..	172\$000
Empréstimo municipal de 1931, port.	161\$500
Prefeitura de Porto Alegre, de 50\$, 3 e meio %, port.	49\$500
Estado de Minas Gerais, de 1:000\$, 5 %, nom.	570\$000
Estado de Minas Gerais, de 1:000\$, 7 %, port. (10.245) ..	700\$000
Estado de Minas Gerais, de 1:000\$, 7 %, port. (decreto n. 10.997)	700\$000
Estado de Minas de 200\$, 5 %, port. (1934)	147\$000
Estado de Minas, de 200\$, 9 %, port. (1934) 2ª série ..	178\$500
Obrigações do Tesouro de Minas, de 1:000\$, 9 %	932\$000
Estado de São Paulo, de 200\$, 5 %, port.	193\$000
Uniformizadas do Estado de S. Paulo, de 1:000\$, 8 %, port.	932\$000

Ações de Companhias:

Docas do Santos, nom.	235\$000
Docas do Santos, port.	255\$000
América Fabril	300\$000

Debentures:

Banco Hipotecário "Lar Brasileiro"	202\$000
--	----------

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1937. — Ary de Almeida e Silva, síndico.

EDITAIS E AVISOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal

Chama-se a atenção dos interessados para o edital publicado no *Diário Oficial* de 21 do corrente, página 17.760.

Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal

Chama-se a atenção dos interessados para o edital publicado no *"Diário Oficial"* de 27 do corrente, a página 18.141.

Serviço de Febre Amarela

REGIÃO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL N. 88-37

Pelo presente faço público para conhecimento geral e principalmente para ciência do interessado que o Sra. Gertrudes Garcez Paiva, residente à rua Felipe Camarão n. 161, Petrópolis, responsável pelo prédio sito à rua Figueira de Melo n. 429, está sendo intimada pelo termo de intimação n. 5.634, incidente sobre o prédio acima referido, de acordo com o termo de intimação que vai adiante transcrito:

Zona 3.021

1ª VIA

N. 5.634

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

SERVIÇO DE FEBRE AMARELA

Termo de Intimação

De conformidade com o artigo 10 § 4º do Regulamento do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela no Brasil, aprovado pelo decreto n. 21.134, de 23 de maio de 1932, fica por este instrumento intimado o responsável do prédio sito à rua Figueira de Melo, 429, e na falta do cumprimento desta intimação, sujeito às penalidades tampa da caixa d'água.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1937. — *Dr. Silvio Cardoso.*

Declaro que recebi a 2ª via da presente intimação, que me foi entregue às... horas de hoje.

.....de.....de 193.....

Destinatário

Endereço

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Tribunal de Contas

TERCEIRA DIRETORIA

Pelo presente edital é intimado o Sr. Alvaro Bittencourt Cotrim Filho, inspetor de terceira classe, servindo na Comissão de Estrada de Rodagem "São João — Barracão — Paraná-Santa Catarina", para no prazo de trinta dias, contados da data da publicação deste, por si ou por seus herdeiros e sucessores, alegar o que for a bem de seus direitos, sobre a importância glosada de 250\$000, referente ao processo de comprovação do adiantamento de 1.000.000\$000 feito ao então coronel José Osório por intermédio do Banco do Brasil em junho de 1930, importância à conta da qual foi entregue réis 180:250\$000 ao Sr. Alvaro Bittencourt Cotrim Filho, proferir documentos, constituir procurador na sede do Tribunal ou declarar domicílio, para efeito de ser nele notificado nas decisões proferidas no aludido processo, sejam interlocutórias, ou definitivas, sob pena de revelia.

Diretoria de Tomada de Contas, 10 de agosto de 1937. — *Mário Newton, diretor.*

Diretoria do Domínio da União

ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL N. 60

Faço público para conhecimento dos interessados, que será concedido o aforamento à firma Leal & Irmãos dos seguintes terrenos na Fazenda Nacional de Santa Cruz:

O primeiro terreno situado na Fazenda Nacional de Santa Cruz em Bom Jardim, 4º Distrito, Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, com a área de 165.880m².

O segundo terreno situado na Fazenda Nacional de Santa Cruz, a margem do Rio da Onça, Bom Jardim, 4º Distrito, do Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, com a área de 224.092m², 52. (Processo n. 1.606-37.)

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1937. — *Arnaldo Fé Pinto, escrivão.*
(C 6.011—3-8-37—650\$800—29 vezes)

Diretoria do Domínio da União

EDITAL N. 62

Exmo. Sr. Reitor da Universidade do Brasil.

De ordem do Sr. diretor do Domínio da União, fideiussor convito a vir satisfazer o débito de 52:000\$000 (cincoenta e dois contos de réis, no prazo de oito dias, proveniente dos alugueres do próprio nacional sito à praça da República n. 54, nesta Capital, correspondente ao período de janeiro de 1932 a abril de 1936, a razão de réis 1:000\$000 de aluguel mensal, cujos alugueres foram pagos diretamente à Faculdade de Direito da Universidade do Brasil pelo locatário do prédio acima no período citado. (Processo n. 64.417-37.)

Seção Administrativa, 30 de agosto de 1937. — *Arnaldo Fé Pinto, escrivão.*

Diretoria do Domínio da União

EDITAL N. 63

Pelo presente, fica convidado o Sr. Américo Dias Mintstério, locatário do próprio nacional, sito à Praia do Cajú n. 125, para comparecer a esta Administração, no prazo de 8 (oito) dias, afim de saldar sua dívida para com a Fazenda Nacional, no montante de réis 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis), sob pena de se providenciar a cobrança executiva. — *Arnaldo Fé Pinto, escrivão.*

Diretoria das Rendas Internas

Pelo presente edital, fica, de ordem do Sr. diretor das Rendas Internas, convidado o Sr. J. Leão, estabelecido à rua Visconde de Itaboraí n. 39, sobrado, para, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação desta, apresentar as suas razões de defesa sobre o caso de que trata o processo fchado no Tesouro Nacional sob n. 41.147, deste ano.

Secretaria das Rendas Internas, em 30 de agosto de 1937. — *Abiathar Britto, secretário.*

Comissão Central de Compras do Governo Federal

Leva ao conhecimento dos Srs. interessados que, de acordo com o art. 1º, do decreto n. 20.460, de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 31 de agosto de 1937, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede da comissão à avenida Rodrigues Alves n. 135.

Requisição — Material

624.071, cartão Bristol.
624.213, papel registro.
624.214, papel registro.
624.215, papel assetinado.
624.216, papel assetinado.
624.217, papirolino.
904.788, percalina de linho.

Rio, 28 de agosto de 1937. — *H. da Rocha, pelo Dr. A. do Faria Filho, diretor.*

Leva ao conhecimento dos Srs. interessados que, de acordo com o art. 1º, do decreto n. 20.460, de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 6 de setembro de 1937, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede da comissão à avenida Rodrigues Alves n. 135.

Requisição — Material

105.172, microscópio.
105.174/6, genetoscópio, etc.
105.178/80, lampadas, etc.
107.146, goma laca, breu, etc.
107.150, empótas de 2 c. e.
114.106, graxa Standard Pressure Gum.
124.030, material de laboratório.
214.070, vestuários e artigos de roupa.
223.247-A, tela metálica, etc.
226.264/65, material de limpeza.
230.070, material fotográfico.
230.076, material elétrico.
241.082/3, material fotográfico.
252.060, máquina de escrever.

263.010, expediente.
 267.200, chinelo, brim, etc.
 410.033/36-A, material de expediente.
 415.041, impressos.
 615.270-B, livro de ponto.
 615.329, material cirurgico.
 615.333, material cirurgico.
 801.059, material de expediente, etc.
 902.167/172, livros de estudos.
 903.354/5, tintas, correias e fusíveis
 903.365, maquina impressora.
 918.143, correias.
 918.144/6, tubos de concreto, etc.
 918.147, carrinho de mão.
 918.151/2, tubos de concreto.
 918.153, amonea e papel Ozalid.

Rio, 28 de agosto de 1937. — *H. da Rocha*, pelo Dr. A. de Faria Filho, diretor.

Leva ao conhecimento dos Srs. interessados que, de acordo com o art. 1º, do decreto n. 20.460, de 30 de setembro de 1931, solicita para o dia 6 de setembro de 1937, ofertas de cotações para as requisições constantes da relação abaixo, cujas especificações se acham afixadas no local devido, na sede da comissão á avenida Rodrigues Alves n. 135.

Requisição — Material

113.127, cordel de canhamo.
 216.004, material de expediente.
 223.122, tecidos.
 234.206, livro modelo C-63.
 241.080, material para laboratorio.
 248.006, fichario de aço.
 250.032, fichas, impressos, etc.
 251.204/215, cirurgico, etc.
 258.080/81-A, papel liso, em bloco.
 258.106, coordenatografo Polar "Oit".
 413.166, mat. para desenho.
 418.071, impressos.
 615.327, material de expediente.
 620.183/84-B, material de expediente.
 805.019, carimbos de borracha.
 903.364, maquina impressora.
 911.048, papel asselinado, etc.

Rio, 28 de agosto de 1937. — *H. da Rocha*, pelo Dr. A. de Faria Filho, diretor.

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, convido os contribuintes abaixo mencionados, de acordo com o disposto no art. 114 do regulamento em vigor, a prestar, dentro do prazo de dez dias, contados 30 dias da publicação deste, esclarecimentos que se tornam necessarios para regularidade de sua situação junto a esta Diretoria, devendo para esse fim, dirigir-se á Seção de Revisão.

Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda. Rio de Janeiro. 30 de agosto de 1937. — *Ramiro Affonso Guerreiro*, secretario.

Declarações jurídicas para edital

Campos Oscar Rodrigues — Série E — 1.604-1935.
 Campos Oscar Rodrigues — Série E — 45.551-1934.
 Canetti Haim — Série E — 16.216-1934.
 Carvalho José Guimarães de — Série E — 298-1935.
 Carvalho José Guimarães de — Série E — 140-1934.
 E. Scheyer & Valente Ltda. — Série E — 2.885-1934.
 Escritorio Brasil Ltd. — Série E — 44.185-1934.
 M. Habeyche & Comp. Ltda. — Série E — 6.981-1934.
 Oliveira & Franco Ltda. — Série E — 8.974-1934.
 Pedro Ferrantini Ltda. — Série E — 7.267-1934.
 S. Veloso & Comp. — 1.679-1934.
 Silva Santos & Comp. Ltda. — Série E — 25.131-1934.
 Soares Irmão & Comp. Ltda. — Série E — 30.371-1934.
 Soc. Industrias Reunidas de Artefatos em Tecidos & Metais Ltda. — Série E — 23.330-1934.
 Soc. Suplemento Semanal Ilustrado Ltda. — Série E — 1.043-19374.

ÚLTIMA NOTIFICAÇÃO

De ordem do Sr. Diretor do Imposto de Renda, torno público que se vai fazer comunicação á *Procuradoria Geral da Fazenda Pública*, para fins de cobrança executiva, de débitos de imposto de renda, relativo a contribuintes do exercício de 1934.

Dentro de quinze (15) dias, contados da publicação do presente Edital, os interessados, abaixo relacionados, ficam convidados a com-

parecer á Seção de Arrecadação desta Diretoria, para recolher o imposto, ou Dívida Ativa, para prestar os esclarecimentos que julgarem convenientes.

Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1937. — *Ramiro Affonso Guerreiro*, Secretario.

Ultimas notificações de exercício de 1934

Abbud — José Elias
 Abílio — Jorge
 Abreu — Bernardo Martins de
 Abreu — Manuel Ferreira de
 Aguiar — Rafael de Souza
 Aguirre — Alvaro Coutinho
 Alabargues — Francisco Gimenez
 Albino Vilela Monteiro & Comp.
 Almeida & Botelho
 Almeida & Botelho
 Almeida — Fausto Werneck Furquim de Dr
 Almeida — Manuel Pedro de
 Alvaro Pereira & Fernandes
 Alves — Faustino (Suc. de Manoel Joaquim Alves).
 Alves — José
 Alves Monteiro & Comp.
 Alves — Sebastião Diniz
 Andrada — Antonio Carlos Ribeiro de
 Antonio — F. C.
 Apelian — Victor
 Aragão — João Mauricio Muniz de
 Aranha, Goetze & Comp.
 Araujo — José Correia de
 Araujo — José Rodrigues de
 Araujo — Manoel Ferraz de
 Armando de Brito & Comp.
 Avelino Campos & Comp.
 Ayroza — Fortunato
 Azambuja — Dário Cavalcanti de
 Azeredo & Pereira
 Azevedo — Lauro da Silveira
 Azevedo — Maria Soares de
 Barbosa — Hermengarda Helena Valentim Ruf
 Barreto — Inácio Barros
 Barros — Augusto Leal de
 Barroso — João Moreira Cesar
 Barsotti — Conrado
 Bastos — Fabio Garcia
 Belart — Luiz Emilio (viuva de).
 Bernardo & Luiz
 Bessa — Antonio
 Bianco & Antonini
 Blanck — Boris
 Boelis — Adolfo
 Botelho — Adauto Junqueira Dr.
 Braga — Okiro de Sena.
 Branco — Manoel Miguelez
 Brandão — Júlia Pedrosa Lima
 Cabral — Romero Kirchhofer
 Café Havanaza Limitada
 Calil — Zaira João
 Calver — Stanley Cyril
 Caran — Miguel
 Cardim — Walter Gomes
 Cardoso — Antonio Ignacis
 Cardoso & Domingos
 Cardoso — Ernani Figueiroa
 Carlos — Francisco
 Carlos — Helvecio Alberto.
 Carneiro — Otávio Barbosa (Espolio) Inv. Aurora Lobo Barbo
 Carneiro)
 Carneiro — Virgilio José Martin
 Carvalho — Antonio de
 Castro — Renato de
 Cesar Lourenço & Comp.
 Clark — L. M.
 Conceição — Teresa Maria da
 Corrêa de Araujo & Comp. Ltda.
 Correia — Durval de Aguiar
 Costa — A. Simões
 Costa Borges & Comp.
 Cota de Melo, Souza & Taveira (Responsavel o suc. Antonio A.
 Taveira)
 Crivano — L.
 Cruz — Antonio Burlamaqui dos Santos (Espolio)
 Cruz — Francisco da Costa
 Cunha — Albertino Cardoso da
 Cunha — Maria Thereza Gastão da
 David — José Caldas.

Deutsch & Hala Ltda.
 Dias — Joaquim.
 Doria — M. O.
 Dreux Junior — Eduardo.
 Drummond — Antonio da Costa.
 Duarte — Francisco Rodrigues
 Ducommun — Emilio
 Dupont — Claudius
 Duvernoy — Jean
 Elias — Salomão
 Estanislau — João Gonçalves.
 Fafé — Manoel
 Felipe — José Carneiro Dr.
 Fernandes — João Pacheco
 Fernandes Peres & Comp. (Suc. de João Baptista Fernandes)
 Ferreira — Procopio (A/C. do Sr. José Soares).
 Ferreira — Victorino Baptista.
 Fieg — Otto Barton
 Filardi — Francisco
 Flores — Pedro
 Forres — John
 Fortes — Edmundo
 Freire — Eduardo Moniz
 Freitas — D.
 Frieduckes — Liberato da Cunha
 Furtado — Helena Bailly
 Gabaglia — João Capistrano Raja
 Gilberto José da Rosa Miranda e Avelino da Miranda
 Glovinsky — Luiz
 Goodhart — Gerard
 Góes — Almerinna Barbosa de Araujo
 Gomes — Alice Barroso Braga Pinto
 Gonçalves — Augusto Francisco
 Gonçalves — Clarice
 Gonçalves — Horacio Candido
 Gonçalves & Vermelho
 Gouvêa — Jorge Soares de
 Grinberg & Charnovitz
 Guardian Assurance Company Limited
 Guilherme — Diamantino Alves
 Guimarães — Luiz Pedreira de Castro Pinheiro
 Guimarães — Ruy Pinheiro
 Hall — John Cleveland
 Hayward — Edwin Forster
 Hofke — Alfredo
 Huber — Nathalia Reis Veiga
 Inehinsky — Nicolau
 Ignacio — Thomaz Aquino
 J. F. Gomes & Comp. Ltda
 J. Santos & Comp.
 J. Silva & Castro (A/C. dos Srs. A. Rocha e J. Rocha)
 Janon — Luiz S.
 Jardim — Guttemberg
 Kaempfe — Walter
 Labrincha — Manoel dos Santos
 Lago — Pio Ferreira do
 Leite — Domingos de Souza
 Leite — Eurico Teixeira Dr.
 Lima — José Assis de Almeida
 Lisboa — Alvaro Marques
 Lisboa — Joaquim Ignacio de Almeida
 Lobato — Francisco
 Lonn — Alfredo M. A.
 Lopes Barbosa & Comp.
 Lopes — Jarbas
 Loureiro — Alberto dos Santos
 Lucas — Lily Louise
 M. A. Marques da Fonseca & Comp.
 Mc-Master — Geo L.
 Madureira — Manoel Vieira
 Marques — José Lopes
 Marreca — Ernesto Paiva.
 Mattos & Geminiano de
 Mello & Comp. (Suc. de J. Ferreira de Mello & Comp.)
 Menezes — Augusto Xavier Oliveira da
 Milbourne — Sidney Emerson
 Miranda — Victor Hugo de
 Monteiro — José Rodriguez
 Monteiro — Manoel
 Monteiro — Pedro Alves
 Monteiro — Waldemar (capitão)
 Moraes — Adolpho
 Moraes — Antonio P. de
 Moraes — Augusto Duarte de
 Moraes — Fargelia Correia de
 Moraes — João Lopes de
 Moraes — João Lopes de
 Moraes — Manoel
 Moraes — Octavio de
 Moraes & Petresky
 Moraes Filho — Carlos
 Moreira — Albino Alves
 Moreira — Antonio
 Moreira — Aurora Coelho

Moreira — Avelino
 Moreira Carvalho & Comp.
 Motta — Jehovah
 Moutinho — Olga M.
 Muanis — Amil
 Musafir — Marcos
 Nascimento — Ignacio Alves do
 Naylor — Franklin George
 Neiva — Lauro Lyra
 Nessimian — Salvador Jorge
 Netto — José Antonio Coelho
 Neuhausser — Adolf
 Neumann — Alexandre
 Neves — João Miguel (Suc. de Henrique Vicente)
 Neves — Manoel das
 Nunes — Antonio Soares
 Nunes — Balbina Araujo
 Nunes — Brazilizia Maria
 Nunes — Luiz
 Oiticica — José Rodrigues Leite
 Oliveira — Antonio de
 Oliveira — Eduardo de
 Oliveira — J. Simões de
 Oliveira — Nestor Antonio de
 Oliveira — Salvador Peregrino Candido de
 Orloff — Egon von
 Pasching
 Passy — Vidal
 Paula — R. Avelino de
 Pereira & Comp.
 Pereira — João de Pinho
 Perfumaria Mendel Limitada
 Pinto — Antonio Souto
 Pinto — Carolina Torres Duarte
 Pinto — Emidio Duarte
 Pinto — F. A.
 Rego — Renato José Molina
 Reis — Manuel Dias dos
 Royal Insurance Company Ltd.
 Saiaes & Zeituno (Suc. de Simon Grosman)
 Sampaio — Antonio Manuel Silveira
 Sampaio Azevedo & Comp.
 Santos Silva & Comp. Ltda.
 São Tiago — Ernani
 Saroldi — Henrique Macedo
 Schmidt — Edgard
 Silva — Francisco Guilherme
 Silva — José Alves da
 Silva — José Augusto da
 Silva — Justino Brandão da
 Silva — Luiz Caetano da
 Silva — M. Dias da
 Silva — Manuel da
 Silva — Manuel da
 Silva — Manuel Ferreira da
 Silva Filho — José Abrantes da
 Souto Maior — Evergisto
 Souza — Eraldo Serafico
 Souza — M. Rebelo de
 Souza Teixeira & Irmão
 Spino — Francisco de Gregorio
 Tavares Filho — J.
 The Liverpool & London & Globe Ins. Co. Ltd.
 Thomas — Hermann
 Torres — Maria da Gloria Peçanha de Avelar
 Tumminelli — Mary Emilie H.
 Vale — Francisco Antonio Pires do
 Vampre — Waldeck Lisboa
 Vasconcelos — Altamir do Vale e Acioli da
 Vasconcelos — José Tomaz da Cunha
 Vieira — Pedro Faria.
 Vilaça — Alfredo Corrêa
 Vilela — Augusto Leite
 Vitagliano — M.
 Woolman — Urban V.
 Zambelli & Comp.

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, convido os contribuintes abaixo mencionados, de acordo com o disposto no artigo 114 do regulamento em vigor a prestar, dentro do prazo de dez dias, contados trinta dias da publicação deste, esclarecimentos que se tornam necessários para regularidade de sua situação junto a esta Diretoria, devendo para esse fim, dirigir-se á Secretaria:

Processos:

N. 9.203-37 — Maria de Castro — Endereço desconhecido.
 N. 5.438-37 — Aistides Teixeira Ribeiro — Endereço desconhecido.
 Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1937. — Ramiro Affonso Guerra, secretario.

AVISO

A Diretoria do Imposto de Renda, avisa que foi calculado o imposto e expedida notificação de lançamento por via postal, aos contribuintes abaixo mencionados:

Teixeira — Silvio Martins
Teixeira — Silvio Martins
Teixeira — Silvio Martins
Teixeira — Silvio Martins
Nunley — Jason
Nunes — Frontino de Freitas.
Nunes — Gastão Drummond Machado
Nunes — Godofredo da Freitas
Nunes — Guilherme da Silva
Nunes — Jandyrá Ramos da Proença
Nunes — Jaime Medeiros
Nunes — João Batista
Nunes — João da Cruz
Nunes — João Garica
Nunes — João Rodrigues (espólio)
Nunes — José Alberto
Nunes — José de Almeida (Dr.)
Nunes — Julio Marques
Nunes — Leonidia Klæs
Nunes — Magno Luiz
Nunes — Marcelina de Oliveira
Nunes — Otavio
Nunes — Oswaldo Manoel
Nunes — Oswaldo de Santa Ana
Nunes — Paulo Vieira
Nunes — Savio Duarte
Nunes — Stela
Nunes — Silvio Pinto
Nunes — Vitor Manoel
Nunes — Valdemiro Custodio
Nunes — Zelio Duarte
Nunzberger — Carlos
Nyssens — Emmanuel Frederico
Oakim — Joaquim João
Oakim — Jorge João
Oakim — Miguel João
Oberg — Otto Karl
Nunes — Reginaldo (Dr.)
Oberst — Pedro
Obino — Salvador Cesa
Oels — Alfred
Oavio Filho — Rodrigo
Odellone — Decio Saverio
Odellone — Elba
Oelsner — Carl Alexandre
Oestreich — Alfredo
Oewel — Wilhelm
Offenburger — Wilhelm
Oitaven — Marcial Blanco
Oeda — Fernando
Oesen — Alfred (Dr.)
Ointo — Plinio
Oliva — Alfredo
Oliva — Carlos Emilio Mendonça
Ovo — George
Oliva — Joaquim Menezes de
Oliva — José Mendonça
Oliveira — Abel Elias de
Oliveira — Achino Ribeiro de
Oliveira — Acricio Carvalho de
Oliveira — Adelaide Daudt de
Oliveira — Adelia Alencar de
Oliveira — Adelino Corrêa
Oliveira — Adelino Soares de
Oliveira — Adozindo Magalhães de
Oliveira — Adriano Augusto Chaves de
Oliveira — Alberto Alves de
Oliveira — Alberto Carlos
Oliveira — Emmanuel Ildelfonso de
Oliveira — Alberto Martins de
Oliveira — Alberto Menezes de
Oliveira — Alberto dos Santos
Oliveira — Alberto da Silva
Oliveira — Albino Maria de
Oliveira — Alexandre Sattamini de
Oliveira — Alfredo Mariano de (Dr.)
Oliveira — Alfredo Pirajá de
Oliveira — Alipio da Silva
Oliveira — Alvaro de
Oliveira — Alvaro Crespo de
Oliveira — Alvaro Gomes de
Oliveira — Alvaro Goulart de
Oliveira — Alzira Macedo de
Oliveira — Amelia Mariano de
Oliveira — Americo J. A. Martins de
Oliveira — Joaquim de (espólio).

Oliveira — Joaquim de
Oliveira — Joaquim Bernardino de
Oliveira — Joaquim Coelho de
Oliveira — Joaquim Fernandes de
Oliveira — Joaquim Ferreira de
Oliveira — Joaquim Francisco de
Oliveira — Joaquim José de
Oliveira — Joaquim José de (espólio)
Oliveira — Joaquim Marques de
Oliveira — Joaquim Pinto de
Oliveira — Joaquim Pinto de
Oliveira — Joaquim Pinto de
Oliveira — Joaquim Rodrigues
Oliveira — Joaquim dos Santos
Oliveira — Joaquim Simões de
Oliveira — Joaquim Soares de
Oliveira — Jonas Dias de
Oliveira — José Alfredo de
Oliveira — José Antonio de
Oliveira — José Antonio de
Oliveira — José Augusto D'
Oliveira — José Caetano de
Oliveira — José Caetano de
Oliveira — José Candido de
Oliveira — José da Cunha
Oliveira — José Dias de
Oliveira — José Fabrino de
Oliveira — José Felinto Trajano
Oliveira — José de Freitas
Oliveira — José Gomes de
Oliveira — José Luciano de
Oliveira — José M. d'
Oliveira — José Maynard de
Oliveira — José Moraes de
Oliveira — José Otaviano de
Oliveira — José Pereira de
Oliveira — José Pinto de
Oliveira — José Pinto de
Oliveira — José Rodrigues d'
Oliveira — José dos Santos
Oliveira — José da Silva
Oliveira — José da Silva
Oliveira — José Tavares Pereira de
Oliveira — Julia Cardoso de
Oliveira — Justo Antonio de
Oliveira — Laura Ribeiro de
Oliveira — Léo Pacheco de
Oliveira — Leonidio Rodrigues de
Oliveira — Leopoldo Machado de
Oliveira — Leopoldo Perdigão de
Oliveira — Ludovico Rolim de
Oliveira — Luiz Carlos de
Oliveira — Luiz Inacio Fernandes de
Oliveira Filho — José Alves de
Oliveira Filho — José Bessa de
Oliveira Filho — José Eusebio de Carvalho
Oliveira Filho — Julio Maximiano
Oliveira Sobrinho — Julio de
Osorio — José Jacinto
Ott — Kurt
Silva — O. B. Couto e (Dr.)
Oliveira — Francisco Paulo Marques de
Oliveira — Francisco Rodrigues
Oliveira — Francisco Rodrigues de
Oliveira — Gabriel Mauro de Araujo
Oliveira — Gastão Marques de Carvalho
Oliveira — Geni Melo Matos de
Oliveira — Geraldo Batista de
Oliveira — Germano Fernandes de
Oliveira — Gertrudes Barbosa Coelho de
Oliveira — Gustavo de
Oliveira — Heliodoro Martins de
Oliveira — Heloisa Elvira Suchow de
Oliveira — Henrique de
Oliveira — Homero Pinto de
Oliveira — Israel Gomes de
Oliveira — Jaime Tigre de
Oliveira — Jeronimo Augusto d'Almeida
Oliveira — Joana Nunes de Almeida
Oliveira — João de
Oliveira — João Adolfo Machado de
Oliveira — João Bastos de
Oliveira — João da Costa
Oliveira — João Daudt de
Oliveira — João Domingues de
Oliveira — João Gomes de
Oliveira — João Gonçalves de
Oliveira — João Martins de
Oliveira — João Pacheco de
Oliveira — João Rodrigues de
Oliveira Filho — Antonio dos Santos.

Oliveira Filho — Benjamin Antunes de
 Oliveira Filho — Carlos Augusto de
 Oliveira Junior — Antonio Ferreira de
 Oliveira Junior — Antonio dos Santos
 Oliveira Junior — Francisco de Almeida
 Oliveira Junior — Francisco de Paula
 Oliveira Junior — João Felbrônio
 Oliveira Sobrinho — Isaias Leite de (Dr.)
 Osorio — Adalberto Sizino
 Osorio — Amarilio
 Osorio — Amauri Costa Azavedo
 Osorio — Ataliba Jacinto
 Osorio — José
 Osorio — José
 Osorio — José do Amaral
 Osorio — José Pinto de Carvalho
 Osorio — Nelsen
 Osorio Junior — Antonio José Pinto
 Ostenfeld — Kaj
 Osterwer — Erwin Walter
 Otera — Bruno Cezar
 Otera — Ernesto de
 Otta — João
 Otton — Harry
 Otto — Alberto
 Otto — Paul Georg
 Ottolodoro — Giovanni
 Ottom — Herminia de Barros
 Ottoni — Rita Costa Teófilo
 Otuvia — Geraldo Martins
 Otuvia — Paula França
 Owa — Edgar
 Overker — Assuerus Hippolytus
 Owen — Harold Stuart
 Owen — James
 Owen — Herbert
 Owen — William Bradford
 Oliveira — Paulo Mendonça de
 Oliveira — Pedro Joaquim de
 Oliveira — Pedro José de
 Oliveira — Polydectes de
 Oliveira — Quirino Araújo de
 Oliveira — Raul Regis de (Dr.)
 Oliveira — Ramiro Ferreira de
 Oliveira — Ricardo Marino de
 Oliveira — Roberto Ramos de
 Oliveira — Rosalina Ferreira
 Oliveira — Ruth da Silva
 Oliveira — Oswaldo B. de
 Oliveira — Sebastiana Guimaraes
 Oliveira — Sebastião de
 Oliveira — Sebastião Pereira de
 Oliveira — Seraphim de
 Oliveira — Silvia Regis de
 Oliveira — Silvio de
 Oliveira — Silvio Basilio de
 Oliveira — Talybar Augusto de
 Oliveira — Thales Estrazulus de
 Oliveira — Torquato José de
 Oliveira — Vera Machado Tigre de
 Oliveira — Vitor Ferreira de
 Oliveira — Virgilio Moje de
 Oliveira — Viriato Machado de
 Oliveira — Valdemar Bandeira de
 Oliveira — Valdemiro Gomes de
 Oliveira — Valdemiro de Sá Rego
 Oliveira — Walfrido Bastos de
 Oliveira — Valtér Machado de
 Oliveira — Wanderley Gonçalves de
 Oliveira Junior — Sebastião José de
 Oliveira Junior — Sebastião Soares de
 Oliveira Junior — Vitor Manoel de
 Oliveira Filho — Walfrido Bastos de
 Oliver — Cuthbert Jack
 Oliver — Pedro
 Oliveras — Salvador
 Olivieri — Caetano
 Olmo — Helena Alcalá del
 Olne — Henriette Piren D.
 Olne — Leopold Ferdinand D.
 Olne Junior — Frederico D.
 Olozaga — José de
 Olsburgh — Ralph
 Ommundsen Jr. — Anton B. L.
 Oneto — Claudio Otto
 Oppermann — Fritz
 Oppermann — Olga B.
 Grey — Frederico de Lancaster D.
 Grey — Luiz P. d.
 Grey — Willy d.
 Onellas — Maria Rosa Martins

Onellas — Pedro da Veiga
 Oro — Guido Cavallieri D.
 Oser — Roy Milton
 Ossi — Ernesto d.
 Ossi — Luiza Herdewyn D.
 Ossi Sobrinho — Rodrigo d.
 Otterblad — Rodolfo
 Orth — Heinrich Christian
 Ortigão — Alberto
 Ortigão — Antonio de Barros Ramalho
 Ortigão — José Duarte Ramalho
 Ortigão — Manoel Antonio Ramalho
 Ortiz — João
 Ortiz — Sarah Paes Leme de
 Ortnier — Eduardo
 Osborne — Adella Rebecchi
 Oschery — Julião
 Osee — Renato
 Nunes — Ramiro Moreira
 Oliveira — Luiz José Le Cocq d.
 Oliveira — Luiz Pinto Prista
 Oliveira — Maciel dos Santos
 Oliveira — Magdalena de
 Oliveira — Manoel de
 Oliveira — Manoel Barros de (Dr.)
 Oliveira — Manoel Ferreira de
 Oliveira — Manoel Marques de
 Oliveira — Manoel Monteiro d.
 Oliveira — Manoel Moreira de
 Oliveira Junior — Manoel Pinto de
 Oliveira — Manoel Porfirio Bruno da
 Oliveira — Manoel Ramos de
 Oliveira — Manoel Rodrigues
 Oliveira — Manoel Soares de
 Oliveira — Marcilio Reis de
 Oliveira — Marcos Lisboa de
 Oliveira — Maria Braga de
 Oliveira — Maria Duque de
 Oliveira — Maria Georgina Regis de
 Oliveira — Maria da Gloria d'Avila d.
 Oliveira — Maria Luiza da Silva
 Oliveira — Maria Santambó Gomes de
 Oliveira — Marina Madeira de
 Oliveira — Mario Barbosa
 Oliveira — Mario Mendes de
 Oliveira — Mario Pinto de
 Oliveira — Mario Rebelo d.
 Oliveira — Milton Moreira de
 Oliveira — Nair Faria de
 Oliveira — Napoléon Coelho de
 Oliveira — Nelson Buramante d.
 Oliveira — Nestor de (espólio)
 Oliveira — Nestor Souto de
 Oliveira — Otavio de
 Oliveira — Otavio Borges Fortes de
 Oliveira — Otavio Marcellet de
 Oliveira — Otavio de
 Oliveira — Olga França de
 Oliveira — Olimpio Manoel de
 Oliveira — Olimpio Nunes
 Oliveira — Oscar Mafaldo de
 Oliveira — Osvaldo Coelho de
 Oliveira — Osvaldo Pereira de
 Oliveira — Oton Manoel Machado de
 Oliveira — Oto Machado de
 Oliveira — Otulo Machado de
 Oliveira — Paulo Emilio
 Oliveira — Antonio Fernandes de
 Oliveira — Antonio Gonçalves de
 Oliveira — Antonio José de
 Oliveira — Antonio José Gonçalves d.
 Oliveira — Antonio Parreiras de
 Oliveira — Pereira de
 Oliveira — Antonio Ribeiro de
 Oliveira — Antonio da Silva
 Oliveira — Antonio Xavier de
 Oliveira — Apio Claudio de
 Oliveira — Argemiro de
 Oliveira — Aristeu Chaves de
 Oliveira — Armando Gomes de
 Oliveira — Armando Gonçalves de
 Oliveira — Armando Rebelo de
 Oliveira — Armando Tavares de
 Oliveira — Arnaldo Candido de
 Oliveira — Augusto Gomes de
 Oliveira — Aurelio Fernandes de
 Oliveira — Avelino Inacio de
 Oliveira — Azamor Goulart de
 Oliveira — Beatriz de Carvalho Lima
 Oliveira — Beatriz Dantas de
 Oliveira — Bernardino Fernando

Oliveira — Bernardino da Silva
 Oliveira — Candido de
 Oliveira — Carlindo Gurgel de
 Oliveira — Carloman da Silva (Dr.)
 Oliveira — Carlos da
 Oliveira — Carlos Alberto Brandão Martins
 Oliveira — Carlos Evaristo de
 Oliveira — Carlos Prado de
 Oliveira — Cesar Augusto de
 Oliveira — Cristina Fernandes da Silva
 Oliveira — Cicero de
 Oliveira — Cicero Garcia de
 Oliveira — Clara Zieso de
 Oliveira — Cerina Guimarães
 Oliveira — Corina Machado de
 Oliveira — Cornelia de Vilhena Leite
 Oliveira — Dagoberto Senra de
 Oliveira — Demetrio Bogado de
 Oliveira — Djalma Edison de
 Oliveira — Domingos Gonçalves
 Oliveira — Domingos da Silva
 Oliveira — Domingos de Souza
 Oliveira — Edgard Barros de
 Oliveira — Edgard de Mendonça de
 Oliveira — Edgard de Paula
 Oliveira — Edgard da Rocha
 Oliveira — Edgard d'
 Oliveira — Edmundo Souto de
 Oliveira — Eduardo Domingues d'
 Oliveira — Eduardo Fernandes
 Oliveira — Eduardo José de
 Oliveira — Edward Soares de
 Oliveira — Elpidio Fernandes Praxedes
 Oliveira — Enéas de
 Oliveira — Enio de Carvalho d'
 Oliveira — Eraldina Batista de
 Oliveira — Ernestina Gomes de
 Oliveira — Ernesto Frederico de
 Oliveira — Ellstevam Afonso Henriques
 Oliveira — Eugenio Velasco de
 Oliveira — Eurico Jaci Monteiro de
 Oliveira — Euzebio Paulo de
 Oliveira — Ezequiel Augusto de
 Oliveira — Fernando Torquato de
 Oliveira — Francisca Duos de
 Oliveira — Francisco de Barcelos
 Oliveira — Francisco Duarte de
 Oliveira — Francisco João Freitas de
 Casa Nova — Antonio Rodrigues
 Noronha — Waldomiro Braga de
 Nete — Flavio
 Nete — Venitius Nazareth
 Nete — Percy George
 Novaes — Alfredo Wilson
 Novaes — Alvaro Teixeira e Alvaro Teixeira Novaes Lye
 Novaes — Americo Dias
 Novaes — Antonio Corrêa dos Santos
 Novaes — Apparicio Pereira
 Novaes — Constança Pinto
 Novaes — Doolinda Loureiro
 Novaes — Fernando
 Novaes — Flavio
 Novaes — Hamilton Loureiro
 Novaes — Hermínio Maria de
 Novaes — Hostilio Pereira de
 Novaes — José Teixeira
 Novaes — Julieta Galathéa de
 Novaes — Leontina de Magalhães
 Novaes — Manoel
 Novaes — Mario Teixeira
 Noval — Octacilio de Castro
 Noval — Octavio Ferreira
 Novaes — Pedro Pereira
 Novaes Junior — Agostinho Teixeira
 Novaes Junior — Antonio Teixeira
 Novelino — Francisco
 Novis — Maria da Silva Pereira
 Novis — Mario
 Nuelle — Ernst
 Nunes — Abel Fernandes
 Nunes — Adalberto
 Nunes — Adalberto de Barros
 Nunes — Adalberto Duarte
 Nunes — Ademar
 Nunes — Afonso Carlos de Albuquerque
 Nunes — Alberto Magalhães
 Nunes — Alfredo Rebelo
 Nunes — Alice Ferreira Custodio
 Nunes — Almir da Costa
 Nunes — Alvaro Matos
 Nunes — Amalia de Andrade Duarte
 Nunes — Antonio F.
 Nunes — Antonio Fernandes

Nunes — Antonio Luiz de Barros
 Nunes — Antonio Rodrigues
 Nunes — Antonio Soares
 Nunes — Ari Duarte (Dr.)
 Nunes — Carlos de Castro
 Nunes — Cesar Rodrigues
 Nunes — David Augusto
 Nunes — Diogenes de Andraa
 Nunes — Domitila Lemos
 Nunes — Elvira Giorli Vieira
 Nunes — Fernando Custodio
 Nunes — Flaminio Deodoro
 Nunes — Francisco Castelo Branco
 Nunes Filho — Diniz Luiz
 Nunes Sobrinho — Domingos
 Oliveira — Americo dos Santos
 Oliveira — Anacleto Pinto de
 Oliveira — André Machado de
 Oliveira — Anesio
 Oliveira — Ana Rodrigues da Fonseca
 Oliveira — Antonio Alves de
 Oliveira — Antonio Angra de
 Oliveira — Antonio Caetano da Silva
 Oliveira — Antonio Carlos de
 Neu — Georges
 Neuhaeuzzer — Adolf
 Neuzan — Aron
 Neuzan — Israel
 Neuschwang — Erik
 Neustadt — Walter
 Neves — Abel das
 Neves — Abel Moreira
 Neves — Ademar Gonçalves
 Neves — Alberto de Castro
 Neves — Alberto José da Silva
 Neves — Alberto Sinei
 Neves — Albino Ribeiro
 Neves — Aldezirio
 Neves — Alfredo Fernandes da Silva
 Neves — Alfredo E. do Amaral
 Neves — Alfredo da Silva (Dr.)
 Neves — Alcio Torres
 Neves — Antonio Pereira das
 Neves — Antonio Pereira das
 Neves — Argemiro
 Neves — Artur Monteiro
 Neves — Artur Moreira
 Neves — Artur Rodrigues das
 Neves — Atanálpa Silva
 Neves — Augusto de Almeida
 Neves — Benjamin Constant de Souza
 Neves — Candido Portugal
 Neves — Carlos Luiz de Andrade
 Neves — Clotilde Andrade
 Neves — Custodio Augusto Fernandes das
 Neves — Edmundo da Costa
 Neves — Eurico de Andrade
 Neves — Francisco de Castro
 Neves — Francisco José Pereira das
 Neves — Francisco Ramos de Andrade
 Neves — Gastão Carlos
 Neves — Guilherme Bastos Pereira das
 Neves — Guilhermina da Luz Ferreira
 Neves — Gustavo
 Neves — Heitor Mariante Guimarães
 Neves — Hernani Pinto de Miranda
 Neves — Isnard re Castro
 Neves — João dos Reis
 Neves — Joaquim Ferreira
 Neves — José Maria de Castro
 Neves — Kepler Castro
 Neves — Lindolfo da Silva
 Neves — Lourenço Baeta (Dr.)
 Neves — Luiz
 Neves — Luiz Augusto Pereira das
 Neves — Luiz Carlos da Costa
 Neves — Luiz José Pereira das
 Neves — Manoel José das
 Neves — Manoel Martins
 Neves — Manoel Pinto Torres
 Neves — Manoel Ribeiro Teixeira
 Neves — Manoel de Souza
 Neves — Marcos Ferreira
 Neves — Maria Luiza Nora
 Neves — Mario
 Neves — Oscar Souza
 Neves — Paulo Baeta
 Neves — Pedro Ferreira (Dr.)
 Neves — Roberto Elisio de Faria
 Neves — Rosa
 Neves — Sebastião Marques das (Dr.)
 Neves — Telmo Elisio de Gusmão
 Neves Filho — Gabriel de Souza
 Neves Filho — Luiz Antonio Antonio de Souza

Neves Junior — João Pereira Gas
 Webeomb — Eric de Burgh
 Newman — Alberto C.
 Newman — Maria Brandão
 Newman — Nilton Edward
 Newton — Edwin
 Ney — Alfred
 Nobre — Jorge Augusto
 Nobrega — Arnulfo Lins da
 Nobrega — Carlos Rodrigues
 Nobrega — Francisco da
 Nobrega — Francisco Luiz da
 Nobrega — Getúlio Luiz da
 Nobrega — Humberto G.
 Nobrega — Luiz Conceição
 Nobrega — Manoel da
 Nobrega — Maria Noêmia da Rocha
 Nobrega — Teófilo de Moraes
 Noceti — Jorge

Casa da Moeda

De ordem do Sr. diretor desta repartição, torno público que, nos termos da letra C, do § 2º, do art. 738 do Regulamento do Código de Contabilidade, serão recebidas no dia 10 de setembro próximo futuro, nesta Secretaria, às 14 horas, propostas para a venda de material inservível para os serviços desta repartição e constituído de ferro velho batido e bronze fundido e de máquinas diversas, conforme poderá ser examinado pelos pretendentes no depósito próprio deste estabelecimento.

As propostas indicando a residência e o ramo de negócio do proponente deverão ser apresentadas em duas vias sem rasuras ou emendas, selada a primeira, contendo os respectivos preços por unidade do artigo a comprar, por extenso e em algarismos.

Os proponentes provarão antes da abertura das propostas terem feito previamente na Tesouraria da Moeda desta repartição, até à véspera do dia da concorrência, o depósito do cem mil réis (100\$000) em moeda corrente ou em apólices ou obrigações do Tesouro, para garantia da compra, revertendo esse depósito em favor dos cofres públicos, se o proponente deixar de satisfazer o compromisso assumido, inclusive o de retirar os artigos adquiridos no prazo máximo de oito (8) dias, a contar da aceitação da proposta.

A classificação das propostas e a respectiva aceitação obedecerão às disposições a respeito prescrita pelo Regulamento do Código de Contabilidade Pública.

Secretaria da Casa da Moeda, em 27 de agosto de 1937. — *Senhorinha Gurruti Pessoa*, oficial administrativo, classe J. Visto. — *Gaspar Ferreira Lage*, sub-diretor secretário.

Câmara Sindical

Ari de Almeida e Silva, presidente da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos da Capital Federal:

Faz saber, de ordem da Câmara Sindical, que, tendo falecido em 1º de julho findo, o corretor de fundos públicos desta praça, Sr. Antônio Vaz de Carvalho Júnior, pelo presente são chamados quaisquer interessados em transações em que houvesse intervido o mesmo corretor, a virem liquidá-las, no prazo de seis meses, conforme preceitua o art. 44 do decreto n. 2.475, de 13 de março de 1897, incorrendo nas disposições da lei os que no referido prazo não fizerem valer os seus direitos. E eu, Juvenal de Queiroz Vieira, secretário da Câmara Sindical, o subscrevi.

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1937. — *Ary de Almeida e Silva*, síndico.

(C 5.966 — 11-8-937 — 183\$600 — 19 véses).

MINISTÉRIO DA MARINHA

Tribunal Marítimo Administrativo

Para ciência de terceiros interessados, do acordam proferido pelo Tribunal Marítimo Administrativo, na forma abaixo:

O contra-almirante Dario Pais Leme de Castro, presidente do Tribunal Marítimo Administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo presente edital, na forma da lei, notifica aos interessados, pelo prazo de quinze dias a contar da publicação do presente, que, por este Tribunal, foi proferido acordam em o processo número cento e noventa e dois, referente ao acidente sofrido pelo hiate a motor "Lud", m oito de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete, no rio São Mateus, no Estado do Espírito Santo, julgando o referido acidente como fortuito e, consequentemente, mandando arquivar o respectivo processo. E, para ciência de todos os interessados, expede-se o presente edital para os efeitos legais. Dado e passado nesta Capital Federal, aos vinte e seis de agosto de mil novecentos e trinta e sete. Eu, Hugo Balloussier, segundo oficial da secretaria, o dactilografei. E eu, Gilberto de Alencar Saboya, secretário do Tribunal, o subscrevi. — *Dario Pais Leme de Castro*, contra-almirante, presidente.

Diretoria de Fazenda

(COMISSÃO DE CONCURRENCIAS)

EDITAL DE REFERENCIA

1. De ordem do Exmo. Sr. Contra-Almirante Diretor Geral de Fazenda, chamo a atenção dos interessados para o edital que se acha publicado no "Diário Oficial" do dia 26 do mês de agosto de 1937, fls. 18.059, relativo à concorrência administrativa, que será realizada nesta Diretoria, no dia 8 do mês de setembro de 1937, para fornecimento de artigos do grupo 57, necessários ao Serviço Químico da Marinha.

Diretoria de Fazenda, em 28 de agosto de 1937. — *José Sportelli*, 1º Tenente C. N., Secretário.

Diretoria de Fazenda

(COMISSÃO DE CONCORRÊNCIA)

EDITAL DE REFERÊNCIA E RETIFICAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. contra-almirante, diretor geral de Fazenda, chamo a atenção dos interessados para o edital que se acha publicado no "Diário Oficial" do dia 26 do mês de agosto de 1937, à fls. 18.059, relativo à concorrência administrativa, que será realizada nesta diretoria, no dia 8 do mês de setembro de 1937, para fornecimento de artigos do grupo 57, necessários ao Serviço Químico da Marinha.

Previno, outrossim, que no referido edital deve ser feita a seguinte retificação:

Onde se lê:

57-C. Colorímetro de Duboscq completo, um.

Leia-se:

57-C. Colorímetro de Duboscq completo, um.

José Sportelli, 1º tenente C. N., secretário.

Capitania dos Portos do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro

1. De ordem do Sr. capitão de corveta Paulo Sá de Castro Meireles, encarregado do inquérito que se procedeu nesta Capitania, para se apurar quanto ao de embarque do conteúdo de carga lioato Amin Melim, de bordo do navio nacional "Siqueira Campos", faço o presente aos interessados que nada a ilana se encontram com vista os autos do referido inquérito, na forma e prazo da lei.

Capitania do Porto do Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1937. — *Léo Nauray*, escrivão.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Colégio Militar do Rio de Janeiro

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência publicado no "Diário Oficial" de 18 do corrente, página 17.491.

Fábrica de Cartuchos de Infantaria

AGENCIAMENTO DE VOLUNTÁRIOS

A partir do 1 de setembro a 15 de outubro do corrente ano, achase aberto o voluntariado para o contingente especial desta fábrica.

Previne-se aos interessados que os esclarecimentos que se tornarem necessários serão prestados diariamente, das 7 às 15 horas, nos dias úteis, com exceção dos sábados, que serão prestados até às 12 horas, no referido contingente, sito à rua Pedro Gomes, Realengo.

Realengo, 24 de agosto de 1937. — *Luís Vinícius Moreno Maia*, capitão, secretário.

Fábrica de Cartuchos de Infantaria

ALMOXARIFADO

VENDA DE MATERIAL INSERVIVEL

De ordem do Sr. major diretor interino e presidente do C.A. deste estabelecimento, torno público, para conhecimento dos interessados, que este almoxarifado receberá propostas de preço para a venda do seguinte material inservível ao serviço da Fábrica.

4.000 quilos, aproximadamente, de apatas de maillechort;

2.000 quilos de apatas de papelão;

240 vidros em embalagem de arame pesando 9.000 quilos, aproximadamente;

2.000 quilos de moimha de metal Muntz;
2.000 quilos de escória de chumbo;
2.000 quilos de ferro velho queimado;
15.000 quilos de zinco impuro em lingotes;
2.500.000 espoletas Winchester n. 35 para cartuchos de caça ou sport.

O preço para o material acima deverá ser oferecido para o quilo, com exceção das espoletas, cujo preço será para a unidade.

1 — As propostas serão recebidas no almoxarifado até o dia 15 de setembro próximo, às 15 horas, e a abertura das mesmas será no dia 16 do mesmo mês, às 8 horas.

2 — Os proponentes deverão depositar na Tesouraria desta Fábrica a importância de um conto de réis (1.000\$00) para garantia de suas ofertas, devendo apresentar por ocasião da entrega das propostas o falso recibo do citado depósito.

3 — Logo após a abertura das propostas apresentadas será feito o mapa comparativo cujos resultados serão comunicados aos proponentes.

4 — O proponente preferido deverá retirar o material que lhe fôr adjudicado dentro do prazo de oito dias, contados da data em que lhe fôr feita a respectiva comunicação, precedendo a retirada o pagamento do material.

5 — No caso de desistência do interessado por qualquer motivo, ou mesmo o não cumprimento do estatuido na cláusula 4 deste edital, importará na perda da importância correspondente ao seu depósito, o qual reverterá a favor da Fazenda Nacional.

6 — Correrão por conta do interessado todas as despesas do transporte, embarque, etc., do material que lhe fôr adjudicado.

7 — A pesagem e entrega do material será feita diariamente, logo após o resultado dessa concorrência, das 7 às 10 e das 12 às 14 horas, excepto aos sábados, em que a entrega será feita das 7 às 10 horas.

8 — Os interessados que desejarem qualquer esclarecimento acerca do material de que trata esta concorrência serão atendidos pelo almoxarifado entre 7 e 15 horas dos dias úteis, menos aos sábados, cujas informações poderão ser dadas entre 7 e 11 horas.

Realengo, 28 de agosto de 1937. — Antonio Fonseca Teixeira, 1º tenente almoxarife.

Diretoria da Aviação

SEGUNDO REGIMENTO DE AVIAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Concorrência administrativa

Edital n. 7/37

De ordem do Sr. capitão comandante do 2º Regimento de Aviação, presidente do Conselho de Administração desta unidade, chama a atenção dos interessados para os editais de concorrência publicados no Diário Oficial da União, dos dias 24 e 25 de agosto do corrente ano.

Quartel no Campo de Marte, 27 de agosto de 1937. — José Pinheiro Fortes, 2º tenente de Administração-Almoxarife.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Departamento dos Correios e Telégrafos

Havendo sido o ex-estafeta Tufi Jorge responsabilizado por portaria n. 104 de 18 de fevereiro de 1936, pela importância de 3:015\$, correspondente ao extravio de diversos registros com valor declarado, e como até a presente data não tenha recolhido aquela importância, intimo-o que o faça no prazo de oito dias, sob pena de ser levantada a sua conta de débito e remetida à cobrança executiva, na forma da lei.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1937. — Raul de Azevedo, diretor geral.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Diretoria Geral de Contabilidade

Chamo a atenção dos interessados para o edital que se acha publicado no Diário Oficial da 19 do corrente mês, á pagina 17.589, relativo á concorrência pública que será realizada na Diretoria Geral de Contabilidade desta Secretaria de Estado, no dia 6 de setembro próximo futuro, para a aquisição de fardamentos destinados a funcionários de portaria de varias repartições deste ministério.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1937. — Edgard de Mello.

Departamento Nacional do Trabalho

NOTIFICAÇÃO

Sr. Luiz de Souza Guedes — Nesta.

Havendo Astor Martins da Silva reclamado a este Departamento, em 10-1-36, por não lhe terem sido concedidas, segundo alega, as férias relativas ao período de 27-8-1927, até a data acima citada, solicito de ordem do Sr. Diretor, na forma do art. 25, do Decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, vossas providências no sentido de, dentro do prazo de 60 dias, ser comprovado o cumprimento da lei ou apresentadas razões de defesa.

3ª Seção, 23 de agosto de 1937. — Laerte Machado, diretor da seção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

NOTIFICAÇÃO

Havendo Astor Martins da Silva reclamado a este Departamento, em 16 de janeiro de 1936, por não lhe terem sido concedidas, segundo alega, as férias relativas ao período de 27 de setembro de 1927 até a data acima citada, solicito de ordem do Sr. diretor geral, na forma do art. 25 do decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, vossas providências, no sentido de, dentro do prazo de 60 dias, ser comprovado o cumprimento da lei ou apresentadas razões de defesa.

Terceira Seção, 18 de agosto de 1937. — Laerte Machado, diretor da Seção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

Sr. Manoel da Costa, nesta:

Solicito vossa comparecimento, nesta Repartição, entre 14 e 16 horas, dentro do prazo de 10 dias, afim de apresentades prova de que sois sindicalizado.

Terceira Seção, 18 de agosto de 1937. — Laerte Machado, diretor da Seção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

INTIMAÇÃO

Sr. diretor das Indústrias Químicas Aliadas Limitada, nesta:

Não tendo essa firma atendido ao edital de notificação, para apresentar defesa, á reclamação de férias formulada por Leonel Braz, publicado no Diário Oficial dos dias 6, 16 e 26 de maio de 1936, pela mesma intimada, de ordem do Sr. diretor, na forma prescrita no art. 25 do decreto n. 23.168, de 18 de janeiro de 1934, a pagar ao reclamante uma indenização correspondente a 15 dias de férias (período de 20 de agosto de 1934 a 20 de agosto de 1935), ou sejam 150\$000 (cento e cinquenta mil réis), dentro do prazo de 60 dias, sob pena de ser imposta a multa prevista no art. 29 do citado decreto.

Terceira Seção, 18 de agosto de 1937. — Laerte Machado, diretor da Seção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

NOTIFICAÇÃO DE MULTA

Sr. J. Ferreira Maia, nesta:

Não tendo essa firma interposto recurso da decisão proferida no processo D. N. T. 25.407-35, que lhe impoz a multa de 100\$000 (cem mil réis), prevista no art. 29 do decreto n. 23.768, de 1934, sem como o pagamento da importância de 210\$000 (duzentos e dez mil réis), correspondente á indenização de férias a que tem direito seu ex-empregado Antônio de Souza, fica notificada a recolher as quantias acima discriminadas á Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, no prazo de 60 dias, sob pena de sobrança executiva.

Terceira Seção, 18 de agosto de 1937. — Laerte Machado, diretor da Seção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

Notificação

Sr. Luiz de Souza Guedes:

Havendo Alvaro Rangel de Sales reclamado a este Departamento, em 18 de janeiro de 1936, por não lhe terem sido concedidas, segundo alega, as férias relativas ao período de 17 de agosto de 1933 até a data acima citada, solicito de ordem do Sr. diretor, na forma do art.

go 24. do decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, vossas providências no sentido de, dentro do prazo de 60 dias, ser comprovado o cumprimento da lei ou apresentadas razões de defesa.

Terceira seção, 30 de agosto de 1937. — *Laerte Machado*, diretor da seção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

Srs. José Inácio & Irmão — Nesta:

Fica intimado a comprovar, no prazo de 60 dias, o cumprimento da lei ou apresentar razões de defesa, na reclamação de férias apresentada a este Departamento pelo Sindicato dos Trabalhadores em Mercenárias e Classes Anexas, em favor de seu associado Antonio Duarte.

Terceira Seção, 30 de agosto de 1937. — *Laerte Machado*, diretor da seção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

Sr. José da Costa Neves — Nesta:

Pelo presente, fica intimada, de ordem do Sr. diretor a firma José da Costa Neves, a comparecer nesta Seção, dentro do prazo de 10 dias, a contar desta data, afim de cumprir o despacho proferido no processo DNT. 4.890, de 1935.

Terceira Seção, 30 de agosto de 1937. — *Laerte Machado*, diretor da seção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

(Notificação de multa)

Sr. José Manoel — Nesta:

Fica essa firma notificada de que, de acordo com a decisão proferida no processo DNT. 10.465-38 e nos termos do art. 25 do decreto n. 23.103, de 1933, foi multada em 100\$000, importância essa que, acrescida da quantia de 675\$, correspondente à indenização de férias a que tem direito o reclamante José Antonio Fernandes, deverá ser recolhida à Recebedoria do Distrito Federal, mediante guia deste Departamento, conforme o estabelecido no decreto n. 22.131, d 23 de novembro de 1932.

No caso de interposição de recurso, dentro do prazo que a lei faculta, deverão ser depositadas as importâncias acima mencionadas, ainda mediante guia deste Departamento, o que, também, não se realizando, importará na inscrição da dívida para cobrança executiva.

Terceira Seção, 30 de agosto de 1937. — *Laerte Machado*, diretor da seção, interino.

Departamento Nacional do Trabalho

PROCURADORIA

De ordem do Dr. procurador geral, interino, ficam convidados a comparecer, no prazo de trinta (30) dias, à Procuradoria Geral do Trabalho — Avenida Presidente Wilson — afim de ser observado o que dispõe o art. 1º do decreto n. 24.742, de 1934, os interessados abaixo discriminados:

Nicodemus Rangel de Marins — P. 6.165-35.
Marone Pedrino — P. 320-33.
Olinda Santos Balbino — P. 46-36.
Manuel Vieira — P. 5.469-35.
José Magno Barreto — P. 324-35.
Manuel Barcia — P. 366-33.
José Rodrigues da Cruz — P. 5.383-35.
Nilton Gomes Ferreira — P. 6.637.
Noé Fasano — P. 6.174-35.
Orlando de Souza — P. 5.429-35.
Rafael Corsi — P. 5.895-35.
Anibal Lopes Coulo — P. 5.977-35.
Gumercindo Castro — P. 3.327-35.
Manuel Garcia — P. 5.535-35.
Alípio Borges — P. 5.781-35.
Oswaldino Pereira Ramos — P. 6.231-35.
João de Carvalho — P. 2.512-34.
Francisco de Paula Lima — P. 7.991-35.
Estevão Corrêa da Costa — P. 5.877-235.
João Povoa — P. 506-33.
Pedro Boarro — P. 4.444-34.
José Lourenço Medeiros — P. 80.134.
Luiz de Souza Machado — P. 4.745-35.
José Vetalino de Oliveira — P. 367-34.
Josué Gerson Monteiro — P. 2.526-34.
Eládio Pereira da Silva — P. 213-34.
Valdemar Azevedo — P. 933-33.
João Batista — P. 843-33.
Jemar Ferreira Luz — P. 850-33.
Manuel Gonçalves — P. 6.889-35.
Henrique da Silveira — P. 517-34.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Patronato "Vencesláu Braz"

CAXAMBU' — MINAS

CONCURRENCIA ADMINISTRATIVA PERMANENTE PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS DE CONSUMO HABITUAL, DURANTE OS MESES DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 1937.

De ordem do Sr. diretor, autorizado por D. S/4, de 25 do corrente, do Sr. ministro, faço público, para conhecimento dos interessados, que, de acordo com o art. 62, do Código de Contabilidade Pública da União, e segundo as normas estabelecidas nos arts. 575 e 763, e seus parágrafos, do respectivo regulamento, se acha aberta nesta repartição, até às 16 horas do dia 11 de setembro próximo, a inscrição dos negociantes que, mediante as condições abaixo estipuladas, desejarem concorrer ao fornecimento ordinário do material em grupos, em seguida arrolados, durante os meses de setembro a dezembro de 1937.

I — A inscrição deverá ser pedida mediante requerimento dirigido a esta diretoria, devidamente selado, nele declarando o interessado a nacionalidade da firma e a sede de seu estabelecimento, fazendo acompanhar o aludido requerimento de todos os documentos que possam constituir prova de idoneidade: contrato social em original ou pública forma, quitação dos impostos federais, estaduais e municipais, inclusive a do último imposto sobre a renda. Nesse requerimento fará constar a declaração de completa submissão às condições deste edital e que se sujeita à pena prevista no art. 762, do citado regulamento, sendo que o fornecedor só poderá concorrer para os artigos de seu comércio. Os negociantes já inscritos para o corrente exercício deverão apresentar requerimento selado declarando serem concorrentes, juntando os comprovantes de quitação de impostos referentes ao corrente semestre relativos aos artigos das especialidades de seu comércio.

II — Verificada a idoneidade do concorrente, será, por despacho do Sr. diretor, ordenada a imediata inscrição do interessado, sendo então restituídos os documentos apresentados.

III — Os interessados apresentarão até às 13 horas do dia 13 de setembro próximo, quando se realizará a concorrência, em envelope fechado, com a indicação exterior do conteúdo, as propostas, em 4 vias datadas e assinadas, bem como rubricadas em todas as páginas, sendo as primeiras vias seladas na forma da lei, mencionando, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, os artigos que desejarem fornecer, pela ordem em que se acham arrolados, com os preços por extenso e em algarismos e os números constantes da relação. As propostas deverão ser totalmente à máquina ou manuscritas a tinta, sendo acompanhadas do certificado de depósito de 500\$000 feito na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Belo Horizonte, ou na Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro. Os concorrentes que já tiverem depósito farão constar no requerimento de inscrição que a caução continua garantindo no exercício atual.

IV — Os preços oferecidos não poderão ser alterados e vigorarão durante todo o período que durar a concorrência.

V — O fornecimento de cada artigo caberá ao proponente que houver oferecido o preço mais barato, não podendo, em caso algum o negociante preferido, recusar-se a satisfazer a encomenda, sob pena de ser excluído o seu nome ou firma nos futuros fornecimentos.

VI — Todos os artigos serão de 1ª qualidade, sendo rejeitados os que não estiverem em condições.

VII — Os fornecimentos serão pedidos por esta repartição e entregues no Almacém do Patronato, correndo as despesas de embalagem, carretos e transportes de estrada de ferro até a estação de Caxambu, Rede Mineira de Vição Sul, por conta do fornecedor. Os encaixotamentos e embalagens deverão ser feitos de maneira que os artigos cheguem ao seu destino em perfeito estado não sendo aceitos os que apresentarem avarias, devido ao seu acondicionamento.

VIII — Os empates de preços serão resolvidos por sorte no ato da concorrência.

IX — As contas serão apresentadas em quatro vias, logo após o fornecimento, acompanhadas das primeiras vias dos empenhos e duplicatas.

X — Esta diretoria reserva-se o direito de só adquirir os materiais relacionados quando julgar conveniente; e a presente concorrência só será válida depois de aprovada pelo Sr. ministro.

XI A abertura das propostas das firmas inscritas verificar-se-á no dia 13 de setembro próximo, às 13 horas.

Secretaria do Patronato "Vencesláu Braz", Caxambu, 28 de agosto de 1937. — *Domiciano Silva*, escrivão.

Grupo 1

Generos alimentícios

1. Alho nacional, quilo.
2. Arroz beneficiado, de 1ª, quilo.
3. Açúcar Campeão, quilo.
4. Azeite português, litro.
5. Aveia Quaker, lata.
6. Batatas nacionais, quilo.

7. Bacalháu de 1°, quilo.
8. Pescado nacional Pirarucu, quilo.
9. Banha de porco refinada, de 1°, quilo.
10. Café em pó, de 1°, quilo.
11. Carne de vaca sem osso, e sem sebo, de 1°, quilo.
12. Castanhas de 1°, quilo.
13. Cebolas nacionais de 1°, quilo.
14. Leite de vaca, fresco, litro.
15. Feijão novo mulatinho, quilo.
16. Farinha de mandioca torrada, quilo.
17. Fubá de milho peneirado, quilo.
18. Frango bom, um.
19. Goiabada Primor, quilo.
20. Macarrão Aymoré, quilo.
21. Extrato de tomates, quilo.
22. Nozes de 1°, quilo.
23. Amendoas de 1°, quilo.
24. Pão de farinha de trigo, tipo italiano, em pãesinhos de 80 grammas, quilo.
25. Queijo de Minas de meia cura, de 1°, quilo.
26. Queijo Parmezon, quilo.
27. Sal fino, quilo.
28. Vinagre nacional, litro.

Grupo II

Adubos, insecticidas, sementes, forragens, combustivel e higiene

29. Creolina Pearson, litro.
30. Esterco de curral curtido, metro cúbico.
31. Adubos completos Viana, n. 1, saco de 60 quilos.
32. Adubos completos Viana n. 10, saco de 60 quilos.
33. Adubos completos Viana, n. 20, saco de 60 quilos.
34. Adubos completos, Viana, n. 58, saco de 60 quilos.
35. Salitre do Chile, saco de 50 quilos.
36. Cianureto de potássio, quilo.
37. Formicida bi-sulfureto de carbono Polvo, litro.
38. Querosene, litro.
39. Gasolina, litro.
40. Lenha cortada, de 1°, metro cúbico.
41. Óleo Singer, almotolia.
42. Fubá grosso, quilo.
43. Milho, quilo.
44. Cruzvaldina, lata.
45. Sabão Macedo Serra, de 1°, quilo.
46. Vassoura de piassava, de 25 furos, uma.
47. Enxugador de borracha, com cabo, um.
48. Escova para lavar, uma.
49. Escova para dentes, Colegial, uma.
50. Sementes de hortaliças, quilo.
51. Soda cáustica, lata.
52. Carvão Coqui, quilo.

Grupo III

Material electrico, de escotismo, musica, construcção, roupas, calçado, ferramentas para oficinas, agrícolas, máquina de escrever, copa, cozinha, de aprendizagem, etc..

53. Lâmpadas Philips, de 100 velas, uma.
54. Lâmpadas Philips, de 50 velas, uma.
55. Tomada completa para ferro electrico, uma.
56. Ferro electrico para passar, um.
57. Fio flexível, verde e amarelo, metro.
58. Bola de futebol, Apeana, n. 4, uma.
59. Bola de futebol Apeana, n. 3, uma.
60. Câmara de ar Apeana, n. 3, para voleibol, uma.
61. Câmara de ar, Apeana, n. 4, uma.
62. Bico de arado, ns. 10 e 12, um.
63. Pele para tarol, uma.
64. Pele para tambor, uma.
65. Palheta para requinta, dúzia.
66. Palheta para clarinete, dúzia.
67. Palheta para saxofone, dúzia.
68. Papel para música, caderno.
69. Taboa de pinho de 4,40 x 0,30 x 0,3, uma.
70. Taboa de pinho de 4,40 x 0,30 x 1 1/2, uma.
71. Taboa de cedro de 4,40 x 0,30 x 0,3, uma.
72. Caibro de pinho de 08 x 05, metro.
73. Vidro para vidraça, duas grossuras, polegada.
74. Areia de rio, metro cúbico.
75. Cal virgem, quilo.
76. Tijolos de 1°, milheiro.
77. Água-rás, quilo.
78. Cano de ferro galvanizado, de 1°, quilo.
79. Cano de ferro galvanizado de 3/4", quilo.
80. Cano de ferro galvanizado de 1/2", quilo.
81. Torneira de metal de 3/4", uma.
82. Torneira de metal de 1/2", uma.
83. Brocha de pita para calação, uma.

84. Manilha de barro de 3", uma.
85. Gomalaca, quilo.
86. Alcool de 40 graus, litro.
87. Luva de ferro galvanizado, de 1/2", uma.
88. Luva de ferro galvanizado de 3/4", uma.
89. Curva de ferro galvanizado de 1/2", uma.
90. Curva de ferro galvanizado, de 3/4", uma.
91. Joelho de ferro galvanizado, de 1/2", um.
92. Joelho de ferro galvanizado, de 3/4", um.
93. União de ferro galvanizado, de 1/2", uma.
94. União de ferro galvanizado, de 3/4", uma.
95. Cola da Bafa, quilo.
96. Pregos de 10 x 10, quilo.
97. Pregos de 19 x 30, quilo.
98. Pregos de 18 x 30, quilo.
99. Pregos de 17 x 21, quilo.
100. Pregos de 15 x 11, quilo.
101. Pregos de 12 x 12, quilo.
102. Pregos de 8 x 8, quilo.
103. Estanho Carneiro, em barra, quilo.
104. Acido muriático, litro.
105. Ferro chato de 2" x 3/8", quilo.
106. Ferro redondo de 1/4 a 1", quilo.
107. Aço redondo de 1/4 a 1", quilo.
108. Gacheta de amiantho, meia quadrada, metro.
109. Regadores de ferro galvanizado, para 10 litros, reforçados, um.
110. Cuecas de algodão para rapaz, uma (amostra do pano).
111. Meias cruas para rapaz, par (amostra).
112. Travesseiros de mescla, de 40 x 40, um (amostra do pano).
113. Colchão com friso, de 1,80 x 0,60, de capim, um (amostra do pano).
114. Atacadores pertos para borzeguins, par.
115. Cobertores de lã e algodão, encarnados, um (amostra).
116. Algodão cru infestado, metro (amostra).
117. Algodão cru de 1 largura, metro (amostra).
118. Toalhas felpudas para rosto, uma (amostra).
119. Borzeguins pretos de bezerra, ns. 36 a 41, par (amostra).
120. Linha Clark preta e branca, ns. 30 a 40, dúzia.
121. Agulhas Singer, dúzia.
122. Uniformes de brim mescla azul, de 1°, calça, gandola e gorro, conforme modelo, um (amostra do pano).
123. Pomada preta para calçado, lata grande.
124. Taxa de chular ns. 00, 0, 1 e 2, pacote de 450 grs.
125. Fio patente H. B., novelo.
126. Espanador de penas, n. 55, um.
127. Pedra para esmeril Nicaragua, n. 2-85, medindo 5" de diâmetro, de 1" de grossura, uma.
128. Bandeja de folha de Flandres, de 50 x 40, uma.
129. Peneira de arame de 60 cms., de diâmetro, uma.
130. Fechadura para porta, com duas chaves, "Gorges", uma.
131. Fechadura de metal para gaveta, uma.
132. Cadeado Iale, com corrente, um.
133. Chapa de alumínio reforçado, metro quadrado.
134. Arrebite de alumínio de 3/16" e 1/4", milheiro.
135. Vaguetta cromo em cores sortidas, pé.
136. Courinho de porco em cor natural, pé.
137. Linha Corrente em cores sortidas, ns. 30 e 40, carretil, com 500 jardas.
138. Solá de 1°, para sapateiro, quilo.
139. Solá de 1°, para seleiro, quilo.
140. Cera virgem, quilo.
141. Papelão para sapateiro, 1/2 grossura, quilo.
142. Cerdas para sapateiro, macinho.
143. Lona para forro de sapatos, metro.
144. Algodão Mariposa infestado, metro (amostra).
145. Lâmina para máquina de cabelo Jewel, n. 0, 1 e 2, uma.

Grupo IV

Artigos de expediente e material escolar

146. Ordem de trabalho, mod. 78, cento.
147. Boletim de aula, mod. 80, cento.
148. Boletim do consultório médico, mod. 83, cento.
149. Receituário médico, cento, mod. 81.
150. Boletim de notas, em 1/4, mod. 112, cento.
151. Mapa anual de produção, mod. 92, cento.
152. Boletim agrícola, mod. 96, cento.
153. Relação de gêneros, mod. 97, cento.
154. Livro protocolo, entrada de papéis, 200 folhas, um.
155. Livro mod. XI, com 50 folhas, um.
156. Livro, mod. XI, com 300 folhas, um.
157. Livro mod. XXVI, com 300 folhas, um.
158. Memoranda para correspondência, mil.
159. Envelopes timbrados para officio, 40 x 28, cento.
160. Envelopes timbrados para officio, 14 x 25, cento.
161. Envelopes timbrados para carta, cento.
162. Papel timbrado para carta, cento.
163. Livro para registro de verba, 100 fls., mod. XIII, um.
164. Livro para registro de material, 100 fls., mod. XIII, um.
165. Papel almasso Cruzeiro do Sul, 5 quillos, resma.

166. Papel liso, folhas inteiras, resma.
 167. Papel leve para cópia, resma.
 168. Papel Royal Vellum, para officio, timbrado, meias folhas, resma.
 169. Papel Royal Vellum, para officio, timbrado, folhas inteiras, resma.
 170. Bloco de papel timbrado, 11 x 33, com 100 folhas, um.
 171. Mala-borrão em tiras de 0,8 x 0,28, cento.
 172. Borracha Ruby, n. 112, para tinta e lapis, uma.
 173. Tinta preta Sardinha, litro.
 174. Tinta encarnada Sardinha, litro.
 175. Goma líquida, Sardinha, vidro com 250 grs.
 176. Lapis L. Faber, nacional, Uranos, n. 2, dúzia.
 177. Lapis L. Faber, nacional, para cópia, dúzia.
 178. Papel carbono Pelikan, preto, n. 1.015, folhas inteiras, caixa.
 179. Papel carbono Pelikan, preto, n. 1.015, meias folhas, caixa.
 180. Cadernos escolares ns. 1, 2 e 3, um.
 181. Barbante de linho, quilo.
 182. Livro em branco, pautado, 100 folhas, um.
 183. Livro em branco, pautado, 50 fls., um.
 184. Penas Malat, n. 12, caixa.
 185. Gfs branco, caixa.
 186. Gfs em cores, caixa.
 187. Caderneta para ponto dário, em 1/8, uma.
 188. Cadernos para caligrafia, ns. 1, 2 e 3, um.
 189. Cadernos para desenho, col. F. T. D. ns. 1 a 6, um.

Grupo V

Drogas e medicamentos em receituário médico e material cirúrgico

190. Saco de borracha para água quente, um.
 191. Saco de borracha para gelo, um.
 192. Seringa de vidro para injeção, de 10 cc., uma.
 193. Seringa de vidro para injeção, de 5 cc., uma.
 194. Seringa de vidro para injeção, de 3 cc., uma.
 195. Sonda retal de borracha, uma.
 196. Sonda uretral de borracha, uma.
 197. Termômetro Casela, um.
 198. Termômetro para banho, um.
 199. Tubo de borracha para irrigador, metro.
 200. Tubo de borracha para injeção de soro, metro.
 201. Agulha de metal para injeção, uma.
 202. Agulha de platina para injeção, uma.
 203. Receituário médico.

Secretaria do Patronato Agrícola "Vencesláu Braz", Caxambu, 28 de agosto de 1937. — *Domiciano da Silva*, escriturário. Visto. — *S. de Padua*, diretor.

Polícia do Distrito Federal

INSPETORIA DO TRAFEGO

EXAME DE MOTORISTAS

Chamada para o dia 31 do corrente, às 8 1/2 horas:

Antonio Domingos do Amaral, Joaquim Pereira, Alvaro Francisco Gomes, Dario Raimundo dos Santos, Pedro Tenuto, Manoel de Oliveira, José Martins França, Felipe dos Santos, Augusto Silveira Teixeira e Abilio de Figueiredo.

Prova pratica

José Vitorino Cabral.

Prova regulamentar

Joaquim José Francisco dos Santos e José Alves Pereira.

Turma suplementar

Augusto Rosas, Eurico Henrique d'Arcanhy, Joaquim Pereira Soares, Alberto Carril da Silva e Oscar da Silva Gomes.

Chamada de motoneiros da Companhia Light, para o dia 31 do corrente, às 9 horas:

Domingos de Araujo, José Nourival Praes, Paulo de Araujo, Cesar de Almeida Novo, Dilermando Teixeira Bastos, Luiz Eduardo de Vasconcelos, José Cavalcante de Araujo, Valdemar Monteiro de Araujo, José Augusto Maio e José Maria da Silva.

Resultado dos exames efetuados no dia 30 do corrente:

Aprovados:

José Pereira de Magalhães, Nelson da Silveira Gomes, Romeu da Silveira Marques, Sergio da Silva Lopes, Alberto Dias Rodrigues, Geraldo José Machado, Manoel Rodrigues Varanda, José Vieira Nunes Filho, Castelar Rodrigues Dias, José Cruz, José Guedes da Silva e Santo Pereira da Silva.

Reprovados: 11.

Observação — A falta á chamada na turma efetiva importará no pagamento de nova inscrição. (Art. 294 do R. T.).
 Inspetoria do Trafego, em 30 de agosto de 1937. — O inspetor, *Dr. Edgard Pinto Estrella*.

Pelo presente edital ficam notificados a comparecer nesta Inspetoria, dentro do prazo de 48 horas, para responderem por infrações do Regulamento do Trânsito, os proprietários ou condutores de veículos abaixo discriminados:

Matricula indistinta do artigo 366

Onibus:

Roberto J. Schmidt, ns. 14 e 175 — Arts. 248 L. e 248 L. e 82.
 João Ferreira & Martins, ns. 885 e 937 — Arts. 248 E e 248 E.
 M. P. Salgado, ns. 24 e 628 — Arts. 248 L. 82 e 81.
 Viacão Seleta Ltda., n. 323 — Art. 248 L.
 José Correia Lopes & Comp., n. 37 — Art. 248 L.
 The Rio de Janeiro Light and Power, n. 285 — Art. 96.
 Mario Bianchi, n. 403 — Art. 96.
 Limosine Federal Ltda., n. 629 — Art. 248 L.
 Empresa Inter-Estadual de Onibus de Luxo, n. 644 — Artigos 248 L. e 81.
 Auto Viacão Progresso Ltda., n. 792 — Art. 248 L.
 Auto Viacão São Jorge Ltda., n. 843 — Art. 248 L.
 Neves & Brauer, n. 857 — Art. 248 L.
 J. Bento Ferreira, n. 895 — Art. 96.
 Martins Jordão & Comp. Ltda., n. 904 — Art. 248 L.
 Cruz Filho & Comp. Ltda., n. 941 — Art. 248 L.
 J. G. Feldhaus, n. 971 — Art. 82 e 81.

Autos de carga:

Albano Augusto, n. 777 — Art. 248 L.
 Manoel Campos, n. 1.085 — Art. 248 L.
 Luciano Teixeira, n. 1.380 — Art. 248 L.
 José Alves de Freitas, n. 3.014 — Art. 248 L.
 Antonio José Ferreira, n. 4.261 — Art. 144.
 Alfredo Abreu Viana, n. 6.097 — Art. 79.
 Aduari Amaral, n. 7.508 — Art. 248 L.
 José Ferreira Torres, n. 7.780 — Art. 248 L.
 Manoel Barreto Santos, n. 8.635 — Art. 144.
 Lazaro Montalvão, n. 8.907 — Art. 248 L.
 Pedro Ferreira Rocha, n. 9.119 — Art. 248 L.
 José Joefen Lopes, n. 9.408 — Art. 248 L.

Experiencia:

Leon Gumbert Monte, n. 197 — Art. 248 L.

Autos de passeio:

José Augusto Lopes Cançado, n. 16 — Art. 102.
 Augusto Ramos de Freitas, n. 28 — Art. 248 L.
 Francisco Sá Lessa, n. 329 — Art. 102.
 Eduardo Beral Sardinha, n. 357 — Art. 102.
 Valdemar Vieira, n. 410 — Art. 102.
 Rafael do Prado Acioli, n. 1.580 — Art. 248 L.
 Mario Estoyes, n. 1.775 — Art. 248 L.
 Luiz Serra de Oliveira, n. 2.133 — Art. 248 L.
 Antonio dos Santos, n. 2.900 — Art. 248 L.
 Angelo Salerno, n. 2.913 — Art. 248 L.
 Enio Carvalho de Oliveira, n. 3.976 — Art. 102.
 José Dias, n. 4.283 — Art. 102.
 José Celestino Jerni, n. 4.332 — Art. 248 L.
 Manoel Lopes Ceilho, n. 4.336 — Art. 81.
 Alvaro Carlos de Araujo, n. 6.031 — Art. 248 L. e A.
 Joaquim Felio, n. 6.913 — Art. 248 L.
 Henrick Putz, n. 7.297 — Art. 102.
 Antonio dos Santos, n. 7.676 — Art. 102.
 Osvaldo Bezerra de Melo, n. 8.867 — Art. 102.
 Gerda Lauria Werner, n. 9.261 — Art. 248 L.
 Alves Peixoto Ltda., n. 9.337 — Art. 248 L.
 Luiz Gonzaga Ribeiro, n. 9.608 — Art. 102.
 Pedro Pereira da Cunha, n. 10.544 — Art. 248 L.
 Norival Alvaro Pinheiro Lobo, n. 10.819 — Art. 100.
 João Rodrigues Correia, n. 11.655 — Art. 248 L.
 Raul da Rocha, n. 13.519 — Art. 248 L.
 Teodoro Felix, n. 13.939 — Art. 86.
 Manoel Augusto da Rocha, n. 15.446 — Art. 86.
 Peri Falcão, n. 15.813 — Art. 248 L.
 João de Souza Vela, n. 16.385 — Art. 86.
 José Bulcão, n. 17.043 — Art. 102.
 João Rodrigues Ferreira, n. 17.595 — Art. 102.
 Julia Ribeiro Vieira, n. 17.765 — Art. 248 L.
 João Teixeira Alves, n. 18.080 — Art. 102.
 José Gomes Pereira, n. 18.357 — Art. 248 L.
 Joaquim Alberto da Costa, n. 19.000 — Arts. 248 L. e 81.
 Valdemiro Correia Marques, n. 19.432 — Art. 248 L.
 Antonio Barbosa, n. 19.911 — Art. 248 L.
 Artur Breves, n. 19.965 — Art. 102.
 Joaquim da Costa Montenegro, n. 20.176 — Art. 248 L.
 Mario Bianchi, n. 20.553 — Art. 102.
 Lísias Augusto Rodrigues, n. 20.635 — Art. 102.
 Jobim Dayle Gillett, n. 21.188 — Art. 82.

Obindo Cardoso, n. 21.765 — Art. 248 L.
 Esmerdino Torga, n. 21.925 — Art. 83, parágrafo unico
 Firmino Pereira da Rocha, n. 21.947 — Art. 102.
 Carlos Guinle, n. 22.419 — Art. 248 L.
 Antonio Miguel Marques Maia, n. 22.461 — Art. 248 L.
 Nicolau Romano, n. 22.680 — Art. 248 L.
 Alberto Correia, n. 23.460 — Art. 248 L.
 Artur Botelho Junqueira, n. 23.724 — Art. 102.
 João Antonio de Azevedo, n. 23.970 — Art. 102.
 Alexandre Smith Vasconcelos, n. 24.067 — Art. 102.
 José Soeiro, n. 24.096 — Art. 102.
 Mario Bulhões Pedreira, n. 21.316 — Art. 102.
 Roderico Pimentel, n. 24.443 — Art. 102.
 Moisés Luiz de Melo, n. 24.685 — Art. 79.
 Elgard Santos de Oliveira, n. 24.963 — Art. 248 L.

Nota — A falta de pagamento das multas importa na apreensão dos documentos do veículo ou do seu condutor, de acordo com o previsto no art. 382 do regulamento em vigor.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1937. — Pelo inspetor, Americo Augusto, chefe de Seção.

Pelo presente edital ficam notificados a comparecer nesta Inspeção dentro do prazo de 48 horas, para responderem por infrações do Regulamento do Trânsito, os proprietários ou condutores de veículos abaixo discriminados:

Matricula indistinta do artigo 366

Onibus:

The Rio de Janeiro Light and Power, ns. 74, 73 e 117 — Artigos 96, 248 L e 248 L.
 J. P. Salgado, ns. 139, 335 e 614 — Artigos 248 L, 248 C e 81, e 248 L.
 J. C. Correia Lopes & Comp., ns. 162 e 203 — Artigos 248 L e 248 L.
 Emilio Siebert & Comp., ns. 202 e 308 — Arts. 248 L e 248 L.
 Empresa Inter-Estadual de Onibus de Luxo Ltda., ns. 542 e 615 — Arts. 248 L e 248 L.
 Limosine Federal Ltda., ns. 630 e 702 — Arts. 248 L e 248 L.
 Roberto J. Schmidt, ns. 610 e 672 — Arts. 248 L e 248 L.
 Martins Jordão & Comp. Ltda., n. 367 — Art. 151.
 Calveira & Silva, n. 499 — Art. 248 L.
 João Ferreira & Martins, n. 567 — Art. 248 L.
 J. C. Feldhaus, n. 776 — Art. 314, parágrafo unico.
 Visão Continental Ltda., n. 832 — Art. 96.
 J. Bento Ferreira, n. 896 — Art. 96.
 Mario Bianchi, n. 922 — Art. 96.
 Cruz Filho & Comp. Ltda., n. 941 — Art. 248 L.

Autos de carga:

Mauro De Mauro, n. 1.200 — Art. 248 L.
 Adovardo Xavier Batista, n. 1.405 — Art. 248 L.
 Joaquim Ferreira, n. 2.068 — Art. 96.
 Francisco Fernandes Figueiredo, n. 3.171 — Art. 252.
 Antonio Ferreira, n. 3.338 — Art. 248 L.
 Joaquim Dias, n. 4.503 — Art. 102.
 Antonio Ribeiro, n. 4.567 — Art. 102.
 João Fernandes, n. 4.850 — Arts. 81 e 100.
 Carlos Pinto de Oliveira, n. 5.218 — Art. 102.
 Moacir Barbosa Silva, n. 8.458 — Art. 102.
 João Carvalho Rocha, n. 8.664 — Art. 242 C.
 José Martins Diniz, n. 9.155 — Art. 79.
 Domingos da Costa Braga, n. 9.528 — Art. 242 C.
 Artur de Paiva Ribeiro, n. 9.712 — Art. 144.
 Raul Pereira Rangel, n. 9.767 — Art. 143.

Autos de passeio:

Alfredo Trigo de Loureiro, n. 385 — Art. 102.
 Francisco Vacciam, n. 771 — Art. 248 L.
 Antonio Braga Fernandes, n. 1.216 — Art. 248 L.
 Henrique Joaquim Manoel Afonso, n. 1.508 — Art. 248 L.
 Jorge Pedro Dagner, n. 2.009 — Art. 102.
 Eduardo Negrine, n. 2.025 — Art. 102.
 Geopar Pinto Lopes Brandão, n. 2.063 — Art. 79.
 Eduardo Chame, n. 2.208 — Art. 102.
 Evandro Marçal, n. 2.950 — Art. 102.
 Antonio Gomes da Silva, n. 3.641 — Art. 248 L.
 Mario Moacir, n. 3.915 — Art. 248 L.
 Paulo de Oliveira Toledo, n. 4.611 — Art. 82.
 Nicolau Bachi, n. 4.656 — Art. 102.
 Mauricio Bornéo, n. 4.771 — Art. 248 L.
 Ataíde José da Fonseca, n. 5.224 — Art. 79.
 Luiz de Vasconcelos Pederneiras, n. 5.417 — Art. 248 L.
 José de Brito, n. 5.793 — Art. 102.
 Guilherme Duken, n. 6.140 — Art. 102.
 Antenor Moraes Neves, n. 6.476 — Art. 248 L.
 Jaime de Freitas, n. 6.568 — Art. 102.
 Jacinto Magalhães, n. 6.795 — Art. 242 C.
 José Costa, n. 7.119 — Art. 102.
 Jorge Elias Nahan, n. 7.264 — Art. 102.
 João Alves, n. 7.355 — Art. 248 L.
 Ilka Ribeiro de Almeida, n. 7.748 — Art. 144.

Fernando de Magalhães Figueira, n. 7.772 — Art. 102.
 Manoel Dias dos Reis, n. 7.848 — Art. 248 L.
 Raul Castro & Silva, n. 7.933 — Art. 248 L.
 Braz Tobias, n. 8.158 — Art. 248 L.
 Manoel Mendes Junior, n. 8.288 — Art. 248 L.
 Alfredo Colombo, n. 8.427 — Art. 102.
 Arnaldo Belinho Xavier, n. 8.489 — Art. 79.
 Eugenio Faria, n. 10.10 — Art. 102.
 Francisco Nascimento, n. 10.598 — Art. 242 C.
 Fernando Barreto da Rosa, n. 10.757 — Art. 102.
 Antonio Sá Filho, n. 10.787 — Art. 79.
 Manoel Joaquim de Abreu, n. 10.922 — Art. 814, parágrafo unico.

Paulo Gomes, n. 10.951 — Art. 102.
 Joaquim Lopes, n. 14.030 — Art. 151.
 Arnando João de Sales, n. 14.197 — Art. 80.
 Manoel de Abreu, n. 14.392 — Art. 102.
 Erasto Linhares, n. 16.771 — Art. 257.
 Augusto José Moreira, n. 16.829 — Art. 79.
 Alberto Freitas Sanches, n. 16.980 — Art. 102.
 Arnaldo Schmidt, n. 17.187 — Art. 102.
 Manoel Pinto, n. 18.118 — Arts. 79 e 81.
 João Manoel Sanches, n. 18.161 — Art. 102.
 Antonio Bernardo, n. 18.261 — Art. 248 L.
 Joaquim Rodrigues Neves, n. 18.761 — Art. 102.
 Hugo Mariz de Figueiredo, n. 20.088 — Art. 248 L.
 Vitor Apelian, n. 20.363 — Art. 102.
 Gastão de Oliveira, n. 20.963 — Art. 102.
 Adelino Pereira de Oliveira, n. 21.607 — Art. 102.
 Mario Aires Pinheiro, n. 22.257 — Art. 102.
 Mario Cata Preta, n. 22.894 — Art. 100.
 Joaquim Dias Pereira, n. 23.392 — Art. 102.
 Manoel Pinto, n. 23.507 — Art. 102.
 Pedro Maria de Moura, n. 23.663 — Art. 248 L.
 Manoel Pereira Nunes, n. 21.051 — Art. 98.
 José Soeiro, n. 24.096 — Art. 102.
 Israel Neuman, n. 24.368 — Art. 102.

Nota — A falta de pagamento das multas importa na apreensão dos documentos do veículo ou do seu condutor, de acordo com o previsto no art. 382 do regulamento em vigor.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1937. — Pelo inspetor, Americo Augusto, chefe de Seção.

SOCIEDADES ANONIMAS

INSTITUTO LA-FAYETTE

(La-Fayette Côrtes & Comp.)

Sociedade em comandita por ações

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DA SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES "INSTITUTO LA-FAYETTE", SOB A FIRMA LA-FAYETTE CÔRTEZ & COMPANHIA.

Aos dois dias do mês de agosto de mil novecentos e trinta e sete, no prédio da rua Haddock Lobo número duzentos e cinquenta e três, reuniram-se, às dezesseis horas, os acionistas abaixo assinados, representando mais de dois terços do capital social, afim de tomarem conhecimento de proposta de alteração do contrato social. O senhor La-Fayette Côrtes, gerente, propôs, nos termos dos estatutos, que se aclamasse o acionista comendador Júlio Ferreira Viana para dirigir os trabalhos da assembleia, o que foi aceito por unanimidade. Ocupando a presidência, convidou o citado acionista para secretários os senhores João de Cerqueira Lima e Francisco Levasseur França, os quais ocuparam seus lugares à mesa. O gerente apresentou os números do Diário Oficial de dezessete, dezenove e vinte e um de julho de mil novecentos e trinta e sete, que trouxeram a convocação. O doutor José Pinto Duarte de Almeida Cardoso leu a seguinte proposta, subscrita também pelos senhores La-Fayette Côrtes, Francisco Levasseur França, Dr. Simplicio Côrtes e João de Cerqueira Lima: "Considerando que, atingido o grau de progresso do Instituto La-Fayette, é de toda a conveniência, para assegurar-lhe existência duradoura, cuidar-se, nos estatutos da atual sociedade em comandita por ações, da possibilidade de sua transformação em sociedade anônima, tipo associativo que melhor proporcione a existência prolongada do Instituto; propomos: A cláusula I do contrato social, in-fine, acrescente-se: Fica, desde já autorizada a transformação da sociedade em comandita por ações em sociedade anônima, observadas as formalidades legais. Rio de Janeiro, dois de agosto de mil novecentos e trinta e sete. — Os acionistas comanditários: Dr. José Pinto Duarte Almeida Cardoso. — La-Fayette Côrtes. — Francisco Levasseur França. — Dr. Simplicio Ferreira da Fonseca e Côrtes. — João de Cerqueira Lima". Fez considerações, mostrando a provável conveniência de se transformar a sociedade em sociedade anônima, em virtude do grande desenvolvimento a que atingiu. Ninguém ignora ser a forma puramente anônima mais aconselhável do que a

fôrma em comandita por ações, nos casos de empreendimentos de maiores proporções. O Sr. presidente, depois de verificar que nenhum outro acionista quis usar da palavra, submeteu a votos a proposta, que foi aprovada por todos os acionistas presentes. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradece à assembleia a distinção da sua escolha para presidir aos seus trabalhos, encerrando em seguida a sessão. E eu, Francisco Levasseur França, segundo secretário, lavrei esta ata que vai por mim assinada, pelos demais membros da mesa e pelos acionistas presentes. — Francisco Levasseur França (cinco ações). — Júlio Ferreira Vianna (cinco ações). — João da Cerqueira Lima (cinco ações). — La-Fayette Côrtes (trinta ações). — La-Fayette Côrtes, assistindo a seus filhos menores púberes Adil Lopes Côrtes, Dilma Lopes Côrtes, La-Fayette Côrtes Filho, Milton La-Fayette Côrtes que também esta assinam. — Dr. Simplicio Ferreira da Fonseca Côrtes (cinco ações). — La-Fayette Côrtes Filho (sessenta ações). — Milton La-Fayette Côrtes (60 ações). — Aljiza Côrtes (dez ações (10)). — Dilma Lopes Côrtes (sessenta ações). — Aljiza Lopes Côrtes (sessenta ações). — Dirce Lopes Côrtes (sessenta ações). — Alfredo Ludolf (dez ações). — José Pinto Duarte Almeida Cardoso (cinco ações). — Anna Cardoso Duarte Gallo (cinco ações). — Adil Lopes Côrtes (sessenta ações). — Amelia Cardoso Duarte Crespo (cinco ações). — Maria Cardoso Duarte Pereira Pereira de Lima (cinco ações). — Francisco Luiz Vizeu, inventariante do espólio de Afonso Vizeu (cinco ações).

(C 6.130 — 30-8-937 — 82\$60).

BANCO DO BRASIL

Carteira de Redescontos

BALANCETE EM 28 DE AGOSTO DE 1937

Ativo	
Títulos redescontados.....	772.656:868\$000
Despesas gerais.....	13:701\$320
	772.673:569\$300
Passivo	
Tesouro Nacional.....	730.000:000\$000
Fundo de reserva.....	25.827:242\$900
Banco do Brasil — C/corrente.....	1.788:412\$300
Redescontos.....	15.657:884\$100
	772.673:569\$300

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1937. — *Carneiro de Mendonça*, diretor. — *Frederico Rego Filho*, contador-lesoureiro.

COMPANHIA DE TECIDOS BOM PASTOR S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 1937

Às quatorze horas do dia trinta e um de julho de mil novecentos e trinta e sete, na sede da Companhia de Tecidos Bom Pastor, à rua Bom Pastor número trinta e tres, nesta cidade do Rio de Janeiro, presentes os acionistas inscritos no livro de presença e que depositaram previamente as suas ações na fôrma da lei e esta subscrevem conjuntamente com os membros da diretoria e do conselho fiscal, depois de verificar-se haver número legal, representado pelo total das ações (nove mil), pelo diretor-presidente da Companhia, Dr. Gastão de Carvalho Brito, foi declarada aberta a sessão e pelo mesmo comunicado que, sendo o objetivo da assembleia tomar conhecimento do relatório da diretoria referente ao quarto semestre social, do parecer do conselho fiscal sobre as contas e balanço do referido exercício encerrado em 30 de junho do corrente ano, pedia à assembleia que designasse um presidente à mesa, em virtude do seu impedimento legal para presidir-lá.

Por proposta do acionista Sr. Sebastião Mendes Brito, foi unanimemente aceito o acionista Sr. Antônio José Leite, que, assumindo a presidência dos trabalhos, convidou para ocuparem os cargos de primeiro e segundo secretários os acionistas Srs. Henrique Romaguera de Magalhães e Crispim Jacques Reis Martins, respectivamente.

A seguir, foi pelo Sr. presidente designado o segundo secretário para proceder à leitura da ata da assembleia anterior, que foi aprovada por unanimidade; pelo mesmo segundo secretário foi feita a leitura do relatório da diretoria, do balanço geral e parecer do conselho fiscal, depois do que mandou o Sr. presidente fossem entregues aos Srs. acionistas todos os documentos para serem examinados e discutidos, tendo tido aprovação geral da assembleia, abstenendo-se de votar os acionistas membros da diretoria e do conselho fiscal.

Tendo o Sr. presidente dado a palavra ao acionista que quizesse manifestar-se sobre o assunto da assembleia, tomou-a o acionista Sr. Dr. Mucio Continente que, fazendo uma análise dos documentos presentes, salientou a próspera situação da Companhia, terminando por elogiar a palavra à sua direção, sendo aplaudido pelos demais acionistas presentes.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. presidente declarada encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e achada conforme, vai por todos assinada.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1937. — *Antônio José Leite*, presidente. — *Henrique Romaguera de Magalhães*, 1º secretário. — *Crispim Jacques Reis Martins*, 2º secretário. — *Sebastião Mendes Brito*. — *Oswaldo Costa*. — *Eduardo Trindade*. — *Alfredo Bittencourt*. — *Modesto Gomes Lima*. — *Mucio Continente*. — *R. Machado Bittencourt*. — *Gastão de Carvalho Brito*.

(C. 6.177 — 30-8-937 — 57\$100)

S. A. EMPRESA DAS ÁGUAS DE CAXAMBÚ

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1937

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de 1937, no escritório da Empresa das Águas de Caxambú, à rua 1º de Março n. 107, 1º andar, nesta Capital, à uma hora da tarde, presentes os acionistas abaixo assinados, representando um total de 47.250 (quarenta e sete mil duzentos e cinquenta) ações, como consta do respectivo livro de presença, especificadamente, sendo 47.150 (quarenta e sete mil cento e cinquenta) ao portador e 100 (cem) nominativas, que, de acordo com a lei e com o artigo 6º, parágrafo 6º dos estatutos, foram depositadas nos cofres da Empresa, conforme dispõe o parágrafo e artigo acima referidos, o diretor Dr. Carlos de Figueiredo, declarou aberta a sessão e convidou para presidir os trabalhos o acionista Dr. Otávio da Rocha Miranda, indicação esta que foi aprovada por aclamação dos presentes.

O Dr. Otávio da Rocha Miranda assumiu a presidência e agradeceu a indicação de seu nome, convidou para secretário a mesa, os Srs. Dr. Luiz Felipe de Souza Leão e Renato da Rocha Miranda.

Assim constituída a mesa, o Sr. presidente comunicou à assembleia que, de acordo com a lei e com a convocação feita no *Journal do Comércio* e *Diário Oficial*, de 11 de agosto de 1937, tem por fim a presente assembleia a aprovação dos atos e contas da administração da Empresa, eleição da diretoria, conselho fiscal e suplentes. Em seguida o Sr. presidente declarou que vai mandar proceder à leitura do relatório da diretoria, balanços e parecer do conselho fiscal. Perde a palavra o Sr. Otávio Reis e porpõe que seja dispensada a leitura dos balanços, atendendo já terem sido os mesmos publicados. Submettida a votos, foi essa proposta unanimemente aprovada. Em obediência à deliberação tomada, o Sr. presidente manda proceder à leitura do relatório da diretoria, assim redigido:

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Completando a lei, vimos apresentar o relatório da administração findo em 30 de junho próximo passado:

As nossas vendas aumentaram.

Em prosseguimento de nosso programa de melhoramentos locais, iniciamos a construção de uma grande piscina com todo o aperfeiçoamento moderno, de dimensões regulamentares, servida por águas minerais gozo-us das nossas fontes, e que dever ficar concluída dentro de três meses.

Já está funcionando, com êxito no Estabelecimento Bateário, as instalações para inalações e na "Fonte Mayrink" o Enacondio para aproveitamento da grande radioatividade das águas dessa Fonte, e de grande benefício para o público que dele usa.

O novo Hotel Caxambú continua preenchendo os fins para que fôra construído.

Infeizmente, continuam a não ser atendidas pelas autoridades competentes as nossas justificadas e reiteradas reclamações sobre "aumento e incidência de diversos impostos".

Distribuímos no ano findo os nossos habituais dividendos.

Ficamos a inteira disposição dos Srs. acionistas para as reclamações que porventura possam precisar.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1937. — *Carlos de Figueiredo*. — *Alfredo F. Guimarães*. — *Alvaro Silva*.

E em seguida foi mandado pelo Sr. presidente proceder à leitura do parecer do conselho fiscal, cujo teor é o seguinte:

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do conselho fiscal da Empresa das Águas de Caxambú, tendo examinado, como lhes compete, os livros, contas e balanço geral, apresentados pela diretoria da empresa, correspondentes ao ano social decorrido, de 1 de julho de 1936 a 30 de junho de 1937, são acordes em reconhecer a boa regularidade da escrita, exatidão dos balanços e mais contas apresentadas, e assim, são de parecer que devem ser aprovadas todos os atos e contas da diretoria no referido período.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1937. — *João José de Figueiredo*. — *Jorge de Souza Gomes*. — *João Augusto de Mattos Pimenta*.

Terminada a leitura, foram pelo Sr. presidente, submetidas à discussão os atos e contas da diretoria e o parecer do conselho fiscal e não havendo quem pedisse a palavra foi esta encerrada e submetida à votação, sendo unanimemente aprovados o balanço geral e o parecer do conselho fiscal, abstenendo-se de votar os membros do conselho fiscal e da diretoria.

Em seguida o Sr. presidente declara que, uma vez aprovadas as contas da diretoria, vai passar a segunda parte dos trabalhos, de acordo com a convocação feita, isto é, eleição da diretoria e do conselho fiscal e suplentes para o que suspende a sessão por 30 minutos, afim dos Srs. acionistas se munirem das respectivas cedulas.

Reaberta a sessão e procedida à apuração das cédulas verificou-se terem sido reeleitos: Para diretoria, os Srs. Dr. Carlos de Figueiredo, Alfredo da Fonseca Guimarães e Alvaro Silva, com 4.549 (quatro mil quinhentos e quarenta e nove) votos cada um e para membros efetivos do conselho fiscal os Srs. João José de Figueiredo, Jorge de Souza Gomes e Dr. João Augusto de Matos Pimenta, com 3.359 (três mil novecentos e cinquenta) votos cada um e para suplentes do mesmo conselho, os Srs. Dr. Nelson de Almeida, Armenio da Rocha Miranda e João de Godof, também com 3.950 (três mil novecentos e cinquenta) votos cada um, todos reeleitos e consequentemente empossados.

E como nada mais houvesse a tratar o Sr. presidente suspendeu, por uma hora, os trabalhos dessa assembleia para que fosse lavrada a presente ata a qual, lida e submetida à discussão e votação foi unanimemente aprovada pelos Srs. acionistas que a seguir a assinam.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1937. — Luiz Felipe de Souza Leão. — Octavio da Rocha Miranda. — Renato da Rocha Miranda. — Carlos de Figueiredo. — Alfredo F. Guimarães. — Pela Companhia Industrial Odéon, O. Reis, diretor. — O. Reis. — Jorge de Souza Gomes. — João José de Figueiredo. — J. A. de Mattos Pimenta. — Octavio V. Cabral. — Alvaro Silva.

(C. 6.476—30-8-37—12\$500)

SOCIEDADES CIVIS

UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES

EXTRATO DE ESTATUTOS

Fundada nesta cidade, sua sede e fóro em 10 de dezembro de 1933, de duração por prazo indeterminado, composta de ilimitado número de sócios que não respondem subsidiariamente pelas compromissos sociais, destina-se a prestar auxílio aos sócios em caso de enfermidade, funeral, etc., consoante disposições dos estatutos que são reformáveis mediante deliberação de assembleia geral. É administrada por uma diretoria composta de: Presidente que é seu representante em juízo e fóro de fora, 2 secretários, 1 tesoureiro, 1 procurador e 3 comissões de 3 membros cada uma. Em caso de dissolução que se operará unicamente na forma do art. 49, o remanescente de seu patrimônio ou compromissos existentes serão repartidos em partes iguais entre os associados existentes. A administração atual e sócios fundadores constam dos estatutos. — A Diretoria.

(C — 6.178 — 30-8-1937 — 21\$100)

COLIGAÇÃO CARIOCA DEMOCRÁTICA

(EXTRATO DE ESTATUTOS)

Fundada nesta Capital, sua sede e fóro, em 28 de junho de 1937, por tempo indeterminado, composta de ilimitado número de sócios, não respondendo os mesmos, subsidiariamente, pelas obrigações sociais, são seus fins: Congregar todos os democratas para a defesa da Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934, na sua estrutura fundamental, o combate ao facismo e a todos os partidos e organizações anti-democráticas e a defesa da autonomia do Distrito Federal e dos interesses da sua publicação. Será administrada por um Diretório Central, composto de presidente (que a representará ativa e passivamente), vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoueiros, procurador (que é o seu representante em Juízo, como auxiliar do presidente), um organizador de núcleos com um auxiliar e um diretor de Publicidade e Propaganda. O patrimônio da Coligação será constituída pelas contribuições mensais dos sócios, dos seus bens móveis e imóveis, dos utensílios da sua sede e dos donativos que venha a receber. A Coligação só poderá ser dissolvida por deliberação de 3/4 dos membros do Conselho Deliberativo e aprovação por 75 % da assembleia geral, especialmente convocada para esse fim. No caso de dissolução o seu patrimônio será entregue à Assistência Hospitalar do Distrito Federal. Os presentes estatutos poderão ser reformados por deliberação de 2/3 dos membros do Diretório e aprovação da assembleia geral especialmente convocada para esse fim. A ata da assembleia de instalação e eleição do atual Diretório da Coligação, realizada em 2 de julho de 1937 se acha registrada no Primeiro Offício de Registro de Títulos e Documentos, sob o número de ordem 4.081 do livro J, n. 9 do Registro Integral de Atas e Contratos, em 30 de agosto de 1937. Os nomes dos membros do atual Diretório Central constam dos estatutos. — O diretório

(C — 6.179 — 30-8-937 — 39\$800).

ANUNCIOS

Universidade de São Paulo

FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA

Edital

CONCURSO PARA DOCÊNCIA

De ordem do senhor vice-diretor, em exercício, e de acordo com o regulamento, faço público, para conhecimento dos interessados que de 1 a 15 de outubro do corrente ano, estarão abertas, na secretaria desta Faculdade, as inscrições ao concurso para a docência livre das cadeiras: Farmacognosia, Farmácia Galênica e Química Toxicológica e Bromatológica (7ª, 8ª e 9ª cadeiras do curso de Farmácia) e 1ª cadeira de Clínica Odontológica, 2ª cadeira de Clínica Odontológica e Prótese Dentária (7ª, 8ª e 9ª cadeiras do curso de Odontologia).

Os candidatos para inscrição deverão apresentar requerimento com firma reconhecida, dirigido ao diretor da Faculdade, no qual indicará nome, idade, filiação, naturalidade, estado civil e local de residência, fazendo-o acompanhar dos seguintes documentos:

- a) prova de ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) prova de ser portador, pelo menos ha três anos, de diploma profissional ou científico, de instituto oficialmente reconhecido, onde se ministre ensino da disciplina a cujo concurso se propõe;
- c) provas de sanidade e de idoneidade moral;
- d) memorial, com demonstração da atividade profissional, de que trata o art. 83 do regulamento da Faculdade.

As provas terão início no mês de novembro do corrente ano.

Secretaria da Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo, 10 de agosto de 1937. — Prof. Archimedes Baillot.

Reconheço a firma retro do Dr. Archimedes Baillot.

São Paulo — Tabelionato Veiga, 16 de agosto de 1937. Em testemunho (estava o sinal público) da verdade. — Ignacio U. da Veiga, substituto autorizado.

Reconheço a firma e o sinal do tabelião Ignacio U. da Veiga.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1937. Em testemunho (estava o sinal público) da verdade. — Julio de Castilhos Penafiel, tabelião interino.

(C 6.072—17-8-37 — 874\$200 — 18 vezes)

Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Garantia"

PRIMEIRA CONVOCACÃO

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se às 14 horas do dia 1 de setembro próximo, na sede social, à rua Primeiro de Março n. 83, 1º andar, afim de autorizarem a diretoria a vender apólices de propriedade da companhia, para a compra de imóveis.

Ficam suspensas, desde esta data, as transferências de ações.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1937. — A diretoria.

(C 6.341 — 27-8-37 — 30\$600 — 2 vezes)

"Sul América Capitalização, S. A."

COMPANHIA NACIONAL PARA FAVORECER A ECONOMIA

9º DIVIDENDO

Na sede da companhia, à rua da Alfândega n. 41 (Edifício Sulacap), nesta Capital, paga-se, a partir de 1 de setembro próximo, o dividendo de 12\$500 (doze mil e quinhentos réis) por ação, relativo ao 1º semestre de 1937.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1937. — A diretoria.

(C 6.604 — 28-8-37 — 39\$800 — 3 vezes)

"Pan-Teelne S. A."

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem, em assembleia geral extraordinária, no dia 17 de setembro próximo futuro, às 14 horas, na sede, à rua do Ouvidor n. 57, 3º andar, para deliberarem definitivamente sobre o aumento de capital social, já integralmente subscrito.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1937. — A diretoria.

(C 6.420 — 30-8-37 — 30\$600 — 3 vezes)

Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes**45° DIVIDENDO**

A partir de 1 de setembro próximo vindouro, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, à rua da Alfândega n. 50, os dividendos relativos ao 1º semestre deste ano, à razão de 25\$000 por ação.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1937. — A diretoria.

(C 6.344 — 27-8-37 — 33\$700 — 3 vezes)

Companhia Manufatora Fluminense

RUA VISCONDE DE INHAÚMA N. 56, 2º

EMPRÉSTIMO — OBRIGAÇÕES, 1929 — 7.500:000\$000

1 Pagamento de juros

De 1 a 3 de setembro próximo futuro e deste último dia em diante, às quintas-feiras, pagar-se-á, no escritório desta companhia, à rua Visconde de Inhaúma n. 56, 2º andar, de 13 às 15 horas, o cupão n. 16, do valor de 10\$000, vencível em 31 do mês corrente e relativo aos títulos em circulação do nosso empréstimo — obrigações, 1929, deduzida a importância de \$800 do imposto sobre a renda, em conformidade com o que dispõe o decreto n. 21.554, de 20 de junho de 1932.

Para esclarecimento dos senhores portadores de títulos sorteados avisamos que estes não vencerão juros a partir do referido dia 31 do mês corrente.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1937. — Raul Lopes de Freitas, diretor-tesoureiro.

(C 6.408 — 24-8-37 — 97\$900 — 4 vezes)

Sociedade Cooperativa de Seguros do Sindicato dos Industriais em Calçados e Couros**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA****Primeira convocação**

São convidados os senhores quotistas a se reunirem em assembléia geral ordinária, na sede social, à rua da Constituição n. 6, 1º andar, no dia 6 de setembro, às 15 horas, afim de, na forma do artigo 24, n. 2, dos estatutos, tomarem conhecimento do balanço referente ao 1º semestre do corrente exercício.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1937. — A diretoria.

(C 6.172 — 26-8-37 — 52\$000 — 3 vezes)

Companhia Industrial de Madeiras da Barra de São Matheus

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se referem os arts. 143 e 147 do decreto n. 434, de 1891, correspondentes ao ano financeiro encerrado em 30 de junho último.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1937. — Francisco Ferreira de Mesquita, diretor-presidente.

(C 6.317 — 18-8-37 — 20\$400 — 2 vezes)

Sociedade Anônima Casa Schayé**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os Srs. acionistas para a assembléia geral ordinária, no dia 1 de setembro próximo, às 10 horas, na sede social, à avenida Gomes Freire n. 19, afim de tomarem conhecimento do balanço, contas e atos da diretoria, do último exercício; eleição da mesma, conselho fiscal e suplentes.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1937. — A diretoria.

(C 6.303 — 16-8-37 — 39\$800 — 3 vezes)

Companhia Imobiliária Municipal**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Os acionistas desta sociedade são convidados a comparecer à assembléia geral extraordinária, a se realizar no dia 11 de setembro de 1937, às 14 horas, na sede social, à rua do Carmo n. 60, 2º andar, sala 4, afim de deliberarem sobre a reforma dos estatutos sociais.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1937. — A diretoria.

(C 6.345 — 26-8-37 — 36\$700 — 3 vezes)

Sociedade Cooperativa de Seguros do Sindicato dos Comerciantes Atacadistas do Rio de Janeiro**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****Primeira convocação**

São convidados os senhores quotistas a se reunirem em assembléia geral extraordinária, na sede social, à rua do Rosário n. 135, 3º andar, no dia 2 de setembro próximo, às 15 horas, afim de tratar dos seguintes assuntos:

- a) reforma dos estatutos;
- b) interesses gerais.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1937. — A diretoria.

(C 6.237 — 16-8-37 — 45\$900)

Vendas judiciais

A Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro, dando cumprimento à decisão do Dr. Juiz da 2ª Vara de Órfãos, no espólio de Raoul Breves Dunlop, e de acordo com o alvará expedido por aquele Juiz, venderá em leilão, na Bolsa do dia 6 de setembro, com limite de preços, por intermédio do síndico, corretor Ari de Almeida e Silva, os títulos seguintes:

Duas ações da Editora Brasileira Lux; cinco ações da Companhia Industrial do Itaquari; 20 ações do Banco Central Brasileiro; um título de sócio efetivo do Clube dos Diários; 100 ações da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá; 20 ações da S. A. Rio Jornal e 500 obrigações da Companhia Promotora de Indústria e Melhoramentos.

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1937. — Jorge Goulart, adjunto.

(C 6.422 — 30-8-37 — 20\$400)

Sodalício da Sáera Família

Em reunião de 28 de agosto de 1937, foi eleita, tomou posse e assumiu o cargo de 1º tesoureira a senhora Elza Sobral Teixeira Braga. — A diretoria.

(C 6.421 — 30-8-37 — 6\$100)

Companhia Industrial e Importadora Atlas**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas a se reunirem, em assembléia geral ordinária, no dia 2 de setembro, às 14 horas, no escritório da companhia, à avenida Marechal Floriano n. 132, para tomarem conhecimento do relatório da diretoria, parecer do conselho fiscal e balanço, concernente ao ano findo em 30 de junho de 1937 e bem assim, proceder à eleição da nova diretoria e do conselho fiscal e suplentes.

A disposição dos senhores acionistas acham-se, no escritório, à avenida e número acima indicados, os documentos a que se refere o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1937. — A diretoria.

(C 5.817 — 28-7-37 — 55\$100 — 3 vezes)

Cooperativa de Seguros Contra Acidentes do Trabalho da União dos Proprietários de Mercenarias**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA****Primeira convocação**

São convidados os senhores quotistas a se reunirem em assembléia geral ordinária, na sede social, à avenida Henrique Valadares número 149, 1º andar, no dia 9 de setembro, às 20,30 horas, afim de, na forma do art. 24, n. 2, dos estatutos tomarem conhecimento do balanço referente ao primeiro semestre do corrente exercício.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1937. — A diretoria.

(C 6.419 — 30-8-37 — 18\$400)

Vivacqua Irmãos S. A.**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os acionistas de Vivacqua Irmãos S. A., para a assembléia geral ordinária, a realizar-se no dia 30 de setembro vindouro, às 15 horas, na sede social, à rua da Quitanda n. 190, 2º andar, nesta Capital, para aprovação de contas e balanços referentes ao exercício encerrado em 30 de junho próximo findo e atos de administração, bem como para tratar de assuntos de interesse administrativo.

Acham-se à disposição dos interessados, na sede social, os documentos de que trata o art. 147 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1937. — A diretoria.

(C 6.417 — 30-8-37 — 18\$400)

IMPRENSA NACIONAL

OBRAS QUE SE ACHAM A' VENDA

As encomendas de obras que não forem acompanhadas de importância destinada às despesas de porte e registro do Correio não serão atendidas, não se podendo aceitar em pagamento de obras ou de exemplares do "Diário Oficial" selos do Correio, estampilhas do selo adesivo, cheque ou ordem de pagamento. Deverão ser remetidas as importâncias em vales postais.

As "Leis usuais da República", pelo Dr. Tarquinio de Souza, têm o abatimento de 30 %, quando a aquisição for de três ou mais exemplares, em virtude do ofício do Ministério da Justiça n. 1.264, de 8 de agosto de 1904.

A

Ato da Junta Governativa e do Governo Provisório (Índice), 1930 10\$000

Ato do Governo Provisório, organizados por A. D. Ribeiro, 1932 10\$000

Ação Penal (lei n. 628, de 28 de outubro de 1899, que amplia a ação penal por denúncia, e decreto n. 3.475, de 4 de novembro de 1899, que regula a art. 5º da lei n. 628, de 28 de outubro de 1913). 1\$000

Agricultura (Cria o Ministério da) — Decreto n. 1.608, de 20 de dezembro de 1906 1\$000

Água (decreto n. 3.656, de 24 de outubro de 1898) — Regulamento para a concessão d'água dos encanamentos públicos. 1\$000

Água (Concessão d'água no Distrito Federal) — Decreto número 20.951, de 18 de janeiro de 1933 1\$500

Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro:

Volume III 15\$000
Volume IV 15\$000
Volume V 15\$000
Volume VI 10\$000

Arquivo Nacional (Publicações):

Volume I 10\$000
Volume III 5\$000
Volume IV 5\$000
Volume V 5\$000

Volume VI 8\$000
Volume VII 7\$000
Volume VIII 7\$000
Volume IX 5\$000
Volume X 6\$000
Volume XI 6\$000
Volume XII 6\$000
Volume XIII 3\$000
Volume XIV 3\$000
Volume XV 8\$000
Volume XVI 3\$000
Volume XVII 6\$000
Volume XVIII 3\$000
Volume XX 4\$000
Volume XXI 6\$000
Volume XXIII 8\$000
Volume XXIV 6\$000
Volume XXV 7\$000
Volume XXVI 7\$000
Volume XXVII 6\$000
Volume XXVIII (Ilha da Trindade) 10\$000
Volume XXIX 10\$000
Volume XXX 8\$000
Volume XXXI 10\$000

Arquivo Nacional:

Tiranias que os holandeses usaram com os moradores do Rio Grande — Lopo Garro 2\$000

Cartas sobre a prosopopeia — Bento T. Pinto, e Peregrino da América e Nuno Pinheiro 2\$000

Marcellio Dias — Biografia. 2\$000

Arquivos do Museu Nacional:

Volume XVII 20\$000
Volume XXIII 20\$000
Volume XXV 20\$000

Arquivos Eleitorais (Alistamento e organização dos) 1\$000

Armazéns Gerais (Regulamento para o estabelecimento de) — Decreto n. 1.102, de 21 de novembro de 1903 1\$000

Anuário de Legislações de Fazenda, por Afonso Duarte Ribeiro:

Ano de 1916 6\$000
Ano de 1917 10\$000
Ano de 1918 8\$000
Ano de 1919 8\$000
Ano de 1920 8\$000
Ano de 1921 10\$000

Ano de 1922 12\$000

Ano de 1923 16\$000

Autorais (Leis de direitos) — Leis ns. 496, de 1º de agosto de 1898, e 2.577, de 17 de janeiro de 1912 1\$000

Autorais (Direitos) — Decreto n. 4.790, de 2 de janeiro de 1914 1\$000

Arrojadita (Novo mineral), por Djalma Guimarães 2\$000

Atlas pluviométrico do Nordeste do Brasil, por Delgado de Carvalho (Gerais), 1923 3\$500

Idem, Idem (Anuais) 3\$500

Automóveis (Regulamento da Circulação Internacional de). 2\$000

Administração e Contabilidade, por Alfredo Correia 15\$000

Anais do Congresso Constituinte da República — 2ª edição, revista — 1º volume (1891) ... 20\$000

Anais da Assembléia Constituinte (1934), 1º volume 15\$000

Idem, 2º volume 15\$000

Acidente no Trabalho (decretos ns. 3.724, de janeiro de 1919; 13.493, de 5 de março de 1919, e 13.498, de 12 de março de 1919) 1\$500

Acidentes no Trabalho (decretos ns. 24.637, de 10 de julho de 1934) 2\$000

Acumulações remuneradas — Decreto n. 19.576, de 8 de janeiro de 1932 1\$000

Alistamento Eleitoral — Lei número 3.139, de 1916 1\$000

Alistamento e organização dos arquivos eleitorais — Decreto n. 24.129, de 1934 1\$000

Aeronauticas Civis (Serviços) — Decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932 1\$000

Aspecto antropogeográfico da Constituição, por A. Bezerra. 1\$000

Abono Provisório — Decreto n. 183, de 13 de janeiro de 1936 \$400

Armas, Munições, Explosivos (Fiscalização) — Decreto n. 1.246, de 11 de dezembro de 1936. 3\$000

Acre (Organização Administrativa) — Lei n. 191, de 1º de janeiro de 1936. \$500

B

Pensões (Aposentadoria e Pensão dos) — Decreto n. 54, de 1934 3\$000

Bancos e Casas Bancárias — Decreto n. 14.728, de 16 de março de 1931 1\$000

Bancos e Casas Bancárias (Liquidação extrajudicial) — Decreto n. 19.634, de 28 de janeiro de 1931 1\$000

Brasil em Haia (O), por W. T. Stead e traduzido por Artur Bomilcar, e discursos de Rui Barbosa 12\$000

Banha de porco e vinho (estabelece penalidades para as fraudes da) — Decreto número 4.631, de 4 de janeiro de 1923 1\$000

Biologia Vegetal (Arquivo do Instituto de), volume 1º 10\$000

C

Caixa de Amortização — Decreto n. 6.711 1\$000

Caixa de Amortização — Decreto n. 17.770, de 23 de abril de 1927 1\$500

Carteira profissional — Decreto n. 21.175, de 21 de março de 1932 1\$000

Circulares do Ministério da Fazenda, por Afonso D. Ribeiro:

1º volume — 1889 a 1900. 10\$000

2º volume — 1901 a 1918. 12\$000

3º volume — 1918 a 1931. 10\$000

4º — volume — 1932 a 1933. 8\$000

Código Civil Brasileiro (Trabalhos relativos à sua elaboração):

1º volume 10\$000

2º volume 10\$000

3º volume 10\$000

— Projeto (Trabalho da Comissão da Câmara dos Deputados), 8 volumes 20\$000

— Projeto (Comissão Especial do Senado), 1 volume — Parecer do Senador Rui Barbosa 10\$000

— Pareceres, sobre o projeto apresentado ao Senado, de profissionais e interessados 2\$000

— Projeto do Dr. Antônio Coelho Rodrigues 5\$000

Código Civil e Rui Barbosa (O), por Fernando Nery 25\$000

Código de Contabilidade (alteração e reforma do recolhimen-

to da receita e pagamento da despesa) — Decreto n. 20.393, de 10 de setembro de 1931. 1\$000

Código de Contabilidade (Praticado), por C. A. Farias 30\$000

Código de Contabilidade (com os decretos posteriores, até 1933) 15\$000

Código de Menores — Decreto n. 17.943 A, de 1927 1\$500

Código de Menores — Decreto n. 5.083, de 1 de dezembro de 1928 (institue o) 1\$000

Código Eleitoral — Decreto número 21.076, de 24 de fevereiro de 1923 1\$000

Código do Agente Fiscal 10\$000

Código de Processo Penal (Índice do) 5\$000

Coletorias Federais — Decreto n. 24.502, de 1934 4\$000

Congresso Brasileiro de Contabilidade (Relatório), 1º volume 20\$000

Contabilidade Pública — Decreto n. 13.746, de 3 de setembro de 1919 (dá instrução para o serviço geral de contabilidade pública, em face da lei número 2.083, de 30 de julho, e decreto n. 7.751, de 23 de dezembro de 1909) 6\$000

Constituição da República (revisita), 1926 2\$000

Constitution of Brazil (edição em inglês), 1891 2\$000

Constituinte Republicana (A) — 1891, 2 volumes, Agenor de Roure 30\$000

Contadores e Guarda-livros (registro) — Decreto n. 21.033, de 8 de fevereiro de 1922 ... 1\$000

Contrabando e seu processo, por Alfredo Pinto de Araújo Correia 2\$000

Contrabando (Repressão do) — Decreto n. 10.037, de 6 de fevereiro de 1913 1\$000

Consumo (Imposto de) — Decreto n. 22.051, de 1922 1\$000

Conselho Nacional do Trabalho — Decreto n. 18.974, de 1928. 1\$000

Contas Assinadas (Comentário ao decreto n. 16.041, de 1922, por Lindolfo Camargo) 6\$000

Contrabando (A Repressão do), por J. Rezende Silva 4\$000

Construção de casas para funcionários e operários da União — Decretos ns. 4.061, de 21 de agosto de 1922, e n. 15.870, de 14 de novembro de 1922. 1\$000

Capitanias dos Portos — Decreto n. 17.096, de 28 de outubro de 1922 3\$000

Capatasias de Portos — Decreto 16.197, de 1923 3\$000

Capitanias dos Portos — Decreto n. 24.288, de 1934 1\$000

Correios (Nova Organização) — Decreto n. 19.051, de 4 de maio de 1931 1\$000

Correios e Telégrafos (Cria o Departamento) — Decreto número 20.859, de 1931 2\$000

Cheques — Decreto n. 2.591, de 1912 \$500

Conselhos Consultivos — Decreto n. 20.318 1\$000

Conselho de Contribuintes (Regimento Interno do) — Decreto n. 5.157, de 1927 1\$000

Conselho dos Contribuintes — Decreto n. 20.350 1\$000

Custas da Justiça Local — Decreto n. 24.153 2\$000

Custas na Justiça Local — Decreto n. 18.393, de 1928 2\$000

Custas na Justiça Federal (Regulamento) — Decreto número 3.422, de 30 de setembro de 1899 1\$000

Comerciários (Instituto dos) — Decretos ns. 183, de 1934, e 22 de maio de 1935 2\$000

Consignações em folha — Decretos ns. 22.296, de 1933, e 21.576 2\$000

Caixas de Aposentadorias e Pensões (Legislação) — Decretos ns. 19.770, 20.465 e 21.081. 2\$000

Caixa de Estabilização — Decreto n. 5.108, de 1926 1\$000

Casamento Religioso — Lei número 379, de 1927 1\$000

Constituições (1924 — Lei n. 38 — Segurança Nacional) 3\$000

Consumo (Tarifa do Imposto), por L. Camargo 25\$000

Contrabando (Tabela) 6\$000

Capitanias de Portos — Decreto n. 220 A de 1935 5\$000

Caixa A. P. e Institutos — Formação da Receita — Lei n. 379, de 1927 1\$000

D

Decretos do Governo Provisório:

De março de 1890 4\$000

De maio de 1890 15\$000

De junho de 1890 5\$000

De outubro de 1890 15\$000

De janeiro de 1891 5\$000

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Agosto de 1937

PRIVILÉGIOS DE INVENÇÃO E MARCAS DE INDÚSTRIA E DE COMÉRCIO

Boletim n. 197

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Expediente

Expediente do Diretor Geral

Dias 27 e 28 de agosto de 1937

Registros de marcas

National Carbon Company Inc. — COLUMBIA — classe 8 (térmo n. 41.388). — Renove-se o registro.
 Robert Bosch Aktiengesellschaft — MARCA EMBLEMÁTICA — classe 12 (térmo n. 41.477). — Renove-se o registro.
 Dimitri J. Roupas — REX — classe 41 (térmo n. 42.522). — Registre-se.
 Sociedade Vermitônicas Limitada — GRANCALCIUM — classe 3 (térmo n. 44.052). — Registre-se.
 Ramos, Gonçalves & Comp. Ltda. — MODAS PARA CRIANÇAS — classe 36 (térmo n. 44.371). — Registre-se, considerando-se como distintiva a forma da representação da marca.
 E. I. Du Pont de Nemours And Company — DU PONT — classe 1 (térmo n. 44.686). — Renove-se o registro.
 B. F. Avery Sons Company — B. F. AVERY & SONS — classe 7 (térmo n. 45.092). — Renove-se o registro.
 Sociedade Anônima Molinos Fenix — FLOR DEL PLATA — classe 41 (térmo n. 45.371). — Renove-se o registro.
 Dr. Gervásio Pinto de Oliveira — SHIRLEY — classe 48 (térmo n. 45.484). — Registre-se.
 Cervejaria Sul Brasil Ltda. — BRASIL — classe 42 (térmo número 45.777). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 7, do decreto n. 16.264, de 1923.
 Bakelite Corporation — BAKELITE CORPORATION — classe 52 (térmo n. 46.105). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 6, do decreto n. 16.264, de 1923.
 E. Guimarães & Araujo — CINETOM — classe 8 (térmo número 46.687). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 7, do decreto n. 16.264, de 1923.
 Fabirbanks, Morse & Co. — F M — classe 6 (térmo n. 47.216). — Registre-se.
 Miguel Marge — PERFUMARIA ALTIVA — classe 48 (térmo n. 47.541). — Registre-se.
 Tito Silva & Comp. — MARAVILHOSO — classe 42 (térmo número 47.842). — Registre-se, considerando-se como distintiva a forma da representação da marca.
 Tito Silva & Comp. — LÁGRIMA DE OURO — classe 42 (térmo n. 47.843). — Registre-se.
 Tito Silva & Comp. — MARAVILHOSO — classe 42 (térmo número 47.844). — Registre-se, considerando-se como distintiva a forma da representação da marca.
 Coelho Martins & Comp. — VINHO VIDEIRA — classe 42 (térmo n. 47.909). — Registre-se, considerando-se como distintiva a forma da representação da marca.
 Laboratório Paulista de Biologia S/A. — RADIOVITAMINA — classe 3 (térmo n. 47.913). — Indeferido, por colidir com a marca nacional n. 43.847).
 Tito Silva & Comp. — PARATODOS — classe 42 (térmo número 47.922). — Registre-se.
 Armando de Oliveira — CAVODIGAN — classe 3 (térmo número 48.416). — Registre-se.
 Fábrica de Gaitas Alfredo Hering — YARA — classe 9 (térmo n. 48.848). — Registre-se.
 J. D. Riedel — E de Haen Aktiengesellschaft — NEO BORNYNAL — classe 3 (térmo n. 48.746). — Renove-se o registro.
 S. A. Tecelagem de Seda Italo-Brasileira — A BRASILEIRA — classe 23 (térmo n. 48.956). — Registre-se.
 E. Manogrosso & Comp. — R-O-N — classe 42 (térmo número 49.013). — Indeferido, por colidir com a marca internacional n. 46.025.
 A. L. da Fonte — BANDEIRANTE — classe 50 (térmo número 49.023). — Registre-se.
 Américo Dineli & Comp. — CRUZEIRO — classe 42 (térmo número 49.027). — Indeferido, por colidir com a marca nacional número 42.858.

Gustav. A. Braun — DURSITEKT — classe 16 (térmo número 48.058). — Registre-se.
 Leão Júnior & Comp. — SATURNO — classe 41 (térmo número 49.082). — Registre-se.
 Cen-Tennial Cotton Gin Co. — CENTENNIAL — classe 6 (térmo n. 49.111). — Registre-se.
 Hepworth & Grandage Limited — VACRIT — classe 6 (térmo n. 49.124). — Registre-se.
 Paul Muller — CABIRI — classe 11 (térmo n. 49.141). — Indeferido, por colidir com a marca internacional n. 80.267.
 Amorim, Vitor & Comp. — VICTOR — classe 1 (térmo número 49.144). — Registre-se.
 Francisco Simões Florido — VENCEDORES — classe 50 (térmo n. 49.151). — Registre-se.
 José Carvalho Landell — LAN-DELL — classe 48 (térmo número 49.154). — Registre-se.
 Joaquim de Magalhães — LEITE DE CRAVO — classe 48 (térmo n. 49.220). — Registre-se.
 J. M. Santana — COMBATE — classe 41 (térmo n. 49.235). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 7, do decreto n. 16.264, de 1923.
 Solero Arruda Campos Filho — PINGUIM — classe 8 (térmo número 49.262). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 7, do decreto n. 16.264, de 1923.
 A. Joaquim da Silva — MATHELY — classe 6 (térmo número 49.274). — Registre-se.
 Mário Miranda Pinheiro — MANILHINHA BRASIL — classe 38 (térmo n. 49.275). — Registre-se, considerando-se como distintiva a forma da representação da marca.
 A. O. Tarré, Filhos Limitada — COREA — classe 48 (térmo n. 49.279). — Registre-se.
 Abbott Laboratories — ACRIFLAVAN — classe 3 (térmo número 49.290). — Registre-se.
 Sousa Ribeiro — FREDA — classe 36 (térmo n. 49.302). — Registre-se.
 Martins & Comp — CAFÉ PESCADOR — classe 41 (térmo número 49.310). — Registre-se.
 Antônio Bartoci — ROYAL FRESH — classe 41 (térmo número 49.315). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 7, do decreto n. 16.264, de 1923.
 Humberto Costa — ÚNICO EXTRA — classe 42 (térmo número 49.331). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 6, do decreto n. 16.264, de 1923.
 British Pens, Limited — HINKS, WELIS & CO. — classe 17 (térmo n. 49.339). — Registre-se.
 Boaventura J. de Carvalho & Comp. — LOUVRE — classe 36 (térmo n. 49.346). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 6 do decreto n. 16.264, de 1923.
 Boaventura J. de Carvalho & Comp. — LOUVRE — classe 37 (térmo n. 49.347). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 6, do decreto n. 16.264, de 1923.
 S. Gonçalves & Irmão — VIG — classe 36 (térmo n. 49.358). — Registre-se.
 D. Schwery — COQUETTE — classe 36 (térmo n. 49.389). — Indeferido, de acordo com o art. 88 do decreto n. 16.264, de 1923.
 Companhia Industrial Santana S/A. — MARCA EMBLEMÁTICA — classe 47 (térmo n. 49.394). — Registre-se, sem exclusividade da palavra Brasil.
 Alvaro Tavares — TACY — classe 36 (térmo 49.395). — Registre-se.
 Alvaro Tavares — TACY — classe 37 (térmo 49.396). — Registre-se.
 Braga & Wolman Ltda. — FOX — classe 36 (térmo 49.416). — Registre-se.
 Braga & Wolman Ltda. — HARLEY — classe 36 (térmo 49.417). — Registre-se.
 Felicien Fleury — MOORISH — classe 48 (térmo 49.411). — Registre-se.
 Leyland & Birmingham Rubber Company Limited — LEYLAND — classe 39 (térmo 49.455). — Renove-se o registro.
 Leal, Santos & Comp. — EMBLEMÁTICA — classe 41 (térmo 49.490). — Registre-se.
 Leal, Santos & Comp. — EMBLEMÁTICA — classe 41 (térmo 49.492). — Registre-se.
 Companhia União Industrial — EMBLEMÁTICA — classe 42 (térmo 49.501). — Registre-se.

Companhia União Industrial — EMBLEMATICA — classe 25 (termo 49.502). — Registre-se.

Companhia União Industrial — EMBLEMATICA — classe 56 (termo 49.503). — Registre-se.

Murilo Jaguaribe de Alencar — ASETOT — classe 48 (termo 49.506). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 6, do decreto 16.264, de 1923.

Caio Júlio Cesar Vieira & Comp. Ltda. — A SALA D'ESPERA — classe 60 (termo 49.507). — Registre-se.

60 (termo 49.507). — Registre-se.

Irmãos Faldini — FLEX — classe 26 (termo 49.522). — Registre-se.

Sociedade Asclepias Ltda. — VONT — classe 3 (termo 49.524). — Registre-se.

Laboratórios Silva Araújo Roussel S. A. — LYBIOL — classe 3 (termo 49.537). — Renove-se o registro.

Siqueira Neto & Comp. — JUNIOR — classe 60 (termo 49.542). — Registre-se.

Companhia Parque da Varzea do Carmo — VELMIROS — classe 60 (termo 49.567). — Registre-se.

Vereinigte Glanzstoff-Fabriken Aktiengesellschaft — GLANZSTOFF — classe 28 (termo 49.572). — Registre-se.

Vereinigte Glanzstoff-Fabriken Aktiengesellschaft — FLOX — classe 28 (termo 49.973). — Indeferido, de acordo com o art. 80, n. 6, do decreto 16.264, de 1923.

Columbus Dental Manufacturing Company — STEEL'S — classe 10 (termo 49.581). — Indeferido, por colidir com a marca nacional n. 25.899.

Vicente Calicechio — FOGÃO MINEIRO — classe 8 (termo 49.583). — Registre-se.

Alfred Dennin — PLATAN — classe 10 (termo 49.594). — Registre-se.

William Barbour & Sons Limited — SELECTUS — classe 25 (termo 49.595). — Registre-se.

Sinigalli & Irmãos — ARADO SANTA BARBARA — classe 7 (termo 49.642). — Renove-se o registro.

American Steel Export Company — ASECO — classe 6 (termo 49.985). — Renove-se o registro.

Apelian & Comp. — NOSSA SENHORA DO MONTE LIBANO — classe 23 (termo 50.056). — Renove-se o registro.

E. Vaillant & Cie. — DENTOL — classe 48 (termo 50.183). — Renove-se o registro.

Atlantis (Brazil) Ltd. — AZUL ROYAL — classe 1 (termo 50.356). — Renove-se o registro.

Química Bayer Ltda. — ASPIRIN — classe 3 (termo 50.433). — Renove-se o registro.

José Pasqualucci — INDEPENDENCIA — classe 36 (termo 50.452). — Renove-se o registro.

Accumulatoren-Fabrik Aktiengesellschaft — AFA — classe 8 (termo 50.694). — Renove-se o registro.

Accumulatoren-Fabrik Aktiengesellschaft — VARTA — classe 8 (termo 50.695). — Renove-se o registro.

H. Jordan & Comp. — PRESIA — classe 41 (termo 50.867). — Renove-se o registro.

Lanman & Kemp Barclay & Co., Incorporated — SABONETE DE REUTER — classe 48 (termo 51.198). — Renove-se o registro.

Leixoto Serra & Comp. — EMBLEMATICA — classe 41 (termo 51.293). — Renove-se o registro.

Eugene Schueller — EMBLEMATICA — classe 48 (termo 51.310). — Renove-se o registro.

F. Maggi & Comp. Ltda. — 2 FIOS 32 G — classe 56 (termo 51.452). — Renove-se o registro.

Oswaldo Magalhães — GUARAMIDINA — classe 3 (termo 51.686). — Renove-se o registro.

Ezequiel Lima & Comp. — CASA BRASIL — classe 15 (termo 51.706). — Renove-se o registro.

Ezequiel Lima & Comp. — CASA BRASIL — classe 53 (termo 51.707). — Renove-se o registro.

Ezequiel Lima & Comp. — CASA BRASIL — classe 53 (termo 51.708). — Renove-se o registro.

Pires, Fontoura & Comp. — RIFE — classe 6 (termo 53.416). — Renove-se o registro.

A. W. Faber Castell-Bleistift-Fabrik A. G. — CASTELL — classe 17 (termo 53.247). — Renove-se o registro.

A. W. Faber Castell-Bleistift-Fabrik A. G. — A. W. FABER — classe 17 (termo 53.248). — Renove-se o registro.

A. W. Faber Castell-Bleistift-Fabrik A. G. — A. W. FABER — classe 38 (termo 53.249). — Renove-se o registro.

John Dewar & Sons, Limited — JOHN DEWAR & SONS, LIMITED — classe 42 (termo 53.265). — Renove-se o registro.

Martins Júnior & Comp. — DESPESA ALEXANDRE — classe 40 (termo 53.301). — Renove-se o registro.

J. de Sousa & Comp. — TUPY — classe 41 (termo 53.305). — Renove-se o registro.

J. de Sousa & Comp. — DERBY — classe 41 (termo 53.306). — Renove-se o registro.

William Pearson — MEDOL — classe 2 (termo 53.463). — Renove-se o registro.

Sociedade Anônima Lameiro — FECULOSE — classe 41 (termo 53.489). — Renove-se o registro.

Gabriel Santos & Comp. — NOBRE — classe 41 (termo 53.499). — Renove-se o registro.

Fiagão, Tecelagem e Estamparia Ipiranga Jafet S. A. — YPIRANGA — classe 37 (termo 53.532). — Renove-se o registro.

J. R. Kanitz — BRILHANTINA ZAZA — classe 48 (termo 53.585). — Renove-se o registro.

Titulos de estabelecimentos

Companhia Antárctica Paulista "Bar e restaurante cidade München", classes 41, 42 e 43 (termo 39.731). — Registre-se, de acordo com o art. 32 do decreto 24.507, de 1934.

Valbert, Camargo & Comp., "Unipol", classe 42 (termo 43.035). — Registre-se de acordo com o art. 32 do decreto 24.507, de 1934.

Zeis Martins Pinho "Lider", classe 60 (termo 47.375). — Registre-se de acordo com o art. 32, § 1º, do decreto 24.507, de 1934.

Sociedade Anônima Agrícola Pastoral e Industrial Granja Carolina, "Granja Carolina", classes 4 e 41 (termo 48.079). — Registre-se de acordo com o art. 32 do decreto 24.507, de 1934.

Israel, Menasche & Comp., "Casa Lido", classes 13, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35 e 36 (termo 48.254). — Registre-se de acordo com o art. 32 do decreto 24.507, de 1934.

A. Cavaleanti de Albuquerque, "Bar Richmond", classes 4, 42, 43 e 44 (termo 48.974). — Indeferido de acordo com o art. 33, n. 6, do decreto 24.507, de 1934.

José Lourenço Nunes, "Casa S. Sebastião", classe 41 (termo 49.224). — Registre-se de acordo com o art. 32 do decreto 24.507, de 1934.

J. G. Corrêa, "Alfaiataria Phenix", classe 36 (termo 49.338). — Registre-se de acordo com o art. 32 do decreto 24.507, de 1934.

João Comê & Comp., "A Phenix", classe 50 (termo 49.554). — Indeferido, de acordo com o art. 33, n. 6, do decreto 24.507, de 1934.

Reconsideração de despacho

Recurso interposto pela Sociedade Asclepias Ltda. (18.506/36), contra o despacho que indeferiu o registro da marca "Farin", depositada sob o n. 41.315. — Tendo em vista o recurso interposto e: Considerando que o registro da marca impeditiva foi declarado caduco, por ato que já transitou em julgado; Considerando que desaparece, assim, o único fundamento da decisão recorrida, resolve, na conformidade do que dispõe o art. 11 do decreto 22.990, de 1933, reconsiderar o despacho publicado no *Diário Oficial* de 24 de junho de 1935 (Boletim do DNPI n. 144), para o fim de deferir o pedido de registro da marca "Farin", apresentada pela Sociedade Asclepias Ltda., destinada a distinguir um produto farmacêutico (classe 3) e correspondente a termo de depósito número 41.345.

Caducidade de marca de Berna

Francisco Picarelli (18.961/36 — pede a caducidade da marca "Helio-tan", n. 80.103, de Berna). — Tendo em vista a certidão fornecida pela Inspeção de Fiscalização do Exercício Profissional, declaro caduco o registro da marca internacional n. 80.106 "Helio-tan", nos termos do art. 115, do decreto 16.254, de 1923.

Dal Molin, Simon & Comp. (termo 49.241). — Satisfaça a exigência.

Dr. Raul Leite & Comp. (16.150/37, junto ao termo 43.481). — Versando o pedido, assunto de mera equidade, dirija-se, querendo, ao Sr. ministro.

S. A. Assucareira Santista (termo 47.935). — Mantenho a exigência.

Ferreira de Matos & Comp. (termo 49.558). — Apresente novas vias descritivas reivindicando apenas o artigo mencionado no clichê.

Diversos

Instituto São Paulo Limitada (termo 47.478). — Aguarde-se solução do processo n. 7.145/33.

Wells Gardner & Co. (10.533/37). — Nada ha que deferir, uma vez que a procuração devia ter sido apresentada no prazo máximo de 90 dias, contados da data do depósito, conforme, aliás, foi requerido na petição inicial.

A. Fernandes Magalhães & Companhia (termo 49.498). — Aguarde-se solução dos processos de transferência.

Elias & Comp. (18.571). — Indeferido, podendo os requerentes, se quiserem, depositar, em separado, o novo clichê.

Expediente do diretor da Secção de Privilégios de Invenção

Dia 28 de agosto de 1937

Diversos

José Julio de Freitas Continho (termo 19.263). — Concedo o prazo.

Expediente do Diretor da Secção de Marcas

Dia 28 de agosto de 1937

Exigências

Antonio Vaz Teixeira (termo 49.414). — Apresente descrição em forma regulamentar, sem referência à marca.

Olimpio Coutinho da Silveira e A. Torres, Lima & Comp. (18.175/37, junto à marca 45.519). — Satisfazam a exigência constante da informação.

Augusto de Godoi Tavares e outros (20.113/37, junto ao termo 46.226). — Cumpram o disposto no art. 119 do decreto 20.377/31.

Keen Robinson & Co., Ltd. (termo 52.052). — Mantenho o despacho.

English Steel Corporation Limited (termo 51.477). — Aguardo solução do processo n. 10.789/37.

Instituto Pinheiros Limitada (18.639/37, junto ao termo 46.276). — Apresente novo instrumento de mandato, com poderes para requerer anotação de transferência.

NOTICIÁRIO

OPSIÇÕES

Berg & Co. (n. 21.147, de 26 de agosto de 1937) apresentaram oposição ao registro da marca depositada sob o n. 52.669 pelos Irmãos Arentz & Comp.

Berg & Co. (n. 21.146, de 26 de agosto de 1937) apresentaram oposição ao registro da marca depositada sob o n. 52.673 pelos Irmãos Arentz & Comp.

Manuel Alves Martins (n. 21.135, de 26 de agosto de 1937) apresentou oposição ao registro da marca "Diuredan", depositada sob o n. 52.475.

Adaga Internacional Ltda. (n. 21.109, de 26 de agosto de 1937) apresentou oposição ao registro da marca depositada sob o n. 53.597, por Alvarenga & Comp.

Société des Usines Chimiques Rhône Poulenc (n. 21.096, de 26 de agosto de 1937) apresentou oposição ao registro da marca "Asciatna", depositada sob o n. 52.741.

Martins, Fadiça & Comp. (n. 21.085, de 26 de agosto de 1937) apresentaram oposição ao registro da marca "Chapuceira" depositada sob o n. 53.453.

João Piccinini (n. 21.081, de 26 de agosto de 1937) apresentou oposição ao registro da marca depositada por Manuel Guedes de Oliveira sob o n. 53.801.

José Geraldo Garcia de Souza (n. 21.054, de 26 de agosto de 1937) apresentou oposição ao registro da marca depositada por Alfredo de Magalhães Queiroz sob o n. 52.581.

Raul Roviralta Y Astorg e Fernando A. Rubio Tuduri (número 20.934, de 25 de agosto de 1937) apresentaram oposição ao registro da marca depositada sob o n. 52.755 — "Cevitam".

Silveira & Magalhães, Ltda. (n. 21.086, de 26 de agosto de 1937) protestaram contra o registro da marca "Broncheinol" depositada sob o n. 52.179.

Almeida & Sepulveda (n. 21.100, de 26 de agosto de 1937) apresentaram réplica à oposição ao registro da marca "Portina Azul" depositada sob o n. 49.387.

RECURSOS

Soares Pinheiro & Comp. (n. 21.112, de 26 de agosto de 1937) recorreu do despacho que indeferiu o registro da marca "Café Paulista", depositada sob o n. 46.359.

Manuel Alves Martins & Comp., Ltda. (n. 21.137, de 26 de agosto de 1937) recorreram do despacho que indeferiu o registro da marca "Fuca" depositada sob o n. 42.634.

NOTIFICAÇÕES

É convidada a Compagnie Internationale des Pieux Armés Français a comparecer a este departamento, afim de efetuar o pagamento da taxa de prorrogação referente ao termo n. 18.410.

— É convidado o Sr. Lincoln Castelo Branco a comparecer a este departamento, afim de tomar conhecimento da contestação de fis. 25, do processo n. 14.928, de 1935.

CADUCIDADE DE MARCAS

Laboratório Brasileiro de Quimioterapia Ltda. (n. 18.597, de 30 de julho de 1937) requereu a caducidade da marca "Organo-Lipina", registrada sob o n. 20.601.

Darval Gomes Libânio (n. 20.344, de 18 de agosto de 1937) requereu a caducidade da marca "Neo-Sorosol", registrada sob o número 19.629.

Romeu Rodrigues (n. 20.207, de 17 de agosto de 1937) requereu a caducidade da marca "Herpinol" registrada sob o número 20.852.

(*) Sociedade Anônima "O Malho" (n. 18.764, de 2 de agosto de 1937) apresentou documentos referentes ao pedido de caducidade da marca "O Malho" (n. 31.380).

RECTIFICAÇÕES

Os pontos característicos referentes à invenção de "um fixador de folha metálica para ampólas, combinado com fundo fixo suportador das mesmas", publicados no Diário Oficial de 28 de agosto de

(*) Reproduzido por ter sido publicado com incorreções.

1937 (Boletim do DNPI n. 195) foram depositados sob o número 19.250 e não sob o n. 19.259.

— O despacho publicado no Boletim da Propriedade Industrial, n. 194, de 27 de agosto de 1937, referente ao pedido de privilégio n. 18.107, para "processo de fabricação de materiais corantes de cuba", requerido pela I. G. Farbeindustrie Aktiengesellschaft, ao invés de ser como publicado, retifique-se para o seguinte:

"Deferido quanto à apresentação do relatório, de acordo com o laudo técnico."

CERTIFICADOS EXPEDIDOS

São convidados os titulares das marcas e dos títulos de estabelecimentos constantes da relação abaixo, a comparecerem à Secção de Marcas, afim de receberem os respectivos certificados expedidos no corrente mês:

N. 52.318 — S. I. A. M., Sociedade Industrial Americana de Máquinas, Torcuato di Tella S. A., marca "S. I. A. M. 'SELLO DE OURO'", na classe 6 (t. n. 47.096.)

N. 52.320 — Erolides de Castro, marca "SELMA", na classe 12 (t. n. 47.612.)

N. 52.322 — Ojama de Almeida Rios, marca "EGOPHIL", na classe 3 (t. n. 46.097.)

N. 52.326 — Almeida & Abreu, título de estabelecimento "PANIFICACAO E CONFEITARIA ESTORIL", na classe 41 (t. n. 47.689.)

N. 52.350 — V. Marques Rosa & Comp., marca "U M R", na classe 36 (t. n. 46.240.)

N. 52.380 — Irmãos Inglêss & Cia., título de estabelecimento "CAFÉ IMPERIAL" nas classes 41, 42 e 43 (t. n. 41.942.)

N. 52.382 — Bhering, Compauhia S. A., marca "INDEPENDENCIA", na classe 41 (t. n. 44.801.)

N. 52.383 — Sociedade Anônima Usinas Químicas, título de estabelecimento "USINAS QUÍMICAS FAROL SOCIEDADE ANÔNIMA", nas classes 1 e 55 (t. n. 45.118.)

N. 52.387 — José Trindade, marca "TORPEDO", na classe 8 (t. n. 46.431.)

N. 52.393 — Marques Mendes Comp., marca "GOLDSMART", na classe 36 (t. n. 47.389.)

PRIVILEGIOS DE INVENÇÃO

TERMO DE CONTRATO

Publicação feita de acordo com o art. 41 do Regulamento vigente (decreto n. 18.204, de 1923).

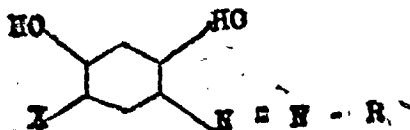
§ 2.º Da data da publicação de que trata o presente artigo, começará a correr o prazo para o deferimento do pedido. Durante 60 dias, poderão apresentar suas oposições ao Departamento Nacional de Propriedade Industrial, aquelas que se julgarem prejudicadas com a concessão da patente requerida.

Termo n. 19.158, de 6 de agosto de 1937.

I. G. Farbenindustrie Aktiengesellschaft — Alemanha.

Pontos característicos do melhoramento introduzido na invenção do "processo de preparação de matérias corantes da série triarilmetânica", que faz objeto do pedido de patente n. 18.757 (patente de melhoramento).

Melhoramento introduzido no "processo de preparação de matérias corantes da série triarilmetânica", que faz objeto do pedido de patente n. 18.757, caracterizado pelo fato de transformar aqui um ácido 2-(4-amino-2'-oxy)-benzoil-carboxi-oxi-4-benzoico N-substituído, no qual os grupos oxi e carboxi são vizinhos, com um composto da seguinte fórmula geral:



em que X significa um átomo reacionável de hidrogênio e em que R representa um radical arílico.

MARCAS DEPOSITADAS

Publicação feita de acordo com o art. 91 do Regulamento vigente (Dec. n. 18.204, de 1933)
 Registro único. Da data de publicação começará a correr o prazo de 60 dias para o deferimento do pedido.
 Durante esse prazo poderão apresentar suas oposições ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial
 aqueles que se julgarem prejudicados com a concessão do registro requerido.

Térmo n. 54.203, de 28-8-37

COMPANHIA DE PERFUMARIAS BEIJA-FLOR — Capital Federal

LANOSAN

Classe 48 (quarenta e oito)

ARTIGOS: Carmim, rouge, lápis para maquiagem, óleos perfumados, óleos para o cabelo, pó de arroz, talco perfumado, sabões e sabonetes perfumados, em massa, em barras, em bastões, em tubos, em pó, líquidos, em flocos, em escamas e em cremes, amônia líquida, em pó e em pedras para banhos; dentífricos em pastas, em sabões, em cremes, líquidos, em elixires e em pó; extratos; lança-perfumes, vinagres aromáticos e carminados; papeis perfumados, carminados ou com pós de arroz; água de Colônia; água de rosas; água de quina; água de alfazemas; água para maquiagem; glicerinas e geléias de petróleo perfumados para uso de jogador; pomadas, tinturas, petróleos, loções, brilhantinas, cosméticos e fixadores para o cabelo, pestanas cílios e bigodes; depilatórios desodorantes; vernizes esmaltes dissolventes, pastas, tijolos e pós para unhas; pentes e escovas para dentes, cabelo, pestanas, sobrancelhas, cílios e unhas

Térmo n. 54.204, de 28-8-37

COMPANHIA DE PERFUMARIAS BEIJA-FLOR

SAMBA

Classe 48 (quarenta e oito)
 Produtos reivindicados no termo n. 54.203

Térmo n. 54.205, de 28 de agosto de 1937
 Companhia de Perfumarias Beijaflor — Capital Federal

TITAN

Classe 48 — Produtos reivindicados no termo 54.203

Térmo n. 54.206 de 28 de agosto de 1937
 Companhia de Perfumarias Beijaflor — Capital Federal

CANÇÃO

Classe 48 — Produtos reivindicados no termo 54.203

Térmo n. 54.207, de 28 de agosto de 1937
 Companhia de Perfumarias Beijaflor — Capital Federal

ALMOFADA

Classe 48 — Produtos reivindicados no termo 54.203

Térmo n. 54.208, de 28 de agosto de 1937

Companhia de Perfumarias Beijaflor — Capital Federal

RYVER

Classe 48 — Produtos reivindicados no termo 54.203

Térmo n. 54.209, de 28-8-37

Companhia de Perfumarias Beijaflor — Capital Federal

BENJOL

Classe 48 (quarenta e oito)
 Artigos: produtos reivindicados no termo 54.203

Térmo n. 54.210, de 28-8-37

Companhia de Perfumarias Beijaflor — Capital Federal

RUMBA

Classe 48 (quarenta e oito)
 Artigos: produtos reivindicados no termo 54.203

Térmo n. 54.211, de 28-8-37

Companhia de Perfumarias Beijaflor — Capital Federal

CASCATA

Classe 48 (quarenta e oito)
 Artigos: produtos reivindicados no termo 54.203

Térmo n. 54.212, de 28-8-37

Companhia de Perfumarias Beijaflor — Capital Federal

PELOTA

Classe 48 (quarenta e oito)
 Artigos: produtos reivindicados no termo 54.203

Preço do número de hoje \$400

PRAÇA MARECHAL ANGORA — PONTA DO CENÁRIO
 IMPRENSA NACIONAL — INDÚSTRIA DO JORNAL